

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS – FFC
CAMPUS DE MARÍLIA**

MARIA INÊS ALMEIDA GODINHO

**DECOLONIZANDO O OLHAR –
REPRESENTAÇÕES VISUAIS E SUBJETIVIDADES NOS COLETIVOS
UNIVERSITÁRIOS CONTRA A VIOLÊNCIA DE GÊNERO
2010 a 2020 – UNESP, USP E UNICAMP**

MARÍLIA/SP

2022

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS – FFC
CAMPUS DE MARÍLIA**

MARIA INÊS ALMEIDA GODINHO

**DECOLONIZANDO O OLHAR –
REPRESENTAÇÕES VISUAIS E SUBJETIVIDADES NOS COLETIVOS
UNIVERSITÁRIOS CONTRA A VIOLÊNCIA DE GÊNERO
2010 a 2020 – UNESP, USP E UNICAMP**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília, para a obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais.

Área de Concentração: Cultura, Identidade e Memória.

Orientadora: Profa. Dra. Lídia Maria Vianna Possas

MARÍLIA/SP

2022

G585d

Godinho, Maria Inês Almeida

Decolonizando o olhar : Representações visuais e subjetividades nos coletivos universitários contra a violência de gênero - 2010 a 2020 - USP, UNESP e UNICAMP / Maria Inês Almeida Godinho. -- Marília, 2022
286 p. : il.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília

Orientadora: Profa. Dra. Lídia Maria Viana Possas

1. Violência de gênero na universidade. 2. Coletivos universitários. 3. Representação social. 4. Decolonização do olhar. 5. Semiótica visual. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA TESE: DECOLONIZANDO O OLHAR – REPRESENTAÇÕES VISUAIS E SUBJETIVIDADES NOS COLETIVOS UNIVERSITÁRIOS CONTRA A VIOLÊNCIA DE GÊNERO - 2010 a 2020 – UNESP, USP E UNICAMP

AUTORA: MARIA INÊS ALMEIDA GODINHO

ORIENTADORA: LIDIA MARIA VIANNA POSSAS

Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Doutora em CIÊNCIAS SOCIAIS, pela Comissão Examinadora:

Prof(a). Dr(a). LIDIA MARIA VIANNA POSSAS (Participação Virtual)
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais / Unesp, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília

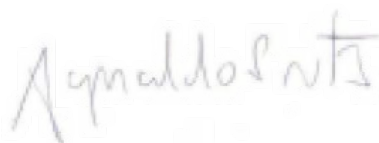
Prof(a). Dr(a). HELOISA BUARQUE DE ALMEIDA (Participação Virtual)
Departamento de Antropologia / Universidade de São Paulo

Prof(a). Dr(a). ROSANGELA DE LIMA VIEIRA (Participação Virtual)
Departamento de Ciências Políticas e Econômicas / Unesp, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília

Prof. Dr. LEONARDO LEMOS DE SOUZA (Participação Virtual)
Departamento de Psicologia Social e Educacional / UNESP/FCL-Assis

Profa. Dra. HELOISA HELOU DOCA (Participação Virtual)
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes / UNIMAR/Marília

Marília, 03 de junho de 2022

A handwritten signature in blue ink, which appears to read "Agnaldo dos Santos", is positioned above the printed name of the coordinator.

Prof. Dr. Agnaldo dos Santos
Coordenador do PPG em Ciências Sociais

Dedico essa pesquisa a

*Minhas filhas Gabriela e Giovana,
com a esperança de que seus caminhos
sejam livres de violências.*

*Meu pai Odil (in memoriam) e minha mãe Eulina,
que dedicaram suas vidas para que eu chegasse aqui.*

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai, que com seus jornais e livrinhos de curiosidades me proporcionou o gosto pela leitura e pelos estudos. Você não imagina a saudade que sinto...

À minha mãe, por suas posturas feministas, mesmo não tendo ideia do que seja isso.

À Gica, que mesmo passando pelo pior período de sua vida, tomou para si o papel de mãe. Não tenho vida suficiente para agradecer por você existir.

À Gabi, por primeiro me ensinar a amar alguém de forma incondicional.

Ao meu irmão Odil, apoio valioso nos perrengues de nossas vidas.

À minha orientadora e amiga Profa. Dra. Lídia Maria Vianna Possas, que me acolheu no LIEG e me iniciou nesse tema apaixonante. Obrigada pela chance de viver esse giro em minha formação!

Às professoras Heloísa Buarque de Almeida, Heloísa Helou Doca, Rosângela de Lima Vieira e ao professor Leonardo Lemos pela gentil disposição em participar dessa banca.

Às professoras Érika Amorim, Maria Alice Campagnolli Otre e Camila Rodrigues da Silva por gentilmente se disporem a compor a banca como suplentes.

Às parceiras e parceiros, amigas e amigos de tantos anos, Débora L. M. Otoboni, Heloisa H. Doca, Maria Alice C. Otre, Christiano Parra e Gilberto Rossi Jr, professoras e professores do curso de Publicidade da UNIMAR – Universidade de Marília. Obrigada pela amizade sincera, pelo apoio, pelo aprendizado diário e pelo carinho!

Ao amigo Heron Gonzaga, pelo apoio de sempre e por manter meus pés no chão.

Às colegas do LIEG – Camila, Zuleica, Sthéfanie, Dafnes, Fátima, Rafaela e Bia, pelas discussões gratificantes e pelas horas agradáveis.

Aos professores da pós-graduação, Paulo Eduardo Teixeira, Anderson Deo, Marcos Cordeiro, Marcos Del Hoyo e, especialmente, ao professor Luis Antonio Francisco de Souza, pelas aulas excepcionais que me abriram um universo teórico triste, mas instigante: a violência.

Aos componentes da Comissão Assessora de Prevenção, Acolhimento e Erradicação de Situações de Violência e Assédio da FFC – Faculdade de Filosofia e Ciência da UNESP/Marília, pela oportunidade de fazer parte dessa importante iniciativa. Agradeço também à Profa. Dra. Claudia Regina Mosca Giroto, diretora da FFC, pelo convite.

À professora Célia Tolentino, que me acolheu carinhosamente em seu grupo de estudos em 2012 e me incentivou a insistir no doutorado.

À equipe da Seção Técnica de Pós-graduação da FFC – UNESP/Marília, que sempre respondeu de forma amável e rápida minhas dúvidas e ansiedades.

É necessário decolonizar a arte para retomá-la como expressão da vida.

Alex Schlenker

RESUMO

A universidade tem se mostrado um local de violências relacionadas ao gênero e suas interseccionalidades, que atinge alunas, alunos e alunes, alvos constantes de abusos sexuais, morais e psicológicos por parte de colegas, professores e funcionários. Para dar visibilidade a essa situação, pois as próprias instituições de ensino não as/es/os escuta, estudantes estão se mobilizando a partir de coletivos em redes sociais digitais, onde compartilham textos e imagens cujo intuito é discutir suas vivências e lutar pela construção de espaços acadêmicos livres de violências. Nesta pesquisa, o objetivo é analisar as representações visuais - ilustrações e fotografias - produzidas por coletivos feministas e LGBTQIA+ e suas interseccionalidades, criadas por estudantes das três universidades públicas do estado de São Paulo (USP, UNESP e UNICAMP) no *Facebook* e no *Instagram*, a fim de distinguir se essas imagens têm a intenção de “decolonizar o olhar”, isto é, se desconstruem as lógicas hierárquicas de percepção de corpos, gêneros e sexualidades concretizadas pela colonialidade, ou, se, inconscientemente, estão reforçando essas representações. Ao compreender a imagem como forma de conhecimento e valores socialmente elaborados e partilhados entre membros de um grupo, aqui também se deseja apreender, a partir dessas narrativas visuais, como se explicitam as subjetividades das/es/os estudantes, bem como os sentidos produzidos frente às práticas de violência de gênero. O estudo parte da proposta de decolonização do olhar, descrita pelos autores latino-americanos Barriandos (2019), León (2012) e Schenkler (2019; 2017; 2016; 2012), que vai ao encontro das teorias decoloniais e das investigações sobre interseccionalidade. Além disso, a pesquisa traz reflexões sobre as representações sociais a partir de Moscovici (2003; 2001), Jodelet (2015; 2009; 2001) e Hall (2016; 2008) e sobre a potencialidade discursiva da imagem, baseada em Joly (2019, 2012), Burke (2017) e Aumont (2012). A observação das especificidades dos coletivos no ambiente digital como campo de enfrentamento às violências de gênero é fundamentada na pesquisa exploratória descritiva e nos estudos de De Abreu (2017; 2010), Gohn (2016; 2014, 2013) e Castells (2003;2008), entre outros. Como método de análise das imagens é empregada a semiótica visual *greimasiana*, segundo textos de Greimas (2014; 1984; 1979) Pietroforte (2020; 2020^a) e Aumont (2012), que partem do pressuposto de que imagens visam estabelecer uma relação com o mundo, e devem ser analisadas em seus aspectos plásticos, icônicos e linguísticos.

Palavras-chave: Violência de gênero; Interseccionalidade; Coletivos universitários; Imagem; Representações sociais.

ABSTRACT

The university has shown a place of violence related to gender and its intersectionalities, which affects students, constant targets of sexual, moral and psychological abuse by colleagues, professors and employees. To give visibility to this situation, since the educational institutions do not listen them, students are mobilizing themselves from collectives in digital social networks, where they share texts and images whose purpose is to discuss their experiences and fight for the construction of academic spaces free of violence. In this research, the objective is to analyze the visual representations - illustrations and photographs - produced by feminist and LGBTQIA+ collectives and their intersectionalities, created by students from the three public universities in the state of São Paulo (USP, UNESP and UNICAMP) on Facebook and Instagram, in order to distinguish if these images are intended to “decolonize the gaze” or if they deconstruct the hierarchical logics of perception of bodies, genders and sexualities concretized by coloniality, or, unconsciously, they are reinforcing these representations. By understanding the image as a form of knowledge and values socially elaborated and shared among members of a group, here we also want to learn, from these visual narratives, how the subjectivities of the students are made explicit, as well as the meanings produced practices of gender violence. The study is based on the proposal of decolonization of the gaze, described by Latin American authors Barriendos (2019), León (2012) and Schenkler (2019; 2017; 2016; 2012), which is in line with decolonial theories and investigations on intersectionality. In addition, the research brings reflections on social representations from Moscovici (2003; 2001), Jodelet (2015; 2009; 2001) and Hall (2016; 2008) and on the discursive potentiality of the image, based on Joly (2019, 2012), Burke (2017) and Aumont (2012). The observation of the specificities of collectives in the digital environment as a field to confront gender violence is based on descriptive exploratory research and on studies by De Abreu (2017; 2010), Gohn (2016; 2014, 2013) and Castells (2003; 2008), among others. As a method of analyzing the images, Greimasian visual semiotics is used, according to texts by Greimas (2014; 1984; 1979) Pietroforte (2020; 2020^a) and Aumont (2012), who assume that images aim to establish a relationship with the world, and must be analyzed in their plastic, iconic and linguistic aspects.

Keywords: Gender violence; Intersectionality; University collectives; Image; Social representations.

LISTA DE IMAGENS

Capítulo I

Imagem 1.01 - Comunidade no Orkut - Rodeio das Gordas Araraquara 2010.....	28
Imagens 1.02 e 1.03 - Ações I Festival Interunesp Contra as Opressões 2010.....	33
Imagem 1.04 - Ilustração I Festival Interunesp Contra as Opressões 2010.....	34
Imagem 1.05 - Tabela 4 - Relatório final Projeto Quara.....	41
Imagens 1.06 e 1.07 - Manifestação Coletivo Raiz Fulô/USP.....	47
Imagens 1.08 e 1.09 - Posts sobre Hino Atlética Medicina UNIARA.....	49
Imagem 1.10 - Convite Julgamento FMUSP.....	51
Imagem 1.11 - Intervenção FMUSP - Coletivo Geni.....	52
Imagem 1.12 - Hino Batesão.....	55
Imagem 1.13 - Roda de conversa – Negra Tinta.....	61
Imagem 1.14 - Racismo – Conexão Afro/UNICAMP.....	62
Imagem 1.15 - Violência sexual física - Instituto Avon/Data Popular.....	70
Imagem 1.16 - Assédio sexual - Instituto Avon/Data Popular.....	73
Imagens 1.17, 1.18 e 1.19 - Posts assédio virtual – Coletivo MAE.....	76
Imagens 1.20 e 1.21 - Posts assédio virtual – Coletivo Bertha Lutz.....	77
Imagem 1.22 - Reconhecimento dos agressores - Instituto Avon/Data Popular.....	79
Imagem 1.23 - Percepção geral - Interações USP.....	84
Imagem 1.24 - Violências por identidade de gênero - Interações USP.....	85
Imagem 1.25 - Transfobia – Coletivo Saia Debaixo – USP.....	87
Imagem 1.26 - Cartazes – Coletivo Saia Debaixo EACH/USP.....	88
Imagem 1.27 - Festas – Interações na USP.....	91
Imagens 1.28 e 1.29 - Trote - Coletivo Bertha Lutz FCAV/UNESP.....	96
Imagem 1.30 - Coletivo Feminista Enedina EEL/USP.....	96

Capítulo II

Imagens 2.01, 2.02, 2.03, 2.04, 2.05 e 2.06 - Importância dos coletivos - MAE.....	108
Imagens 2.07, 2.08, 2.09, 2.10, 2.11 e 2.12 - Importância dos coletivos - Enedina.....	108/109
Imagem 2.13 - Importância dos coletivos - CMN Sueli Carneiro.....	109
Imagem 2.14 - Mapeamento de assédios - Raiz Fulô / USP.....	110
Imagens 2.15 e 2.16 – Formulário FCAV - Bertha Lutz / UNESP.....	111
Imagens 2.17 - Mapeamento 1 - Coletivo Enedina Alves / EEL/USP.....	112
Imagens 2.18 - Mapeamento 2 - Coletivo Enedina Alves / EEL/USP.....	113
Imagens 2.19, 2.20, 2.21 e 2.22 - Mapeamento - Coletivo Xica Manicongo.....	115
Imagem 2.23 - Perfil e capa - Coletivo Lélia Gonzáles /USP.....	118
Imagem 2.24 - Feminismo negro - Coletivo Geni / USP.....	120
Imagens 2.25 e 2.26 - Feminismo negro - Coletivo Negro FZEA/USP.....	121
Imagem 2.27 - Mulher negra e afetividade - Coletivo Abisogum/UNESP.....	123
Imagem 2.28 - Solidão da mulher negra - Coletivo Negro FZEA/USP.....	125
Imagens 2.29, 2.30, 2.31 e 2.32 - Homem no feminismo - Col. NAAO/ZEA-USP.....	126/127
Imagens 2.33 e 2.34 - Maternidade - Bertha Lutz ICB/USP e Bertha Lutz/FCAV/UNESP.....	130
Imagens 2.35, 2.36, 2.37, 2.38, 2.39, 2.40 e 2.41 - Dificuldades de ser mãe - NAAO.....	130/131
Imagens 2.42 e 2.43 - Dia das Mães - Coletivo Enedina Alves / EEL/USP.....	132
Imagem 2.44 - Aleitamento - agosto dourado – Coletivo Maria Sem Vergonha / USP.....	134
Imagem 2.45 - Capa - Coletivo Saia Debaixo / USP.....	134
Imagem 2.46 - USP, passa o aquê! - Coletivo Xica Manicongo.....	136
Imagem 2.47 - Post Programação - Unicamp Queer.....	138
Imagem 2.48 - Bate papo sobre masculinidades – Coletivo Calisto/UNESP.....	139

Imagem 2.49 - Machosfera - Coletivo Calisto/UNESP.....	140
Imagens 2.50 e 2.51 - Múltiplos feminismos - Coletivo Enedina Alves /USP.....	143
Imagens 2.52 e 2.53 - Múltiplas mulheres - Coletivo Negro FZEA/USP.....	144
Imagem 2.54 - Escada - Coletivo Genis/UNESP.....	145
Imagem 2.55 - Cartazes - Unesp Bauru Sem Assédio.....	147
Imagens 2.56 e 2.57 - Horizontalidade - Tarja Preta/USP.....	149
Imagens 2.58, 2.59 e 2.60 - Matriarcas - Frente Feminista Limeira/ UNICAMP.....	150
Imagem 2.61 - Reunião de recepção - Coletivo Aquarela/UNICAMP.....	151
Imagem 2.62 - Perfil e capa - Coletivo Genis/UNESP.....	152
Imagem 2.63 - Perfil e capa - Coletivo Feminista Lobas.....	152
Imagem 2.64 - Não mexe com a minha bixete - Minas do IQ/UNICAMP.....	153
Imagem 2.65 - Semana de recepção 2021 - EACH/USP.....	153
Imagem 2.66 - Guia dos Bixes Negres - CNC Unicamp.....	154
Imagem 2.67 - Manual Bixes 021 - Coletivo Negro Engrenho/ UNICAMP.....	155
Imagem 2.68 - Cartilha Assédio - Coletivo Raiz Fulô ESALQ/USP.....	155
Imagens 2.69, 2.70 e 2.71- Relatos - Coletivo Ele é da USP.....	157
Imagem 2.72 - Perfil e capa - Ele é da UNESP/Araraquara.....	158
Imagem 2.73 - Capa - Ele é da UFMG.....	158
Imagens 2.74, 2.75, 2.76, 2.77, 2.78 e 2.79 - Relatos - Berta Lutz FCAV/UNESP.....	159
Imagem 2.80 - Feminismo decolonial - Coletiva Maria Sem Vergonha - EACH/USP.....	161
Imagem 2.81 - Grupo de estudos - Frente Feminista Limeira/UNICAMP.....	161
Imagem 2.82 - Semana Feminista - Coletivo Feminista Enedina - EEL/USP.....	165
Imagens 2.83 e 2.84 - III Calourada Preta - Coletivo Negro USP/RP.....	166
Imagem 2.85 - Chuva Feminista - Coletivo Enedina A. Marques/USP.....	167
Imagens 2.86, 2.87 e 2.88 - #AconteceNa ESALQ - Raiz Fulô - ESALQ/USP.....	173
Imagens 2.89, 2.90, 2.91, 2.92, 2.93 e 2.94 - Carrossel Ciência - Coletivo Tarja Preta/USP....	175
Imagem 2.95 - Perfil e capa - Coletivo MUDA / UNICAMP.....	176
Imagem 2.96 - Marielle - Coletiva MSV - EACH/USP.....	176
Imagem 2.97 - Pobreza Menstrual - Coletiva MSV - EACH/USP.....	177
Imagem 2.98 - Vídeo Afroafetividade - Tarja Preta/USP.....	180

Capítulo III

Imagem 3.01 - Cartões Shirley.....	186
Imagem 3.02 - Protocolo Shirley - Poli Negra.....	187
Imagem 3.03 - Feto e mãe negros - Chidiebere Ibe.....	194
Imagem 3.04 - Exposição Histórias Afro-atlânticas.....	194
Imagem 3.05 - Perfil e capa - Coletivo Lélia Gonzáles/USP.....	205
Imagem 3.06 - Perfil e capa - Unesp Bauru sem Assédio.....	206
Imagem 3.07 - Perfil e capa - Frente Feminista Limeira/UNICAMP.....	206
Imagens 3.08 e 3.09 - Cores - Frente Feminista Limeira/UNICAMP.....	206
Imagens 3.10 e 3.11 - Cores - Coletivo Xica Manicongo/USP.....	207
Imagens 3.12 e 3.13 - Lilás - Coletivo Calisto/UNESP.....	208
Imagens 3.14 e 3.15 - Verde - Coletivo Calisto/UNESP.....	209
Imagem 3.16 - Perfil - Coletivo Geni/USP.....	211
Imagem 3.17 - Alto-falante - Ele é da UNESP Araraquara.....	213
Imagem 3.18 - Capa - Coletivo Geni/USP.....	214
Imagem 3.19 - Linhas - Coletivo Marias/USP.....	215
Imagem 3.20 - Linhas - Coletivo Sonja Ashauer/USP.....	215
Imagem 3.21 - Capa - Coletivo Genis/ UNESP.....	217
Imagem 3.22 - Corpos - Genis/UNESP.....	219

Imagem 3.23 - Corpos - Bertha Lutz/UNESP.....	219
Imagem 3.24 - Corpos - Coletivo Enedina Alves/EEL USP.....	220
Imagem 3.25 - Corpos - Minas do IQ/UNICAMP.....	221
Imagem 3.26 - Corpos - Muda/UNICAMP.....	222
Imagem 3.27 - Corpos - Maria Sem Vergonha/USP.....	222
Imagem 3.28 - Corpos - Raiz Fulô/USP.....	223
Imagem 3.29 - Corpos - Leilane Assunção/UNICAMP.....	223
Imagem 3.30 - Corpos - Coletivo Alice Canabrava/USP.....	224
Imagem 3.31 - Corpos - Frente Feminista Limeira/UNICAMP.....	225
Imagem 3.32 - Corpos - Coletivo Bertha Lutz/UNESP.....	225
Imagem 3.33 - Sexualidades - Coletivo Trepadeiras/USP.....	227
Imagem 3.34 - Sexualidades - Muda/UNICAMP.....	228
Imagem 3.35 - Sexualidades - Coletivo Marsha/UNICAMP.....	229
Imagem 3.36 - Sexualidades - Coletivo Feminista da ECA/USP.....	229
Imagem 3.37 - Perfil e capa - Coletivo Negro Carolina Maria de Jesus/USP.....	230
Imagem 3.38 - Perfil e capa - NCN/UNICAMP.....	232
Imagem 3.39 - Perfil e capa - Coletivo Negro Simone Maia/ UNICAMP.....	232
Imagem 3.40 - Kwanza - Coletivo Negro Simone Maia/UNICAMP.....	233
Imagem 3.41- Perfil - Coletivo Negro USP Ribeirão Preto.....	235
Imagem 3.42 - Aquilomba Fórum - Coletivo Simone Maia / UNICAMP.....	235
Imagens 3.43 e 3.44 - Recepção calouras - CMN Sueli Carneiro/USP.....	236
Imagem 3.45 - I Semana de Visibilidade Negra - Dandara Coletivo.....	237
Imagens 3.46, 3.47, 3.48, 3.49, 3.50, 3.51, 3.52 e 3.53 - Carrossel Autoestima - Coletivo Poli Negra/USP.....	238, 239 e 240
Imagem 3.54 - Cabelo - Coletivo Negro Claudia/USP.....	240
Imagem 3.55 - Cabelo - Poli Negra/USP.....	240
Imagem 3.56 - Cabelo - Coletivo Negro USP Ribeirão Preto.....	241
Imagem 3.57 - Cabelo - Coletivo Negro FZEA/USP.....	241
Imagem 3.58 - Oficina de tranças - Coletivo FZEA/USP.....	241
Imagens 3.59, 3.60, 3.61, 3.62 e 3.63 - Oficina de tranças - Coletivo FZEA/USP.....	242
Imagem 3.64 - Oficina Estética Preta - Coletivo Simone Maia/UNICAMP.....	243
Imagem 3.65 - Oficina Abayomi - CMN Sueli Carneiro/FFLCH/USP.....	245
Imagem 3.66 - Roda de conversa - Coletivo Genis/UNESP.....	246
Imagem 3.67 - Encontro de abertura - Coletivo Feminista Marias/USP.....	246
Imagem 3.68 - Capa - Coletivo Opá Negra ECA/USP.....	247
Imagem 3.69 - Mesa - Coletivo Engenho Negro/UNICAMP.....	247
Imagem 3.70 - Foto de capa - Frente Feminista FEUSP.....	248
Imagem 3.71 - Perfil - Coletivo Opá Negra - ECA/USP.....	250
Imagem 3.72 - Perfil - Coletivo AFRONTa/UNESP.....	251
Imagem 3.73 - Gesto de Anders Breivik.....	252
Imagem 3.74 - Símbolo do transfeminismo.....	253
Imagens 3.75 e 3.76 - Punho - Coletivo Leilane Assunção/UNICAMP.....	254
Imagem 3.77 - Punho - Coletivo Calisto/UNESP.....	254
Imagem 3.78 - Capa - Coletivo AFRONTa/UNESP.....	255
Imagem 3.79 - Gabriela - Coletivo Negro ZEA/USP.....	257
Imagem 3.80 - Colagem - Coletivo Negro Kimpa/UNESP.....	257

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
 CAPÍTULO I – VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA UNIVERSIDADE - O INÍCIO DA VISIBILIDADE.....	26
1 O Rodeio das Gordas.....	28
2 A importância da mídia na visibilidade da violência na universidade.....	38
3 O Projeto Quara - pesquisa na FMUSP acende o alerta para a violência.....	40
4 A CPI dos Trotes.....	64
5 As pesquisas sobre violência de gênero na universidade.....	69
5.1 Violência contra a mulher no ambiente universitário - Instituto Avon/Data Popular.....	69
5.2 Interações na USP - Escritório USP Mulheres.....	82
5.3 Abusos no campus - The Intercept Brasil.....	99
 CAPÍTULO II – SE NÃO NOS OUVEM, VAMOS À LUTA – DEMANDAS, AÇÕES E ESPECIFICIDADES DOS COLETIVOS DIGITAIS UNIVERSITÁRIOS.....	103
1 Metodologia de análise dos coletivos.....	103
2 Demandas identitárias.....	105
2.1 Demandas dos coletivos feministas e interseccionalidades.....	117
2.2 Demandas dos coletivos LGBTQIA+ e interseccionalidades.....	134
3 Especificidades dos coletivos universitários digitais.....	144
3.1 Extensão das atividades presenciais, permanências e discontinuidades.....	145
3.2 Horizontalidade.....	148
3.3 Redes de apoio.....	151
3.4 Auto expressão.....	156
3.5 Espaço de formação alternativa.....	159
3.6 Apoio a outros coletivos e ações sociais a partir das <i>hashtags</i>	166
3.7 Agências distintas.....	173
3.8 Abrangência global.....	178
3.9 Uso de diversos formatos de expressão.....	179

CAPÍTULO III – DAS DEMANDAS ÀS IMAGENS – DECOLONIZANDO O

OLHAR.....	181
1 Imagem como representação social.....	181
1.1 Representação e linguagem.....	182
1.2 Imaginário, mídia e tecnologia.....	184
2 Decolonizando imagens.....	189
3 A análise das imagens dos coletivos.....	196
3.1 A semiótica visual.....	197
3.1.1 A semiótica plástica de Greimas.....	198
3.1.1.1 Plano de conteúdo vs Plano de expressão.....	199
4 As imagens dos coletivos universitários nas redes sociais <i>Facebook</i> e <i>Instagram</i> ...202	
4.1 Decolonizando cores.....	205
4.2 Linhas, formas e figuras reclamam liberdade.....	210
4.3 Diversidade e corpos decolonizados marcam a luta das mulheres.....	217
4.4 Sexualidades plurais, formas plurais.....	227
4.5 Posicionamento, fontes e cores dão forma à resistência.....	230
4.6 Formas e linhas da ancestralidade celebram a identidade negra.....	233
4.7 Imagens-referência ligam lutas do passado às do presente.....	246
4.8 Quando a colonialidade do ver povoa o imaginário.....	255
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	259
REFERÊNCIAS.....	264
ANEXOS.....	278

INTRODUÇÃO

Toda imagem traz uma história entrelaçada entre suas formas, linhas, cores e sombras. São narrativas de afetos, crenças, saberes, lutas e angústias que sintetizam sentimentos ou ações que precisamos compreender em nossa relação com o mundo. Também podem se tornar protestos quando as palavras são caladas ou não são ouvidas. É o caso das imagens compartilhadas por estudantes nos coletivos¹ criados em redes sociais digitais² com a intenção de expor a violência de gênero e suas interseccionalidades praticada nas três universidades públicas estaduais paulistas – UNESP, USP e UNICAMP.

A partir de ilustrações e fotografias³, participantes desses coletivos expõem seus sentimentos, discutem suas vivências e divulgam ações de resistência em um ambiente onde cotidianamente são vítimas de violências físicas, morais e psicológicas, perpetradas por seus próprios colegas e professores no espaço acadêmico. Essas imagens são a saída encontrada por alunas, alunos e alunes⁴ para expressar sua indignação com um problema que quase nunca é resolvido pelas instituições de ensino, muito ao contrário: as queixas costumam ser minimizadas, relevadas ou simplesmente apagadas, por desinteresse em modificar a estrutura de poder ou por receio de expor a instituição.

E as ouvidorias, mesmo tendo sido criadas há mais de vinte anos nas três universidades aqui analisadas, não costumam ter legitimidade entre os estudantes, pois são percebidas como mero artifício para o cumprimento da legislação estadual⁵. Portanto, como aconselhou Ahmed (2018), se não existem espaços de acolhimento nas próprias instituições de ensino, eles precisam ser encontrados em outros lugares.

Em um primeiro momento os coletivos se desenvolveram de forma presencial e, mais tarde, também de forma *on-line* com o advento das redes sociais digitais. Do extinto *Orkut*⁶

¹ O conceito “coletivo” aqui empregado vai ao encontro do que Touraine (2006) designa como ação social ou ação coletiva social. O autor discorda da denominação “movimento social” para o ativismo das sociedades pós-industriais, pois a globalização alterou os locais, os tipos de conflitos, as demandas e os instrumentos de atuação, diferentemente de “movimento social”, designação mais pertinente a um conjunto político ou territorial bem determinado. Um coletivo digital, seria, então, uma versão ou extensão das ações coletivas sociais no universo online.

² Redes sociais digitais aqui são compreendidas a partir de Lins (2021, p. 96): “Redes sociais compreendem diversas plataformas que permitem aos usuários/participantes produzir e circular conteúdos, trazendo à baila transformações nas lógicas de colaboração, compartilhamento e socialização)

³ Pelo pequeno número de vídeos postados nos coletivos esse formato foi desconsiderado.

⁴ O uso da letra “e” é utilizado em alguns substantivos com o intuito de referenciar pessoas não binárias

⁵ Lei 10.294 de 20 de abril de 1999, que dispõe sobre a “proteção e defesa do usuário do serviço público do Estado de São Paulo”.

⁶ *Orkut* foi uma rede social digital criada em 24 de janeiro de 2004 pelo engenheiro turco Orkut Büyükkökten, e uma das mais acessadas no Brasil, chegando a mais de 30 milhões de usuários. Filiada ao *Google*, foi desativada em 30 de setembro de 2014 pois estava perdendo usuários para o Facebook, lançado em 2011.

(2004/2014) aos mais recentes *Facebook*⁷ (2008) e *Instagram*⁸ (2011), foi a partir dessas plataformas que a violência de gênero nas universidades começou a se tornar visível para os que estavam fora de seus muros e cercas, e, em alguns casos, até mesmo para a própria comunidade acadêmica. Apesar do *Twitter*⁹ também ser utilizado como plataforma de compartilhamento pelos coletivos universitários, nessa pesquisa nos detemos nas redes sociais *Facebook* e *Instagram* por serem mais adequadas à postagem de imagens, objeto desse estudo.

O objetivo geral dessa pesquisa é analisar se as imagens visuais – ilustrações e fotografias – criadas e/ou compartilhadas pelos coletivos quanto às violências de gênero e suas interseccionalidades sofridas na universidade estão seguindo a proposta de decolonizar¹⁰ o olhar, ou seja, a intenção é confrontar se as demandas dos coletivos universitários estão representadas nas imagens criadas para os *posts* de suas páginas e perfis do *Facebook* e do *Instagram*. Para isso, utilizo o conceito de decolonização do olhar, em diálogo com a semiótica plástica, útil para esmiuçar como os elementos gráficos constroem os significados.

A decolonização do olhar é uma proposta de criação visual que se insere nos estudos do giro decolonial, método analítico que se volta contra o padrão eurocêntrico trazido pelos colonizadores e busca as raízes desse modelo de opressão que reforça as hierarquias, e, conseqüentemente, as discriminações em torno dos marcadores da diferença, entre eles o gênero, a raça, a classe social e a religião. Como aponta Mignolo (2007, p. 29): “a virada decolonial é a abertura e a liberdade de pensamento e formas de vida-outros (economias-outros, teorias políticas-outros); a limpeza da colonialidade do ser e do saber; distanciamento da retórica da modernidade e seu imaginário imperial”.

Para Schlenker (2012, p. 114), a crítica da visualidade iniciou o segundo momento do pensamento decolonial ao abrir um novo caminho para “pensar a relação entre imagem, poder e conhecimento no contexto da matriz colonial de dominação inaugurada com a primeira

⁷ *Facebook* é uma rede social virtual lançada nos EUA em 4 de fevereiro de 2004 pelos então estudantes norte-americanos Mark Zuckerberg, Andrew McCollum, Dustin Moskovitz e Chris Hughes, e pelo brasileiro Eduardo Saverin. Chegou ao Brasil em 2008.

⁸ *Instagram* é uma rede social *online* cuja mais importante característica é o compartilhamento de fotos e vídeos entre seus usuários. Foi fundada nos EUA em 06 de outubro de 2010 pelo engenheiro de software norte-americano Kevin Systrom e pelo também engenheiro e empresário brasileiro Mike Krieger.

⁹ *Twitter* é uma rede social digital que funciona como um *microblog*, que permite aos usuários enviar e receber atualizações pessoais de outros contatos, e, apesar de permitir a postagens de imagens, preza pela manifestação em forma de textos escritos.

¹⁰ De acordo com Santos, V. (2018, P. 03), “o decolonial seria a contraposição à “colonialidade”, enquanto o descolonial seria uma contraposição ao “colonialismo”, já que o termo “descolonización” é utilizado para se referir ao processo histórico de ascensão dos Estados-nação após terem fim as administrações coloniais, como o fazem Castro Gómez e Grosfoguel (2007) e Walsh (2009)”.

modernidade”¹¹. Decolonizar imagens, portanto, é uma forma de criação que pretende identificar, criticar e, principalmente, interromper o caráter político das imagens coloniais, que separaram e hierarquizaram os indivíduos por marcadores sociais. Como indica Quijano (1997, p. 274), é tempo de nos libertarmos do espelho eurocêntrico “onde a nossa imagem é, sempre, necessariamente, distorcida. É tempo, enfim, de deixar de sermos o que não somos”.

É por esse caminho que oriento essa tese. Penso ser uma questão central o debate sobre a decolonização do olhar, sobre um novo modo de representar em imagens as vivências, os corpos, as sexualidades e os sentimentos, principalmente em uma sociedade repleta de violências relacionadas aos marcadores sociais impostos pela colonialidade. Como afirma Schenkler, o debate sobre o giro colonial aplicado às artes torna-se central quando a criação se propõe a compreender outras vidas, outros lugares: “criar para fortalecer laços, criar para fazer memória, criar para reafirmar identidades e pertencimentos” (2012, p. 02).

Nesse sentido, a partir da observação dos tipos de violências sofridas no ambiente acadêmico, todas elas resultado do poder colonial, acredito que as imagens dos coletivos tragam uma desconstrução das representações imagéticas que têm dominado o imaginário social há séculos pela colonialidade de poder, assim revelando quais são as violências e angústias que alunas, alunos e alunes enfrentam nas universidades, e, ainda, como se dão suas ações de resistência. Porém, existe a preocupação de que algumas dessas imagens possam estar reproduzindo, inconscientemente, os construtos visuais coloniais que permeiam nossa memória, reforçados, principalmente, pelo consumo midiático. Assim, os coletivos universitários estariam colocando em circulação os mesmos modelos e ideias que desejam combater, o que manteria em prática as violências sofridas no espaço acadêmico.

Assim como os estudos decoloniais, a Teoria das Representações Sociais¹², formatada pelo psicólogo social romeno Serge Moscovici (2003; 2001) e sua principal seguidora, Denise Jodelet (2015; 2009; 2001), também é fundamental para essa pesquisa, pois, como ato cultural que concretiza ideias e sentimentos sob a forma de textos, a representação nos apresenta como os indivíduos manejam suas vivências e emoções, ou, nas palavras de Hall (2016, p. 17) “sobre o que são neste mundo e que mundo é esse sobre o qual as pessoas estão se referindo”.

Como avalia Burke (2017), a imagem é uma ferramenta que torna possível “ler” a estrutura de pensamento de indivíduos e grupos, pois ao carregar traços de convenções

¹¹ Tradução livre de: “... para pensar la relación entre visualidad, poder y conocimiento en el contexto de la matriz colonial de dominación inaugurada con la primera modernidad”.

¹² A Teoria das Representações Sociais (TRS) é descrita por Serge Moscovici (1925/2014) em “*La Psychanalyse, son image, son public*”, obra francesa de 1961, para analisar o campo do simbólico a partir da perspectiva psicossocial. Tem por base as noções de inconsciente, imaginário e memória social.

socioculturais, comporta-se como signo de subjetividades. Ou seja, a imagem traz consigo elementos do imaginário de uma dada sociedade - seus símbolos, valores e ideias -, tornando-se indicativo do comportamento de seus indivíduos. O imaginário, na encruzilhada do racional e do não racional, como ressalta Maffesoli (2001), constrói pontos de vista e ideologias, alimenta a memória e molda as ações do grupo; “o gosto, a sensibilidade, as obras, os estilos, os valores de um povo” (WUNENBURGER, 2007, p. 79).

Desse modo, as representações sociais mobilizam a ação humana, pois o ato de representar algo a alguém já pressupõe a expressão de ideias e emoções. É um passo fora da zona de invisibilidade. Portanto, presumo que se existe opressão na universidade, é a partir do que “dizem” as imagens compartilhadas nos coletivos que estudantes revelam suas subjetividades e tentam conquistar sua liberdade dentro dos *campi*.

Nessa tese a desconstrução, interpretação e análise das representações sociais traduzidas em formas expressivas visuais (ilustrações e fotos) nos *posts* dos coletivos foi realizada a partir das considerações de Pietroforte (2020; 2020^a) sobre a semiótica plástica proposta por Greimás (2014; 1984), em diálogo com os estudos decoloniais, feministas e interseccionais. Greimas aponta que o exame da significação dos textos visuais pede um olhar detalhado sobre a relação entre o plano de conteúdo, isto é, aquilo que o texto quer dizer, e o plano de expressão, ou seja, os elementos plásticos (formas, linhas, cores, fontes, etc.) utilizados para construir uma imagem. Nesse modelo, a análise semiótica de uma imagem deve partir de uma categoria semântica fundamental, ou seja, um tema, formada a partir da contraposição de uma qualidade positiva de um termo à sua negativa. Aqui essa categoria é “opressão vs liberdade”, que opõe as violências sofridas pelos estudantes à liberdade de subjetividades perseguida.

Nesse “interrogatório da imagem”, como denomina Hall (2016), as representações presentes nos *posts* dos coletivos também foram confrontadas com aquelas postas em circulação pelos meios de comunicação hegemônicos com o intuito de avaliar se elas subvertem os estereótipos ou se reforçam discriminações e preconceitos.

O recorte analítico da pesquisa tem início em 2010, ano de realização do “Rodeio das Gordas”, ocorrido no InterUnesp (hoje denominado Inter), evento acadêmico-esportivo que reuniu estudantes de todos os *campi* da UNESP na cidade de Araraquara/SP. Essa pesquisa abrange imagens postadas nos coletivos digitais no período de dez anos, entre 2010 (realização do Rodeio das Gordas) e 2020, ano em que se iniciou a pandemia de Covid-19 e, devido ao isolamento provocado pelo cancelamento das aulas presenciais, estudantes se desmobilizaram pela falta de laços físicos, o que fez com que muitos coletivos universitários fossem desativados.

O Rodeio das Gordas foi, segundo seus organizadores, uma “brincadeira” que consistia em montar alunas consideradas obesas e ficar sobre elas o maior tempo possível, como se fossem animais em rodeios. Os melhores “montadores de gordas” eram premiados. As regras do rodeio foram divulgadas em uma página do *Orkut*, o que chamou a atenção de ativistas feministas e movimentos estudantis, ganhando, assim, ressonância na imprensa e posterior acusação judicial dos envolvidos na criação da “brincadeira”.

Essa pesquisa considera o “Rodeio das Gordas” um marco temporal dos estudos sobre a violência de gênero no caso *unespiano* por fomentar investigações sobre o tema e levar à criação do Projeto de Pesquisa CNPq/UNESP (2017- 2019) intitulado “Sobrevivência(s) e violência de gênero no espaço acadêmico: avanços, ambiguidades e perspectiva”, em que se incluiu esse trabalho. Coordenado pela Profa. Dra. Lídia M. V. Possas, o projeto tem como objetivo propor alternativas de superação da violência a partir da investigação, mapeamento e problematização de relações, práticas e representações de gênero existentes no cotidiano acadêmico dos *campi* da UNESP localizados nas cidades de Marília, Bauru e Botucatu.

O projeto resultou em diversas pesquisas, entre elas “Violências de gênero no espaço acadêmico: trotes e festas universitárias” (GASPAR, 2018)¹³, “Gênero e a universidade: coletivos e a era das *hashtags*” (ALY, 2020)¹⁴ e “Violência de gênero e raça na universidade: movimentos estudantis de resistência na UNESP” (BARRETO, 021)¹⁵.

Foi nesse contexto que minha trajetória de mais de 35 anos como docente despertou para o olhar crítico e sensível sobre as formas de opressão vivenciadas por alunas, alunos e alunes no espaço acadêmico, onde ainda vigora o padrão eurocêntrico patriarcal e misógino nas relações e práticas sociais. Em meio à participação no Grupo de Estudos e Pesquisa Cultura & Gênero, do LIEG¹⁶ - Laboratório Interdisciplinar de Estudos de Gênero da UNESP/Marília vislumbrei prosseguir meus estudos no programa de doutoramento, pois as leituras e discussões sobre as violências de gênero no grupo revelaram novos sentidos sobre as imagens e seus discursos, área de minha formação inicial.

A partir do “Rodeio das Gordas” diversas questões se colocaram, primeiramente para a comunidade acadêmica da UNESP: por que esse tipo de ação seria pensado por um público de

¹³ Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Sociais apresentado à Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília/SP, 2018.

¹⁴ Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Sociais apresentado à Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília/SP, 2020.

¹⁵ Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Sociais apresentado à Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília/SP, 2021.

¹⁶ O LIEG – Laboratório Interdisciplinar de Estudos de Gênero da UNESP/Marília foi criado em 2010 e reúne o Grupos de Estudos de Estudos de Gênero (2000), projetos de pesquisa de graduação e pós-graduação em distintas áreas do conhecimentos, além de projetos e cursos de extensão, seminários e *workshops*.

estudantes de curso superior? Qual a razão do ato de usar meninas com sobrepeso ou obesas como se fossem animais de montaria em um rodeio? Quais significados estariam enraizados nessa proposta? Como ficar em silêncio diante de um tratamento tão desigual frente a diversidade de pessoas? Haveria explicações que tangenciariam a cultura patriarcal de nossa sociedade e de uma masculinidade opressiva? As mulheres seriam mesmo frágeis e subalternizadas a ponto de poderem ser “domadas” pelos homens?

O Capítulo I aborda essa procura por respostas; por desvendar qual cultura permeia a violência de gênero e suas interseccionalidades na universidade. Foi realizado um levantamento de notícias veiculadas pela imprensa escrita e virtual brasileira durante o período 2010-2020, a fim de dialogar com análises de pesquisas desenvolvidas sobre a violência nas universidades brasileiras, com o exame de uma Comissão Parlamentar de Inquérito instalada em 2014, com os desdobramentos acadêmicos, políticos e jurídicos da realização do “Rodeio das Gordas”, além de relatos visuais e escritos compartilhados pelos coletivos universitários relacionados à UNESP, USP e UNICAMP.

A universidade, percebida como o local privilegiado do intelecto e do saber, aporte para a construção de uma sociedade contemporânea mais tolerante, onde, naturalmente, atos irracionais como a violência não teriam lugar, na verdade não é um território imparcial e de igualdades como pressupõe a comunidade externa a ela. Como parte de uma sociedade eurocêntrica, se trata de uma instituição moldada nos padrões coloniais do poder e do saber. É uma reprodução fiel a esse modelo que sustentou o poder nas mãos de homens, brancos e heterossexuais, assim estabelecendo hierarquias de raça e gênero, entre outros marcadores sociais da diferença. Desse modo, também deslegitima outras formas de existir, outras vivências e outras corporalidades e subjetividades de gênero, como aponta Butler (2013).

As discriminações, os assédios, as agressões físicas e os estupros sofridos por estudantes não são exclusividade das três universidades paulistas. Durante a pesquisa, foram encontradas diversas denúncias de comportamentos abusivos entre estudantes universitários de todo mundo, que provocaram tanta indignação quanto a nossa em relação ao Rodeio das Gordas.

Em 2014, de acordo com matéria do portal *El País*¹⁷, o Departamento de Educação do governo norte-americano investigou 86 instituições de ensino superior, incluindo-se aí as prestigiadas Harvard e Princeton, por “supostamente ignorar casos de violência sexual em suas dependências”. Um ano depois, foi lançado no Festival de Sundance o documentário “The

¹⁷ CORRÊA, Alessandra. Nos EUA, mais de 80 universidades são investigadas por ignorar estupros. BBC/Brasil, 24/11/2014, Internacional. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/11/141118_estupros_universidades_eua_ac Acesso: 17/07/2021.

Hunting Ground”¹⁸, disponibilizado na Netflix logo depois, que expõe com testemunhos das/dos sobreviventes e entrevistas com autoridades das universidades, os inúmeros casos de estupro nos *campi* norte-americanos e as tentativas de acobertamento dos crimes pelas instituições de ensino.

Em 2016, casos de estupro na Universidade de Montana levaram à publicação do livro “Missoula - o estupro e o sistema judicial em uma cidade universitária”, de Jon Krakauer. O jornalista norte-americano pesquisou os casos de estupro na Universidade de Montana, em Missoula, entre 2008 e 2012 e encontrou no departamento de justiça denúncias de 350 crimes ocorridos na cidade universitária nesse período. Os casos tiveram pouca atenção das autoridades policiais e da instituição de ensino, onde alguns dos diretores faziam vistas grossas às denúncias por envolverem atletas de seu famoso time de futebol americano. No livro Krakauer questiona duramente os rumos das investigações que permitiram o que chamou de “epidemia de violência sexual” em Missoula.

Na América Latina, segundo Possas (2020), instituições como Universidade de Chile e Universidade do México foram alvo de uma série de escândalos sexuais em 2018. No Chile, as estudantes universitárias iniciaram uma greve contra a omissão das universidades, com manifestações contra a violência machista e exigência de protocolos de enfrentamento contra casos de assédio sexual que, “segundo as jovens, são acobertados pelas instituições”. Aconteceu o mesmo no México, como ressalta a autora:

Com várias manifestações públicas, as estudantes ocuparam as ruas com cartazes onde liam-se: “Sem mais assédio!”, “Meu corpo não quer sua opinião”, “Eu também fui assediada”. Várias bandeiras rubro negras foram penduradas na fachada do prédio para deflagrar uma greve e bloquear uma das avenidas mais movimentadas da cidade. Era uma forma de ocupar o espaço e criar o fato (POSSAS, 2020).

No Brasil, situações semelhantes de abusos e assédios começaram a ser expostas nas redes virtuais, a exemplo da página criada em julho de 2013 no *Facebook* pelo Coletivo Genis¹⁹ (UNESP/Botucatu) e da comunidade “Meu Professor Abusador”²⁰, criada em 09 de fevereiro de 2016 também no *Facebook*. A partir daí, o problema ganhou o espaço público e deu início a pesquisas sobre a violência nas universidades, a exemplo da coordenada pelo Instituto Avon

¹⁸ The Hunting Ground. Direção: Kirby Dick. EUA, 2015.

¹⁹ Coletivo Genis – UNESP/Botucatu. Facebook: <https://www.facebook.com/coletivogenis> Acesso: 23/11/2019

²⁰ Meu Professor Abusador. Disponível em: <https://www.facebook.com/Meu-Professor-Abusador-1123550511018710> Acesso: 08/09/2019

em parceria com o Data Popular²¹ em 2015, além de fóruns de debates e uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), instaurada em 2014 pela ALESP - Assembleia Legislativa de São Paulo, conhecida como “CPI dos Trotes”.

A violência de gênero traduzida pela colonialidade se torna ainda mais contundente quando sobrepõe outros marcadores sociais que acumulam discriminações e preconceitos, a exemplo da raça/etnia, classe social, sexualidade e religião, como aponta Lugones (2014). Essa questão foi amplificada nas universidades a partir de 2012, com a implantação das cotas²² de vagas para estudantes negros, indígenas e estudantes de escolas públicas, o que trouxe uma maior diversidade econômica e racial nessas instituições, embora houvesse resistências em muitas instituições de ensino.

Pesquisas realizadas pelas próprias universidades e instituições externas a elas apontam que a chegada dos estudantes cotistas, em especial os negros, tornou-se um gatilho para o aumento considerável de práticas de violência – como *bullying* e assédios -, pois do ponto de vista dos indivíduos acolhidos pelo padrão eurocêntrico a universidade é o local privilegiado da branquitude, então não seria um lugar adequado para negras e negros. É o que ressalta Gonzáles (1984): “a cor da pele sempre foi signo e estigma”, determinando o lugar onde se “deve” estar.

Por isso, a análise pelo viés interseccional também foi fundamental para essa pesquisa, pois trata das identidades sociais sobrepostas, particularmente as minoritárias, e se relacionam com sistemas e estruturas de opressão, dominação ou discriminação (CRENSHAW, 2004), como é a estrutura universitária. Os estudos interseccionais se tornaram especialmente importantes para o exame das representações sociais contidas nas imagens dos coletivos, pois ajudaram a revelar como as diversas discriminações vividas no âmbito acadêmico interagem entre si e desqualificam quem se atreve a ficar fora da norma eurocentrada.

As leituras de autores como Gonzáles (2018;1984), Lugones (2014; 2008), Femenías (2007; 2000), Quijano (2007; 2005; 1997), Crenshaw (2004; 2002), Akotirene (2019), dentre outros, ofereceram suporte teórico-crítico nesse capítulo.

O Capítulo II aborda os usos, funções, características e especificidades dos coletivos universitários digitais contra a violência de gênero na universidade criados por alunas, alunos

²¹ Instituto Avon / Data Popular. Violência contra a mulher no ambiente universitário. 2015. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/violencia-contr-a-mulher-no-ambiente-universitario-data-popularinstituto-avon-2015> Acesso: 26/02/2019.

²² Lei no. 12.711, de agosto de 2012, conhecida também como Lei de Cotas. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm Acesso: 24/03/2020.

e alunes da UNESP, da USP e da UNICAMP. O texto é também permeado por imagens e relatos sobre a estrutura e as vivências de seus membros.

Sem o acolhimento das instituições, a saída para quem não sucumbe à concepção de existência do sistema de gênero colonial é se juntar a outros indivíduos a fim de tentar resgatar a subjetividade do destino pré-estabelecido pela norma. A dificuldade de inclusão social e de representatividade leva alunas, alunos e alunes a constituírem grupos de resistência para existir e agir, como afirma Possas (2018, p. 02). Os coletivos se tornam, então, evidências de como os estudantes construíram caminhos e, mesmo agindo na improvisação, estão se mobilizando para descolonizar o sistema eurocentrado das universidades, fazendo emergir os lugares de fala de vozes antes silenciadas.

Dos encontros presenciais, os coletivos universitários ampliaram sua ação para as redes sociais digitais, conhecidos como coletivos *on-line* ou coletivos digitais. Aqui são compreendidos como ações colaborativas coletivas, representativas de uma nova fase da participação e do ativismo, como apontam Di Felice, Roza e Pereira (2019, p. 09): “configuram uma nova arquitetura da participação, alterando o significado contemporâneo de democracia”.

A universidade, por sua estrutura rígida e convencional de padrões hierárquicos, misóginos e homofóbicos, limitam as existências e as agências de alunas, alunos e alunes. Nesse contexto, os coletivos universitários ocupam o papel de intermediários entre o sistema existente, ainda cravado de tradicionalismo científico, que não consegue solucionar os problemas de uma comunidade dinâmica e complexa, e o cotidiano acadêmico. Um exemplo é a debilidade das ações propostas pela universidade para o enfrentamento das demandas surgidas após a implantação das cotas raciais e o ingresso dos estudantes de escolas públicas pelo ENEN²³, que exige repensar urgentemente as práticas existentes frente à fraca representatividade e as discriminações sofridas por esses estudantes em um ambiente fortemente hierarquizado pelo modelo eurocêntrico de universidade.

Como dito, para a análise das imagens compartilhadas pelos coletivos aqui foram definidas as plataformas *Facebook* e *Instagram*, onde os coletivos universitários estão mais presentes e por serem as mais utilizadas no Brasil²⁴ depois do *Youtube*, que não foi incluído

²³ De acordo com informações do *site* do INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, o ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio foi instituído em 1998 com o objetivo de avaliar o desempenho escolar dos estudantes ao término da educação básica. Em 2009, o exame passou a ser utilizado como mecanismo de acesso à educação superior. As notas do Enem podem ser usadas para acesso ao Sistema de Seleção Unificada (Sisu) e ao Programa Universidade para Todos (ProUni). Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/enem> Acesso: 12/07/2021.

²⁴ Segundo o relatório Digital 2021, as três redes sociais mais usadas no Brasil em 2020 são: Youtube (96.4%), WhatsApp (91.7%), Facebook (89.8%), Instagram (86.3%).

nessa pesquisa por se tratar de uma plataforma exclusiva para compartilhamento de vídeos. O *Twitter*²⁵ também foi descartado por ser usado por ter restrições de compartilhamento relativas à quantidade de caracteres em textos e número de fotos e figuras.

A partir de uma pesquisa exploratória, primeiramente foi realizado um mapeamento dos coletivos relacionados à questão da violência de gênero no espaço acadêmico ligados aos cursos de graduação e pós-graduação das três universidades estaduais paulistas - UNESP, USP e UNICAMP (ver Anexo I). Os coletivos foram divididos por suas designações: feministas, LGBTQIA²⁶⁺ e raciais, sendo que muitos adotam um viés interseccional, a exemplo daqueles que se designam coletivos feministas negros.

Posteriormente, foi feito um exame mais detalhado com as informações disponíveis nos perfis e grupos dos coletivos no *Facebook* e no *Instagram* para levantar se ainda estão ativos e se estão presentes nas duas redes sociais digitais. Após o mapeamento inicial, selecionei os coletivos mais atuantes para a análise de suas especificidades, ações e funções, contando com autoras e autores que possuem *expertise* frente ao tema, a exemplo de De Abreu (2017; 2010), Gohn (2016; 2014, 2013), Haraway (2007), entre outros. Também estabeleci um diálogo com as representações visuais e relatos escritos compartilhados nas páginas, grupos e perfis das plataformas citadas.

O Capítulo III tem como objetivo a análise das imagens criadas ou compartilhadas pelos coletivos universitários mais atuantes dentre aqueles identificados, a fim de desvendar como as vivências, os confrontos com o poder e as demandas dos estudantes estão sendo traduzidas em representações visuais, e se elas se aproximam à linha criativa de decolonização do olhar.

O primeiro critério de seleção das imagens a serem analisadas foi o agrupamento em temas que se repetiam com certa constância entre os coletivos, a exemplo de sexualidades, corporeidades e representações identitárias. A partir daí foi feita uma triagem das ilustrações e fotografias que mais exploraram a decolonização do olhar, ou seja, que mais se aproximaram da produção de narrativas imagéticas que não reproduzissem a estética colonial e incorporassem as diferenças multiculturais, como descrito por Barriandos (2019), Léon (2012) e Schenkler (2019; 2017; 2016; 2012).

²⁵ *Twitter* é uma rede social e provedor de microblogging fundado em 2006 pelos desenvolvedores de *software* norte-americanos Jack Dorsey, Biz Stone, Noah Glass e Evan Williams, que se caracteriza pela rapidez de envio de mensagens de textos que devem conter o máximo de 280 caracteres.”

²⁶ LGBTQIA+ - Sigla para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero, Queer, Intersexo e outras orientações de gênero.

Como ressalta León (2012), esse movimento vindo do *design*, da fotografia e do cinema latino-americano é uma necessidade, já que o não-reconhecimento de nossa história cultural é “não a deixar existir”, o que fundamenta o poder eurocêntrico:

Os debates sobre cultura visual realizados na América Latina são pautados em reintroduzir a história no pensamento da imagem e levantar a descontinuidade geográfica que assedia o campo da visualidade. Estudos visuais reconceituados em nossa região exigem pensar na diversidade de histórias e na heterogeneidade estrutural que compõem a visualidade ao nível do sistema mundial moderno²⁷. (2012, p.115)

Como citado, para o exame mais detalhado sobre como chegar ao significado das imagens dos coletivos, partimos para a comparação entre plano de conteúdo (assunto) e plano de expressão (elementos plásticos) proposta pela semiótica visual/plástica de Greimas. Para o autor, essa análise deve partir de uma categoria semântica, ou seja, de um tema que percorra um conjunto de imagens de modo que oponha dois signos relativos ao assunto geral, aqui a vida universitária. Foi escolhido o tema “opressão vs liberdade”, que antagoniza a opressão frente à violência vivida e a liberdade que se persegue e, nesse sentido, indo ao encontro do projeto político de decolonização do olhar.

Nessa pesquisa as imagens são priorizadas, mas os discursos escritos que acompanham as ilustrações e fotografias também são trazidos para a análise, pois muitas vezes são importantes para contextualizar e ancorar os significados visuais.

Ao descortinar os sentidos que à primeira vista não são visíveis nas imagens criadas ou compartilhadas pelos coletivos universitários contra a violência de gênero e suas interseccionalidades, acredito ser possível acessar um conhecimento mais denso sobre as angústias, subjetividades e demandas de seus membros. Para Ahmed (2018, p. 55), os textos permitem nos aproximar de experiências, nos deixam “compreender o que temos vivido depois de vivê-lo (...), nos tornamos testemunho retrospectivo de nosso devir”.

O sentimento de eterna exclusão de estudantes violentadas/os física e simbolicamente no cotidiano da universidade não pode mais ser ignorado. Considero que essa análise possa contribuir para fazer ouvir as vozes que reclamam a implantação urgente de políticas institucionais de prevenção, enfrentamento e alternativas contra a violência de gênero dentro dessas instituições de ensino. O que traria, por fim, equidade e respeito à diversidade de gênero e suas interseccionalidades nas universidades.

²⁷ Tradução livre de: “Los debates sobre Cultura Visual pensados desde América Latina están llamados a reintroducir la historia en el pensamiento de la imagen y a plantear la discontinuidad geográfica que asedia al campo de la visualidad. Los estudios visuales reconceptualizados desde nuestra región exigen pensar la diversidad de historias y la heterogeneidad estructural que configuran la visualidad a nivel del sistema mundo-moderno”.

CAPÍTULO I

VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA UNIVERSIDADE – O INÍCIO DA VISIBILIDADE

A violência humana é um fenômeno de natureza histórica e social, com infinitas perspectivas analíticas. Possui visibilidade quando se concretiza fisicamente, mas também pode estar presente de forma simbólica em todas as relações. Mas sempre há conexão com o poder dirigido de um indivíduo ou grupo a outro, mesmo que esse outro não perceba.

A violência está entranhada em nossa sociedade, e, como em todos os espaços que dela fazem parte, também a sentimos na universidade. Nesse que deveria ser o local de diálogos, de enfrentamentos de desigualdades sociais e de participação igualitária dos menos favorecidos, na verdade, o que se tem é um universo marcado por conservadorismo e elitismo, avesso a críticas e repleto de hierarquias e normas, oficiais ou mascaradas, que, como afirma Possas (2017, p. 99), “acabam sendo excludentes e não condizem com os discursos e a retórica de uma autonomia endógena, um espaço de pessoas ‘esclarecidas’”.

O tipo de violência mais presente nas universidades tem relação com o gênero e suas interseccionalidades, como a cor da pele e a classe social, e atinge cotidianamente alunas, alunos e alunes. Assédios e abusos sexuais e morais, agressões físicas e verbais, coerções psicológicas, discriminações, estupros e até mortes, vitimizam estudantes fora dos padrões vigentes na sociedade patriarcal eurocêntrica – homem, branco e heterossexual -, que se tornam alvos recorrentes da violência de gênero perpetrada por colegas, professores e funcionários das instituições.

Essa pesquisa compreende que o conceito de patriarcado apresenta alguns limites teóricos e metodológicos, pois sua utilização, muitas vezes, reforça uma análise que pretende generalizar a condição de subalternidade das mulheres frente ao sistema. O debate sobre o conceito é central em uma série de estudos feministas que buscam teorizar a relação do patriarcado na contemporaneidade. Porém, como aponta Azevedo (2016, p.14), não há uma uniformidade: “o conceito muitas vezes é usado como sinônimo de ‘dominação masculina’ e ‘opressão das mulheres’, ou substituído por falocracia, androcentrismo e relações de gênero”.

A perspectiva aqui é utilizar o conceito patriarcado como um dos componentes da trama das violências vivenciadas pelas mulheres plurais nos ambientes universitários brasileiros.

Observa-se que o patriarcado existe hoje como extensão de processos históricos de opressão ocidentais, e na sociedade brasileira consegue se reinventar nas relações hierárquicas nas quais homens ou representações da figura masculina hegemônica dominam espaços de poder e prestígio legitimados pelo uso da violência.

McClintock (2010) utiliza o termo “reinvenção do patriarcado” para explicar, a partir da análise da obra “As minas do Rei Salomão”, de H. Rider Haggard (1885), o novo tipo de patriarcado surgido nas colônias britânicas no séc. XIX, depois da decadência da família patriarcal na sede do império. A força de trabalho da mulher negra nas colônias, inclusive dentro da casa dos brancos, era de extrema importância para a Grã-Bretanha, pois boa parte da riqueza gerada nas colônias vinha do trabalho dessas mulheres, retirando o controle do chefe negro sobre a família e o trabalho. Assim, como expõe McClintock (pp. 375-376), é reorganizada “a produção e a reprodução dentro da família negra”, e devolvido o poder ao homem branco dono das terras nas colônias, processo depois denominado por Quijano (2005) e outros autores latino-americanos de “colonialidade do poder”.

Quanto ao conceito eurocentrismo, nessa pesquisa ele é utilizado a partir da descrição de Quijano (2005) como a construção do conhecimento baseada na “invenção da Europa” e dos europeus como “a versão mais completa da evolução humana”, o que determinou a construção de subjetividades e intersubjetividades de gênero calcadas no modelo homem/mulher heterossexual. “A colonialidade do ser” se estendeu aos povos colonizados e apagou outras identidades existentes, a exemplo dos povos nativos que estivessem fora da norma da civilização. Além disso, o eurocentrismo estabeleceu a ordem hierárquica racial dos brancos superiores a outros indivíduos.

O saber também foi gerado e disseminado pelos europeus a seus colonizados como um modelo universal, incluindo-se aí as universidades, e assim eliminando qualquer possibilidade das culturas dos povos locais permanecerem autônomas. É o que Quijano (1997) e outros autores denominam “colonialidade do saber”.

A colonização terminou, mas deixou como herança a colonialidade, que sobrevive entre nós impondo padrões de poder, de ser e de saber. Como destacam Oliveira e Candau (2010, p. 18), sob a forma da colonialidade o poder se entranha nas diversas culturas; “chega às raízes mais profundas de um povo e sobrevive apesar da descolonização ou da emancipação das colônias latino-americanas, asiáticas e africanas nos séculos XIX e XX”.

Para Quijano (2005), a colonialidade é o padrão de poder que se manifesta em consequência do colonialismo moderno, mas que não está associado somente à relação política

ou econômica entre países, mas sim àquele poder que se infiltrou em todas as instâncias da vida dos colonizados, do trabalho ao lazer, da ciência ao imaginário, e, principalmente, às suas subjetividades. Maldonado-Torres (2007, p. 131) ressalta que a partir da colonialidade, o colonialismo sobrevive na autoimagem dos povos e nas aspirações dos sujeitos.

A manutenção dos padrões concretizados pela colonialidade é sentida fortemente na perspectiva do gênero, pois o poder patriarcal ainda domina vários aspectos da vida das mulheres e da comunidade LGBTQIA+, como destaca Lugones (2014, p. 939): “diferentemente da colonização, a colonialidade do gênero ainda está conosco”. Está presente na divisão sexual do trabalho doméstico e profissional, na esfera política com a falta de representatividade e no controle dos corpos e da reprodução, por exemplo.

Nesse capítulo utilizo esses conceitos a fim de contextualizar de onde provém a violência de gênero e suas interseccionalidades dentro das universidades UNESP, USP e UNICAMP.

1. O Rodeio das Gordas

O “Rodeio das Gordas” foi realizado entre os dias 09 e 12 de outubro de 2010, na cidade de Araraquara, interior de São Paulo, no então denominado InterUnesp, evento esportivo que reuniu milhares de alunos de todos os *campi* da UNESP. De acordo com reportagem do portal de notícias G1¹, ao menos 50 estudantes participaram da “brincadeira”: os alunos se aproximavam das alunas e, fazendo perguntas como se fossem paquerá-las, “agarravam as garotas, de preferência obesas, e tentavam ficar sobre elas o máximo de tempo possível, como se estivessem em um rodeio”. A reportagem traz relatos de que muitos estudantes gritavam “Pula, gorda bandida!” para as alunas.

Antes dessa matéria, o jornal Gazeta do Povo de Curitiba já havia coberto o evento, mas por se tratar de um jornal regional, a notícia não teve tanta repercussão quanto a do G1, que faz parte do grupo Globo, de abrangência nacional. Intitulada “O absurdo Rodeio das Gordas”², a publicação divulgou detalhes: “os rapazes deveriam encontrar meninas acima do peso e ficar

¹ “Alunos suspeitos de criar 'rodeio das gordas' são ouvidos na Unesp”. G1/SP, 09/11/2010. Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2010/11/alunos-suspeitos-de-criar-rodeio-das-gordas-sao-ouvidos-na-unesp.html#:~:text=Um%20aluno%20do%20curso%20de,Gorda%20Araraquara%202010%E2%80%9D%20no%20Orkut.&text=Ao%20menos%2050%20estudantes%20participaram%20do%20%22jogo%22> Acesso: 18/07/2019.

² “O absurdo rodeio das gordas”. Gazeta do Povo (ONLINE), 28/10/2010. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/o-absurdo-rodeio-das-gordas-0umrmii6se0si5yb2r49ead72/> Acesso: 16/05/2018.

‘montados’ nelas durante 8 segundos. Ganhava mais ‘pontos’ quem agredisse a garota mais gorda”.

As regras foram compartilhadas na comunidade “Rodeio de Gorda Araraquara 2010” do Orkut³, página que chamou definitivamente a atenção dos veículos de comunicação. Em 28 de outubro de 2010, data de compartilhamento da foto da página com as regras do “rodeio” pelo blog “Papo Sérió Brasil”⁴, a comunidade tinha 66 pessoas. O “regulamento” foi dividido em três partes: Regras do rodeio, Da bandidagem e Do corpo da gorda. (Imagem 01)

Imagem 1.01 – Comunidade no Orkut - Rodeio das Gordas Araraquara 2010



Fonte – Papo Sérió Brasil ⁵

Na primeira parte estavam dispostas normas que ressaltavam o tempo de “montaria” e como deveria acontecer o rodeio: “o peão deve permanecer 8 segundos segurando a gorda”, “fechar a guarda da gorda”, entre outras. Quanto à parte Da Bandidagem, a regra previa que “gordas bandidas são as mais valiosas”, referência às meninas que não queriam se submeter à “brincadeira” e davam “coices” nos montadores. O termo “gorda bandida”, segundo o blog “Papo Sérió Brasil”, era uma referência ao touro Bandido, que ficou famoso ao se tornar

³ A rede social Orkut foi criada em 24 de janeiro de 2004 e desativada em 30 de setembro de 2014. Seu nome é originado no projetista chefe, Orkut Büyükkökten, engenheiro turco do Google. Tinha no Brasil um mercado muito importante, chegando a agregar mais 30 milhões de usuários. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Orkut> Acesso: 08/03/2020.

⁴ Papo Sérió Brasil – Disponível em: <http://www.paposerio.org/2010/10/imagens-da-comunidade-do-orkut.html>. Acesso: 09/03/2019

⁵ Idem

personagem da novela América, da Rede Globo. O último “parágrafo” das regras – “Do corpo da gorda” define que a garota a ser montada “tem de ser grande, bem grande”.

A matéria da Gazeta do Povo de Curitiba destacou a violência contra as alunas utilizando o subtítulo “Valores patriarcais - a face perversa da violência contra a mulher” e reproduziu uma entrevistas com a pesquisadora Maria Amélia de Almeida Teles, feminista militante desde a ditadura e coordenadora do projeto "Promotora Legais Populares", da União das Mulheres de São Paulo. O texto realça uma fala em que a pesquisadora demonstra sua indignação frente às agressões praticadas por alunos da UNESP: “a atitude dos acadêmicos mostra a face perversa da violência contra a mulher no Brasil. Eles saíram do âmbito só do preconceito e partiram para a ação”. A pesquisadora ainda comenta, na reportagem, que existe uma necessidade urgente de se enfrentar a desigualdade de gênero nas universidades, lembrando que essas instituições desenvolvem muitos dos estudos científicos brasileiros, pagos com impostos da população:

Todos os brasileiros estão financiando o ensino desses alunos, já que estão em uma universidade pública, e eles estão reproduzindo o que há de pior na sociedade [...]. Esses eventos tomam grandes proporções porque é das universidades que sairão os pensadores e pensadoras, os futuros presidentes, políticos, autoridades do judiciário e outros postos importantes.

Na mesma semana, alunos de vários *campi* da UNESP criaram um abaixo-assinado contra o “Rodeio das Gordas”. A instituição instaurou processo para investigar o *bullying* coletivo após a exposição do caso pela imprensa e logo depois foram abertos um inquérito policial e uma investigação do Ministério Público.

Em 26 de outubro de 2010, a Faculdade de Ciências e Letras do *Campus* da UNESP em Assis iniciou um processo administrativo disciplinar contra dois estudantes acusados de serem os criadores do Rodeio e de sua comunidade no *Orkut*. Em nota intitulada “Câmpus de Assis conclui processo sobre ‘Rodeio das Gordas’”, divulgada pela Assessoria de Imprensa e Comunicação no *site* da UNESP⁶ em 16 de dezembro de 2010, a direção da faculdade afirma que aplicou uma suspensão de cinco dias aos dois alunos, “por publicarem na *internet*, associado ao nome da Universidade, conteúdo discriminatório e ofensivo à integridade de alunas participantes dos Jogos InterUnesp”.

Em outro trecho da nota a universidade afirma que o processo “é independente do inquérito aberto pelo Ministério Público em Araraquara, onde aconteceram os Jogos InterUnesp

⁶ “Câmpus de Assis conclui processo sobre ‘Rodeio das Gordas’”. Assessoria de Imprensa e Comunicação UNESP, 16/12/210. Disponível em: https://www2.unesp.br/portal#!/aci_ses/notas-e-comunicados/campus-de-assis-conclui-processo-sobre-rodeio-das-gordas/ Acesso: 23/09/2019.

neste ano, mas não exclui a possibilidade de novos indiciamentos administrativos pela Universidade” (UNESP, 2010), e também promete que os resultados iriam ser encaminhados para o órgão.

Mais adiante na nota, a UNESP tenta minimizar o ocorrido, afirmando que “os depoimentos prestados por alunos e alunas envolvidos não permitiram configurar as circunstâncias que diversos veículos de imprensa e *websites* caracterizaram como sendo o chamado ‘Rodeio das Gordas’”. A instituição ainda tenta se eximir da responsabilidade, pois alega que o evento não foi realizado dentro de seu *campus* e que a infração de fato seria a publicação na *internet* envolvendo o nome da universidade:

Por força de seu Regimento Geral, a Unesp tem impedimento legal para aplicar penalidades referentes a atos praticados fora de suas dependências. No entanto, a comissão processante avaliou que houve “ato atentatório à integridade física e moral de pessoas”, definido nesse regimento como infração disciplinar. A infração, portanto, consistiu na divulgação, pela internet, de conteúdo inadequado envolvendo o nome da universidade, o que exige sanção administrativa, mesmo que essa publicação eletrônica tenha ocorrido no dia 14 de outubro, ou seja, dois dias após o encerramento do Interunesp (UNESP, 2010).

A nota também registra que no dia 02 de dezembro de 2020 a UNESP deliberou algumas intenções, mas o texto não trazia muita objetividade em como e quando seriam colocadas em prática:

A Congregação da Faculdade – que já havia aprovado moção de repúdio a atos discriminatórios no âmbito da Universidade no dia da instauração do processo disciplinar – deliberou no dia 2 de dezembro medidas de conscientização e de caráter pedagógico voltadas ao fortalecimento dos direitos humanos e da construção de valores éticos no âmbito da Universidade desde o ingresso dos alunos na Instituição (UNESP, 2010).

Ao final da nota é reforçada a preocupação com o nome da instituição: “A Reitoria da Unesp submeterá ao Conselho Universitário, no início de 2011, proposta de resolução para disciplinar o uso do nome da Instituição em eventos e outras iniciativas realizadas por outras entidades, mesmo quando realizados fora das dependências da Universidade”.

Diante do conteúdo da nota, percebo que a maior preocupação da instituição foi isentar a universidade, como se vê no trecho que ressalta que o InterUnesp foi um evento exterior ao *campus*. Por isso seu nome foi trocado no ano posterior: na nova denominação a palavra UNESP foi retirada, e o evento passou a chamar-se somente “Inter”.

Como citado, o Ministério Público em Araraquara também investigou o caso, além da Polícia Civil da cidade. Segundo a matéria já citada do G1⁷, as duas instituições receberam a denúncia por meio de *prints* do *Orkut* e com uma matéria de jornal sobre a “brincadeira”. Além disso, a reportagem informa que houve um inquérito policial instaurado pela Delegacia de Investigações Gerais (DIG) “para apurar a conduta criminosa”. O G1 ainda ouviu o delegado Jesus Nazaré Romão, da DIG, que também estaria apurando o “crime de ato obsceno” cometido nesse InterUnesp, pois havia recebido gravações em vídeo postadas no *Youtube*:

Imagens do evento feitas por telefones celulares e postadas na internet que mostram alunas enfileiradas baixando calças, shorts e saias. As jovens ficam de calcinhas, algumas sem, rebolando e exibindo o corpo. Outros alunos filmam a cena, que se repete ao som de uma bateria e na contagem regressiva de 10 a 1. As gravações foram feitas dentro de um ginásio de esportes em Araraquara e mostram uma espécie de “bunda-lê-lê”. Nos títulos dos vídeos hospedados no Youtube, eles são batizados de “bundão (G1, 2010).

Outra publicação da época trouxe a reação das alunas agredidas. A Folha de São Paulo⁸, em reportagem publicada no dia 27 de outubro de 2010, entrevistou a advogada Fernanda Nigro, que representava um grupo de alunas. Ela afirmou que as participantes estavam com medo: “uma das meninas está tão abalada que não teve condições de voltar à faculdade. Teme ficar conhecida como ‘a gorda do rodeio’”.

Os alunos Roberto Paulo de Freitas Negrini e Daniel Prado de Souza, que organizaram o “Rodeio das Gordas” e criaram a página do *Orkut*, disseram em diversas matérias jornalísticas que a prática era “só uma brincadeira”, mas para o psicólogo Clóvis Amorim, professor da Pontifícia Universidade Católica do Paraná entrevistado pelo Gazeta do Povo de Curitiba⁹, as vítimas com certeza ficariam com sequelas: “Aqueles que já tinham baixa autoestima terão uma ferida ainda maior; poderão apresentar sintomas de estresse pós-traumático, quadro depressivo, ansiedade, esquivas sociais, entre outros” (2010).

Somente dez anos depois do “Rodeio das Gordas” é que a Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos de Araraquara (SP) determinou que o caso infringia a Lei Maria da Penha, que penaliza quem pratica violência contra as mulheres: “a conduta dos envolvidos expôs à

⁷ “Alunos suspeitos de criar 'rodeio das gordas' são ouvidos na Unesp”. G1/SP, 09/11/2010. Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2010/11/alunos-suspeitos-de-criar-rodeio-das-gordas-sao-ouvidos-na-unesp.html#:~:text=Um%20aluno%20do%20curso%20de,Gorda%20Araraquara%202010%E2%80%9D%20no%20Orkut.&text=Ao%20menos%2050%20estudantes%20participaram%20do%20%22jogo%22> Acesso: 18/07/2019.

⁸ “Alunos agredem colegas da Unesp em 'rodeio de gordas’”. Folha de São Paulo, 27/10/2010. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2710201001.htm> Acesso: 03/09/2019.

⁹ “O absurdo rodeio das gordas”. Gazeta do Povo (ONLINE), 28/10/2010. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/o-absurdo-rodeio-das-gordas-0umrmii6se0si5yb2r49ead72/> Acesso: 16/05/2018.

situação humilhante e vexatória inúmeras alunas participantes do evento, exclusivamente porque elas não correspondiam aos padrões de peso considerados ideais”, como consta de matéria publicada no *site* *Universa/UOL*¹⁰ em 31 de agosto de 2020.

O texto ainda informa que a decisão foi divulgada meses depois da primeira condenação de Daniel Prado de Souza, que anteriormente havia se recusado a pagar o valor da reparação estabelecido, e que a quantia já tinha sido corrigida: “Daniel Prado de Souza, um dos organizadores do evento Rodeio das Gordas, ocorrido em 2010, terá que pagar R\$ 15,3 mil (30 salários-mínimos no valor da época) em indenização por danos morais ao Fundo de Reparação de Interesses Difusos e Coletivos”.

Daniel Souza era o único dos envolvidos no caso que ainda não havia cumprido a sentença: “os outros dois organizadores do evento, Roberto Negrini e Raphael Tebchrani, assinaram em 2011 um TAC¹¹ e doaram valor equivalente a 20 salários-mínimos a três instituições que se dedicam ao combate da dependência química e da violência de gênero”, de acordo com a matéria da *Universa/UOL* (2010).

Dias depois da “brincadeira” em Assis, os universitários da UNESP/Marília se mobilizaram e organizaram o “Festival contra a opressão”. O evento foi realizado nos dias 03 e 04 de dezembro de 2010 no *campus* de Marília, e contou com manifestações culturais e políticas. As atividades foram fotografadas e gravadas em vídeo pelos participantes. Disponibilizado no *Youtube* em 11 de novembro de 2010¹², a peça traz uma performance crítica que recria a humilhação sofrida pelas vítimas do “Rodeio das Gordas”, além da leitura de um manifesto que pedia o fim da violência na universidade.

Imagens 1.02 e 1.03 – Ações - I Festival Interunesp Contra as Opressões 2010



Fonte - DCE UNESP-FATEC ¹³

¹⁰ “Organizador de Rodeio das Gordas terá que pagar indenização de R\$ 15 mil”, *UNIVERSA/UOL*, 31/08/2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/08/31/organizador-de-rodeio-das-gordas-tera-que-pagar-indenizacao-de-r-15-mil.htm> Acesso: 20/10/2020

¹¹ TAC - Termo de Ajustamento de Conduta.

¹² Rodeio das Gordas – Performance crítica – Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dTCt4-RMHTA> Acesso: 20/10/2020.

¹³ Imagens publicadas em nota do DCE Unesp-Fatec em 11/12/2010. Disponível em: <http://dceunespfatec.blogspot.com/2010/12/?m=0> . Acesso: 18/04/2019.

Imagem 1.04 – Ilustração - I Festival Interunesp Contra as Opressões



Fonte - DCE UNESP-FATEC ¹⁴

O "Festival contra a opressão" reverberou na comunidade acadêmica. Os estudantes da UNESP/Marília tiveram apoio de alunos e instituições de diversos *campi* da UNESP, além de grupos da USP. Coletivos de várias universidades, a exemplo do Coletivo Feminista Dandara, ligado ao curso de Direito da USP/São Paulo, compartilharam o vídeo e as fotos do evento dos estudantes de Marília. Porém, de acordo com nota publicada pelo DCE UNESP-FATEC¹⁵ o evento não contou com o apoio da reitoria da UNESP, mesmo tendo sido feito de forma pacífica:

À reitoria e aos demais setores que conservam a opressão na universidade e na sociedade em geral deixamos bem claro que não nos calaremos diante de suas ameaças. Esse festival, que foi organizado em pouco mais de duas semanas de forma independente pelos estudantes e que acabou sem qualquer incidente ou depredação da faculdade rebatendo as críticas preconceituosas neste sentido, mostra que estamos dispostos a ir até o final para que casos como o do “rodeio das gordas” não aconteçam de novo e para que as dezenas de agressores sejam punidos (DCE UNESP-FATEC, 2010).

Coletivos feministas também se mobilizaram contra o “Rodeio das Gordas”, a exemplo do Pão e Rosas Brasil, ligado à Agrupação de Mulheres Pan y Rosas¹⁶, grupo de mulheres mexicanas que se manifestam publicamente a partir de *sites* e páginas em redes sociais. Em 11 de dezembro de 2010 republicaram a nota divulgada na mesma data pelo DCE UNESP-FATEC.

A comunidade digital original do “Rodeio das Gordas” no *Orkut* foi retirada do ar pelo Ministério Público, mas, provando que a violência masculina ainda é naturalizada por muitos,

¹⁴ Idem.

¹⁵ Nota DCE Unesp-Fatec. Disponível em: <http://dceunespfatec.blogspot.com/2010/12/?m=0> Acesso: 18/04/2019.

¹⁶ Agrupação de Mulheres Pan y Rosas – Disponível em: panyrosasmexico@gmail.com Acesso: 09/02/2019.

um mês depois do evento novas comunidades na mesma rede foram criadas para apoiar o “Rodeio das Gordas”, de acordo com reportagem do *site* de notícias IG/São Paulo¹⁷ publicada em 19 de novembro do mesmo ano:

Uma das comunidades critica a “imprensa marrom” pelas críticas. Outra diz “Valeu InterUnesp 2010” e pede “liberdade à livre manifestação”. Uma terceira ofende as obesas desde a descrição do grupo e a quarta diz estar organizando o “1º Rodeio das Gordas da capital paulista” (IG, 2010).

Nos anos seguintes as queixas de assédios, abusos e outras ações violentas em festas acadêmicas, trotes e mesmo em salas de aula continuaram na UNESP. Segundo Possas (2018, p. 06), mesmo com a divulgação em redes sociais digitais e nos relatórios da Ouvidoria as denúncias não foram mencionadas: “o interessante é que o Relatório Geral da Ouvidoria da UNESP nesse ano [2010], encaminhado em janeiro /2014, após a síntese de 10 ouvidores locais, dentre os 34 existentes, não há menção a qualquer conflito nessa direção”.

Além das manifestações a favor do “Rodeio das Gordas” vistas acima, encontramos na *internet* uma publicação de 18 de agosto de 2015 contendo um abaixo-assinado denominado “Pela inclusão do Rodeio de Gordas nas Olimpíadas”, direcionado ao Comitê Olímpico Internacional. O texto foi publicado no *site* Petição Pública Brasil¹⁸, local onde qualquer indivíduo pode criar uma petição para mobilizar a população. Cinco pessoas assinaram o abaixo assinado, que traz o seguinte texto:

O desporto popularmente conhecido como rodeio das gordas é uma prática saudável, que une amigos e famílias em momentos de lazer, e de quebra garante emprego a mulheres acima do peso, tão discriminadas na nossa sociedade misógina e gordofóbica. Queremos maior visibilidade para essa atividade, e, para isso, nada melhor do que sua implementação nos Jogos Olímpicos, começando pelos do Rio, em 2016. O Brasil possui muitas mulheres horizontalmente avantajadas, temos confiança que se destaque nessa modalidade tanto quanto no futebol. Pretendemos entrar em contato com a Lola Aronovich para ela ser uma das montarias. Ela tem cara (e corpo) de quem nasceu para essa função (PETIÇÃO PÚBLICA BRASIL, 2015).

O texto possivelmente foi criado e assinado por alunos da Universidade do Ceará, já que cita a professora Dolores Aronovich Agüero, mais conhecida como Lola Aronovich, docente do Departamento de Estudos da Língua Inglesa da universidade e autora do blog “Escreva, Lola, Escreva”¹⁹, onde escreve sobre machismo, misoginia, homofobia e racismo:

¹⁷ “Apologia de “rodeio das gordas” continua na internet”. IG/São Paulo, 19/11/2010. Disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/apologia-de-rodeio-das-gordas-continua-na-internet/n1237831285426.html> Acesso: 18/07/2019.

¹⁸ Petição Pública Brasil. Disponível em: <https://peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=BR83877> Acesso: 17/11/2020.

¹⁹ “Escreva, Lola, escreva”. Disponível em: <https://escrevalolaescreva.blogspot.com/> Acesso: 17/11/2020.

Com 260 mil acessos mensais, a página acabou por se tornar uma das referências do movimento feminista no Brasil. Dedicado a crônicas sobre cinema e feminismo, com o tempo passou a abordar também temas como racismo, homofobia, direitos humanos, análise da publicidade e mídias de massa, aceitação do corpo e gordofobia. No início de outubro de 2015, Aronovich foi alvo de uma campanha de difamação digital, quando foi criado em seu nome um site que pregava o discurso de ódio e que atribuía à professora a defesa de infanticídio de meninos, a queima de bíblias e a venda de medicação para a realização de abortos, entre outros crimes. O site falso foi retirado do ar. (WIKIPEDIA, 2020)²⁰

A Profa. Dra. Lola Aronovich até hoje recebe ameaças de morte e estupro por suas publicações sobre igualdade de gênero e contra o racismo, porém, ela faz questão de manter seu *blog* ativo, de acordo com sua fala na mesa redonda “Ativismo feminista nas redes sociais: é preciso escutar o que elas dizem”²¹, que fez parte da programação do Seminário Internacional Fazendo Gênero 12, edição de 2021.

O caso não foi o único, e infelizmente não deverá ser o último. Em 2021, outro caso de professoras ofendidas por seus próprios alunos veio à tona a partir de uma publicação no *Facebook* do Coletivo Feminista Alice Canabrava²², ligado à FEA – Faculdade de Economia e Administração da USP. Como atesta o *post* de 17 de junho de 2021, um ex-aluno da faculdade contou, em um vídeo postado na página do *Face* da associação de ex-alunos Sempre FEA²³, como constrangeu uma de suas professoras na época em que cursava a graduação.

De acordo com o *post* do Coletivo Alice Canabrava, no vídeo o ex-aluno brincou com a situação, “fazendo chacota”. Após a pressão de inúmeros coletivos da USP, o vídeo foi retirado da página do Sempre FEA: “Depois de denúncias do nosso coletivo, o fundo optou por deletar o vídeo, mas machismo não se varre para debaixo do tapete” (COLETIVO ALICE CANABRAVA, 2021).

O coletivo reforça em texto do *post* que esse tipo de comportamento não é mais tolerado na faculdade, e a luta contra agressões a mulheres no *campus* é uma das demandas do grupo:

²⁰ WIKIPEDIA – Lola Aronovich. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Lola_Aronovich Acesso: 17/11/2020.

²¹ Mesa Redonda “Ativismo feminista nas redes sociais: é preciso escutar o que elas dizem”, Seminário Internacional Fazendo Gênero 12/2021, 30/07/21. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zQmzcdTAJ1k> Acesso: 01/08/2021.

²² Coletivo Alice Canabrava – FEA/USP. Facebook: <https://www.facebook.com/coletivoalicecanabrava> Acesso: 20/11/2021.

²³ Sempre FEA – De acordo com a seção Sobre, da associação no *Facebook* “a Associação Endowment Sempre FEA (“Sempre FEA”) foi criada por ex-alunos da FEAUSP e atua de forma totalmente independente e sem qualquer vínculo formal com a FEAUSP. A FEAUSP não apoia ou supervisiona a Sempre FEA. Os recursos do fundo patrimonial da Sempre FEA são destinados a apoiar projetos da comunidade FEAna (alunos, professores, funcionários e entidades representativos dessas categorias)”. Disponível em: <https://www.facebook.com/sempreFEA> Acesso: 20/11/2021.

Esse comportamento violento era normalizado, tido como uma lembrança “bacana”, “engraçada”. Por pressão dos coletivos, dos alunos, e entidades representativas, a FEA mudou. Nós não toleramos mais esse tipo de postura. Isso não é bacana, muito menos engraçado. Ver esse tipo de atitude ser normalizada em 2021 só nos lembra da urgência da nossa luta. Somos só 30% da nossa faculdade. Somos minoria nos departamentos, minoria na pós-graduação. Quantas mulheres, ao ouvir essa fala, se sentiram mais distantes do sonho de se tornar professoras universitárias? Quantas mulheres, ao ouvir essa fala, optaram por se calar, para se preservar de mais uma violência? (COLETIVO ALICE CANABRAVA, 2021)

O surgimento do Coletivo Alice Canabrava²⁴, como consta em texto publicado na seção Sobre de sua página no *Facebook*, foi proposto justamente para enfrentar o preconceito e as agressões contra as mulheres, formar e acolhê-las, e, também, aos homens de todas as orientações de gênero, seja no espaço universitário ou na sociedade:

O Coletivo Feminista Alice Canabrava, assim como Alice²⁵, acredita que mulheres devam ter o direito e a possibilidade de ocupar todos os espaços e, mais do que isso, que não tenham que fazê-lo sob um esforço maior somente pelo motivo de seu gênero. Com essa motivação, o Coletivo se propõe a acolher e formar mulheres (trans ou não) e homens trans e desconstruir o ambiente tóxico e machista no qual estamos inseridos (na FEA, na USP e na sociedade como um todo). Os três pilares do Coletivo são: luta contra o machismo, acolhimento e formação. Luta contra o machismo com a participação em atos, organização de eventos com temáticas feministas e atuações práticas de oposição a opressões, para disseminação da nossa luta e evitando que opressões e opressores continuem. Acolhimento com apoio a mulheres que precisem de ajuda e a criação de espaços de desabafo e troca de experiências, para a existência de uma rede de apoio entre mulheres. Formação com encontros de temas pré-definidos, onde nos apropriamos do teórico da luta feminista, entendendo contra o que, porque e como lutamos, além de melhor combater discursos machistas (COLETIVO ALICE CANABRAVA, 2018).

Os casos acima provam de que a colonialidade de gênero continua firme na sociedade e viola a subjetividade de todas as mulheres na universidade, sejam alunas ou professoras.

²⁴ A página do Coletivo Alice Canabrava no *Facebook* foi criada em 30 de setembro de 2018, mas não foi encontrada qualquer referência à sua criação presencial.

²⁵ De acordo com texto publicado na seção Sobre do Coletivo Alice Canabrava, “Alice Piffer Canabrava (1911-2003) foi uma mulher à frente de seu tempo que lutou e conquistou seu espaço em meio ao mundo masculino. Historiadora econômica, deixou a FFCL (atual FFLCH USP), onde lecionou de 1935 a 1946, alegando resultado discriminatório e preconceituoso para o cargo de professora titular que concorria, onde um colega homem com resultados inferiores no critério de seleção levou o título. Ingressou então na FCEA (atual FEA USP) onde, em 1951, conquistou seu título de professora catedrática, a primeira mulher a obtê-lo na USP. [...] Sua história de vida fez-se recheada de conquistas pela sua determinação, capacitação e principalmente por não se deixar abalar pelo machismo institucional”.

2. A importância da mídia na visibilidade da violência na universidade

Até o “Rodeio das Gordas” mobilizar parte da mídia, o tema violência nas universidades brasileiras nunca chamou a atenção da imprensa. Até então, a cobertura jornalística se resumia aos casos de mortes em trotes e festas acadêmicas, como a de Edison Tsung Chi Hsueh em 23 de fevereiro de 1999, calouro do curso de Medicina da Universidade de São Paulo (USP), que aos 22 anos se afogou na piscina da Atlética durante o trote. O inquérito aberto no Ministério Público foi arquivado e somente um dos envolvidos na “brincadeira” foi preso, por cinco dias.

Em menor ocorrência na mídia estavam as situações em que as queixas tinham algum potencial de mobilização do público. Ou seja, quando o fato tinha potencial de aumentar os índices de audiência e, conseqüentemente, monetizar a receita do veículo de comunicação. Nesse raciocínio, os episódios que mais chamavam a atenção do público eram, e ainda são, os que envolviam violência física com grandes danos, como aponta Zuin (2011, p. 589): “somente as imagens das barbáries mais cruéis, incluindo as do trote, é que se destacarão frente às demais e, assim, conquistarão a atenção de seus consumidores”.

As violências simbólicas – assédio moral, perseguições e discriminações – não se tornavam objetos de reportagens pois, dentro de uma cultura machista como a nossa, eram consideradas comportamentos “normais” entre estudantes. Além disso, a cobertura se dava sobretudo nos jornais impressos, majoritariamente os de circulação nacional, pois as publicações locais ou regionais não costumam enfrentar as instituições dos municípios onde estão instalados, nesse caso as universidades. Outro problema é que as violências relacionadas ao gênero eram consideradas de pouca importância. Uma ou outra notícia sobre o assassinato de mulheres por seus maridos ou amantes era divulgada, mas sempre com um viés sensacionalista para chamar a atenção de leitores e espectadores.

Até meados dos anos 2000 o conceito “gênero” era desconhecido do grande público, o que também pode ser apontado como uma causa para a fraca cobertura da imprensa. Mesmo entre as estudiosas do feminismo, linha que mais tarde abriu as portas para as questões de gênero, o conceito era obscuro, como afirma Margareth Rago (1998, p. 89), uma das primeiras pesquisadoras do tema no Brasil. Ela conta que foi somente em 1999, em visita a Nova York para participar de um encontro feminista, que ouviu pela primeira vez as discussões em torno das relações de gênero, pois “os *gender studies* já estavam a todo vapor naquele país.”

No Brasil, como comenta a autora, os estudos de gênero tiveram início logo depois, com a inserção do tema no Grupo de Estudos de Gênero Pagu, criado em 1993 na UNICAMP, uma

iniciativa da própria Margareth Rago e das professoras Adriana Piscitelli, Elisabeth Lobo e Mariza Corrêa, que já editavam o periódico *Pagu*. Hoje existe um grupo de estudos de mesmo nome orientado ao estudo de gênero.

Com a criação no país de outros núcleos de pesquisa sobre gênero, a exemplo do GT de Gênero da ANPUH – Associação Nacional de História, do LIEG – Laboratório Interdisciplinar de Estudos de Gênero/UNESP e do IEG – Instituto de Estudos de Gênero da UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina, as publicações sobre o tema se tornaram recorrentes, o que permitiu que a imprensa prestasse mais atenção aos casos de violência de gênero.

A popularização da internet a partir dos anos 2000 e o surgimento das primeiras redes sociais digitais a partir de 2004, com o hoje extinto *Orkut*, aumentou a exposição do assunto. Em 2006, a cobertura jornalística no Brasil foi intensificada com a criação de diversos *sites* jornalísticos e aplicativos para celulares, a exemplo do G1, ligado ao Grupo Globo. A expansão dessas plataformas ocorreu em 2010, a partir das possibilidades geradas pela tecnologia 3G²⁶. Assim os aplicativos de notícias puderam expandir sua área de cobertura nacional por regiões, e as notícias sobre violências relacionadas ao gênero começaram a ter mais visibilidade, mas, infelizmente, ainda não entram na pauta de prioridades.

Em 2011, com a chegada da rede social digital *Facebook* ao Brasil, a violência dentro dos muros da universidade conseguiu chamar a atenção da sociedade, justamente pela maior visibilidade conseguida pelos coletivos universitários, que já discutiam o assunto de forma presencial nos *campi* e depois tomaram a internet a fim de conseguir exposição para suas demandas. A partir de 2014, com a abertura da CPI dos Trotes, o assunto passou a ser coberto com mais constância pela imprensa brasileira. Nesse capítulo tomo como base essas reportagens para dialogar com as pesquisas realizadas sobre a violência na universidade, sendo que de quase uma centena de matérias salvas sobre o assunto, para esse texto foram escolhidas e incluídas aquelas que trouxeram mais informações.

Vale deixar registrado que a apagamento dos casos de violência na universidade não é exclusivo da mídia. Da universidade ao domínio jurídico, qualquer situação que envolva constrangimentos às instituições de ensino é menosprezada. No caso de Edison, em 2006, por cinco votos a três, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu pelo trancamento da ação alegando “falta de provas”.

²⁶ A tecnologia 3G foi criada em 1999 pela União Internacional de Comunicações (UIT) com o objetivo de facilitar o crescimento, aumento da banda larga e suporte a aplicações diversas na internet, como uma maior capacidade de usuários e de aporte para transmissão de dados de imagem e sons. Disponível em: <https://www.tecmundo.com.br/celular/226-o-que-e-3g-.htm> Acesso: 08/03/2020.

3. O Projeto Quara – pesquisa na FMUSP acende o alerta para a violência

Em 2013, o Projeto Quara²⁷, denominação de uma pesquisa que pretendeu levantar dados sobre a violência nos cursos ligados à Faculdade de Medicina da USP (Fisioterapia, Física Médica, Fonoaudiologia, Medicina e Terapia Ocupacional) foi a primeira pesquisa divulgada na mídia que se não abordou de forma direta a violência de gênero incluiu questões sobre o assunto.

O Projeto Quara foi desenvolvido sob a coordenação de Maria Fernanda Tourinho Peres, professora do Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo - USP. Segundo informações disponíveis em seu relatório final²⁸, o objetivo da pesquisa foi “estimar a prevalência de agressões, abusos e maus tratos entre estudantes de medicina durante a graduação, considerando o tipo, perpetrador, a frequência e gravidade percebida” (PERES, 2013, p. 06).

De acordo com os autores, apesar de na época existirem estudos que apontavam para altas prevalências de transtornos mentais como depressão e exaustão extrema entre estudantes de medicina, o tipo de levantamento realizado pelo Projeto Quara não foi encontrado no Brasil: “não conhecemos, portanto, a magnitude do problema em universidades brasileiras e o seu papel na determinação das altas prevalências de transtornos mentais e na avaliação negativa sobre a qualidade de vida” (PERES, 2013, p. 07).

O trabalho de campo foi iniciado em 2013, com o envio de questionários por *email* aos 1072 graduandos do 1º ao 6º ano do curso de Medicina da USP. A análise final se concentrou em um universo de 317 alunas e alunos da faculdade, contabilizando cerca de 25% do total de estudantes. As respostas foram dadas anonimamente e não foi necessário informar qualquer dado pessoal.

Em uma das questões levantadas – “Alguém, durante o curso...” (Imagem 1.05) – que elencou diversos tipos de violências, entre verbais, físicas, psicológicas e sexuais, apurou que quase todos os estudantes (92,31%) que responderam ao questionário revelaram ter sofrido pelo menos um tipo de agressão durante o curso. A violência física foi referida por 13% dos pesquisados, e dentre as violências psicológicas e morais, foram relatadas por 73,1% dos depoentes. Percebe-se que as ameaças, punições e discriminações são constantes, com destaque

²⁷ A palavra Quara é uma referência ao sufixo da língua tupi que significa “refúgio”.

²⁸ “Projeto QUARA - Prevalência de abusos, maus-tratos e outras agressões durante a formação médica: um estudo de corte transversal em São Paulo, Brasil, 2013”. 05/03/2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revistadc/article/view/103732> Acesso: 16/01/2021.

às depreciações e humilhações. Além disso, aproximadamente 30% disseram ter sido agredidos cinco vezes ou mais. Dos tipos de agressão de maior prevalência, quase a metade (43,32%) se referia a abuso ou discriminação sexual.

Imagem 1.05 – Tabela 4 – Relatório final / Projeto Quara

Alguém, durante o curso...	n	%	(IC 95%)
Qualquer tipo	271	92,31	(89,2; 95,42)
Verbal			
Gritou ou berrou	168	59,99	(54,17; 65,80)
Psicológica			
Depreciou ou humilhou	225	73,1	(67,98; 78,21)
Ameaçou te prejudicar	88	30,99	(25,31; 36,58)
Atribuiu tarefas com fins punitivos	67	23,98	(19,76; 29,22)
Recebeu crédito por trabalho realizado por você	163	53,22	(47,35; 59,08)
Ameaçou te reprovar ou dar nota baixa	41	14,14	(9,95; 18,32)
Fez comentários negativos sobre sua futura profissão ou carreira na área científica	149	48,2	(42,31; 54,09)
Submeteu você à discriminação de cunho étnico, religioso	66	20,57	(15,89; 25,26)
Ameaçou te agredir fisicamente	42	15,52	(11,0; 20,04)
Física			
Estapeou, empurrou, chutou ou bateu	38	13,11	(9,0; 17,22)
Sexual			
Submeteu você a assédio ou discriminação sexual	141	43,32	(37,53; 49,11)

*Ponderação por pós-estratificação segundo sexo e turma.

Fonte – Relatório final Projeto Quara²⁹

A pesquisa do Projeto Quara também indicou que os principais agressores foram os próprios colegas (83,75%), sendo que desse número 37,35% das alunas e alunos foram vítimas de agressões com cunho sexual, incluindo-se aí assédios e abusos. Esses números levam ao questionamento sobre as razões que levam os próprios colegas a terem um comportamento desrespeitoso com seus pares. Compartilhando desse sentimento, Zuin (2011, p. 588) se

²⁹ Relatório Final Projeto Quara. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revistadc/article/view/103732>
Acesso: 16/01/2021.

pergunta “como explicar que alunos cultos e civilizados poderiam cometer atos tão inacreditavelmente violentos? Essa deveria ser uma prerrogativa daqueles que não tiveram condições de ter uma boa formação cultural, pelos mais variados motivos”.

E o que dizer dos professores, que segundo o levantamento foram os agressores em 72,8% dos casos e responsáveis por 23,89% dos assédios e discriminações sexuais? Protegidos por sua condição hierárquica, percebo que em universidades de todo o mundo docentes são responsáveis por assédios que vão de coerções, cantadas, convites para sair, piadas e toques não consentidos, chegando à violência física e sexual, como tapas, empurrões e estupros.

Relatos de alunas sobre violências de gênero praticadas por docentes são recorrentes, como se percebe em algumas das manchetes jornalísticas publicadas entre 2018 e 2021:

Formandas da UEM protestam contra demora em investigações sobre assédio sexual por professores - G1 - 12/03/2018³⁰

Universitárias da Unesp protestam contra professores durante formatura: 'Quero aula, não assédio' - G1 - 16/03/2018³¹.

Dez alunas denunciam professor de universidade em SC por crimes sexuais – Isto é/ Estadão Conteúdo - 31/03/2018³²

Assédio, motel e estupro: os abusos dos professores nas universidades – R7 – 08/04/2018³³

Professores universitários são demitidos após denúncias de agressão sexual - um dos docentes trabalhava na Federal Fluminense e outros dois na Federal de Goiás; eles negam as acusações das alunas – Folha de São Paulo - 10/02/2019³⁴

'Prova do beijo': professor da Ufba é acusado de assédio sexual e moral por estudantes – Correio/BA – 06/11/2021³⁵

Professor universitário do Rio é acusado de cometer abusos morais e sexuais nos últimos 14 anos - G1/Fantástico – 12/12/2021³⁶

³⁰ G1/PR - Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/noticia/formandas-da-uem-protestam-contrademora-em-investigacoes-sobre-assedio-sexual-por-professores.ghtml> Acesso: 19/05/2019

³¹ G1/Bauru e Marília - Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/bauru-marilia/noticia/universitarias-protestam-contraprofessores-durante-formatura-na-unesp-quero-aula-nao-assedio.ghtml> Acesso: 19/05/2019

³² Isto É - Disponível em: <https://istoe.com.br/dez-alunas-denunciam-professor-de-universidade-em-sc-por-crimes-sexuais/> Acesso: 19/05/2019

³³ R7/Cidades - Disponível em: <https://noticias.r7.com/cidades/assedio-motel-e-estupro-os-abusos-dos-professores-nas-universidades-08042018> Acesso: 21/05/2019

³⁴ Folha/Uol - Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2019/02/professores-universitarios-sao-demitidos-apos-denuncias-de-agressao-sexual.shtml#:~:text=Um%20dos%20docentes%20trabalhava%20na,negam%20as%20acusas%C3%A7%C3%B5es%20das%20alunas&text=Tr%C3%AAs%20professores%20de%20universidades%20federais,processos%20administrativos%20dentro%20das%20institui%C3%A7%C3%B5es.> Acesso: 19/05/2019

³⁵ Correio/BA – Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/prova-do-beijo-professor-da-ufba-e-acusado-de-assedio-sexual-e-moral-por-estudantes/> Acesso: 14/12/2021.

³⁶ G1/Fantástico - Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2021/12/13/professor-universitario-do-rio-e-acusado-de-cometer-abusos-morais-e-sexuais-nos-ultimos-14-anos.ghtml> Acesso: 14/12/2021.

A situação é tão corriqueira e naturalizada pelas instituições que, em 2006, três estudantes paulistas (em anonimato), criaram no *Facebook* o grupo “#MeuProfessorAbusador”, cujo objetivo, de acordo com informações disponíveis na página da rede social³⁷, foi “denunciar os abusos que ocorrem em sala de aula e prestar apoio às vítimas”. Segundo matéria publicada na revista *Capricho*³⁸, em três dias a página recebeu mais de 600 relatos de alunas vítimas de seus professores: “as denúncias vão de humilhação verbal a pedidos de sexo em troca de nota e, assustadoramente, muitas envolvem meninas menores de idade” (2016)”.

Em 2018, dez alunas do curso de História da UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina, acusaram o professor de História Paulino Cardoso de assediá-las durante as orientações pedagógicas. Artigo da revista *Trip*³⁹ trouxe a transcrição da mecânica dos assédios:

Um abraço apertado, demorado, do qual as estudantes não conseguiam se esquivar. Os dedos, deslizando pelo corpo e, intrometendo-se dentro da camiseta, acariciavam as costas das alunas e ficavam brincando com o fecho do sutiã. Os olhos indicavam a iminência de um beijo indesejado. O professor pediu para uma universitária sentar-se no seu colo; para outra, abriu as pernas e a puxou para perto de sua virilha (2018).

A UDESC abriu sindicância e a polícia de Florianópolis indiciou o docente por “perturbação da tranquilidade”. Em junho do ano seguinte, outro artigo da revista trouxe a informação de que o delegado responsável pelo caso minimizou a acusação “para uma contravenção penal de menor potencial ofensivo, que prevê pena de prisão simples (15 a 60 dias) e multa”, como registrou outro artigo da *Trip*⁴⁰.

Mais de três anos depois a diligência aberta pela UDESC ainda não havia sido julgada, o que confirma o menosprezo da instituição com o caso. Porém, em 27/06/2021 a juíza Vania Petermann, do Juizado Especial Cível e Criminal de Santa Catarina, sentenciou o professor Paulino Cardoso à pena de 16 meses de prisão simples pelo crime de “molestar alguém ou perturbar-lhe a tranquilidade, por acinte ou por motivo reprovável” (Artigo 65 da Lei das Contravenções Penais).

³⁷ Meu Professor Abusador. Facebook: <https://www.facebook.com/Meu-Professor-Abusador-1123550511018710> Acesso: 18/10/2019

³⁸ “Página ‘Meu Professor Abusador’ denuncia abusos em salas de aula”. *Capricho*, 28/07/2016. Disponível em: <https://capricho.abril.com.br/comportamento/pagina-meu-professor-abusador-denuncia-abusos-em-salas-de-aula/> Acesso: 18/10/2019

³⁹ “Estudantes relatam situações de intimidações e carícias inapropriadas. Professor nega acusações”. *Revista Trip*, 19/04/2018 Disponível em: <https://revistatrip.uol.com.br/tpm/estudantes-relatam-situacoes-de-intimidacoes-e-caricias-inapropriadas-professor-nega-acusacoes> Acesso: 19/05/2020.

⁴⁰ “Precisamos falar sobre assédio”. *Revista Trip*, 06/11/2018. Disponível em: <https://revistatrip.uol.com.br/tpm/acusado-de-estupro-e-assedio-de-estudantes-historiador-paulino-cardoso-comenta-denuncias> Acesso: 19/05/2020

Somente em 22/02/2022 é que a UDESC decidiu pela demissão de Cardoso. De acordo com matéria publicada no Portal Catarinas⁴¹, o professor foi demitido por duas penalidades previstas no Regimento Geral da universidade: “prática de ato considerado grave e de manifesta improbidade no exercício da função; e prática de assédio sexual e racismo”. Ainda segundo a reportagem, durante os quatro anos de investigação, o docente ficou afastado da universidade, mas continuou recebendo salário.

Márcia de Moura Irigönhê, a advogada que acompanhou as vítimas, afirmou na matéria do Portal Catarinas que a sentença foi uma vitória, ressaltando que a conclusão favorável a elas somente se concretizou porque estavam unidas:

Houve no processo administrativo muito mais vítimas do que no criminal e todas estavam falando a verdade. Foi um assediador que não ficou impune graças à união destas mulheres que, apesar dos traumas causados pelo ex-professor, tiveram coragem de contar suas histórias. Aguardamos que isso inspire mais vítimas a procurarem a justiça, pois hoje tivemos mais uma demonstração de que essa justiça ainda existe (PORTAL CATARINAS, 2022).

A conduta de Paulino Cardoso se torna ainda mais condenável por romper com o código de ética universitário e por se utilizar da hierarquia acadêmica para cometer esse tipo de crime. Professores deveriam ser figuras de respeito e admiração, e não de repulsa e medo, sentimentos que muitas vezes impedem a continuidade da trajetória acadêmica e profissional das vítimas, pois as imobilizam. No caso das alunas da UDESC, segundo depoimento da advogada de acusação Márcia Irigönhê em outra matéria do Portal Catarinas⁴², de 28/06/2021, as jovens sofreram danos na vida privada e na vida acadêmica, e algumas não conseguiram voltar à universidade: “tem vítima que não consegue pisar na Udesc até hoje”.

Em 2021, depois de vinte anos de denúncias de perseguições e agressões verbais a alunas e professoras, o professor Eduardo Gorab, do Instituto de Biociências (IB) da USP, por fim foi demitido. De acordo com matéria do Jornal do *Campus*⁴³, da USP, “apenas em 2015 as acusações de assédio moral e sexual foram levadas ao então diretor do IB, Gilberto Xavier”. O julgamento do caso demorou dois anos para sair e o professor apenas recebeu uma suspensão não remunerada por 40 dias.

⁴¹ “Professor da Udesc é demitido por improbidade e assédio sexual”. Portal Catarinas, 24/02/2022. Disponível em: <https://catarinas.info/professor-da-udesc-e-demitido-por-improbidade-e-assedio-sexual/> Acesso: 26/02/2022.

⁴² “Professor da UDESC é condenado a pena máxima em processo que envolve 8 alunas”. Portal Catarinas, 28/06/2021. Disponível em: <https://catarinas.info/professor-da-udesc-e-condenado-a-pena-maxima-em-processo-que-envolve-8-alunas/> Acesso: 30/06/2021

⁴³ “‘Tínhamos medo de nos encontrar com ele’, diz professora do IB que denunciou colega por assédio”. Jornal do Campus, 06/07/2021. Disponível em: <http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2021/07/tinhamos-medo-de-nos-encontrar-com-ele-diz-professora-do-ib-que-denunciou-colega-por-assedio/> Acesso: 03/12/2021

Dois anos depois outra sindicância foi aberta para apurar esses e outros casos relacionados a agressões de Gorab, mas dessa vez chegaram à Reitoria pelas mãos do Coletivo Feminista Trepadeiras⁴⁴, criado por alunas do IB, de acordo com a matéria.

Luana e Joana são nomes fictícios utilizados na reportagem do Jornal do *Campus* para não expor as vítimas. A professora Luana, também do IB, conta que em 2019, enquanto conversava com uma colega, Gorab a observava e depois a seguiu pelos corredores, o que acontecia também com outras docentes e alunas. Como relata a professora, ainda em 2019 Gorab mudou a tática das agressões:

Isso se deu por meio de bilhetes anônimos com xingamentos que foram endereçados por ele a duas alunas e duas professoras. O docente deixava os bilhetes nas salas frequentadas pelas vítimas de três a quatro vezes por mês, sendo a última ação pega pelas câmeras de segurança. Os bilhetes costumavam ser deixados às 7 horas, horário vazio do IB (JORNAL DO CAMPUS, 2021).

Para a professora Joana, de acordo com depoimento publicado no Jornal do *Campus*, o assédio às mulheres é autorizado na instituição e “que a denúncia é muitas vezes desencorajada, inclusive pelos próprios docentes, a exemplo do caso Gorab. As mulheres são vistas como uma categoria que pode ser assediada, tanto moralmente, como sexualmente.”

A demissão de Gorab se deu por “procedimento irregular, de natureza grave”, e não por perseguição moral ou assédio sexual, já que, como informa a reportagem, esses termos não existem no Estatuto dos Servidores da USP pois, assim como outras universidades públicas a instituição não pode julgar esse tipo de caso, que é exclusivo do Poder Judiciário. Porém, a professora Luana ressalta na matéria que nos regimentos da USP não existia a palavra mulher em nenhum lugar dos procedimentos, ou seja, “a questão de gênero era inexistente até então”.

A USP dá sinais de que algo está mudando. Em 31/12/2021, o jornal Folha de São Paulo⁴⁵ trouxe a notícia de que a universidade havia expulsado o professor Cláudio Lima de Aguiar, coordenador do Programa de Pós-Graduação em Microbiologia da ESALQ - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, *campus* Piracicaba. O docente vinha sendo acusado desde 2019 por "reiteradas práticas de assédio sexual e moral" contra alunas, segundo nota da ADUSP - Associação de Docentes da Universidade de São Paulo⁴⁶:

⁴⁴ Trepadeiras Coletivo – IB/USP. Facebook: <https://www.facebook.com/coletivotrepadeiras> Acesso: 03/12/2021

⁴⁵ “Professor da USP é demitido após denúncias de assédio sexual”, Folha de São Paulo, 31/12/2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/12/professor-da-usp-e-demitido-apos-denuncias-de-assedio-sexual.shtml#:~:text=Professor%20da%20USP%20C3%A9%20demitido,12%2F2021%20%2D%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20%2D%20Folha> Acesso: 02/01/2022.

⁴⁶ “Após processo disciplinar, Esalq aprova demissão de professor por assédio sexual e moral”. 17/12/2021. Disponível em: <https://www.adusp.org.br/index.php/defesauniv/182-condicoes-de-trabalho/assedio-moral/4357-assedio-esalq> Acesso: 14/01/2022.

O Informativo Adusp teve acesso a um dos depoimentos, que descreve condutas sistemáticas de assédio sexual, constrangimentos, xingamentos machistas e homofóbicos, humilhações públicas e abuso de poder. Durante as reuniões de orientação, comumente, o docente pedia para as alunas sentarem mais perto e desviava o assunto, fazendo comentários invasivos sobre a vida pessoal, perguntando e insinuando aspectos da intimidade das vítimas. Chegava ao ponto de tocar os corpos das alunas, muitas vezes nas coxas ou na barriga. As estudantes, constrangidas, não reagiam na maior parte das vezes — e quando o faziam, escutavam coisas como ‘Calma, eu sou casado!’ (ADUSP, 2021).

Nota-se que a demissão se deu em intervalo bem menor do que a finalização dos processos instaurados para a demissão de Eduardo Gorab. A nota traz uma fala do professor Paulo Moruzzi Marques, diretor regional da ADUSP em Piracicaba, onde comenta que a decisão da instituição foi memorável: “Trata-se de uma mudança de mentalidade, significando um sinal de superação de posturas machistas e permissivas em razão da hierarquia universitária”.

Na nota, o diretor regional também ressalta a importância da representação estudantil na luta contra a violência de gênero nos *campi* da USP, especialmente o Coletivo Feminista Raiz Fulô, criado por alunas dos cursos da ESALQ no *campus* Piracicaba:

Em particular, vale destacar o papel do Coletivo Feminista Raiz Fulô, que há alguns anos tem se mobilizado de forma intensa para combater a violência de gênero que ocorre no ambiente universitário. Portanto, é uma conquista obtida pela coragem das mulheres que levaram a denúncia adiante (ADUSP, 2021).

Em *post* de 04/09/2015 em sua página na rede social digital *Facebook*, o Coletivo Feminista Raiz Fulô⁴⁷ compartilhou diversas fotos das manifestações no *campus* Piracicaba contra os assédios do docente. Um dos cartazes ostentados pelas alunas diz “Não me Khalo”, em referência à artista mexicana Frida Khalo, defensora dos direitos femininos.

Também se pode ver frases que expõem o pouco caso da universidade, entre elas “Até quando a imagem da ‘Gloriosa’ será mais importante que a vida das mulheres?” e “Não é Gloriosa a história que oprime”. Gloriosa é a alcunha dessa tradicional escola de agricultura. As frases comprovam que as universidades apagam as violências vividas dentro dos seus *campi* a fim de não “manchar o nome” das instituições na opinião pública:

⁴⁷ Coletivo Feminista Raiz Fulô. Facebook: <https://www.facebook.com/raizfulo> Acesso: 14/01/2022.

Imagens 1.06 e 1.07 – Manifestação Coletivo Raiz Fulô/USP



Fonte – Página do coletivo no Facebook⁴⁸

Como visto nos casos relatados acima, a violência não é específica de uma carreira e muito menos de uma universidade. No entanto, é curioso notar que alunos de cursos de Medicina, alvo da pesquisa do Projeto Quara, sempre se mostraram mais agressivos em trotes e festas, e até mais do que estudantes de carreiras vistas habitualmente como “cursos de homens”, a exemplo das engenharias.

Akerman, Conchão e Boaretto (2014) assinalam que os comportamentos agressivos são dominantes e mais violentos em cursos de graduação relacionados a profissões tradicionais nos estratos econômicos mais altos da sociedade brasileira, como a Medicina; o que representa uma espécie de alegoria da concorrência a ser experimentada na futura vida profissional:

⁴⁸ Coletivo Feminista Raiz Fulô. Facebook: <https://www.facebook.com/raizfulo> Acesso: 14/01/2022.

Nas escolas médicas o trote serve muito mais para manter a hierarquia existente no meio médico do que como mecanismo de integração. Se o “calouro” ingressante “vale menos” que o aluno do segundo ano, que deve reverência ao colega do terceiro e assim sucessivamente até o aluno do sexto ano, ao residente e ao professor, o que se dirá de um outro profissional não médico? Neste sentido, todo o discurso feito sobre a necessidade de equipes interprofissionais que sejam colaborativas, horizontais e solidárias cai no vazio (AKERMAN, CONCHÃO E BOARETTO, 2014, p. 13)

Para o filósofo Sérgio Barbosa, em fala citada pela jornalista Patrícia Zaidan em matéria publicada pela Revista Cláudia⁴⁹ em 02/09/2015, os alunos da USP, particularmente os do curso de Medicina, “se veem sob uma soma de prestígio”, já que, além de serem maioria no curso, normalmente são oriundos da classe alta do extrato econômico, o que também os ajudou a frequentarem boas escolas:

São homens, dominantes, foram aprovados no mais difícil vestibular do país, estão próximos de mentes brilhantes, de grandes descobertas da ciência nacional. E por isso se sentem acima da lei, da ética, do respeito. Podem subjugar o “ser inferior”. Ou o imediatamente abaixo deles: a colega mulher (REVISTA CLAUDIA, 2015).

Os futuros médicos que praticam atos de assédio e abuso sexual calcando-se em sua autodefinição de “seres acima da lei e da ética” não são exclusivos da USP, como mostrou o hino machista da Atlético da Faculdade de Medicina da UNIARA - Universidade de Araraquara/SP, cantado no trote aos ingressantes de 2018.

Segundo matéria do portal de notícias G1/São Carlos e Araraquara⁵⁰, o episódio aconteceu no centro da cidade de Araraquara, e moradores que passavam pelo local repudiaram com veemência o conteúdo machista e ofensivo às calouras:

Uma moradora, que não quis se identificar, passou pelo local onde acontecia o trote e classificou o episódio como um 'show de horrores'. “Quanta tristeza, gritavam palavras horríveis. Cantavam uma música machista ao extremo, humilhando as novas alunas de uma forma que eu nem me atrevo a repetir”, disse (G1/SÃO CARLOS E ARARAQUARA, 2018).

Em outro trecho, a reportagem comenta que o caso repercutiu nas redes sociais, evidenciando a brutalidade dos estudantes: “Nas redes sociais, várias pessoas criticaram o teor do hino. ‘Me dá até náusea em saber que esse tipo de gente será nossos futuros ‘doutores’.

⁴⁹ “Com quantos paus se constrói um estuprador-universitário”. Revista Cláudia, 02/09/2015. Disponível em: <https://claudia.abril.com.br/noticias/com-quantos-paus-se-constrói-um-estuprador-universitário/> Acesso: 22/09/2020.

⁵⁰ “Hino machista de atlética de faculdade de medicina gera polêmica em Araraquara” - G1/São Carlos e Araraquara. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2018/08/17/hino-machista-de-atletica-de-faculdade-de-medicina-gera-polemica-em-araraquara.ghtml> Acesso: 20/12/2020.

Lamentável’, postou uma internauta”. O G1 também reproduziu *prints* do Facebook com o hino da Atlético e comentários de participantes de um grupo feminista:

Imagens 1.08 e 1.09 – Posts sobre Hino Atlético Medicina UNIARA



Fonte – G1/São Carlos e Araraquara⁵¹

O levantamento do Projeto Quara não incluiu o estupro entre os tipos de agressões sofridos por alunas, porém, de acordo com matéria de Débora Melo para o Portal Terra⁵² em 11/11/2014, essa classe de violência sexual já vinha sendo denunciada na FMUSP, desde 2002.

Os casos de estupro serviram de alarme para a abertura de uma CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito - Ato nº 56/2014 instaurada pela ALESP - Assembleia Legislativa de São Paulo. Conhecida como CPI dos Trotes, a comissão julgou várias denúncias desse tipo de crime em festas e trotes da faculdade. Inclusive, o relatório final do Projeto Quara foi solicitado para compor os documentos a serem analisados pela CPI, que será explorada em item posterior.

Maria, nome fictício dado a uma aluna do curso de Medicina, conta na matéria citada acima que em 2011 foi vítima de dois estupros quando ainda estava no primeiro ano do curso de Medicina da FMUSP. O depoimento da estudante constou da CPI da ALESP, que recebeu, como dito, denúncias de casos acontecidos desde 2002. O deputado Adriano Diogo, presidente da comissão afirmou na reportagem que ali o silêncio sobre os episódios havia começado a se romper, “mas os casos de estupro, trote violento e discriminação são velhos conhecidos da FMUSP” (PORTAL TERRA, 2014).

⁵¹ “Hino machista de atlética de faculdade de medicina gera polêmica em Araraquara”. G1/São Carlos e Araraquara, 17/08/2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2018/08/17/hino-machista-de-atletica-de-faculdade-de-medicina-gera-polemica-em-araraquara.ghtml> Acesso: 20/12/2020.

⁵² “Alunas relatam abuso sexual na Faculdade de Medicina da USP”. Portal Terra, 11/11/2014. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/policia/alunas-relatam-abuso-sexual-na-faculdade-de-medicina-da-usp,3f2bdd04e01a9410VgnVCM10000098cceb0aRCRD.html> Acesso: 20/12/2020.

Também são velhos conhecidos das universidades os casos de apagamento, silenciamento ou pouco caso com as denúncias de violência. Diogo afirma na mesma matéria ter sido “assediado” pelo então diretor da FMUSP, professor José Otávio Costa Auler Júnior, para que não levasse adiante as acusações contra alunos e professores da FMUSP: “Nem presidindo a Comissão da Verdade eu fui tão pressionado a não realizar uma audiência. Impressionante como a gente é assediado quando tenta trazer uma sujeira que está debaixo do tapete” (PORTAL TERRA, 2014).

A aluna Maria relatou na reportagem que também foi pressionada pelo diretor: “Ele me disse que a preocupação dele (com a exposição dos casos) era com a imagem da instituição”. Em outro momento, a aluna comenta que “todo mundo me dizia que eu tinha que esquecer tudo aquilo, que eu tinha culpa pelo que tinha acontecido, que tinha bebido muito, que precisava tocar minha vida” (PORTAL TERRA, 2014).

Ana, nome fictício de outra aluna da FMUSP, foi abusada por dois estudantes em uma festa do curso. Ainda na matéria do Portal Terra (2014), ela conta que foi coagida a não fazer a denúncia para não prejudicar a carreira dos alunos, porém não cedeu. Mas a apuração não resultou em punição, conforme ela conta na reportagem: “Foi feita a apuração do caso, e o resultado é que o abuso tinha sido consensual, que o único problema era o álcool. Me senti humilhada. Após mais de um ano os ‘caras’ continuam impunes e eu cruzo com eles quase todos os dias. Sou tida como uma vagabunda na faculdade” (PORTAL TERRA, 2014).

De acordo com a matéria, Maria e Ana criaram em 2013 o Coletivo Feminista Geni⁵³ junto a outras alunas da FMUSP como uma alternativa ao silenciamento da instituição de ensino. O Geni é um dos coletivos universitários mais longevos, ativo até hoje presencialmente e de forma *on-line*, e sua luta é defender as alunas da violência de gênero na universidade, já que a instituição prefere “apagar” os casos, como conta Ana Luiza Cunha, ex-aluna do curso de Medicina da USP e uma das fundadoras do Coletivo Geni.

Em outra matéria, dessa vez no portal BBC Brasil⁵⁴, publicada em 24/11/2014, Ana Luiza afirma: “O que essas meninas que sofreram violências mais relatam pra gente de resposta institucional é o silêncio [...] Essas violências são conhecidas por quem está lá dentro há muito tempo, mas a diretoria se omite, fala que não sabia.”

⁵³ Coletivo Feminista Geni / FMUSP – Facebook: <https://www.facebook.com/coletivofeministagenidafmusp> Acesso: 14/01/2022

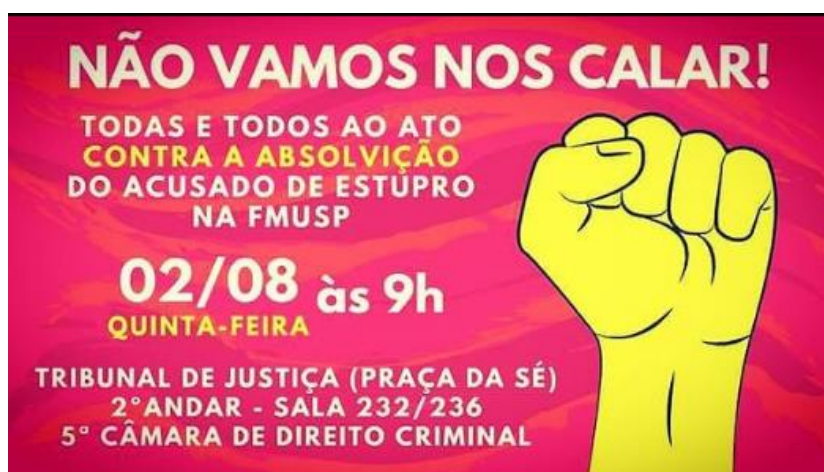
⁵⁴ “Estupros na USP expõem omissão de universidades”. BBC/Brasil, 14/11/2014. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/11/141120_usp_abusos_universidades_rm Acesso: 18/04/2020.

Tentativas de silenciamento também partem das atléticas do curso de Medicina da USP, que inclusive foram alvo da CPI dos Trotes, como conta uma aluna estuprada em 2011, quando era caloura, na festa “Carecas no Bosque”, tradição da FMUSP, em depoimento a André Cabette, do portal de notícias UOL⁵⁵, em 19/08/2014:

O pessoal da Atlética me desencorajou a fazer a denúncia, falando que eu não tinha como provar, que tinha uma parcela de culpa porque estava muito bêbada. Fiz o B.O. [boletim de ocorrência] só na terça. [...] Na faculdade, diziam que eu ia destruir a Atlética, que isso [o estupro] não podia vazar. Um ex-presidente da Atlética disse: "a gente precisa abafar: primeiro, para proteger a vítima e, segundo, porque isso vai destruir a festa" (UOL, 2014).

Em 2018, percebendo que a universidade não iria se mobilizar contra a sentença que absolveu Daniel Tarciso da Silva Cardoso, ex-aluno da FMUSP acusado de dopar e estuprar uma estudante de Enfermagem, o Coletivo Genis organizou um protesto contra a decisão. No dia 01/08/2018 o grupo postou em sua página no *Facebook*⁵⁶ (Imagem 1.10) um convite para que todas as estudantes da USP participassem em frente ao Tribunal de Justiça de São Paulo, do julgamento da apelação.

Imagem 1.10 – Convite Julgamento - FMUSP



Fonte – Página do coletivo no *Facebook*⁵⁷

O texto que acompanha o convite faz menção à CPI dos Trotes, que será abordada no item seguinte, destacando também a imobilidade da universidade quanto à tomada de decisões que acabem com a situação de violência vivida no *campus*:

⁵⁵ “Aluna da USP: Fui estuprada em festa da faculdade e queriam abafar o caso”. UOL/Educação, 19/08/2014. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/11/141120_usp_abusos_universidades_rm Acesso: 18/04/2020.

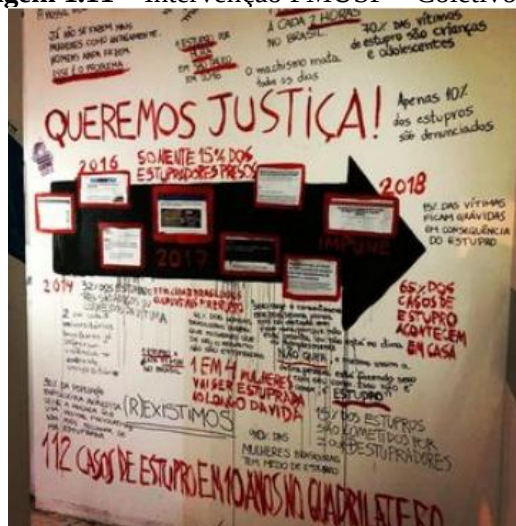
⁵⁶ Coletivo Feminista Geni / FMUSP. Facebook: <https://www.facebook.com/coletivofeministagenidafmusp> Acesso: 14/01/2022.

⁵⁷ Idem.

AMANHÃ, dia 2 de agosto, (quinta-feira) será julgada a apelação contra a sentença que absolveu no ano passado Daniel Tarciso da Silva Cardoso, o médico que, quando estudante da Faculdade de Medicina da USP, foi acusado de dopar e estuprar uma jovem estudante de Enfermagem. A CPI dos Trotes – criada em 2014 na Assembleia Legislativa para averiguar violações de direitos humanos nas universidades – constatou que ao menos 112 estupros foram cometidos no Quadrilátero da Saúde nos últimos 10 anos. Esse fato demonstra o forte enraizamento da cultura do estupro e da violência contra a mulher dentro da nossa Universidade, que por sua vez reflete a dura realidade do nosso país. O caso de Daniel é um dos tantos relatados durante essa CPI: o ex-aluno e atual médico é acusado de ter dopado e abusado de ao menos duas outras estudantes, que foram testemunhas no caso em questão. Esse caso foi emblemático para a Universidade, levando à mobilização de diversos coletivos feministas para acompanhar a CPI e motivando a organização das professoras na Rede USP Não Cala (COLETIVO FEMINISTA GENI, 2018).

Diante da absolvição de Daniel, em 24/08/2018 o grupo criou uma intervenção artística no porão do prédio da faculdade para manifestar a indignação das alunas. A intervenção foi um cartaz com uma linha do tempo com o caso de Daniel Tarcísio: as denúncias, a cobertura da mídia, frases e estatísticas mostravam os casos de machismo na sociedade. No *Facebook*, o grupo postou foto da intervenção:

Imagem 1.11 – Intervenção FMUSP – Coletivo Geni



Fonte – Página do coletivo no Facebook⁵⁸

O texto postado junto à foto explica o objetivo da intervenção. O coletivo compara o apagamento dos estupros cometidos na USP com os crimes acontecidos no Brasil, lembrando que a punição dos casos é igual aos casos relatados por vítimas no país:

⁵⁸ Coletivo Feminista Geni / FMUSP. Facebook: <https://www.facebook.com/coletivofeministagenidafmusp>
Acesso: 14/01/2022.

Queremos resgatar essa memória, que ficou esquecida dentro da faculdade, e ressaltar a realidade da Cultura do Estupro: foram 112 casos ocorridos nos últimos 10 anos no quadrilátero da saúde da USP sem qualquer consequência para os estupradores. Lembrando que no Brasil, somente 15% dos estupradores são presos, e apenas 10% dos estupros são denunciados, justamente porque os instrumentos legais não são feitos para defender as mulheres. A nossa luta é todo dia, queremos justiça e não vamos nos calar! (COLETIVO FEMINISTA GENI, 2018).

Absolvido desse estupro e de mais cinco acusações pelo mesmo crime, Daniel Tarciso da Silva Cardoso colou grau em 2017, teve seu registro profissional recusado pelo CRM/SP – Conselho Regional de Medicina de São Paulo, mas foi aceito no estado de Pernambuco, onde trabalha como médico em uma maternidade. Se a trajetória de Daniel no curso de Medicina da USP é absurda, ainda mais chocante é lembrar que antes de ser aluno da FMUSP ele atuou como policial militar entre 2004 e 2008 e lá também foi absolvido do crime de assassinato, como consta da matéria do *Jornal do Campus*⁵⁹, de 01/05/2019: “Naquele período, matou um homem com oito tiros durante uma briga em um bloco de carnaval”.

A pesquisa do Projeto Quara também apontou que 22% dos alunos entrevistados ingressaram no curso de Medicina da USP a partir de programas de inclusão social e 31% declararam renda familiar mensal inferior a R\$ 5.000,00. Se esses dados forem cruzados com as ocorrências de discriminação étnica ou religiosa relatadas - 20%, por parte de colegas e 18,51% por professores – se pode inferir que os casos de preconceito racial têm relação com a maior afluência de estudantes negros na faculdade de Medicina.

Os programas de inclusão social na USP foram instituídos em 2007, seis anos antes do início do Projeto Quara, e até 2015, segundo informações do pró-reitor de Graduação da USP Edmund Chada Baracat, em matéria⁶⁰ publicada pelo *site* G1 em 24 de janeiro de 2020, o número de estudantes negros ainda era baixo, cerca de 12%.

Mas, de acordo com Bacarat, em 2019 essa porcentagem chegou a quadruplicar, resultado da implantação do sistema de cotas pelo SISU⁶¹ em 2016 e pelo vestibular da

⁵⁹ “Acusado de 6 estupros durante a graduação, ex-aluno é médico em Pernambuco”. *Jornal do Campus/USP*, 24/05/2019. Disponível em: <http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2019/05/acusado-de-6-estupros-durante-a-graduacao-ex-aluno-e-medico-em-pernambuco/> Acesso: 22/03/2021.

⁶⁰ “Com cotas, USP quadruplica número de estudantes negros e indígenas em 10 anos”. G1, São Paulo, 24/01/2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/educacao/noticia/2020/01/24/com-cotas-usp-quadruplica-numero-de-estudantes-negros-e-indigenas-em-10-anos.ghtml> Acesso: 08/05/2021.

⁶¹ O SISU - Sistema de Seleção Unificada é um programa do Ministério da Educação (MEC) que oferece vagas em universidades públicas que utiliza as notas do Enem para classificar os candidatos. A participação é gratuita e a seleção acontece duas vezes por ano. O programa também oferece vagas em forma de cotas para estudantes de escolas públicas, pessoas com baixa renda familiar, critérios de cor e raça e outras ações afirmativas, que podem ter critérios específicos de acordo com cada universidade. Disponível em: <https://sisu.mec.gov.br/#/> Acesso: 29/05/2021.

FUVEST⁶² em 2018: “o número de calouros negros ou indígenas chegou a 25,2% do total, contra uma participação que variou entre 5% e 6% em 2010” (G1, 2020).

Esse indicador pode ter se tornado um gatilho para a intensificação da discriminação racial no curso de Medicina da USP, conhecido por ser um espaço majoritariamente branco, como atesta o relatório final do Projeto Quara: “75% se declaram de cor branca. Apenas 1,24% se identificam como sendo de cor preta”. (PERES, 2013, p. 03).

Com a implantação das cotas de vagas estabelecidas pela Lei 12.711/2012⁶³ a estudantes de baixa renda do ensino público, negros, indígenas e, mais tarde, aos transexuais⁶⁴, a universidade brasileira se viu confrontada com a diversidade de gêneros, classes, raça/etnia e outros marcadores sociais. Nem todas as instituições aderiram às cotas ao mesmo tempo e da mesma forma, porém, o ponto comum a elas é a exclusão social dos alunos cotistas. Pertencentes a grupos de vulnerabilidade social - racial, econômico e de gênero - historicamente têm suas identidades apagadas pela sociedade; e na universidade não é diferente, pois não se enquadram aos padrões da instituição, prioritariamente branca e de classe média.

Casos de racismo são frequentes no curso de medicina da USP em São Paulo, de acordo com relato de Ana Luiza Cunha, ex-aluna e fundadoras do Coletivo Geni, já citada acima, na mesma matéria do portal BBC Brasil⁶⁵. No campus de Ribeirão Preto, cidade do interior do estado de São Paulo está instalada outra faculdade de Medicina da instituição, onde também são recorrentes casos de violências raciais e de gênero.

Em 2014, a faculdade foi acusada de racismo e machismo na música da bateria do curso, conhecida como Batesão, pois a letra trazia expressões como "morena gostosa", "loirinha

⁶² A FUVEST - Fundação Universitária para o Vestibular é uma instituição ligada à Universidade de São Paulo cujo objetivo principal é a realização dos exames vestibulares para admissão à essa instituição. Disponível em: <https://www.fuvest.br/> Acesso: 29/05/2021.

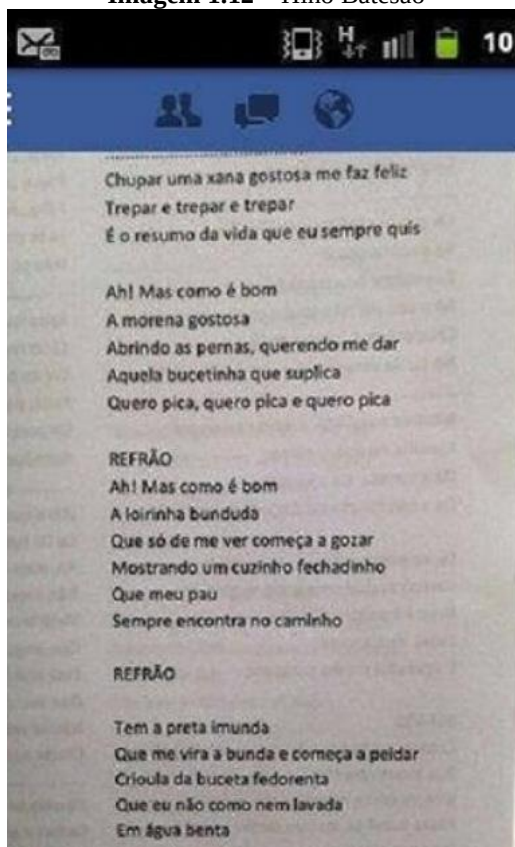
⁶³ Lei das Cotas para o Ensino Superior (nº 12.711/2012) – conhecida como “Lei de Cotas” – garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno em universidades federais e institutos federais de educação a alunos oriundos integralmente do ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos. Dentre esses 50%, existem as cotas destinadas à estudantes de baixa renda e àqueles inseridos no critério étnico-racial, dividido entre pretos, pardos e indígenas. Informação disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm Acesso: 18/06/2020.

⁶⁴ As cotas para pessoas trans são designados pelas próprias universidades. Não existe uma legislação federal que regule essa ação, assim as universidades têm autonomia para estabelecer essas cotas. Em 2018 a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) introduziu as cotas na graduação, seguida pela UFBA – Universidade Federal da Bahia e pela UFABC – Universidade Federal do ABC. Hoje já existem 16 instituições federais e estaduais de educação superior que adotam as cotas para pessoas trans, de acordo com o Instituto Brasileiro Trans de Educação. Informação disponível em: https://ibteducacao.wixsite.com/ibte?fbclid=IwAR1gx5IgXzw02GUqYg-I3aVH82w_nhSy6PUhD4b5C73rf6_ZScBeoiqJftQ Acesso: 18/06/2020.

⁶⁵ “Estupros na USP expõem omissão de universidades”. BBC/Brasil, 14/11/2014. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/11/141120_usp_abusos_universidades_rm Acesso: 18/04/2020.

bunduda" e "preta imunda". Segundo matéria do G1⁶⁶ publicada em 11 de novembro de 2014, que analisou postagens nas redes sociais dos alunos do curso, o “hino” foi divulgado em um manual para calouros da medicina e em diversos perfis do *Facebook*:

Imagem 1.12 – Hino Batesão



Fonte – O Tempo⁶⁷

Em 10 de novembro de 2014, o Coletivo Negro da USP/Ribeirão Preto⁶⁸ postou em sua página do *Facebook* uma nota de repúdio à música, destacando seu caráter misógino e racista:

O que está exposto no cancionário é um ataque, uma falta de respeito, um crime. Misoginia e racismo que se misturam de tal forma a agredir e desumanizar a mulher negra, reafirmando todo um histórico de inferiorização da mulher negra, por ser mulher e ainda negra ou negra e ainda mulher. A Batesão assume seu lugar de senhor de escravos, pega o chicote e violenta mais uma vez as mulheres negras, se não pelo estupro que nossas avós, bisavós sofreram por parte dos senhores e seus filhos, pela subjugação do nosso corpo negro (COLETIVO NEGRO DA USP/RIBEIRÃO PRETO, 2014).

⁶⁶ “Bateria da medicina da USP Ribeirão Preto é acusada de racismo em hino G1/Ribeirão e Franca, 11/11/2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2014/11/bateria-da-medicina-da-usp-ribeirao-preto-e-acusada-de-racismo-em-hino.html> Acesso: 27/10/2021

⁶⁷ O Tempo – Jornal Online. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/brasil/hino-de-estudantes-de-medicina-da-usp-gera-indignacao-em-rede-social-1.946191> Acesso: 27/10/2021

⁶⁸ Coletivo Negro USP Ribeirão Preto – Disponível em: <https://www.facebook.com/ColetivoNegroUSPRP> Acesso: 27/10/2021

Ainda de acordo com a matéria, a direção da bateria publicou uma carta de retratação em sua página oficial no *Facebook*. Um trecho da carta diz, entre outras desculpas, “somos contra qualquer forma de discriminação e preconceito” e que se tratava de “canções antigas criadas por ex-alunos da universidade”. As declarações foram rebatidas pelo Coletivo Negro da USP/Ribeirão Preto em *post* do dia 10/11/2014, assinado também por outros coletivos universitários:

A Batesão se antecipou e logo soltou sua retratação. Como se racismo se resolvesse com carta de retratação. Como se o massacre que a mulher negra sofre nesse sistema fosse aliviado com algumas palavras alegando desconhecimento do conteúdo do cancionário. Ainda temos que nos sujeitar a ler na tal carta onde os integrantes têm a cara de dizer que são engajados na luta contra discriminações, justificando que o mestre da bateria é negro e que eles adoram samba. Pois bem, o velho álibi do amigo negro e do samba. Nossa, ter um mestre de bateria negro, realmente faz de vocês menos racistas e gostar de samba, aí sim, faz de vocês praticamente negros! Não venham com essa! Além de ser racista usar as poucas pessoas negras que vocês conhecem pra justificar o injustificável, ainda se utilizam de uma apropriação cultural como símbolo de boa convivência. Não Batesão! Nós não queremos esclarecer a questão, queremos enegrecê-la, queremos torná-la preta e forte, como nossos corpos. Corpos combativos que estão aqui para questionar esse padrão vigente, que estão aqui pra destruir essa misoginia e esse racismo tão presente e tão massacrante, mulheres pretas, existimos e resistimos! Racistas e machistas serão atropelados pelos nossos corpos negros! (COLETIVO NEGRO DA USP/RIBEIRÃO PRETO, 2014).

O racismo é reflexo de uma universidade que se construiu como um espaço majoritário de estudantes brancos, de matriz colonial. Gonzalez (2018, p. 371) destaca que “nossas instituições sempre estiveram abertas aos brancos e a recíproca não é verdadeira”. Kilomba (2016) reafirma essa ideia, ressaltando que a universidade, mesmo se tratando de um local de aprendizado, decididamente não é um lugar neutro. Historicamente preserva uma relação problemática com a negritude, onde são frequentes relatos de racismo e inadequação desses corpos dentro de seus espaços. Erigida sobre a colonialidade, a universidade sempre foi local de pessoas brancas, identidade central que mantém negras, negros e negres como seres objetificados, infantilizados, sexualizados e desumanizados.

O padrão branco da universidade vem sendo desmontado lentamente no Brasil pelo sistema de cotas raciais, mas não sem resistência. São frequentes os relatos de confronto entre brancos e negros na universidade, entre privilegiados e excluídos historicamente.

Um caso recente na FFLCH-USP mostra como a colonialidade de poder pode levar a eventos trágicos. No dia 02 de junho de 2021, o Coletivo Negro Carolina Maria de Jesus, ligado à Faculdade de Saúde Pública da mesma universidade, postou em seu perfil do *Instagram* uma nota de pesar pelo falecimento do estudante negro Ricardo Lima da Silva, que havia se

suicidado no dia 25 de maio no prédio do CRUSP, a residência de estudantes da USP. Segundo matéria disponível no *site* Ong UNEafro⁶⁹, publicada em 28 de maio de 2021, o jovem era morador do CRUSP e já havia procurado ajuda da instituição por ser vítima de constantes atos racistas por parte de colegas e professores.

Mesmo na grande mídia, sempre atenta a tragédias que atraem sobremaneira a audiência, o caso de Ricardo ficou invisível até o início de junho. E, ainda assim, restrito a alguns *sites* de notícias com O Dia⁷⁰ e G1/Marie Claire⁷¹. A maior exposição ficou por conta de ONGs como Geledés⁷², Alma Preta⁷³ e Ceert⁷⁴, o que evidencia ainda mais a invisibilidade das vidas negras na sociedade de modelo eurocêntrico.

Em agosto de 2021, um caso de racismo entre alunos da faculdade de Medicina da Universidade São Judas Tadeu, no *campus* de Cubatão/SP, tomou a mídia regional. Segundo o portal G1/Santos⁷⁵, Thiago Cassio Fuzatti dos Santos registrou um boletim de ocorrência por injúria racial contra um colega de sua classe após ter sido impedido de entrar no elevador da universidade. Em seu depoimento Thiago afirmou:

Ele disse que eu era sujo e fedido, e que não deveria entrar [...] Eu segurei o elevador e falei para ele pedir desculpas, que não era assim. Ele ficou dando risada, e depois de dois minutos, foi embora de escada, dizendo que eu era sujo mesmo [...] Me senti muito humilhado. Eu só queria chegar lá tranquilo, assistir à aula e voltar para a minha casa. Denunciei na hora, vou ser médico. O princípio da ética médica é não julgar ninguém (G1/SANTOS, 2021).

⁶⁹ “Em meio ao racismo institucional aluno negro tira a própria vida na USP”. UNEafro, 28/05/2021. Disponível em: <https://uneafrobrasil.org/em-meio-ao-racismo-institucional-aluno-negro-tira-a-propria-vida-na-usp/> Acesso: 01/06/2021.

⁷⁰ “Vítima de racismo, estudante negro se suicida em residência estudantil da USP”, O Dia, 03/06/2021. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/brasil/2021/06/6160077-vitima-de-racismo-estudante-negro-se-suicida-em-residencia-estudantil-da-usp.html> Acesso: 03/06/2021

⁷¹ “Aluno comete suicídio na USP e coletivos denunciam negligência e racismo”, Marie Claire, G1, 03/06/2021. Disponível em: <https://revistamarielclaire.globo.com/Noticias/noticia/2021/06/aluno-comete-suicidio-na-usp-e-coletivos-denunciam-negligencia-e-racismo.html> Acesso: 03/06/2021

⁷² “Em meio ao racismo institucional, aluno negro tira a própria vida na USP”, Geledés, 02/06/2021. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/em-meio-ao-racismo-institucional-aluno-negro-tira-a-propria-vida-na-usp/> Acesso: 02/06/2021.

⁷³ “Estudante vítima de racismo comete suicídio dentro da USP” Alma Preta, 01/06/2021. Disponível em: <https://almapreta.com/sessao/cotidiano/estudante-vitima-de-racismo-comete-suicidio-dentro-da-usp> Acesso: 01/06/2021.

⁷⁴ “Estudante vítima de racismo comete suicídio dentro da USP”, Ceert, 02/06/2021. Disponível em: <https://ceert.org.br/noticias/saude/44097/estudante-vitima-de-racismo-comete-suicidio-dentro-da-usp> Acesso: 02/06/2021.

⁷⁵ “Estudante negro denuncia colega que o impediu de entrar em elevador de faculdade: 'Sujo e fedido não entra'”. G1/Santos, 27/08/2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2021/08/27/estudante-negro-denuncia-colega-que-o-impediu-de-entrar-em-elevador-de-faculdade-sujo-e-fedido-nao-entra.gh.html> Acesso: 28/08/2021.

Thiago relatou na matéria do G1 que o episódio do elevador foi a "gota d'água" para denunciar o caso às autoridades e à universidade. Segundo ele, as agressões verbais iniciaram já no primeiro ano do curso, em 2019, conforme trecho publicado da entrevista:

"Ele sempre fez 'piadinhas' do tipo comigo, sempre com pequenos detalhes", conta. Entre as ofensas proferidas pelo colega, está o hábito de chamá-lo de "sujo" e "fedido", e de dizer que Thiago "só está na faculdade por causa das cotas raciais", por exemplo. "Quando eu vou todo vestido de preto, ele diz que estou pelado", conta o estudante (G1/SANTOS).

Anteriormente, em 02 de junho de 2018, Rodrigo Leandro, aluno do curso de Física da UNESP/Bauru também cometeu suicídio, de acordo com carta-manifesto postada pelo Coletivo Kimpa em sua página no *Facebook* e compartilhada por outros coletivos negros ligados à UNESP: Afrontar/Franca, Abisogun/Araraquara, Dandara/Assis, AFRONTa/Botucatu, Sônia Guimarães/Guaratinguetá e NegraTinta - Instituto de Artes da UNESP. No texto o coletivo destaca o sofrimento por que passam os estudantes negros, LGBT+s e indígenas, e dividem com a comunidade a busca por uma vivência não-violenta, mesmo sem o olhar acolhedor da universidade:

MANIFESTO SOBRE A PERDA DE RODRIGO LEANDRO. No dia 02 de junho, o aluno de física da Unesp de Bauru, Rodrigo Leandro, em seu segundo ano de faculdade cometeu suicídio. Rodrigo foi o segundo jovem negro da instituição a cometer suicídio em menos de um ano. A mensagem por si deveria afetar, comover, e o mais importante, mobilizar radicalmente, não só à Instituição Unesp, mas aqueles que a frequentam cotidianamente. No entanto, não foi o que aconteceu. Rodrigo era um homem negro, pobre e estava passando por diversas dificuldades financeiras que prejudicavam seu sonho de conquistar seu espaço em uma das três maiores universidades estaduais do país. A caracterização do corpo em sofrimento se torna necessária no momento que compreendemos a dor que é, para nós jovens negras e negros da universidade, sentir essa perda. Apenas nós, estudantes negras e negros, indígenas, mulheres, LGBTs, deficientes e pessoas pobres sabemos a dor e o sofrimento que é estar no ambiente de uma universidade como a Unesp. Espaço racista, machista, LGBTfóbico, capacitista e classista por essência. [...] Enquanto pessoas negras esse espaço NÃO foi construído para nos acolher e para que aqui sobrevivamos. Infelizmente NÃO FOI. E é por isso que da Instituição, nós do Coletivo Negro Kimpa, nada esperávamos e ainda não esperamos. Não esperávamos que vocês soubessem o que fazer para impedir nosso sofrimento ou a melhor forma de se posicionarem. Não esperávamos de reitor, diretoras/es, professoras/es a acolhida correta. Enquanto vocês não entenderem, ou melhor, enquanto nós não implodirmos essa faculdade para mostrar que ela está errada em sua base, em sua origem, vocês nunca saberão o que fazer efetivamente para impedir e acolher nosso sofrimento. [...] Essa carta, essa manifestação do nosso sofrimento, é, neste momento, infelizmente apenas isso, uma manifestação e uma acolhida. Pois, enquanto estudantes da graduação, nós não temos todas as respostas, não possuímos todas as ferramentas, mas queremos cada vez mais procurá-las e exigí-las. [...] Em memória ao Rodrigo, aos familiares do mesmo e aos seus amigos e amigas, nós do Kimpa faremos o possível para enfrentar as condições que nos tiram a

vida. A morte não acontece apenas fisicamente para nós, porque infelizmente já morremos muitas vezes antes de vocês nos encherem de bala. O suicídio é a concretização da morte simbólica que a branquitude encrustada na Unesp e em seus integrantes fazem conosco. [...] Vocês não vão nos matar, não vão nos calar, não vão. Nossos mortos têm voz. Não vai ser em vão. Rodrigo presente! (COLETIVO KIMPA, 2108)

Muitas vezes os agressores são os próprios professores, que usam sua posição privilegiada na hierarquia da instituição para discriminar impunemente o corpo discente. O Coletivo Poli Negra descreveu em *post* do dia 17/05/2021 em seu perfil do *Instagram* uma fala de um professor do Departamento de Engenharia Mecatrônica e de Sistemas Mecânicos sobre a “inutilidade” das cotas raciais: “Em uma das aulas puxou o assunto de que cotas não deveriam existir na USP visto que houve escravos brancos e que todos descendemos “da mesma macaca” e por isso a reparação para com pessoas negras não seria necessária”.

O coletivo marcou um evento para discutir o tema “A negritude e seus direitos na sociedade brasileira”, com o intuito de destacar a relevância social das cotas raciais na universidade, que se tornou a demanda inicial do coletivo, como descrito em sua página do *Facebook*:

A Poli Negra é o coletivo de negros e negras da escola Politécnica da USP. Iniciamos em 2016 como um grupo no Facebook para estudantes negros e negras dos cursos de engenharia da Poli - USP. Atuamos no início diretamente com a pauta de cotas raciais e hoje somos um coletivo grande e diverso que tem como objetivo levar o debate sobre pautas raciais para a escola politécnica, promover acolhimento para estudantes negros e lutar pela pauta de permanência estudantil (POLI NEGRA, 2021).

O racismo também atinge docentes. O Coletivo Negro Abisogun⁷⁶, ligado à UNESP de Araraquara, em *post* de 05/04/2018 em sua página no *Facebook*, descreve o ato de um aluno de Ciências Sociais que buscava um dos únicos professores negros da instituição, “e desde o primeiro instante proferia ameaças relacionadas à vida física ou espiritual deste acadêmico”. Sem encontrar o docente, “o indivíduo em questão, ao se deparar com um aluno preto, pronunciou comentários racistas e se referiu a ele como ‘preto cotista’ em tom de gozação”. Seguindo até a biblioteca encontrou mais alunos negros e se direcionou a eles gritando “Vocês qué banana?”, um comportamento historicamente racista desde a escravidão, em que os negros são considerados pela elite branca como seres desumanizados, próximos aos animais.

Em outros trechos da postagem se percebe a falta de tato da direção, que não soube lidar com atos de racismo dentro da instituição e como os coletivos acabam cumprindo essa função:

⁷⁶ Coletivo Abisogun – UNESP/Araraquara - Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/Coletivo-Abisogun-298205390356457> Acesso: 02/01/2022

Após uma conversa os integrantes do Coletivo Abisogun se dividiram, parte para pressionar uma decisão da Direção (que se recusou a nos atender sem a presença de um segurança), parte para acompanhar o comportamento do indivíduo, visto que os seguranças do Câmpus não podiam tomar nenhuma providência. Depois de entrar numa palestra sobre Direitos Humanos, Educação e Questões Étnico-Raciais, perambular entre os corredores, conversar com os seguranças, o aluno caminhou até uma área verde próxima a Cantina (Fama Sucos), e lá permaneceu, até que dois professores, sendo um deles uma psicopedagoga, foram até lá para tentar obter mais informações e ajudá-lo de alguma forma. A professora disse então que ele estava a cinco dias sem dormir e que estava em surto, “justificando” seus atos. [...] Entendemos a realidade do aluno que possui problemas psíquicos, sabemos da responsabilidade desta Instituição quanto a isto, porém os ataques foram bem direcionados (POLI NEGRA, 2021).

Outro caso recente de racismo contra docentes foi bastante divulgado pela mídia e objeto de *post* do Coletivo AFRONTa⁷⁷, ligado à UNESP/Botucatu, no *Instagram* em 25/03/2022. Uma semana antes da nota de repúdio compartilhada pelo coletivo nessa rede social, a médica veterinária Talita Santos, em palestra organizada pelo Grupo de Estudos em Animais Selvagens, o GEAS, foi alvo de xingamentos racistas por *hackers* que invadiram o evento *on-line*. Em trecho da nota o coletivo pede que a universidade não se omita:

Os atos criminosos, possivelmente planejados e realizados por uma rede criminosa, não devem e não irão ficar impunes. Estamos nos articulando para que o crime seja julgado como tal, e, também, para que as devidas punições sejam aplicadas não só aos realizadores dos ataques, como aos seus possíveis organizadores – e para tanto medidas legais estão sendo tomadas. Por fim, é extremamente importante salientar que a universidade, como responsável por manter um ambiente acadêmico plural e livre de preconceitos, não deve se omitir (COLETIVO AFRONTA, 2021).

Os atos racistas nas universidades são discutidos recorrentemente pelos coletivos contra a violência de gênero, principalmente, é claro, por aqueles interseccionais a raça. O trabalho para a criação de um ambiente acolhedor não passa somente pelos manifestos, mas também por discussões em que toda a comunidade universitária é chamada a comparecer.

O coletivo Negra Tinta, do Instituto de Artes da UNESP/São Paulo, em 14/08/2019 usou sua página do *Facebook* para um debate sobre como identificar, como reagir e como eliminar o racismo dentro da instituição: “Convocamos a *todes* a participarem da roda de conversa: Como se dá o racismo dentro de uma universidade? Vamos juntas compreender o racismo institucional e a partir disso buscar meios de denunciar e combatê-lo!! Às 18h no hall do IA!” (NEGRA TINTA, 2019).

⁷⁷ Coletivo AFRONTa – UNESP/Botucatu. *Instagram*: <https://www.instagram.com/coletivoafronta/> Acesso: 23/01/2022.

Imagem 1.13 – Roda de conversa – Negra Tinta



Fonte – Página do coletivo no *Facebook*⁷⁸

O Coletivo Conexão AFRO⁷⁹, da UNICAMP, postou em 08/07/2021 em seu perfil do *Instagram*, um texto onde era abordado, segundo seus membros, o ponto de vista do grupo sobre as cotas raciais na universidade: o ponto positivo seria “a ampliação do acesso de jovens negro(a)s das camadas populares às universidades públicas” – mas a nota ressaltava o ponto negativo da chegada dos jovens negros: a falta de estrutura para o acolhimento desses alunos: “estas instituições parecem não estar preparadas para recebê-los, tanto no que diz respeito às políticas de permanência quanto à criação de um ambiente acadêmico que acolha a diversidade e a pluralidade” (CONEXÃO AFRO, 2021).

A nota também abordou a dificuldade de permanência enfrentada por alunas, alunos e alunes negros como causa da sensação de não pertencimento e a importância de grupos que acolham os estudantes negros: “Não se sentir sozinho nessa batalha diária contra o racismo na universidade já é de grande ajuda” (CONEXÃO AFRO, 2021).

⁷⁸ Negra Tinta IA/UNESP – Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/negratintaIAUnesp> Acesso: 30/05/2021.

⁷⁹ Conexão Afro / UNICAMP – Instagram: <https://www.instagram.com/conexaoafrounicamp/> Acesso: 16/01/2022

Uma das razões levantadas pelo coletivo Conexão Afro para o sentimento de não pertencimento é a falta de autores e professores negros nos cursos: “A universidade é branca, brancocêntrica, onde não há nos planos de ensino e currículos, autores e intelectuais negros, negras ou indígenas (Epistemicídio). Na universidade eurocêntrica temos o racismo marcando a produção intelectual e do conhecimento” (CONEXÃO AFRO, 2021).

O tema foi abordado em imagem postada em 03 de julho de 2021:

Imagem 1.14 – Racismo – Conexão Afro/UNICAMP



Fonte – Perfil do coletivo no *Instagram*⁸⁰

O modelo de universidade brasileira foram as instituições europeias, consequentemente os saberes ficaram concentrados em autores brancos, excluindo o pensamento não-europeu. Ainda hoje existe resistência à incorporação de textos de autores negros, indígenas e de outras culturas, o que concretiza a exclusão dessas sociedades na produção de saberes dentro da universidade. Não existem referências para esses estudantes, e o pior é que quando alunos querem pesquisar temas relacionados à sua vivência como excluídos, grande parte dos professores não os acolhe, por desconhecimento ou mera discriminação por essas referências. Assim, a produção acadêmica centrada em autores brancos traduz a perpetuação da autoridade eurocêntrica cis, masculina e branca.

⁸⁰ Conexão Afro / UNICAMP – Instagram: <https://www.instagram.com/conexaoafrounicamp/> Acesso: 16/01/2022

No mesmo *post*, o coletivo Conexão Afro cita o antropólogo e professor da UNB – Universidade de Brasília, José Jorge de Carvalho, que incluiu nessa exclusão as agências de fomento de pesquisas: “Além de imoral, essa recusa por parte de algumas agências de fomento reproduz de forma consciente a desigualdade racial. Os acadêmicos acabam pesquisando o que os editais propõem e não aquilo que a sua intuição teria proposto” (CONEXÃO AFRO, 2021).

A Lei de Cotas garantiu maior acesso desses estudantes, mas as instituições não se transformaram para acolhê-los. E não há como inserir um indivíduo sem inserir seu contexto de vida, “suas conexões com o mundo, os processos históricos e as condutas sociais” (DE ABREU, 2010, p. 200). Esse desacordo entre o espaço universitário e a subjetividade dos estudantes cotistas acaba privilegiando a identidade do grupo majoritário, os alunos brancos, e é causa de sofrimentos que podem levar a saídas trágicas, como citado nos casos acima.

Em 2017 a frase “A casa-grande surta quando a senzala vira médica” se transformou em metáfora do início da transformação das universidades. A expressão foi dita em matéria para o jornal Folha de São Paulo⁸¹, por Bruna Sena, 17 anos, que alcançou o primeiro lugar da lista dos aprovados no curso de Medicina da USP/Ribeirão Preto nesse ano. De acordo com informações da Folha, Bruna era estudante de escola pública, moradora da periferia e criada apenas pela mãe, que ganhava pouco mais de um salário-mínimo como caixa de supermercado. “Bruna será a primeira da família a interromper o ciclo de ausência de formação superior em suas gerações”, comentou o repórter.

Ainda segundo a reportagem, a mãe de Bruna tinha medo de que a filha sofresse discriminações dentro da USP, e fez o seguinte pedido ao repórter Jairo Marques: “Por favor, coloque no jornal que tenho medo dos racistas. Ela vai ser o 1% negro e pobre no meio dos brancos e ricos da faculdade.” Já a estudante se manteve tranquila e comemorou nas redes sociais postando sua foto e a frase “A casa-grande surta quando a senzala vira médica”.

O relatório final do Projeto Quara trouxe como conclusão que existia a prevalência de agressões, abusos e maus-tratos entre estudantes do curso de Medicina, e que os episódios eram repetitivos e graves, por isso se tornava urgente apurar a repercussão dessas situações na saúde mental e na qualidade de vida de alunas, alunos e alunes. Comissões de prevenção foram criadas e as denúncias acabaram sendo investigadas pela CPI dos Trotes.

⁸¹ “Negra, pobre e da rede pública fica em 1º em curso mais concorrido da Fuvest”. Folha de São Paulo, 06/02/2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2017/02/1856050-negra-pobre-e-da-rede-publica-fica-em-1-em-curso-mais-concorrido-da-fuvest.shtml> Acesso: 18/04/2020.

4. A CPI dos Trotes

O Projeto Quara expôs de tal forma as agressões sofridas por alunas, alunos e alunes da Faculdade de Medicina da USP, que logo após seu relatório final ser divulgado uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) foi instaurada na ALESP - Assembleia Legislativa de São Paulo com o objetivo de investigar a violência nas universidades paulistas.

A abertura da chamada CPI dos Trotes (Ato nº 56, de 2014) partiu do presidente da Comissão de Direitos Humanos da ALESP, deputado Adriano Diogo, do PT – Partido dos Trabalhadores, que desde novembro de 2014 vinha investigando denúncias de violência na FMUSP e em outras unidades de ensino do Estado. A intenção era apurar se as universidades paulistas estavam sendo omissas ou negligentes com casos de violação de direitos humanos contra estudantes.

Foram apuradas 112 denúncias de estupro em diversas universidades paulistas, sendo que a maior parte delas estava concentrada nas três universidades estaduais - USP, UNESP e UNICAMP -, segundo relatório final publicado no Diário Oficial de São Paulo em 10/03/2015. Da USP chegaram na CPI seis denúncias de violência sexual a alunas da Faculdade de Medicina, sendo que duas delas foram de estupro consumado e outras quatro de tentativa de estupro.

Quando os casos começaram a ser expostos na mídia, a reação de parte da sociedade e da comunidade acadêmica foi de indignação, pois não se acreditava ser possível que estupros fossem praticados por universitários, como ressaltam Almeida *et all* (2018):

Quando chegou à opinião pública a primeira denúncia de violência sexual cometida por estudantes do sexo masculino contra estudantes do sexo feminino, envolvendo alunos de cursos importantes como medicina, engenharia etc., a reação da comunidade universitária foi assustadora. Era difícil admitir que garotos de graduação, brancos, heterossexuais e ricos, pudessem ser estupradores. Isso abalou o estereótipo anterior do estuprador, que era alguém desconhecido, um homem negro e pobre em uma rua escura à noite (ALMEIDA, 2018, p. 226)⁸².

Além das denúncias de violência sexual, o Ministério Público também investigou violências contra alunas e alunos negros, homossexuais e agressões em trotes. A jornalista

⁸² Tradução livre de: “When the first denouncement of sexual violence committed by male students Against female students reached the public opinion, which involved persons studying important courses such as medicine, engineering, etc. The university community’s reaction was surprising. It was difficult to admit that white, heterosexual, wealthy under-graduate boys could be rapists. It shook the previous stereotype of the rapist, which was someone who was unknown, black and a poor man in a dark street at night”.

Monique Oliveira, em reportagem da Folha de São Paulo⁸³, publicada em 02/12/2014, afirmou que uma ex-aluna e funcionária da USP disse ter sofrido discriminação ao assumir sua orientação sexual dentro da universidade, e outra jovem, estudante do curso de Saúde Pública, declarou que não pode entrar em uma festa da FMUSP por ser negra, e que no processo que abriu contra a universidade a instituição “não considerou que houve racismo”.

A matéria também traz a informação de que na terceira audiência da CPI foram ouvidas 13 pessoas, entre elas o diretor da Faculdade de Medicina na época, o vice-diretor da USP, o presidente da Comissão de Graduação da FMUSP e mais dois alunos integrantes do Centro Acadêmico Oswaldo Cruz, também da FMUSP. A professora Maria Fernanda Tourinho Peres, que coordenou o levantamento do Projeto Quara em 2013, também esteve presente e apresentou parte dos dados da pesquisa na CPI.

Dois alunos da Faculdade de Medicina foram interrogados sobre dois casos de suicídios de colegas em um trote. Um deles teria se matado depois de ter sido submetido a ficar nu e ter que participar de uma simulação de estupro. A outra denúncia teve como base um vídeo exibido na audiência em que um aluno grita, é estapeado e violentado com a prática do “pascu”. Ainda segundo a mesma reportagem da Folha (2014), o “pascu” é uma prática comum nos trotes: um aluno, “ao desobedecer a uma ordem, é ‘preso’, retiram-se suas roupas, e a ‘pasta’ (creme dental) é introduzida no ânus”.

Nessa audiência também foram mostradas imagens do “Show Med”, um tipo de peça de teatro formada somente por alunos da FMUSP, inserida na organização do trote aos calouros, que, de acordo com matéria, alunos e alunas eram obrigados “a beber até cair”. Na peça os alunos também satirizam Felipe Scalisa, do NEGGs - Núcleo de Gênero e Sexualidade da USP e o Coletivo Geni/USP.

Os coletivos foram formados dentro da FMUSP em resposta aos abusos sexuais sofridos no ambiente acadêmico. Ana Luiza Cunha, na época presidente do Geni conta em reportagem à BBC/Brasil⁸⁴ que entre 2011 e 2014, data da reportagem, o grupo já havia recebido “ao menos oito denúncias graves de estupro” e que os membros dos coletivos, principalmente os feministas, são perseguidos na USP:

⁸³ “Alunos de centro acadêmico da USP dizem desconhecer abuso na medicina”. Folha de São Paulo, 02/12/2014. Cotidiano. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/12/1556693-alunos-de-centro-academico-da-usp-dizem-desconhecer-abuso-na-medicina.shtml> Acesso: 23/01/2019.

⁸⁴ “Estupros na USP expõem omissão de universidades”. BBC/Brasil, 14/11/2014. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/11/141120_usp_abusos_universidades_rm Acesso: 18/04/2020.

Somos retratadas como loucas e histéricas, mas nós só estamos dando voz às pessoas que foram silenciadas durante muito tempo. São sempre as feministas que são ridicularizadas e atacadas nas redes sociais, nunca os agressores. Eu fico transtornada, estamos lidando com pessoas que supostamente integram a elite intelectual brasileira (BBB/BRASIL, 2014).

O relatório final da CPI dos Trotes pediu, dentre as medidas consideradas urgentes, a responsabilização civil, penal e administrativa de centros acadêmicos e atléticas envolvidas e a abertura de inquéritos civis sobre a eventual omissão das universidades na apuração e punição dos casos de violação. Propôs, ainda, dois projetos de lei para conter a violência no ambiente universitário paulista, segundo reportagem da ALESP/Notícias⁸⁵ publicada em seu *site* em 13/03/2015.

Um deles proibia o patrocínio de festas estudantis por parte de empresas que fabricam ou vendem bebidas alcoólicas, e o outro impedia a realização de trotes e propunha a criação de um cadastro de antecedentes universitários, “onde seriam inseridos dados a respeito do comportamento dos alunos das instituições de ensino públicas ou privadas e registro de recebimento de sanções pela promoção ou participação em trotes” (ALESP/NOTÍCIAS, 2015).

Ainda segundo a matéria, para o presidente da CPI, deputado Adriano Diogo, a apuração teve dificuldades, entre elas “o prazo exíguo de funcionamento e o grande número de advogados que fizeram com que depoentes não comparecessem”. Ele pediu a continuação dos processos e ressaltou que a CPI teve início a partir de denúncias de violências nos trotes, mas depois “se descobriu outros problemas em festas e eventos esportivos, a questão da mulher, da homofobia e do racismo, chegando-se a vislumbrar uma cadeia de poder entre as atléticas e a seleção para a residência médica” (ALESP/NOTÍCIAS, 2015).

Além dos inúmeros agressores que ficaram impunes após o fechamento da CPI dos Trotes, dos dez casos de estupro apurados somente três se tornaram sindicâncias, e deles somente um aluno foi punido com uma suspensão. De acordo com publicação do jornal Folha de São Paulo⁸⁶ em 13/11/2014, duas vítimas da USP relataram que “sofreram pressão para que não denunciassem os casos e que ficariam estigmatizadas na faculdade”. Na mesma matéria, a promotora Paula Figueiredo Silva afirmou que “há uma omissão da diretoria e não há qualquer suporte às vítimas. Os casos são abafados para não prejudicar a imagem da faculdade”.

⁸⁵ “Aprovado relatório final da CPI das Universidades”, ALESP/Notícias - 10/03/2015. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=362202> Acesso em: 20/03/2019.

⁸⁶ “Após relatos de abusos, medicina da USP estuda barrar bebidas em festas”. Folha de São Paulo, 13/11/2014. Cotidiano. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/11/1547374-apos-relatos-de-abusos-medicina-da-usp-estuda-barrar-bebidas-em-festas.shtml> Acesso: 30/08/2019.

Segundo pesquisa realizada em 2019 pelo portal de notícias Intercept/Brasil (SAYURY e SICURO, 2019), o número de denúncias aumentou depois da CPI dos Trotes: “saltou de 17, em 2014, para 51, em 2018, principalmente após as campanhas #PrimeiroAssédio e #MeuProfessorAbusador, em 2015”. Essa pesquisa e as campanhas serão abordadas mais detalhadamente nos próximos itens.

A investigação da CPI causou tensão em toda a comunidade *uspiana*, segundo Almeida *et al* (2018), diante das “evidências documentadas, depoimentos e gravações de vídeo de violência física e sexual, além de assédio psicológico ocorrido na universidade em atividades esportivas, confrarias, festas e até mesmo nas salas de aula”⁸⁷. As autoras ainda completam:

Grupos de alunas, professores e outras pessoas investidas nesta questão comprovaram a presença de violência “estrutural” ao contrário do que muitos diretores de instituições acreditavam: que esses casos são incidentais, cometidos por “maças podres” que foram negativamente influenciadas por fatores externos, e que devem ser tratados dentro da instituição e não divulgados publicamente. Houve muita pressão sobre as vítimas, que foram acusadas de trair uma das melhores universidades da América Latina, enquanto os agressores mal foram punidos e os diretores das faculdades se recusaram a participar ou tentar impedir a realização da CPI (ALMEIDA *et al*, 2018, p. 228)⁸⁸

Na UNESP, de acordo com Possas (2018), diante das denúncias de violências no *campus* de Botucatu expostas na CPI dos Trotes, a reitoria ouviu as vítimas, a exemplo de Marina Barbosa, então estudante do 4º ano de Medicina e uma das fundadoras do Coletivo Feminista Genis/UNESP⁸⁹, que esteve presente na CPI para denunciar situações como “os ‘almoços’ nas repúblicas, onde, além do uso do álcool, as estudantes do sexo feminino são constrangidas por brincadeiras vexatórias, de cunho sexual. Segundo depoimento da aluna, em um dos almoços em 2014 uma estudante foi estuprada (POSSAS, 2018, pp. 06-07). A autora ainda ressalta que, segundo a estudante “houve um comportamento de proteção ao ‘estuprador’ e a sindicância instalada não avançou porque a UNESP argumentou que não tem como gerir fatos que ocorrem fora da faculdade”.

⁸⁷ Tradução livre de: “...documented evidence, testimonies and video recordings of physical and sexual violence, and psychological harassment occurring at the university in sporting activities, fraternities, parties and even in classrooms”

⁸⁸ Tradução livre de: “Groups of female students, professors and other people invested in this issue substantiated the presence of “structural” violence contrary to what most institution directors believed: that these cases are incidental, committed by “bad apples” who have been negatively influenced by outside factors, and that they should be addressed within the institution and not made public. There was a lot of pressure on the victims, who were accused of betraying one of the best universities in Latin America, while perpetrators were barely punished and directors of the faculties refused to participate or try to block the CPI to happen”.

⁸⁹ Coletivo Genis/ UNESP-Botucatu. Disponível em: <https://www.facebook.com/coletivogenis/> @coletivogenis.

Uma segunda Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI - Ato 03/2020) foi instaurada no final de 2019 (Requerimento nº 287/2019). Segundo publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo⁹⁰ em 18 de dezembro de 2020, a CPI tem como finalidade "apurar denúncias de violência sexual praticada contra estudantes de instituições de ensino superior no Estado de São Paulo, no último ano".

De acordo com informações disponíveis em nota da ADUSP - Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo⁹¹, publicada em seu *site* em 14 de fevereiro de 2020, a deputada Maria Lúcia Amary (PSDB), autora do requerimento para a criação do colegiado, foi procurada pelo informativo para explicar quais foram as denúncias que motivaram a abertura da CPI, porém, segundo a nota, a deputada respondeu por meio de sua assessoria que “como a CPI ainda não foi instaurada, não surgiram novas denúncias”. A explicação causou estranhamento na ADUSP:

É uma resposta estranha, uma vez que o requerimento fala em “apurar denúncias de violência sexual praticada contra estudantes” – há casos, portanto, que já deveriam ser do conhecimento da parlamentar. Por sua vez, o Regimento Interno da ALESP determina em seu artigo 34 que uma CPI só pode ser criada “para apuração de fato determinado (ADUSP, 2020).

Não foi encontrada qualquer informação sobre a finalização dessa segunda CPI, porém existe a suspeita de, ainda de acordo com a ADUSP, de que a CPI pode ter sido criada com fins políticos, a fim de atrasar a instauração de uma comissão para apurar irregularidades na DERSA - Desenvolvimento Rodoviário S/A:

A criação da CPI sobre violência sexual nas universidades se insere na estratégia da bancada governista na ALESP de evitar a instalação de uma comissão para investigar irregularidades na Desenvolvimento Rodoviário S.A. (Dersa), empresa de infraestrutura controlada pelo governo do Estado. O ex-diretor da Dersa Paulo Vieira de Souza, o Paulo Preto, está preso sob acusação de desvio de recursos de obras realizadas entre 2009 e 2011[...], e é também acusado de ser operador de esquemas de caixa dois para campanhas eleitorais tucanas (ADUSP, 2020)

O final da primeira CPI do Trote, ainda que tenha mobilizado parte da população, não conseguiu levar o Judiciário a ordenar sentenças mais duras aos culpados. Podemos entender essa situação ao lembrar que esse Poder é regido por homens atrelados à sua própria visão de mundo, onde as denúncias muitas vezes lhes parecem pouco graves. “Falta-lhes a capacidade de ver o que eles fazem da perspectiva das vítimas”, como afirma Krakauer (2016, p. 165).

⁹⁰ DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - Suplemento CPI Violência Sexual, 18/12/2020. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/arquivoWeb/com/com6952.pdf> Acesso: 09/04/2021.

⁹¹ “CPI para investigar irregularidades na Dersa segue na fila” – ADUSP, 14/02/2020. Disponível em: <https://www.adusp.org.br/index.php/violencia/3552-cpi-viol-sex> Acesso: 09/04/2021.

A situação fica ainda mais difícil de ser resolvida pois grande parte das sobreviventes não denunciaram as agressões porque foram acostumadas a se calar para não causar problemas aos homens, como ressalta o autor ao se referir à explicação da advogada Rebecca Roe sobre a razão de as estudantes estupradas pelos colegas na Universidade de Montana não gritarem ou chamarem a polícia logo que os crimes aconteceram:

[...] porque não são programadas para reagir assim. Somos educadas para sermos agradáveis e para não criarmos atrito. Somos criadas para sermos amáveis. Espera-se que as mulheres resolvam problemas sem fazer uma cena – espera-se que elas façam coisas ruins desaparecerem como se jamais tivessem acontecido (KRAKAUER, 2016, p. 165).

5. As pesquisas sobre violência de gênero na universidade

As três pesquisas aqui destacadas, iniciadas após a CPI dos trotes, foram muito importantes para alavancar a exposição dos casos de violência de gênero e suas interseccionalidades na universidade. De alguma forma, se tornaram gatilhos para a implantação de ações contra essas agressões e provocaram processos civis contra os agressores. São elas: Violência contra a mulher no ambiente universitário/Instituto Avon-Data Popular, Interações na USP/Escritório USP Mulheres e Abusos no *Campus*/ The Intercept Brasil.

5.1 Violência contra a mulher no ambiente universitário - Instituto Avon/Data Popular

Em 2015, dois anos depois do levantamento do Projeto Quara, o Instituto Avon, em parceria com o Instituto de Pesquisas Data Popular, iniciou outro estudo sobre a violência nas universidades brasileiras, mas desta vez em âmbito nacional e especificamente sobre as agressões e assédios relacionados ao gênero. Segundo divulgado em seu relatório final⁹², ao abordar a violência contra a mulher no ambiente universitário a pesquisa objetivou,

...em primeiro lugar, gerar conteúdo para que sejam criadas ações dos mais variados formatos, com o objetivo de transformar o cenário ainda discriminatório e agressivo para a mulher. Depois, promover o debate, a troca de ideias, a reflexão, a ação, e, sempre, a indignação diante da persistência da violência contra a mulher no mundo contemporâneo (INSTITUTO AVON/DATA POPULAR, 2015).

⁹² Violência contra a mulher no ambiente universitário - Instituto Avon/Data Popular. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/violencia-contra-a-mulher-no-ambiente-universitario-data-popularinstituto-avon-2015/> Acesso: 05/03/2019.

Durante o ano de 2015 foram entrevistados 1823 alunas (60%) e alunos (40%) de universidades públicas e privadas de todo o país, entre cursos de graduação e pós-graduação. A maior parte era de classe média (53%) ou alta (36%), e 76% estudavam em universidades e faculdades particulares. A pesquisa considerou seis tipos de violência: assédio sexual, coerção, violência sexual, violência física, desqualificação intelectual e agressão moral e/ou psicológica. As perguntas envolveram tanto as atividades que ocorriam dentro das salas de aula como as que aconteciam nos demais ambientes universitários, incluindo festas e confraternizações entre estudantes.

No âmbito da violência sexual, 28% das alunas entrevistadas afirmaram que sofreram violência sexual e 46% conheciam alguém que já havia sofrido, mas somente 13% dos alunos assumiram que cometeram as agressões. Como explicita a imagem 1.15, as respostas abrangeram diversas formas de abusos físicos sexuais, a exemplo de tentativa de penetração enquanto a vítima estava sob efeito de álcool ou outro tipo de droga, coerção a ato físico, além de estupro. A pesquisa levantou um dado assustador: 14% das estudantes conheciam alguém que foi estuprada na universidade.

Imagem 1.15 – Violência sexual física - Instituto Avon/Data Popular



Fonte - Instituto Avon/Data Popular 2015⁹³

⁹³ Violência contra a mulher no ambiente universitário - Instituto Avon/Data Popular. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/violencia-contra-a-mulher-no-ambiente-universitario-data-popularinstituto-avon-2015/> Acesso: 29/01/2019

O abuso sexual é caracterizado por ser um ato de agressão em que uma pessoa viola o corpo da outra sem consentimento. Qualquer prática física de cunho sexual que não seja consentida ou seja forçada, como violação sexual, manipulação do corpo ou carícias indesejadas, é considerada abuso sexual e passível de punição jurídica pela lei brasileira. A Lei nº 12.015⁹⁴ do Código Penal, promulgada em 07 de agosto de 2009, incluiu o abuso sexual como crime hediondo, juntamente ao estupro, complementando a lei anterior (No. 8.072), de 25 de julho de 1990, que era mais branda com relação a esse tipo de delito.

Os estupros ocorridos no ambiente universitário seguem a mesma dinâmica: acontecem em festas e eventos como trotes e disputas esportivas, quando a vítima está ou foi propositalmente alcoolizada ou dopada por outras drogas, e, portanto, não tem a capacidade de perceber o ato como uma agressão. Recorrentemente os rapazes seguem as garotas até onde estão alojadas e aproveitam a situação de inconsciência para praticar ato sexual sem consentimento.

Em 2013, uma aluna do curso de Medicina Veterinária e Zootecnia da USP foi a uma festa da universidade no *campus* de Pirassununga/SP, e no meio da madrugada decidiu ir sozinha para o dormitório de amigas em uma república porque estava muito bêbada. Ela entrou no quarto e deixou a porta entreaberta para as colegas entrarem. Logo depois um rapaz invadiu o local e insistiu para ficar com ela, que negou e pediu que ele fosse embora. Em depoimento ao portal de notícias G1⁹⁵, a estudante afirmou que, por estar alcoolizada, acabou adormecendo, e quando acordou ele a estava penetrando pelo ânus.

Quando conseguiu fugir do agressor, a aluna procurou os seguranças do *campus*, mas quando contou o que havia acontecido os guardas disseram que denunciar o caso não adiantaria, pois como estava bêbada não poderia ter certeza de como as coisas aconteceram e, além disso, culpabilizaram a estudante, segundo relato da aluna à reportagem: “Ele me disse que podia me levar para fazer o exame de corpo de delito, mas que achava que era um desgaste à toa para mim, porque ‘quem vai nessas festas esperava o quê?’, que eu precisava aprender a me cuidar e que não ia dar em nada”(G1, 2014).

Esse caso coincide com a descrição de Cláudia Maia (2014) sobre o “desvalor” da vida de mulheres vítimas de feminicídio. O imaginário masculino do corpo feminino como um território de posse dos homens propicia, entre outras proposições, o livre julgamento de certas

⁹⁴ Lei nº 12.015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12015.htm Acesso: 29/05/2021.

⁹⁵ “Estudante da USP denuncia estupro: 'Ele dizia que eu não precisava querer'”. G1/São Carlos e Araraquara, 23/12/2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2014/12/estudante-da-usp-denuncia-estupro-ele-dizia-que-eu-nao-precisava-querer.html> Acesso: 19/05/2019

formas de conduta consideradas por eles como inadequadas às mulheres como estratégia para minimizar, desqualificar ou justificar o crime cometido contra elas.

Esse método, denominado “desvalor da vida” pela autora, também convém para justificar a impunidade total ou penas mais brandas, indo ao encontro do conceito de “vida nua” de Agamben (2002), entendido como uma vida desprovida de valor, excluída da lei, que pode ser eliminada sem que isso equivalha a um homicídio. É a vida supérflua, desprezada e exposta às arbitrariedades do poder.

Embora a denúncia da aluna tenha sido feita em 2014, segundo reportagem do jornal Correio Braziliense⁹⁶ de 05 de julho de 2016, a Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da USP só abriu a apuração no início de 2015, e concluiu em maio do mesmo ano que houve de fato o estupro. Porém, à essa altura o agressor - o estudante intercambista Aylton Lino Rangeiro Leão, de 22 anos, que veio de Moçambique para estudar na Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos (FZEA-USP) - já havia fugido do país.

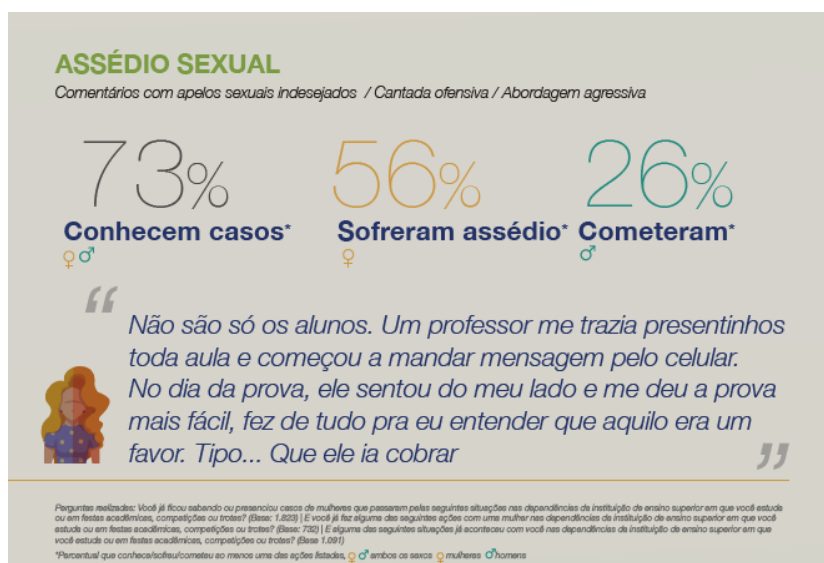
Circundando o universo do simbólico, a pesquisa Instituto Avon/Data Popular levantou números expressivos sobre distintos tipos de violências sofridas pelas universitárias: coerção (18%) e desqualificação intelectual (49%) foram cometidas tanto por parte de colegas quanto de professores.

Exposições não consentidas, a exemplo dos “rankings” em que alunos dão notas aos atributos físicos das alunas, totalizaram 24% das respostas, e o compartilhamento de fotos e vídeos com imagens íntimas foram relatados por 38% das depoentes. Como aconteceu com os números divulgados sobre os abusos sexuais ocorridos nas universidades brasileiras, a pesquisa também apontou que somente 24% dos alunos assumiram que cometeram os crimes, dentre as 71% das respostas que afirmaram conhecer casos de agressão moral ou psicológica, e 52% das que sofreram esse tipo de violência.

A pesquisa ainda registrou a ocorrência de relatos de assédio sexual por 56% das entrevistadas. 73% conhecem casos, mas somente 26% dos entrevistados dizem que assediaram, como consta da imagem 1.16. Assim como nos dados levantados pelo Projeto Quara, parte dos casos tem os professores como assediadores. Eles costumam ameaçar as alunas que se recusam a aceitar seus avanços com perseguições, reprovações ou atribuição de notas baixas. A imagem 1.16 traz um dos relatos de alunas colhidos pelo levantamento Instituto Avon/Data Popular:

⁹⁶“Aluno de Veterinária da USP vira réu por estupro e foge para o exterior”. Correio Braziliense, 05/07/2016, 2016. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2016/07/05/interna-brasil,539050/aluno-de-veterinaria-da-usp-vira-reu-por-estupro-e-foge-para-o-exterio.shtml> Acesso: 31/07/2021.

Imagem 1.16 – Assédio sexual - Instituto Avon/Data Popular



Fonte - Instituto Avon/Data Popular 2015⁹⁷

Outro caso, dessa vez na UFSCar - Universidade Federal de São Carlos/SP em 2014 teve como vítima uma aluna da pós-graduação, assediada por seu professor. Em matéria do jornal O Estado de São Paulo de 15 de dezembro de 2014⁹⁸, a aluna do doutorado em Sociologia contou que foi "agarrada e beijada duas vezes" pelo docente, seu orientador, sem seu consentimento. De acordo com seu depoimento ao jornalista Luis Fernando Toledo, depois de se recusar a ceder ao assédio, a aluna foi afastada aos poucos dos projetos do núcleo de estudos que o docente coordenava.

O professor ainda teria dito que ela era "uma franga sem doutorado, que precisa colocar o rabo entre as pernas, parar de enfrentar professor doutor e aprender a jogar o jogo da academia, caso queira mesmo continuar nela". A aluna também relatou que não fez a denúncia de imediato por medo de represálias aos outros participantes do núcleo de estudos, mas que passou dois anos amedrontada e “coagida pelas relações de poder que perpassam as consequências de denunciar o ocorrido”(O ESTADO DE SÃO PAULO, 2014).

⁹⁷Violência contra a mulher no ambiente universitário - Instituto Avon/Data Popular. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/violencia-contr-a-mulher-no-ambiente-universitario-data-popularinstituto-avon-2015/> Acesso: 29/01/2019

⁹⁸ “UFSCar vai apurar denúncia de assédio sexual a aluna” O Estado de São Paulo, 15/12/2014. Disponível em: <https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral> Acesso: 08/03/2019.

O assédio é uma atitude de ameaça ou coerção cujo objetivo é a obtenção de favores sexuais, sendo o assediador de uma posição hierárquica superior ao assediado, como descreve a Lei n.º 10.224/2001⁹⁹. De acordo com o Conselho Nacional de Justiça¹⁰⁰, o assédio no Brasil é tipificado pelos seguintes comportamentos:

Caracteriza-se como assédio verbal (artigo 61, da Lei das Contravenções Penais nº 3.688/1941), quando alguém diz coisas desagradáveis ou invasivas (como podem ser consideradas as famosas “cantadas”) ou faz ameaças. Apesar de ser considerado um crime-anão, ou seja, com potencial ofensivo baixo, também é considerado forma de agressão e deve ser coibido e denunciado. O assédio gera constrangimento e outros impactos psicológicos, como insônia, depressão, aumento de pressão arterial, dor no pescoço e transtornos alimentares (com aumento ou perda de peso) (CNJ, 2017).

Esse tipo de crime se configura de maneiras distintas em cada cultura, pois as sociedades têm seus próprios entendimentos do que seja um ato de inconveniência, intimidação ou insistência de teor sexual. Mas o denominador comum entre os países onde existem leis que criminalizam o assédio é sempre o consentimento ou não da vítima: se não existe consentimento é assédio.

A Austrália foi uma primeiras nações a criar uma lei específica para o crime de assédio, em 1984. A União Europeia reconheceu o assédio sexual como forma de discriminação em 2002, sendo que os países membros foram obrigados a criar medidas restritivas até 2008. Segundo o Portal Terra¹⁰¹, a Bélgica foi uma das primeiras nações do bloco a considerar crime qualquer tipo de intimidação sexual em local público: “O país aprovou uma lei que criminaliza as cantadas de rua e incluiu uma multa que vai de R\$ 151 a R\$ 3 mil aos agressores” (2016). Ainda segundo a reportagem, em 2012 a França aprovou uma das leis mais rígidas da União Europeias contra o assédio sexual:

A nova legislação elaborada no governo de François Hollande criminaliza o assédio em público e pode levar a 2 anos de prisão e a até 30 mil euros de multa (R\$107 mil). As penas podem aumentar em casos com agravantes, como quando as vítimas são menores de 15 anos. Nesses casos, a pena sobe para 3 anos e a multa para 45 mil euros (R\$ 160 mil) (PORTAL TERRA, 2016).

Dentre os países da América Latina, o Peru foi um dos primeiros a criminalizar o assédio sexual em locais públicos e aprovar uma lei que prevê punição aos agressores. Em contraponto,

⁹⁹ Lei n.º 10.224/2001. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2001/lei-10224-15-maio-2001-332602-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso: 18/03/2021.

¹⁰⁰ CNJ – Conselho Nacional de Justiça. Disponível em: <https://cnj.jusbrasil.com.br/noticias/312043126/cnj-servico-assedio-sexual-nao-e-cantada-e-tem-punicao>, Acesso: 10/05/2021.

¹⁰¹ “Países multam cantadas de rua em até R\$ 160 mil; veja leis”. Terra, 16/06/2015. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/mundo/multas-por-cantadas-podem-chegar-a-r-160-mil-em-paises,0921213dbaab2a004a6f1224d34948a9wr5kRCRD.html> Acesso: 01/08/2021.

muitos países da Ásia e da África não garantem às mulheres qualquer tipo de penalidade, segundo reportagem do jornal *on-line* El País¹⁰²: “de forma geral, as regiões do planeta que menos garantem os direitos das mulheres continuam sendo a África Subsaariana, a Ásia Meridional e o Oriente Médio” (EL PAÍS ONLINE, 2017).

Os assédios são denúncias comuns nos coletivos aqui analisados, a exemplo do *post* do dia 13 de outubro de 2020 do Coletivo Feminista Enedina Alves Marques¹⁰³, ligado à Escola de Engenharia de Lorena – USP. A publicação em sua página do *Facebook* se refere a um ato de assédio ocorrido em uma festa universitária, onde a vítima estava embriagada e o agressor tirou proveito da situação para beijá-la, sem consentimento.

O texto do *post* reforça que qualquer ato não consentido é um assédio, mesmo que para muitos rapazes um “simples” beijo não configure uma infração à intimidade. A nota de repúdio traz referências às leis brasileiras que tipificam o assédio como crime passível de punição.

Outro trecho da publicação assinala a necessidade de medidas institucionais, o acolhimento oferecido pelo Coletivo e a intenção de não deixar que esses episódios caiam no esquecimento:

[...] O mais importante agora é oferecer apoio moral e psicológico à vítima - o que já fizemos e seguimos fazendo. Toda essa situação é inaceitável e medidas de retaliação devem ser tomadas com todos os agentes que constrangeram e cercearam a vítima. Vamos falar, expor, denunciar e fazer todo o escândalo necessário para obtermos o respeito que merecemos. No mais, espero que de alguma forma esta nota tenha aberto os olhos para a monstruosidade que é o assédio e suas consequências, bem como para que se atentem sobre a importância da CAO (Comissão de Acolhimento e Orientação) em todas as festas universitárias para apoio, socorro e acolhimento das vítimas. A luta continua. Obrigada pela atenção (COLETIVO FEMINISTA ENEDINA ALVES MARQUES, 2020).

O coletivo MAE - Manas Acolhedoras da Economia¹⁰⁴, ligado a alunas do Instituto de Economia da UNICAMP direcionou sua atenção ao assédio virtual em *post* de 05/05/2021 em sua página do *Facebook*. O grupo criou uma série de imagens sobre esse tipo de assédio, lembrando os seguidores que o ambiente virtual, sendo uma extensão da vida “real”, também é permeado de violências.

¹⁰² “Infografia - A violência contra as mulheres no mundo em quatro mapas”. El País/Internacional, 24/11/2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/22/internacional/1511362733_867518.html Acesso: 01/08/2021.

¹⁰³ Coletivo Feminista Enedina Alves Marques – EEL/USP. Disponível em: <https://www.facebook.com/coletivofeministaenedina> Acesso: 02/11/2021.

¹⁰⁴ MAE - Manas Acolhedoras da Economia / UNICAMP. Facebook: <https://www.facebook.com/manas.acolhedoras.da.economia.IE> Acesso: 03/01/2022.

Também chamado de *cyberbullying*, o assédio virtual consiste em utilizar o espaço *on-line* para ofender, difamar, intimidar ou perseguir pessoas e grupos de pessoas. Vale lembrar que o anonimato que configura as redes sociais, que não necessitam de uma interação face a face, possibilita uma série de violências.

Nos *posts* (imagens 1.17, 1.18 e 1.19) o Coletivo MAE aborda os tipos de atos que podem ser enquadrados como assédio, além de estratégias de proteção no espaço virtual e a quem recorrer na UNICAMP. O texto que acompanha as imagens também destaca que o grupo pode ser essa referência: “Lembrando sempre que o Coletivo MAE - IE, em parceria com o SAVS, se propõe a acolher e auxiliar aqueles que tenham sofrido algum tipo de violência sexual. Tem alguma dúvida? Precisa de ajuda? Nos chame na DM!” (MAE, 2021).

Imagens 1.17, 1.18 e 1.19– Posts assédio virtual – Coletivo MAE



Fonte – Página do coletivo no Facebook¹⁰⁵

O Coletivo Feminista Bertha Lutz, criado por alunas da FCAV - Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias da UNESP¹⁰⁶, *campus* de Jaboticabal/SP, realizou uma enquete durante o segundo semestre de 2018 para obter informações sobre os assédios cometidos na faculdade. Segundo texto de 22/07/2019, quando os resultados foram divulgados na página do *Instagram* do coletivo, diversas denúncias foram encaminhadas, majoritariamente de mulheres. Alguns dos agressores foram citados mais de uma vez, “incluindo alunos e professores do *campus*”. Nas imagens postadas (1.20 e 1.21) o grupo resumiu as denúncias e o número de ocorrências:

¹⁰⁵ MAE - Manas Acolhedoras da Economia / UNICAMP. Facebook: <https://www.facebook.com/manas.acolhedoras.da.economia.IE> Acesso: 03/01/2022.

¹⁰⁶ Coletivo Feminista Bertha Lutz – FCAV-UNESP/Jaboticabal. Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/profile.php?id=100028435836051> Acesso: 05/01/2022.

Imagens 1.20 e 1.21 – Posts assédio virtual – Coletivo Bertha Lutz



Fonte – Perfil do coletivo no Instagram¹⁰⁷

O assédio na universidade prejudica sobremaneira a vivência das alunas na vida universitária. Esse tipo de violência simbólica contra a mulher pode ser considerada rotina nesse espaço, o que constantemente leva as vítimas a evitarem as atividades curriculares, ou até mesmo a desistirem do curso ou de suas futuras carreiras, principalmente entre as matriculadas em cursos em que os homens predominam, como destaca Almeida (2017, P. 384): “Esses casos totalizam cifras numéricas expressivas e apresentam tramas sorrateiras de abusos e vários tipos de violência, que não só agridem as mulheres como as excluem do convívio universitário, impacta na evasão escolar e em suas carreiras profissionais”.

Além disso, o assédio faz com que as alunas, professoras e funcionárias também passem a evitar o contato com os homens. Como afirma Sara Ahmed, autora do livro “Viver uma vida feminista” (2018), sem edição no Brasil, na universidade esse distanciamento acaba afetando a relação com parte dos colegas, muitas vezes impedindo desde o saudável ato de discutir ideias até o prosseguimento de pesquisas que congreguem homens e mulheres.

Sara Ahmed é uma professora universitária feminista que nasceu em Salford, Inglaterra. Seu pai é paquistanês e sua mãe é inglesa. Em 2004 foi nomeada para chefiar o Centro de Pesquisa Feminista da Goldsmiths College, em Londres, criado para implementar ações de

¹⁰⁷ Coletivo Feminista Bertha Lutz - FCAV/UNESP. Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/coletivoberthalutz/> Acesso: 12/12/2021.

acolhimento e prevenção de violências sexuais na instituição. Mas, em 2016, Ahmed pediu demissão da universidade em protesto contra denúncias de assédio sexual de estudantes que, pelo que indicam seus textos, foram ignoradas pela Goldsmiths. A partir de então ela se estabeleceu como pesquisadora independente.

Sara Ahmed explica que como a proximidade com os homens abre a possibilidade de uma agressão, as mulheres acabam por utilizar comportamentos defensivos, já que sempre é possível acontecer algum tipo de violência. Para a autora, a defesa antecipada é uma tática das jovens para prevenir sofrimentos e “anestesiá-las” emoções. Assim, ao não permitir que sua vivência seja dominada por eles, as mulheres vão aprendendo a suportar as consequências:

Você tentará esquecer o que aconteceu. Você terá vergonha. Você ficará em silêncio. É possível que você não conte a ninguém, que não diga nada e que seja consumido pela sensação de guardar um segredo. Torna-se outra cobrança: o que não é divulgado. Você vai adotar um certo fatalismo: essas coisas acontecem; o que tem que acontecer, vai acontecer; seja o que for. (AHMED, 2018, p. 47)¹⁰⁸

A pesquisa Instituto Avon/Data Popular também apontou que somente 10% das mulheres relataram espontaneamente que sofreram algum tipo de violência simbólica nos *campi* ou em festas, mas quando foram estimuladas com a leitura de uma lista com vários tipos de agressões esse número subiu para 67%, o que indica que muitas vezes a violência de gênero não é entendida por elas como tal.

Esses dados reafirmaram a observação de Bourdieu (2018) de que os comportamentos violentos dos homens costumam ter a “tolerância” de suas próprias vítimas. Como a violência simbólica não é identificada pelas mulheres, as agressões acabam fazendo parte do cotidiano feminino e diluindo-se na vida social, a partir do que o autor denomina “esquemas inconscientes de percepção e apreciação” (BOURDIEU, 2018, p. 10).

Trata-se de uma construção histórica incorporada pela sociedade a partir das relações familiares e de outras instituições mediadoras, a exemplo da escola, da igreja e dos meios de comunicação, o que torna difícil que as próprias mulheres se vejam como vítimas. A mulher traz a experiência de uma ordem social sexualmente ordenada entre tarefas, direitos e deveres masculinos e femininos, como aponta o autor: “As meninas incorporam, sob forma de esquemas de percepção e de avaliação dificilmente acessíveis à consciência, os princípios da visão

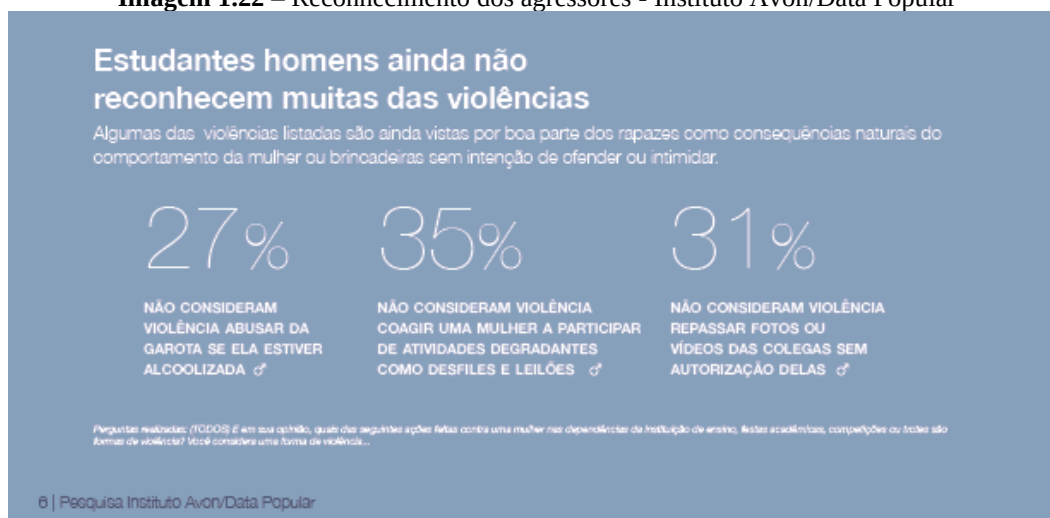
¹⁰⁸ Tradução livre de “Tratarás de olvidar lo sucedido. Estarás avergonzadas. Guardarás silencio. Es posible que no se le cuentes a nadie, que no digas nada y que te consumas con la sensación de estar guardando un secreto. Se convierte en otra carga: lo que no es revelado. Adoptarás cierto fatalismo: estas cosas suceden; lo que tenga que pasar, pasará; que sea lo que tenga que ser”.

dominante que as levam a achar normal, ou mesmo natural, a ordem social tal como é. (BOURDIEU, 2018, p. 133)

A naturalização desse tipo de violência também pode ser sentida nas respostas dadas pelos homens entrevistados pelo Instituto Avon/Data Popular: enquanto 56% das alunas disseram ter sofrido assédio, menos da metade dos alunos (26%) afirmou ter assediado. E somente 02% deles admitiram espontaneamente ter cometido algum tipo de violência contra as colegas. Entretanto, ao serem confrontados com a mesma lista de violências já apresentada às alunas, a porcentagem de agressores subiu para 38%. Mas ainda assim não reconheceram seus atos como agressões, e sim como “brincadeiras” ou simples reações a comportamentos “inadequados” das mulheres.

Como destaca a imagem 1.22, 27% dos depoentes não consideram como agressão abusar de uma garota se ela estiver alcoolizada, 35% acreditam que coagir as estudantes a participar de “leilões” e “desfiles” é somente uma brincadeira, e 31% deles não consideram violência o repasse de vídeos das colegas sem o consentimento delas.

Imagem 1.22 – Reconhecimento dos agressores - Instituto Avon/Data Popular



Fonte - Pesquisa Data Popular/Instituto Avon, 2015¹⁰⁹

A colonialidade de gênero determinou a autoridade nas mãos dos homens e definiu que tudo o que é feito por eles passa a ser correto e exemplar. Por isso muitas jovens naturalizam as agressões, enxergando-as como situações comuns ao comportamento masculino e que, portanto, devem ser relevadas. Como afirma Ahmed (2018), muitas mulheres se veem como

¹⁰⁹ Violência contra a mulher no ambiente universitário - Instituto Avon/Data Popular. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/violencia-contr-a-mulher-no-ambiente-universitario-data-popularinstituto-avon-2015/> Acesso: 29/01/2019

repositórios de um jogo comandado pelos homens, onde tudo é válido: “como é menina, podemos fazer isso”.

Ser menina é uma forma de te ensinar o que significa ter um corpo: estou te avisando, te farei insinuações, você é um objeto, coisa, nada. Fazer-se menina é aprender a esperar estas insinuações, a modificar seu comportamento; a ser cautelosa porque estás em um espaço público, a ser cautelosa porque é menina, simplesmente. De fato, se não modificas teu comportamento, se não tem cuidado, podem te fazer responsável da violência que te infligiram (olha como estava bebendo, olha como ia vestida, olha onde estavas, olha, olha) (AHMED, 2018, pp. 47-48).¹¹⁰

As mulheres, enquanto estudantes, foram as primeiras a experimentar a violência da colonialidade de gênero nas universidades brasileiras. E a situação persiste ainda hoje, mesmo quando a proporção de alunas se tornou maior que a de alunos. Segundo dados do INEP (2018)¹¹¹ referentes a 2016, último ano do levantamento, as mulheres nas universidades brasileiras representavam 57,2% dos estudantes matriculados em cursos de graduação. Mas vale ressaltar que elas compõem somente 45,5% do corpo docente.

A presença feminina nas universidades brasileiras foi tardia, iniciando em meados de 1880 em consequência da forte subjugação no campo social, que impunha que elas deveriam se manter em casa, atentas às tarefas domésticas e reprodutivas. Motta (2014), em artigo sobre a trajetória das mulheres no ensino superior, ressalta que, embora o ensino superior tenha iniciado com a chegada da família real em 1808, somente com o Decreto 7.247, de 1879, conhecido como Reforma Leôncio de Carvalho, a mulher passou a ter esse direito. A autora cita a pesquisa de Marinho (2009):

A primeira mulher brasileira a possuir um diploma de ensino superior foi Maria Augusta Generoso Estrela, que se graduou em Medicina no ano de 1882, porém nos Estados Unidos, não no Brasil. Desta forma, em 1887, Rita Lobato Velho Lopes (1867-1954) se torna a primeira mulher a se graduar no país na Faculdade de Medicina da Bahia, embora tenha iniciado seus estudos na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e depois, por motivos familiares, se transferido para a faculdade em que se formou (MARINHO, 2009 apud MOTTA, 2014).

¹¹⁰ Tradução livre de: “Ser niña es una forma de enseñarte lo que significa tener cuerpo: te lo advierto, te insinuaré, eres un objeto, una cosa, nada. Convertirse en niña es aprender a esperar estas insinuaciones, a modificar el comportamiento; ser cauteloso porque estás en un espacio público, ser cauteloso porque eres simplemente una niña. De hecho, si no cambias tu comportamiento, si no tienes cuidado, pueden hacerte responsable de la violencia que te infligieron (mira cómo bebías, mira cómo vestías, mira dónde estabas, mira mira)”.

¹¹¹ Dados do Censo da Educação Superior de 2016, última edição do levantamento INEP. In: Mulheres são maioria na Educação Superior brasileira. 08 de março de 2018. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/mulheres-sao-maioria-na-educacao-superior-brasileira/21206 Acesso: 03/04/2021.

Somente a partir da década de 1960 as mulheres brasileiras começaram a marcar presença no ensino superior, e já nos anos 1970 sua entrada na universidade rompeu a tradição masculina. Apesar disso, o acesso estava restrito às mulheres que viviam em áreas urbanas, de famílias mais abastadas, e somente em cursos específicos, majoritariamente o magistério. Mas ainda assim era uma maneira de escapar das pressões sociais, já que a profissão de professora era vista com bons olhos:

O crescente contingente populacional feminino que concluiu o 2º grau nos anos 70 começou a ingressar nas universidades por meio de um processo característico desse período: a crescente participação concentrada em carreiras que preparavam para o magistério secundário, em especial a área de ciências humanas e letras. Como tal estratégia, as mulheres, por um lado, reproduziam o estereótipo vigente da ‘ocupação adequada para a mulher’ e cumpriam a expectativa, construída socialmente, de continuarem sendo professoras (GUEDES, 2008, p. 123)

Na década seguinte, segundo dados do Censo Demográfico de 1980 levantados por Guedes (2008, p. 125), o número continuou crescendo: “as mulheres de 25-29 anos com nível universitário eram 5% – porcentagem superior à masculina no mesmo grupo etário”. No início de 1990 aumentou ainda mais, consequência da criação das universidades privadas, da abertura política e, principalmente, da liberalização sexual e da quebra de antigos tabus sociais, importantes conquistas do movimento feminista da época (BELTRÃO e ALVES, 2009).

Os anos 2000 viram a quebra da hegemonia masculina na universidade, que passou a ser predominantemente feminina (53%), de acordo com Guedes (2008). Esse avanço na qualificação de nível superior das mulheres nas últimas três décadas propiciou uma ampliação considerável do contingente feminino na esfera pública, principalmente no mundo do trabalho, o que não repercutiu de forma tão calorosa na universidade.

Como aponta Bandeira (2017), a presença feminina nas universidades, além do confronto social causado pela quebra do domínio masculino nesse ambiente acadêmico, ainda acendeu disputas profissionais, pois colocou em xeque a supremacia dos homens no âmbito econômico:

Com o ingresso significativo das jovens estudantes, os comportamentos e atitudes masculinas mudam nas relações de gênero, pois a presença de jovens mulheres que passaram a compartilhar os cursos, os ambientes universitários e a circular pelo campus, de alguma forma passam a ‘incomodar’ e a colocar em questão essa hegemonia masculina, seja pelo bom desempenho que evidenciam, seja pela autonomia que detém, ou ainda pela condição de ‘atuais’ e ‘futuras’ competidoras no mercado de trabalho. (BANDEIRA, 2017, p. 58).

As vítimas de assédio na universidade se autoexcluem ou, apesar do sofrimento, normalmente não denunciam; se calam por medo de represálias dos agressores ou pela falta de suporte das instituições. Outras vezes as queixas são silenciadas por uma estrutura institucional que poupa os agressores. Nesse cenário de apagamento das identidades, a evasão e a violência se perpetuam.

5.2 Interações na USP - Escritório USP Mulheres

Em junho de 2018, a Universidade de São Paulo publicou os primeiros resultados da pesquisa Interações na USP¹¹², realizada pelo Escritório USP Mulheres¹¹³ sob a direção da Profa. Dra. Eva Alterman Blay, socióloga e fundadora do Centro de Estudos de Gênero e dos Direitos da Mulher da Universidade de São Paulo, e coordenação do Prof. Dr. Gustavo Venturi, do departamento de Sociologia da FFLCH – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas.

O desenvolvimento do questionário e a análise dos dados da Pesquisa Interações na USP foi realizada de forma colaborativa por pesquisadoras da Rede Não Cala!¹¹⁴ e estudantes de coletivos feministas, negros, LGBTQIA+ e indígenas da universidade. O levantamento fez parte do programa Impacto 10x10x10¹¹⁵ do movimento #HeForShe da ONU Mulheres¹¹⁶.

O objetivo da pesquisa Interações na USP foi avaliar a percepção de alunas, alunos e alunes quanto à convivência na instituição e coletar informações sobre experiências de violências e discriminações vivenciadas no ambiente universitário. A ideia era que a pesquisa trouxesse informações que auxiliassem na “elaboração de políticas institucionais mais

¹¹² Interações na USP/USP Mulheres, junho/2018. Disponível em: <http://uspmulheres.usp.br/textos-e-pesquisas/pesquisa-interacoes-na-usp/>. Acesso: 13/07/2020.

¹¹³ De acordo com informações disponíveis em seu *site*, o Escritório USP Mulheres foi criado em 2016 e tem como objetivo propor e implementar iniciativas e projetos voltados à igualdade de gênero no âmbito da Universidade de São Paulo. O órgão é responsável pela coordenação do relacionamento entre a administração da Universidade, a comunidade de docentes, discentes, servidores técnicos administrativos, e o público em geral que frequenta os *campi* da USP. Disponível em: <http://uspmulheres.usp.br/escritorio/>. Acesso: 06/04/2020.

¹¹⁴ A Rede Não Cala! É formada por professoras e pesquisadoras da USP e tem como objetivo acolher denúncias de vítimas de abusos sexuais ocorridos universidade. Contato: <https://www.facebook.com/naocalausp>. Acesso: 06/04/2020.

¹¹⁵ Lançada em 2015, o projeto IMPACTO 10x10x10 foi criticado por feministas decoloniais por seu ponto de vista baseado em uma matriz tradicional de opressão múltipla.

¹¹⁶ O movimento ElesPorElas (HeForShe) foi criado pela ONU Mulheres, a entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres. Segundo informações disponíveis em seu *site*, trata-se de “um esforço global para envolver homens e meninos na remoção das barreiras sociais e culturais que impedem as mulheres de atingir seu potencial, e ajudar homens e mulheres a modelarem juntos uma nova sociedade”. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/ellesporelas/comitebrasil/>. Acesso: 13/07/2020.

adequadas ao enfrentamento das diferentes formas negativas de convivência”, de acordo com publicação disponível na página do Escritório USP Mulheres¹¹⁷.

Um questionário foi enviado por *email* a todos os alunos da universidade e foram obtidas 13.500 respostas, sendo que 8.500 de forma completa:

Entre dezembro de 2017 e fevereiro de 2018, um questionário online com 120 perguntas foi encaminhado por e-mail aos cerca de 78 mil alunos e alunas de graduação e pós-graduação de todos os cursos da USP, distribuídos nos campi da capital e do interior. O convite para participação voluntária obteve mais de 18 mil acessos, dos quais 13.500 ofereceram respostas (8.500 completas) e passaram a compor a amostrada pesquisa (INTERAÇÕES NA USP, 2018).

Entre as perguntas estavam questões sobre as relações interpessoais nos diversos *campi* da USP: se eram consideradas respeitadas ou não, e se o respondente já havia sofrido algum tipo de violência física ou moral em salas de aula, trotes, festas ou eventos exteriores ligados à Universidade de São Paulo. A pesquisa teve uma abordagem interseccional.

Os resultados foram divulgados em 25 de junho de 2018 em um vídeo compartilhado na página do USP Mulheres. Dados parciais foram objeto de matéria do Jornal da USP¹¹⁸. De acordo com essa reportagem, os números foram contabilizados a partir das respostas de 13.377 alunos. Apesar de a USP ser uma instituição de ensino superior pública e gratuita, a matéria traz a informação que “nove em cada dez [estudantes] consideram a Universidade um ambiente elitista” e que “o espaço uspiano reflete as opressões e violências existentes na sociedade brasileira” (JORNAL DA USP, 2018).

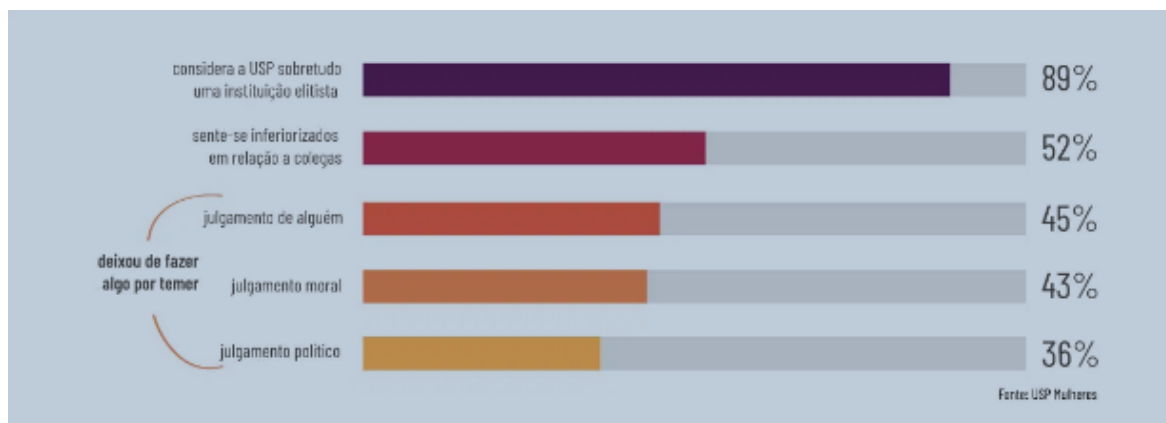
A matéria também reforça o fato de que a universidade deveria ser um lugar de oportunidades iguais e de liberdade de expressão, mas que os resultados da pesquisa Interações na USP não mostraram isso.

Conforme indica a imagem 1.23, quanto às relações pessoais nos *campi* da USP, 52% dos alunos se sentiram inferiorizados frente aos colegas da instituição, e em média 41% vivenciaram situações em que foram julgados por seus posicionamentos e por isso deixaram de realizar algum tipo de atividade acadêmica.

¹¹⁷ Disponível em: <http://uspmulheres.usp.br/textos-e-pesquisas/pesquisa-interacoes-na-usp/> Acesso: 13/07/2020.

¹¹⁸ “Para mais da metade dos estudantes, USP é machista e racista”. Jornal da USP, São Paulo, 27/06/2018.

Disponível em: <https://jornal.usp.br/universidade/para-mais-da-metade-dos-estudantes-usp-e-machista-e-racista/> Acesso: 09/09/2020.

Imagem 1.23 – Percepção geral - Interações USP

Fonte - Jornal da USP¹¹⁹

Dos estudantes que responderam à pesquisa, 71% , predominantemente as mulheres, consideraram a USP um lugar machista, e 64% uma instituição racista, o que corrobora a percepção de que as discriminações relacionadas ao gênero e suas interseccionalidades se tornam poderosos reforços da opressão já experimentada historicamente.

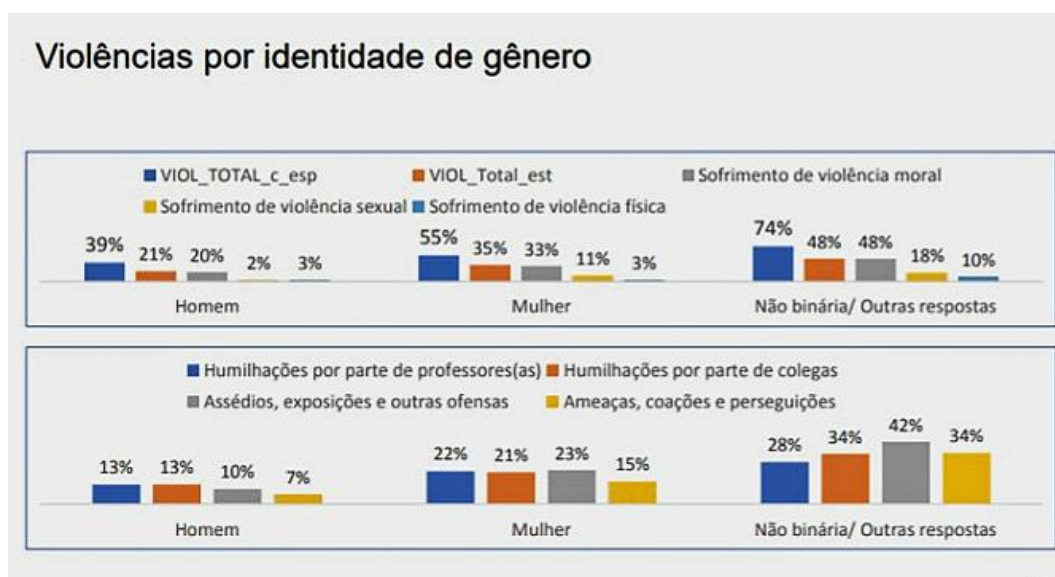
Como dito na introdução, nessa pesquisa o conceito interseccionalidade é entendido como um sistema de opressão que interliga o gênero a outros marcadores sociais, como aponta Crenshaw (2004). A autora destaca que “homens e mulheres podem experimentar situações de racismo de maneiras especificamente relacionadas ao seu gênero” (2004, p, 09).

Sara Ahmed (2018, pp. 56-57) conta que, por ser mulher e ter a cor da pele mais escura que a dos colegas, herança de seu pai paquistanês, experimentou a violência interseccional de gênero e raça quando estava na universidade: “um corpo escuro não é percebido como um corpo feminino frágil; o ‘estranho’ é uma figura racializada [...] Ao ser convertida em uma ‘estranha’ e me identificarem como uma pessoa fora do lugar, me fez ser a pessoa excluída, a pessoa cuja proximidade é registrada como delito e ameaça”.

Os dados da pesquisa Interações na USP revelaram que a maioria das vítimas de violências de gênero são mulheres e indivíduos não binários. Como visto no levantamento do Projeto Quara, aqui também os professores são os maiores agressores, como aponta a imagem 1.24: 55% das mulheres afirmaram que sofreram violência física, e o número fica ainda maior quando se trata de indivíduos não binários: 74%. No registro sobre assédios, 23% das mulheres e 42% dos entrevistados que se consideram não binários relataram casos, o que perfaz, quanto ao último dado, quase a metade dos respondentes.

¹¹⁹ Jornal da USP/ 2018. Disponível em: <https://jornal.usp.br/universidade/para-mais-da-metade-dos-estudantes-usp-e-machista-e-racista/> Acesso: 09/09/2020.

Imagem 1.24 – Violências por identidade de gênero - Interações USP



Fonte - Interações na USP - Primeiros resultados – USP Mulheres¹²⁰

O Coletivo LGBTQ Espectro¹²¹, ligado ao curso de Educação Física da USP, (EEFEUSP) em *post* do dia 21/11/2017 em sua página do *Facebook* traz a descrição de uma atitude homofóbica do Prof. Dr. Antônio Carlos Simões, em aula do dia 25/10/2017, da disciplina “Dimensões Psicológicas da Educação Física e do Esporte”.

Segundo o *post* do coletivo, em uma de suas falas o professor sugere que “homossexualidade” é uma doença provocada por disfunções hormonais da tireoide, o que o coletivo, depois de pesquisas infrutíferas, rebateu:

Em uma busca rápida encontramos apenas um artigo que incita que a homossexualidade tem relação com disfunções de órgãos endócrinos, porém em momento algum o artigo cita que a tireoide ocasione o escrito no slide apresentado em aula [...] E a publicação do artigo citado é de 1935. O que nós do Espectro queremos saber qual a fonte que o Prof. Dr. Antonio Carlos Simões se utilizou para colocar tal afirmação em aula. Já que nós somos orientados desde o primeiro dia de aula a fazermos nossas citações com base científica e muitas vezes com artigos mais recentes, devido à alta produção científica da área que pode mudar um conceito da noite para o dia; claramente respeitando a literatura clássica que sempre estudamos (COLETIVO LGBTQ ESPECTRO, 2017).

Atitudes homofóbicas nas universidades são constantes. Quando cursava Letras na UFAM – Universidade Federal do Amazonas, em 2017, Walteric Juur, homossexual, entrou

¹²⁰ Pesquisa Interações na USP - Disponível em: http://uspmulheres.usp.br/wp-content/uploads/sites/145/2018/07/INTERA%C3%87%C3%95ES-NA-USP_final_publica%C3%A7%C3%A3o2407.pdf Acesso: 09/09/2020.

¹²¹ Coletivo LGBTQ Espectro – Disponível em: <https://www.facebook.com/EspectroEEFEUSP> Acesso: 10/10/2021.

em um dos banheiros e se deparou com a frase "Morte aos gays" escrita na parede. Em depoimento publicado no *site* de notícias G1¹²², Walteric relatou que não era a primeira vez que encontrava pichações preconceituosas na UFAM e desabafou, igualando a vivência na universidade à realidade vivenciada em todas as instâncias da sociedade:

Saber que ali também existem pessoas que pensam coisas como o que estava escrito, faz a ficha cair de estarmos numa sociedade cheia de preconceito, não só com os LGBT, mas como com negros, com a mulher. Ter algo como "morte aos gays" escrito numa parede é só um fragmento da realidade do dia a dia, com piadinhas no ônibus, na rua e onde quer que se vá (G1, 2017).

A humilhação decorrente de não se enquadrar ao binarismo homem/mulher muitas vezes impede que estudantes não se sintam à vontade em ingressar em um curso universitário, e quando isso acontece é recorrente que desistam dos cursos em consequência da pressão e da exclusão vivenciadas nesse ambiente. Desde os colegas até a direção, o aparato institucional é construído de forma a apagar e afastar as identidades LGBTQIA+.

Em depoimento à Revista Capitu¹²³ em 2019, Luma Nogueira de Andrade, transexual filha de agricultores analfabetos do interior do Ceará, conta que o ensino era a única opção para mudar de vida, mas sua experiência escolar e universitária foi rodeada de preconceitos, o que a fez pensar em abandonar várias vezes: "sempre fui tentada a deixar esse espaço, porque a escola não foi pensada para todas as pessoas, e sim para quem se enquadra nos padrões hegemônicos de uma sociedade elitista e conservadora". De acordo com a reportagem, Luma foi a primeira transexual "a concluir um doutorado na rede pública do Brasil e, também, a primeira docente a integrar uma universidade pública federal" (REVISTA CAPITU, 2019).

Ainda segundo a matéria, em seu doutorado, concluído em 2012, a professora Luma de Andrade pesquisou a vivência transexual no âmbito escolar, nomeando como "pedagogia da violência" o processo de exclusão por que passa essa população:

Quando fui a campo entender por que as meninas não iam à escola, descobri que aquilo se dava por elas não terem a oportunidade de serem elas mesmas. Nos dados da Secretaria de Educação, esses casos constam como evasão, o que culpabiliza a pessoa. Então, eu utilizo o conceito de 'evasão involuntária', porque não é algo desejado pela estudante, mas sim imposta (REVISTA CAPITU, 2019).

¹²² "Estudante no AM registra pichação homofóbica em universidade federal". G1/AM, 15/01/2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2017/01/estudante-no-am-registra-pichacao-homofobica-em-universidade-federal.html> Acesso: 09/03/2019

¹²³ "No ensino superior, o espelho da exclusão de pessoas trans". Revista Capitu, Estadão/Focas, 05/6/2019. Disponível em: <https://arte.estadao.com.br/focas/capitu/materia/no-ensino-superior-o-espelho-da-exclusao-de-pessoas-trans> Acesso: 30/07/2021.

Na mesma reportagem a professora ressalta que “foi agredida física e psicologicamente desde a infância por colegas que não aceitavam sua identidade de gênero”, e ao reclamar da violência era repreendida por sua professora, “que a culpava por ‘ser daquele jeito’”. Luma também comenta que os transexuais vivenciam dois processos: de assujeitamento e de resistência, pois nesse contexto as vítimas passam a ser responsabilizadas pela violência, mas tem que enfrentá-lo se quiser continuar no ambiente acadêmico:

Precisei me sujeitar caladinha a muitas das coisas que eram impostas, para poder prosseguir e, mais tarde, resistir [...] deixava de sair nos intervalos do recreio para não apanhar no pátio da escola. Também evitava usar o banheiro, já que, apesar de ser identificada como ‘do campo feminino’, só tinha acesso ao dos meninos (REVISTA CAPITU, 2019).

O Coletivo Saia Debaixo, ligado à EACH - Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP, compartilhou em 25/05/2017, no *Facebook*, uma fotografia e uma nota de repúdio pelo desrespeito a uma campanha de conscientização da causa LGBTQIA+, em que o grupo desenhou no chão da faculdade a silhueta de um corpo no chão (Imagem 1.25) que representava o corpo da travesti Dandara Kettley dos Santos, espancada e executada a tiros poucos meses antes da intervenção, em 15 de fevereiro de 2017, em Fortaleza/ CE. No texto que acompanha a foto postada, o Coletivo Saia Debaixo afirma que uma pessoa colocou ao lado do desenho a foto de Jair Bolsonaro, “conhecido por tantas falas misóginas, racistas, machistas e lgbtfóbicas”.

Imagem 1.25 – Transfobia – Coletivo Saia Debaixo - USP



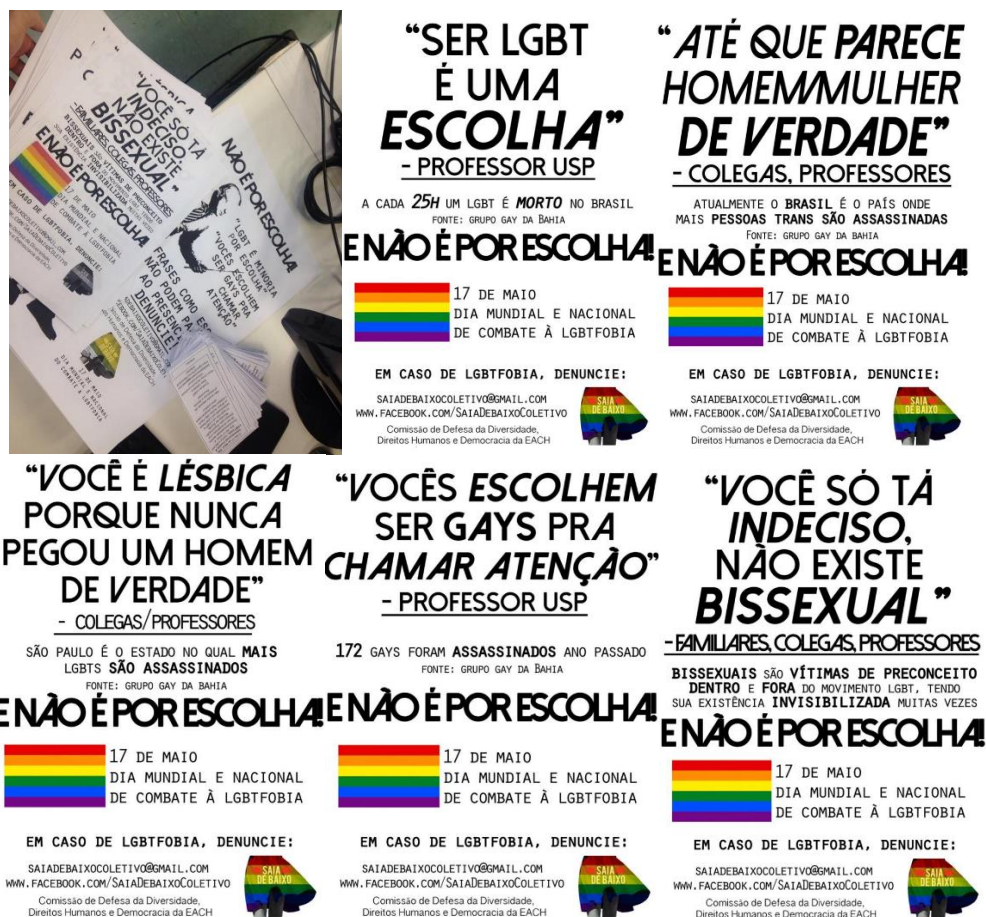
Fonte – Página do coletivo no *Facebook*¹²⁴

¹²⁴ Coletivo Saia Debaixo – EACH/USP – Facebook: <https://www.facebook.com/SaiaDebaixoColetivo/> Acesso: 10/01/2022.

Tal ato foi desrespeitoso com a intervenção e com todos os LGBTs da EACH, mas principalmente com Dandara. Gostaríamos de expor tal ação para que todos os alunos, conjuntamente com os membros do coletivo, tomem ciência de que a EACH ainda é um ambiente opressor e que é preciso que juntos lutemos para fazer com que essa prática, o discurso lgbtfóbico, entre outras formas de opressão não só aos LGBTs, quanto a todos, não ocorram novamente (COLETIVO SAIA DEBAIXO, 2017)

O coletivo Saia Debaixo também criou cartazes e folhetos cujo objetivo, de acordo com o texto publicado no *Facebook*, foi “conscientizar o opressor, para que possamos todos nos apropriar da nossa universidade de forma harmônica e com respeito”. No material distribuído foram incluídas frases que permeiam suas vivências, costumeiramente proferidas por familiares, amigos e, principalmente, professores:

Imagem 1.26 – Cartazes – Coletivo Saia Debaixo EACH/USP



Fonte – Página do coletivo no *Facebook*¹²⁵

¹²⁵ Coletivo Saia Debaixo EACH/USP – Facebook: <https://www.facebook.com/SaiaDebaixoColetivo/> Acesso: 03/01/2022.

Percebo nessas frases o desconhecimento de muitos sobre a identidade de gênero, além da necessidade em enquadrar as pessoas em designações fixas - homem, mulher. Essas designações são excludentes, são frutos de uma percepção de que o sexo de um indivíduo é essencialmente ligado à identidade e expressão de gênero de uma pessoa. Essa linha de pensamento torna o convívio com a diversidade de gênero repleto de preconceitos.

Assim como na sociedade, a universidade se apresenta como um local onde a sexualidade não-normativa é fortemente regulada e, conseqüentemente, os indivíduos fora do padrão heteronormativo encontram dificuldades em assumir e expressar suas subjetividades por medo da reação dos outros que também habitam esse espaço. Para De Abreu (2010), quando isso acontece em ambientes normativos como a universidade, rapidamente se produzem ações de apagamento e destruição da ocupação de indivíduos LGBTQIA+, como a visto no caso da travesti Dandara e na instalação do Coletivo Saia Debaixo na EACH/USP.

De acordo com a V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES em 2018¹²⁶, que envolveu mais de 420 mil alunos (o que corresponde a 78% da rede de ensino superior federal), mulheres (48,1%) e homens (40,15%) cisgêneros são maioria entre os estudantes matriculados em 2018. Os autodeclarados não binários (0,6%) e homens e mulheres trans (0,1%) são minoria.

Em relato concedido para a já citada reportagem da Revista Capitu (2019)¹²⁷, a Profa. Dra. Tatiana Ferreira, pró-reitora da Universidade Federal do ABC/SP, afirma que entre os fatores que explicam a baixa porcentagem de transexuais nas universidades estão “a evasão escolar muito significativa (nos ensinos básico e médio), por causa de preconceito. Temos ainda a expectativa de vida dessa população, que é de 35 anos (a média nacional, segundo dados do IBGE, é de 75,5 anos)” (REVISTA CAPITU, 2019).

Apesar da Lei de Cotas¹²⁸, abrir a possibilidade de ingresso de pessoas transexuais nas instituições federais de ensino superior, até agora as universidades não implementaram ações concretas para a permanências segura da comunidade LGBTQIA+.

¹²⁶ V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/?p=88796> Acesso: 30/07/2021.

¹²⁷ “No ensino superior, o espelho da exclusão de pessoas trans”. Revista Capitu, Estadão/Focas, 05/6/2019. Disponível em: <https://arte.estadao.com.br/focas/capitu/materia/no-ensino-superior-o-espelho-da-exclusao-de-pessoas-trans> Acesso: 30/07/2021.

¹²⁸ A Lei nº 12.711/2012, sancionada em agosto deste ano, garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas 59 universidades federais e 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia a alunos oriundos integralmente do ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos. Os demais 50% das vagas permanecem para ampla concorrência. As cotas para pessoas trans foram liberadas em 2019 para o ingresso em 2020 pelo SISU – Sistema de Seleção Unificada. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cotas/sobre-sistema.html> Acesso: 18/04/2021.

Quando o gênero é cruzado ao marcador social raça/cor, a Pesquisa Interações na USP aponta que quem mais sofre violências são as mulheres negras, homo ou bissexuais: 76% responderam que sofreram agressões, 50% que foram vítimas de assédios, 44% foram humilhadas por colegas, 40% por professores e 37% sofreram ameaças, coações e perseguições dos próprios estudantes.

Esses dados mostram que a interseccionalidade de opressões expressa a violência com mais intensidade e distinção. Em entrevista a Soares, Braga e Pinto (2015, p. 107), a antropóloga Heloísa Buarque de Almeida ressalta que o binarismo homem/mulher não revela totalmente a complexidade das relações sociais, por isso é importante cruzar o gênero com categorias como raça e classe, o que é feito pelas análises interseccionais: “é preciso ver como estes marcadores criam hierarquias ou diferenças na vida social, em articulação”.

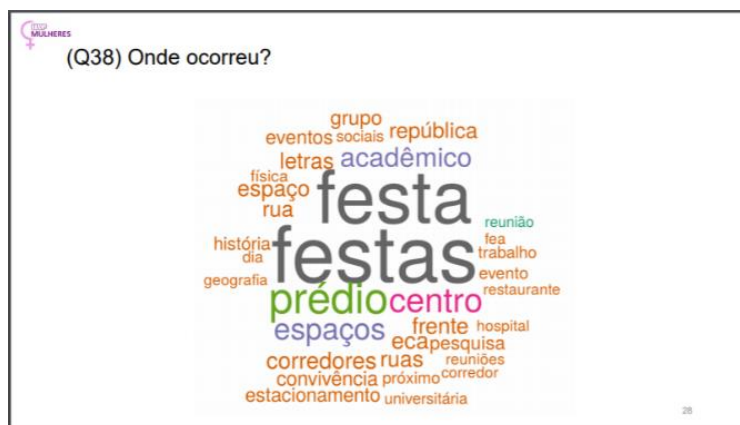
É caso das mulheres negras, em que a interseccionalidade de gênero e raça mostra como a colonialidade de poder associou opressão sexual ao racismo para moldar os comportamentos e reforçar o poder dos homens, como confirma hooks (2015). No Brasil, como consequência de sua história colonial e escravista, as mulheres negras não tiveram, e continuam não tendo, as mesmas condições de acesso que as mulheres brancas às oportunidades do espaço público.

Um exemplo do racismo cruzado à homofobia está na pichação feita em 2018 no banheiro feminino da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo (FDSBC) com frases racistas e homofóbicas: ‘fora sapatão’, ‘fora preta sapatão’, ‘odeio preto’ e ‘#fimdascotas’, de acordo com matéria do *site* jornalístico G1¹²⁹.

Bandeira (2017, p. 77) assinala que a violência contra jovens lésbicas representa uma forma de “castigo” imposto pela colonialidade de gênero para “aquelas que se ‘desviam’ do desempenho de papéis femininos atribuídos socialmente”. Foi o que aconteceu com uma estudante negra do curso de Agronomia da UnB – Universidade de Brasília, que na tarde de 24 de março de 2014 foi agredida fisicamente por um colega da faculdade, que depois argumentou que atacou a jovem para lhe dar um castigo por ser lésbica.

A pesquisa Interações na USP, assim como revelado pelo levantamento do Instituto Avon/Data Popular, apontou que a maioria das humilhações, desrespeitos, discriminações e intimidações sofridas pelos respondentes na USP ou em atividade ligada à USP aconteceu em festas acadêmicas, que incluem trotes e eventos esportivos.

¹²⁹ “Alunos denunciam racismo e homofobia em faculdade do ABC paulista”. G1/SP, 23/03/2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/alunos-denunciam-racismo-e-homofobia-em-faculdade-do-abc-paulista.ghtml> Acesso: 15/03/2019.

Imagem 1.27 – Festas – Interações na USP

Fonte - Interações na USP - Primeiros resultados – USP Mulheres¹³⁰

A porta de entrada para a violência na universidade é a recepção aos calouros. De acordo com Vasconcelos (1993), o trote, em sua origem na Idade Média, estava diretamente relacionado à discriminação contra os estudantes oriundos do meio rural que estavam entrando nas universidades. Por isso, segundo Zuin (2011), a origem da palavra em português vem do verbo ‘trotar’. Os cavalos não nascem sabendo trotar, então têm que ser domesticados para isso, por isso o uso do termo para denominar a recepção aos calouros expõe a figura do veterano como um domesticador dos “bixos”,

... pois se julgava o portador do pensamento e dos atos civilizados. A sua função humanitária seria a de propiciar o processo de aculturação do animal calouro, nem que fosse por meio de atos de barbárie. A caracterização do calouro como um animal irracional serviria de justificativa para a aplicação de tais atos bárbaros em nome da edificação de um doloroso, mas eficaz, processo civilizatório. Ao lembrar ao calouro de sua condição de animal, haveria a possibilidade de a razão triunfar, não sem antes degustar do prazer de sadicamente se afirmar diante do sofrimento do calouro, que teria de masoquistamente se resignar, em silêncio, frente às atrocidades impostas (ZUIN, 2011, p. 590).

No Brasil, desde a implantação das primeiras faculdades, todos os tipos de violência já eram reportados em eventos de recepção, em que os veteranos deixavam clara sua dominância entre os novatos. Em 1831, aconteceu na Faculdade de Direito de Olinda/PE o primeiro trote, inspirado nas práticas da Universidade de Coimbra, em Portugal. O evento acabou com a morte de Francisco Cunha e Menezes, que se revoltou com as humilhações dos veteranos e quando tentava sair do local foi esfaqueado por um deles.

¹³⁰ Pesquisa Interações na USP - Disponível em: http://uspmulheres.usp.br/wp-content/uploads/sites/145/2018/07/INTERA%C3%87%C3%95ES-NA-USP_final_publica%C3%A7%C3%A3o2407.pdf
Acesso: 09/09/2020.

A partir das últimas três décadas, quando as mulheres começaram a ter expressividade numérica nas universidades brasileiras, os trotes violentos começaram a incluir também as alunas, que muitas vezes não têm como discordar das “brincadeiras” por medo de retaliações dos colegas. Então se sujeitam a ser alvos de xingamentos, coerções e violências físicas quando hesitam em participar, por exemplo, de “leilões” e “concursos” em que devem demonstrar seus atributos físicos ou sua “performance” a partir da simulação de atos sexuais. Assim, o trote também passou reafirmar a colonialidade de gênero, estendendo ao âmbito universitário as relações de dominação masculina, como destaca Possas (2018, p. 06):

As relações entre os estudantes reproduzem uma cultura de violência existente e acabam por também naturalizar as diferenças de gênero na posse do espaço político que os jovens detém, no caso, os alunos veteranos. Há a cultura da intimidação que se perpetua para manter o sistema, e alunas e alunos se submetem para conquistar e serem aceitos em um grupo.

A pesquisadora do LIEG Stephanie Gaspar (2018)¹³¹ descreve em seu TCC – Trabalho de Iniciação Científica um relato contido em uma carta de uma estudante de Ciências Sociais da UNESP/Marília. A aluna conta que na Ingressada, denominação da semana de recepção da/dos estudantes na instituição, já são definidos apelidos para alunas, alunos e alunes: “Ganhamos os apelidos mais diversos, “hilux”, “xibiu”, “chiclete”, e uns tantos outros...” (GASPAR, 2018, p. 56).

Gaspar aponta que além do efeito de animalização dos/das recém-chegados/as a partir das designações coletivas “bixo” e “bixete”, a humilhação é acentuada por apelidos que marcam estudantes pelo resto da vida acadêmica. A autora cita o comentário de “Paola”, postado no *blog* “Escrevalolaescreva.blogspot.com”¹³² em matéria intitulada “Humilhações nos trotes” (2012):

Na Unesp de Botucatu os calouros são batizados ‘amistosamente’, e os apelidos são humilhantes em especial para as meninas... O meu era Liana, que é uma planta trepadeira... Que lindo, né? As minhas amigas, ‘Quero pica’, ‘Táboa’, ‘Xupete’, ‘Fogo no cu’, etc. Os dos meninos eram mais uma tiração de sarro, tipo ‘Marquito’, ‘Queixada’, ‘Gigante’, etc. (*apud* GASPAR, 2018, p. 57)

¹³¹ Stephanie Gaspar é pesquisadora do LIEG – Laboratório Interdisciplinar de Estudos de Gênero/ UNESP/Marília, e autora de “Violência de gênero no espaço acadêmico: trotes e festas universitárias” (2018), trabalho de conclusão de curso de graduação em Ciências Sociais, considerado nesse núcleo o estudo precursor sobre o tema da violência de gênero na universidade.

¹³² Escreva,Lola, Escreva. 22/05/2021. Disponível em: <https://escrevalolaescreva.blogspot.com/2012/05/as-humilhacoes-dos-trotes.html> Acesso: 02/08/2021.

Esses apelidos muitas vezes são escritos em pedaços de papelões, no formato de placas, e pendurados no pescoço das alunas logo no primeiro dia da semana de recepção, sendo obrigatório seu uso durante toda a semana. Além disso, os apelidos são desiguais, sendo os femininos os mais humilhantes:

Há distinções entre os apelidos para homens e mulheres, e geralmente, o das mulheres são para simbolizar uma intenção sexual, estereótipos de gênero e sexualização de seus corpos, ou deboche e a inferiorização quando esta não se encaixa na perspectiva de beleza-padrão de nossa sociedade (GASPAR, 2018, p. 57).

Relatos de violências contra alunas nos trotes são trazidos à tona pela mídia de forma recorrente. A matéria intitulada “Queimaduras, tesouradas e comas alcoólicos: a violência dos trotes universitários é histórica”, publicada em 09 de fevereiro de 2015 pelo *site* de notícias R7¹³³, abordou os trotes mais violentos do Brasil.

Entre eles está o ocorrido em fevereiro de 2009, em que, de acordo com a reportagem, a estudante Priscilla Vieira Rezende Muniz, então com 18 anos e grávida de três meses, foi queimada com uma mistura de gasolina e creolina durante o trote praticado por estudantes da FUNEC - Fundação Municipal de Educação e Cultura, em Santa Fé do Sul, no interior de São Paulo. A jovem precisou ser internada para observação e chegou a ser ouvida na Delegacia da Mulher da região.

Ainda em 2009, em agosto, matéria publicada pelo jornal O Estado de S. Paulo¹³⁴ trouxe um caso de abuso sexual realizado durante trote na UFF - Universidade Federal Fluminense. À época, uma caloura do curso de Direito fez o seguinte relato à reportagem:

Os veteranos dividiram as estudantes em dois grupos – ‘barangas’ e ‘bonitas’. As consideradas bonitas foram levadas para uma sala da universidade, onde teriam recebido a proposta de fazerem sexo oral em oito rapazes. Em troca, seriam liberadas da obrigação de pedirem nas ruas R\$ 250,00 e ainda seriam ‘promovidas’ a veteranas (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2009).

Outro caso coberto pelo jornal¹³⁵ aconteceu em 2011. Durante o trote, calouras do curso de agronomia da UnB (Universidade de Brasília) foram forçadas por um veterano a fazer sexo oral em linguças colocadas em bonecos.

¹³³ “Queimaduras, tesouradas e comas alcoólicos: a violência dos trotes universitários é histórica. Disponível em: <https://noticias.r7.com/educacao/fotos/queimaduras-tesouradas-e-comas-alcoolicos-a-violencia-dos-trotes-universitarios-e-historica-10022015> R7, 09/02/2015. Acesso em: 22/04/2019

¹³⁴ UFF abre sindicância para apurar trote violento. Estadão, 25/08/2009. Disponível em: <https://emails.estadao.com.br/noticias/geral,uff-abre-sindicancia-para-apurar-trote-violento,424138> Acesso: 19/04/2019

¹³⁵ “Trote que simula sexo oral gera polêmica n UNB”, Estadão, 29/01/2011. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/noticias/geral,trote-que-simula-sexo-oral-gera-polemica-na-unb-imp-,672607> Acesso: 19/04/2019

Em 2012, dez alunas da Faculdade de Direito da USP/Ribeirão Preto denunciaram abusos contra as calouras em uma nota de repúdio que descrevia, segundo matéria jornalística do Portal Terra¹³⁶, publicada em 11/04/2012, “brincadeiras humilhantes e de conotação sexual feitas com os calouros no evento ‘Festa de Coroação’, entre elas, um juramento em que as mulheres tinham de prometer fazer sexo apenas com os veteranos durante o primeiro ano do curso” (PORTAL TERRA, 2012).

Em 2013, o G1¹³⁷ noticiou dois casos de violência contra alunas em trotes universitários: o primeiro é o de uma caloura do curso de Agronomia da UESB - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, que em denúncia encaminhada ao Ministério Público contou que foi obrigada a lamber os testículos e o pênis de um boi durante um trote. O segundo caso envolveu dois estudantes do *campus* da USP em São Carlos, que tiveram de cumprir 30 horas de trabalho comunitário por ficarem pelados em uma festa de recepção da universidade. No momento, eles tiraram a roupa para afrontar feministas durante o evento denominado "Miss Bixete".

Dois anos depois, de acordo com matéria publicada em 03 de fevereiro de 2015 pelo G1¹³⁸, uma caloura de 17 anos do curso de Pedagogia da FAI – Faculdades Adamantinenses Integradas, em Adamantina, interior de São Paulo, teve as duas pernas tomadas por queimaduras de terceiro grau quando veteranos jogaram creolina e ácido.

Em 2017, segundo a reportagem do portal de notícias G1 (07/02/2017)¹³⁹, uma caloura de uma faculdade de Sorocaba/SP foi assediada por veteranos no dia da recepção aos novos estudantes. Ela foi coagida a beber álcool e acabou desmaiando: “Eu lembro de uma parte dele tentando me beijar e falando: ‘você é caloura e tem que fazer o que a gente fala’” (G1, 2017).

Em 2019, o Ministério Público de São Paulo abriu sindicância para apurar denúncia de trote violento realizado por alunos do curso de medicina da Universidade de Franca (SP) contra calouros da instituição. Segundo reportagem do G1/SPTV2¹⁴⁰, publicada em 05 de fevereiro de

¹³⁶ “USP de Ribeirão Preto investiga trote com brincadeiras sexuais”. Terra/Educação, 11/04/2012. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/educacao/usp-de-ribeirao-preto-investiga-trote-com-brincadeiras-sexuais,82d942ba7d2da310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html> Acesso: 08/03/2019

¹³⁷ “Uesb vai apurar trote que teria feito caloura lamber testículos de boi”, G1/Bahia, 09/05/2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/bahia/noticia/2013/05/uesb-vai-apurar-trote-que-teria-feito-garota-lamber-testiculos-de-boi-na-ba.html> Acesso: 19/04/2019

¹³⁸ “Adolescente é queimada durante trote de faculdade em Adamantina”, G1/Presidente Prudente, 03/02/2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/presidente-prudente-regiao/noticia/2015/02/adolescente-e-queimada-com-acido-em-trote-de-faculdade-em-adamantina.html> Acesso: 22/04/2019

¹³⁹ “Universitária desmaia após 'banho' de diesel e denuncia assédio em trote”. G1/Sorocaba e Jundiaí, 07/02/2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/sorocaba-jundiai/noticia/2017/02/universitaria-tem-corpo-atingido-por-oleo-diesel-em-trote-de-sorocaba.html>. Acesso: 08/03/2019.

¹⁴⁰ “MP investiga trote em Franca em que calouros juram 'nunca recusar tentativa de coito de veteranos’” G1/SPTV2, 05/02/2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2019/02/05/mp-investiga-trote-em-franca-em-que-calouros-juram-nunca-recusar-tentativa-de-coito-de-veteranos.ghtml> Acesso: 22/04/2019

2019, um vídeo que circulou pelas redes sociais digitais mostrava alunas e alunos ajoelhados, pintados com tinta e repetindo uma espécie de juramento, lido em voz alta por um veterano e repetido por calouras e calouros: “Juro zelar por suas reputações, mesmo que sejam desprovidos de beleza (...). Juro solenemente nunca recusar uma tentativa de coito de um veterano ou de uma veterana, mesmo que eles cheirem a ‘cecê’ vencido e elas a perfume barato” (G1/SPTV2,2019).

Na matéria também é divulgado o conteúdo de outra peça, dessa vez um áudio, em que um grupo de calouros é provocado por um veterano a fazer novo juramento, dessa vez dirigido somente às mulheres do curso de Odontologia da mesma universidade: “(...) e prometo usar, manipular e abusar de todas as dentistas e fazer [inaudível] que tiver oportunidade, sem nunca ligar no dia seguinte” (G1,2019).

Os coletivos universitários costumam estar alertas no período de ingresso de calouras, caloures e calouros, compartilhando dicas sobre como se prevenir das agressões, como formalizar denúncias e rodas de conversa sobre a violência empregada no evento.

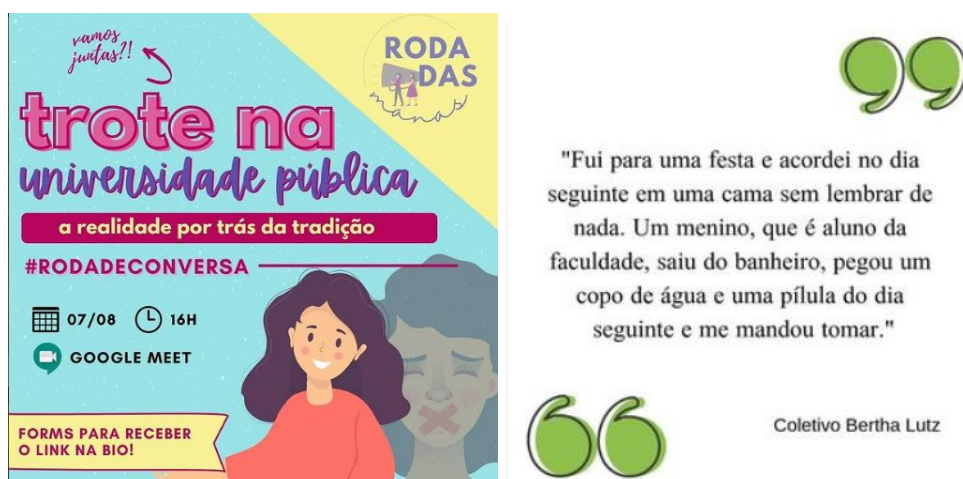
O Coletivo Feminino Bertha Lutz¹⁴¹, da UNESP/Jaboticabal, em *post* de 03/08/2021 no *Instagram* ressalta que a tradição do trote, que por princípio é uma forma de integrar calouros e veteranos, muitas vezes traz atos cruéis, repletos de machismo, racismo e homofobia. Trecho do *post* faz referência ao silenciamento das instituições quanto à punição dos envolvidos nos trotes violentos.

Vamos conversar sobre o TROTE UNIVERSITÁRIO? [...] Junto da cultura da impunidade, o fato de ser visto como tradição faz com que as pessoas se sintam obrigadas à participar de situações humilhantes em silêncio. Além disso, quando o calouro se torna veterano e não analisa a gravidade dos trotes, replicando-os, há a geração de um ciclo vicioso. [...] Vamos juntas? (COLETIVO FEMININO BERTHA LUTZ, 2021).

Como indica o *post* do coletivo, foi realizada uma roda de conversa com os ingressantes com o objetivo de discutir e repensar a continuidade dessa violenta tradição. A postagem também traz relatos de estudantes que foram agredidas durante ou depois das festas realizadas durante o período do trote. O texto que acompanha as imagens abaixo foi finalizado com a seguinte frase: “Nenhuma amizade precisa ser construída a partir de atos de violência e constrangimentos”. Aqui foi compartilhado (imagem 1.29) um relato de estupro de uma caloura por um veterano.

¹⁴¹ Bertha Lutz - Coletivo Feminista da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias - FCAV/UNESP – Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/coletivoberthalutz/> / Acesso: 12/12/2021.

Imagens 1.28 e 1.29 – Trote – Coletivo Bertha Lutz - FCAV/UNESP



Fonte – Perfil do coletivo no Instagram¹⁴²

O Coletivo Feminista Enedina - EEL/USP, em publicação de 25/03/2021 em seu perfil no *Instagram* compartilhou fotografia de uma escada da Escola de Engenharia de Lorena (Imagem 1.30) feita em 2017 pelas integrantes do grupo, cujos degraus traziam a frase “Roupa não justifica. Bebida não justifica. Nada justifica o trote machista”.

Imagem 1.30 – Coletivo Feminista Enedina – EEL/USP



Fonte – Perfil do coletivo no Instagram¹⁴³

Outra integrante descreve no texto como o trote violento marcou sua passagem pela universidade e como a instituição não acolheu as denúncias e queixas das alunas.

¹⁴² Idem

¹⁴³ Coletivo Feminista Enedina – EEL/USP. Instagram: <https://www.instagram.com/coletivofeministaenedina/> Acesso: 10/09/2021

Essa frase estava na escada do meu primeiro dia de aula. Lembro que me marcou muito, porque era uma frase que ao mesmo tempo que me dava orgulho de ser lida, me dava medo. Todos os homens dessa universidade deveriam exercitar a prática do respeito. Se não temos voz numa universidade de referência como a USP, temos que lutar para que os colegas que compartilham matérias ou momentos conosco nos respeitem, imagina o que não passamos pelo mundo afora! Feminismo não é bobeira, é necessidade, é a nossa sobrevivência. Não estamos exigindo nada além do BÁSICO! (COLETIVO FEMINISTA ENEDINA, 2021)

Nesse ritual de agressões, discriminações e humilhações, também têm lugar a violência interseccional contra as mulheres negras. Segundo reportagem do *site* jornalístico G1/MG¹⁴⁴, publicada em 18 de março de 2013, no trote do curso de direito da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), a agressão moral não se dirigiu diretamente à caloura branca, mas à simbologia colonial que foi marcada em seu corpo: pintada com tinta preta e com as mãos acorrentadas, em seu pescoço foi pendurada uma placa com as inscrições "caloura Chica da Silva", em referência à escrava que viveu em Diamantina (MG).

A violência contra as mulheres continua nas disputas esportivas, que reúnem estudantes de vários *campi* universitários. Os hinos entoados pelos times revelam machismo, racismo e preconceito contra homossexuais. O trecho a seguir faz parte do samba-enredo da Atlético UNESP/Bauru, publicado no *blog* Febre Amarela¹⁴⁵, da torcida organizada do *campus*, em 25 de setembro de 2011:

Hoje eu sou, eu sou felicidade
 Vou sacudir Araraquara na cidade
 Em Prudente tem mais viado do que lá em São Vicente
 Ei Guará, pode esperar que a sua hora vai chegar
 A UNESP de Bauru é festa o ano inteiro
 Aqui tão os 'homi' e as melhor 'mulhé'
 Eu sou Bauru putaria, somos os reis da alegria
 No ritmo da bateria
 Ilha Solteira babaca e cuzão
 Franca sapato e sapatão
 Bauru é só orgia
 E não importa, não importa a cor do rio
 Rio Claro ou Rio Preto vá pra puta que pariu.

¹⁴⁴ "UFMG apura trote polêmico em calouros do curso de Direito", G1/MG, 18/03/2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2013/03/ufmg-apura-trote-polemico-em-calouros-do-curso-de-direito.html> Acesso em 25/05/2019.

¹⁴⁵ Febre Amarela. Disponível em: <http://febreamarelaunespbauru.blogspot.com/2011/10/samba-enredo-hino.html> Acesso: 28/05/2019.

Matéria do *site* de notícias *El País Online*¹⁴⁶, intitulada “‘Sentia que não fazia parte desse ambiente’: os desafios de ser negro e da periferia em uma universidade”, publicada em 12 de setembro de 2018, trouxe a provocação em forma de versos criada por alunos da PUC/Rio contra estudantes da UFRJ durante os Jogos Jurídicos de 2018 - evento esportivo que envolveu cursos de Direito de todo o país. O hino da torcida da PUC/RJ fazia alusão às cotas obrigatórias nas universidades públicas:

Agora a UFRJ se fudeu, se fudeu
O pobre deles não é mais pobre que o seu.
Quer ajuda pro trem? Eu inteiro. Um trocado pro lanche? Eu dou
Aproveita que hoje eu tô bonzinho,
Tô sentindo por você, Congo
No fim do mês a grana vai faltar, vai faltar
Vai no lixão lá da Central catar lata! (2018)

No mesmo evento, mais relatos de violência contra estudantes negros foram publicados na reportagem: “jovens da torcida da PUC-Rio imitaram macacos diante de torcedores negros do time rival e uma menina jogou uma casca de banana em direção a Maicon Nascimento, um atleta negro da Universidade Católica de Petrópolis (UCP)” (EL PAIS ONLINE, 2018).

A letra do hino da PUC/RJ e as agressões aos jogadores negros nos Jogos Jurídicos de 2018 vão ao encontro do que afirma Gonzáles (1984), de que a ideia persistente no imaginário nacional é a de que o lugar dos negros é a favela, portanto não deveriam compartilhar o mesmo espaço que os brancos.

Na universidade brasileira os abismos sociais se mostram mais visíveis, principalmente nas instituições públicas, pois são espaços de circulação de grande diversidade de identidades. Onde o branco é o “normal”, a branquitude se torna a medida para tudo e outros não têm lugar. Kilomba (2016) alerta que na sociedade ocidental os corpos são circunscritos a determinados lugares; sendo que os corpos negros não deveriam estar em lugares de corpos brancos. Não à toa, as cotas raciais têm muita desaprovação entre pessoas brancas, que muitas vezes reclamam que os negros “estão tirando NOSSOS LUGARES”.

Dizem-me que estou fora do meu lugar, como um corpo que não está em casa. Dentro do racismo, corpos Negros são construídos como corpos impróprios, abjetos, “deslocados” e logo, como corpos que não pertencem. Corpos brancos, ao contrário, são construídos como aceitáveis, corpos em casa, “no lugar”, corpos que sempre pertencem. Através de tais comentários, pessoas Negras são persistentemente convidadas a voltar para o “lugar delas”, longe da academia, nas margens, onde seus corpos estão “em casa. (KILOMBA, 2016)

¹⁴⁶ “‘Sentia que não fazia parte desse ambiente’: os desafios de ser negro e da periferia em uma universidade”, *El País Online*, 12/09/2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/07/03/politica/1530632060_600428.html Acesso: 23/05/2019.

5.3 Abusos no campus – The Intercept Brasil

A pesquisa “Abusos no Campus” foi realizada pelo *site* de notícias The Intercept Brasil¹⁴⁷ em 2019 e aplicada a 556.550 mulheres vítimas de violência sexual em universidades brasileiras desde 2008, entre estudantes, professoras e funcionárias. Envolveu questões sobre violência de gênero, abrangendo de assédios morais a estupros. Os resultados não trouxeram novidades se comparados aos das pesquisas anteriormente analisadas. Somente confirmam a universidade brasileira como um espaço machista, elitista e protetor de seus pares.

O levantamento do The Intercept Brasil também atestou que os abusos sexuais são cometidos em sua maioria por estudantes (60%) e professores (45%). Na matéria feita para a divulgação da pesquisa, publicada em 10 de dezembro de 2019, os jornalistas Juliana Sayuri e Rodrigo Sicuro afirmam que a análise partiu de 209 ocorrências reportadas à imprensa ou por movimentos estudantis, em 122 universidades, a maioria pública (88 instituições):

Segundo as diferentes denúncias, detalhes sórdidos variam de norte a sul: três estudantes doparam e estupraram uma aluna de 17 anos durante viagem do Instituto Federal do Piauí ao Tocantins; um aluno abusou de uma estudante de 17 anos durante aula no Centro Universitário São Lucas de Rondônia, em Porto Velho; um professor de química prometeu pontos extras por sexo a 15 alunas do colégio universitário da Universidade Federal do Maranhão; um ex-aluno foi flagrado tentando filmar uma estudante no banheiro do Centro Universitário Estácio da Bahia, em Salvador; um técnico agarrou à força 10 alunas no laboratório de fotografia da Universidade de Brasília; um aluno estuprou outra estudante durante a festa dos calouros na Universidade do Estado do Rio de Janeiro; um professor de história foi acusado de aterrorizar e assediar física e psicologicamente 10 alunas na Universidade do Estado de Santa Catarina. (SAYURI e SICURO, 2019)

A pesquisa apurou que as denúncias formais das vítimas foram poucas. Segundo os autores, os números levantados poderiam ser maiores, pois as/os estudantes tiveram medo de se expor ou sofrer retaliações. Procuradas pelos jornalistas para se posicionarem sobre as queixas, a maioria das universidades citadas no levantamento não retornou o contato ou não respondeu:

Entre as 40 instituições (33 públicas, 7 particulares) que responderam à reportagem, muitas afirmam ter políticas internas, mas, na verdade, têm apenas diretrizes abstratas, e não protocolos específicos. A Universidade Federal de Alagoas, por exemplo, tentou tirar o corpo fora: de acordo com a nota da assessoria de imprensa, a indicação é que as vítimas se voltem a instâncias como a delegacia da mulher e a unidade de saúde voltada à violência contra a mulher (SAYURI e SICURO, 2019).

¹⁴⁷ SAYURI, Juliana e SICURO, Rodrigo. Abusos no Campus. The Intercept Brasil, 10 de dez. de 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/12/10/mais-de-550-mulheres-foram-vitimas-de-violencia-sexual-dentro-de-universidades> Acesso em: 04/03/2020.

Akerman, Conchão e Boaretto (2014) comentam, indignados, sobre a situação de muitos pais de alunas, alunes e alunos agredidos que não se identificam nas denúncias com medo de represálias até da própria instituição:

O que argumentar sobre o fato de que pais fazem denúncias dos maus tratos que sofrem seus filhos sob a cobertura de nomes fictícios e de e-mails criados especialmente para veicular denúncias “sem que sejamos notados, para que nossos filhos não sofram retaliação”? Ou do caso de um pai que teve que simular um enfarto para que veteranos se convencessem a libertar seu filho de um lugar isolado onde deveria passar o fim de semana, após ter ligado para a família pedindo socorro, pois estava sendo espancado pelos estudantes mais velhos. (AKERMAN, CONCHÃO e BOARETTO, 2014, p. 12)

Nos casos em que a vítima chega a denunciar formalmente a agressão nas ouvidorias das universidades – quando elas existem - os relatos afirmam que as queixas são arquivadas, por alegação de falta de provas, descrenças sobre a queixa da vítima, ou, em muitos casos, por acobertamento institucional quando o agressor é um docente ou funcionário. Outras vezes as denúncias não são levadas a sério pois seriam comportamentos naturais dos homens, ou porque que a culpa é da própria vítima, por usar roupas “inadequadas” ou por terem se insinuado aos alunos.

Para Almeida (2019, p. 19), essa imagem da vítima ideal relacionada aos comportamentos assumidos na vivência universitária é uma desculpa para todo tipo de violência contra as mulheres: “A aluna que participa de festas, consome bebidas alcoólicas ou outros tipos de substâncias psicoativas demonstra sua “imoralidade” e não corresponde ao padrão de gênero imaginado para uma vítima inocente”.

Os dados levantados na pesquisa “Abusos no campus – The Intercept Brasil” confirmam a situação cruel da vivência de alunas, alunos e alunes dentro das universidades, onde mecanismos históricos eternizam regras de conduta e valores concebidos pela colonialidade de gênero, que privam estudantes de seu papel como agente social. E, infelizmente, deixam claro que a estratégia das instituições para se eximir da responsabilidade se repete em todas as universidades do país.

*

Após a análise das pesquisas sobre a violência de gênero se percebe a urgência de fazer visível o que se oculta nesse sistema, pois, como afirma Ribeiro (2018, p. 28), quanto mais invisíveis forem os grupos humanos excluídos dessa ordenação, maior a impossibilidade de sua existência. Dar visibilidade a esses corpos e suas vivências é fazer com que comportamentos

sexistas e racistas deixem de ser aceitáveis e permissíveis, tanto por indivíduos quanto por instituições.

Para Akerman, Conchão e Boaretto (2014), um enfrentamento real e duradouro desse problema tem forçosamente que iniciar por uma discussão sobre como reagir fortemente ao poder que exclui e violenta o outro. Na universidade, assim como na sociedade brasileira, esse poder se traduz na definição pelo mais forte – o homem branco heterossexual - do tipo de atitude que deve ter uma aluna ou um aluno, ou o que é adequado como masculinidade ou feminilidade, ou quem está ou não no padrão que deve ser seguido.

O poder dos mais fortes sobre os mais fracos, dos homens sobre as mulheres, dos mais ricos sobre os mais pobres, dos esportistas sobre os não esportistas, dos professores sobre os alunos, dos veteranos sobre os calouros, etc. Um poder que usa e abusa dos preconceitos. Em nenhum lugar estamos totalmente isentos de relações de poder ou do preconceito, mas seremos livres sempre que reagirmos ao ver o abuso de poder afetar a dignidade do outro e, portanto, também a nossa (AKERMAN, CONCHÃO E BOARETTO, 2014, p. 13).

Apesar de programas contra a violência estarem sendo implantados por algumas universidades, as poucas mudanças ocorrem de forma lenta, sem uma virada extrema na estrutura das instituições. Muitas vezes esses projetos soam mais como maneiras de agregar valor ao nome da universidade do que como ações que visam mudanças reais, como alerta Ahmed (2018, pp. 137-139). A autora descreve essa tática como “*fontenería institucional*” (enganação institucional), pois não se trata de estratégias que transformem de verdade as estruturas, e sim tendo como objetivo mostrar uma imagem “amável e feliz” da instituição de ensino.

Ahmed (2018) ainda comenta que o trabalho de inclusão da diversidade nas universidades deve partir da produção de informações e estratégias de comunicação até alterações na estrutura física. E essas nem sempre interessam aos gestores, por isso a autora utiliza a metáfora de um muro para descrever o trabalho de quem tenta avançar com projetos que tragam diversidade para a academia:

A sensação de trabalhar pela diversidade é a sensação de colidir com algo que não se move: algo sólido e tangível (...) O desejo oficial de institucionalizar a diversidade não significa que a instituição seja aberta; e, além disso, o muro pode ficar mais aparente, um sinal de crescente imobilidade, quanto mais aberta a instituição parece (AHMED, 2018, p.139)¹⁴⁸.

¹⁴⁸ Tradução livre de “La sensación de trabajar por la diversidad es la sensación de chocar contra algo que no se mueve: algo solido y tangible (...) El deseo oficial de institucionalizar la diversidad no significa que la institución sea abierta; és más, el muro puede volverse más aparente, um signo de inmovilidad cada vez mayor, cuanto más abierta se presenta la institución”.

Krakauer afirma que denunciar publicamente as violências sofridas no ambiente acadêmico, mesmo que depois sejam desacreditadas ou minimizadas, ou que não seja feita justiça contra os agressores, é essencial para encorajar outras vítimas a também denunciar. “Ao revelar suas histórias e quebrar esse silêncio, sobreviventes de agressão sexual desferem um golpe poderoso contra seus agressores” (2016, p. 450), afirma o autor.

Nesse contexto, estudantes silenciadas/os ou esquecidas/os pelas instituições de ensino superior estão atuando paralelamente em coletivos digitais, que se tornaram saídas para o enfrentamento dessas práticas sustentadas socialmente e que provocam silêncio, solidão e medo entre as/os universitários.

CAPÍTULO II

SE NÃO NOS OUVEM, VAMOS À LUTA – DEMANDAS, AÇÕES E ESPECIFICIDADES DOS COLETIVOS DIGITAIS UNIVERSITÁRIOS

Grada Kilomba (2016) afirma que o ato de falar é como uma negociação entre aquele que fala e aquele que ouve; levando-se em conta que o ‘ouvir’ é um ato de autorização para quem fala. Para a autora, se trata, portanto, do reconhecimento de que quem fala pertence a algum lugar e sua voz é importante: “Eu só posso falar se a minha voz for ouvida. Mas ser ouvida vai para além desta dialética. Ser ouvida também significa pertencer. Sabemos que aqueles/as que pertencem são aqueles/as que são ouvidos/as. E aqueles/as que não são ouvidos/as são aqueles/as que não pertencem” (2016, p. 03).

Assim, se entende que os que não são ouvidos são privados de pertencimento. Nesse sentido, alunas/es/os das universidades se agregam em torno dos coletivos para ter voz e atuar de forma alternativa aos canais oficiais no que se refere ao acolhimento de queixas de discriminações, agressões e todo tipo de violência de gênero e suas interseccionalidades.

1. Metodologia de análise dos coletivos

A partir de pesquisa exploratória descritiva, neste capítulo foram analisadas as demandas, ações e especificidades dos coletivos digitais universitários ligados à UNESP, USP e UNICAMP presentes no *Facebook* e no *Instagram*. Parti do entendimento de que o principal objetivo de uma pesquisa exploratória é esclarecer ideias ou formular problemas e hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores; em resumo, proporcionar uma visão geral acerca de determinado fato.

Esse tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado, como afirma Gil (2008). É o caso desse estudo, que não alcança uma ampla investigação sobre os coletivos universitários digitais, restringindo-se à análise decolonial das imagens postadas. De acordo com o autor, as pesquisas exploratórias dispensam a aplicação de procedimentos de amostragem e técnicas quantitativas de coleta de dados, envolvendo, habitualmente, somente o levantamento bibliográfico e documental, além de estudos de caso.

Aqui, como citado na Introdução, foram utilizados como bases teóricas os estudos sobre violência de gênero e raça, interseccionalidade, ações coletivas no espaço digital, representação social, teorias decoloniais e decolonização do olhar.

Primeiramente foi realizado um mapeamento nas plataformas *Facebook* e *Instagram* dos coletivos digitais universitários relacionados à questão da violência de gênero ligados aos cursos de graduação e pós-graduação das três universidades estaduais paulistas - UNESP, USP e UNICAMP. A análise foi feita a partir de suas designações: feminista e/ou LGBTQIA+ e suas interseccionalidades, pois muitos adotam um viés a outros marcadores sociais, principalmente raça, a exemplo daqueles que se autodenominam coletivos feministas negros.

O recorte cobre o período de dez anos, entre 2010 (realização do Rodeio das Gordas) e 2020, ano em que se iniciou a pandemia de Covid-19, pois devido ao isolamento provocado pelo cancelamento das aulas presenciais os estudantes acabaram se desmobilizando, o que fez com que muitos coletivos universitários fossem desativados.

Os coletivos digitais universitários contra a violência de gênero aqui analisados estão presentes com mais frequência nas redes sociais digitais *Instagram* e *Facebook*, as mais utilizadas no Brasil por esse público, segundo o relatório Digital 2021¹. Nem todos estão presentes nas duas plataformas: alguns atuam somente a partir do *Facebook* e outros somente no *Instagram*, geralmente os criados mais recentemente.

O *Youtube*, que é a rede social mais acessada no país, não foi incluído nessa pesquisa por se tratar de uma plataforma exclusiva para compartilhamento de vídeos, formato pouco usado pelos coletivos. O *Twitter*² também foi descartado por ser utilizado por apenas 51% dos brasileiros, também de acordo com o relatório, e por ter restrições de compartilhamento relativas à quantidade de caracteres em textos e número de fotos e figuras.

Foram encontrados 120 coletivos contra a violência de gênero (feministas e LGBTQIA+) e interseccionalidades (feministas/racial e LGBTQIA+/racial) nas três instituições de ensino, sendo 28 deles ligados à UNESP, 71 à USP e 21 à UNICAMP (ver Anexo 01), representando estudantes de diversos cursos e níveis acadêmicos (graduação e pós-graduação).

Apesar de não terem designação ligada às demandas de gênero, nesse total foram incluídos os coletivos negros (UNESP-06, USP-12 e UNICAMP-07), indígenas (USP-02 e

¹ Segundo o relatório Digital 2021, as três redes sociais mais usadas no Brasil em 2020 são: Youtube (96.4%), WhatsApp (91.7%), Facebook (89.8%), Instagram (86.3%).

² *Twitter* é uma rede social e provedor de *microblogging* fundado em 2006 pelos desenvolvedores de *software* norte-americanos Jack Dorsey, Biz Stone, Noah Glass e Evan Williams, que se caracteriza pela rapidez de envio de mensagens de textos que devem conter o máximo de 280 caracteres.”

UNICAMP-02), um oriental (USP) e outro autodenominado “coletivo de minorias” (UNICAMP). A razão da inclusão na lista foi o acolhimento às demandas dos coletivos contra a violência de gênero, como observado em diversas postagens, além de sua importância como representantes na vivência acadêmica.

Posteriormente, foi criada uma tabela (Anexo 01) com a sistematização dos coletivos por universidade de procedência, orientação (feminista ou LGBTQIA+ e interseccional a raça/etnia), curso e *campi* a que estão ligados, plataformas em que operam (*Facebook* e/ou *Instagram*) e se estão ativos ou não. Foram definidos como ativos aqueles que realizaram postagens a partir de janeiro de 2021. Após o mapeamento, selecionei os coletivos mais atuantes para a análise de suas demandas, ações, funções e especificidades.

2. Demandas identitárias

Nossas identidades *on-line* são como extensões de nossas identidades *offline*, pois a vida digital muitas vezes está estreitamente ligada às outras formas de sociabilidade. Seja em relação aos “amigos” nas redes sociais digitais que mal conhecemos presencialmente, e que colecionamos, às vezes às centenas; seja pela onipresença em nosso cotidiano, e muitas vezes dependência, de celulares, *notebooks* e outros equipamentos digitais. “Pessoas se relacionam tanto entre si quanto com aparatos tecnológicos, sendo ambos os processos entrelaçados e indissociáveis”, como ressalta Lins (2021, p. 76),

Nesse sentido, entendo que as demandas de estudantes que fazem parte dos coletivos universitários digitais aqui analisados também são inseparáveis das vividas presencialmente nos *campi* universitários, concentrando-se prioritariamente na reivindicação de aspectos da identidade; das diversas “dimensões do *self*”, como aponta Scherer-Warren (2012, P. 33): o gênero, a raça, a classe social, além de outros marcadores sociais.

As imagens e os textos postados em seus perfis e páginas do *Instagram* e do *Facebook* remetem recorrentemente a aspectos que giram em torno de temas como emancipação feminina, diversidade de gênero e raça, sexualidades, corporeidades e multiculturalidade, majoritariamente destacando as violências físicas e simbólicas sofridas, como as discriminações de gênero e raça.

O Coletivo Poli Negra³, ligado à Escola Politécnica da USP, por exemplo, compartilhou em 17/05/2021 um *post* em sua página do *Facebook* em que repudia a seguinte fala de um

³ Coletivo Poli Negra – POLI/USP. Facebook: <https://www.facebook.com/coletivopolinegra> Acesso: 21/10/2021

docente que afirmou que as cotas para estudantes negros não deveriam existir na USP: “houve escravos brancos e todos descendemos ‘da mesma macaca’, e por isso a reparação para com pessoas negras não seria necessária”. O Coletivo respondeu:

De fato, houve escravos brancos; contudo, vale lembrar que o Brasil foi um dos últimos países a abolir a escravidão, lembrar ainda que a cada 100 escravos comercializados, 46 eram brasileiros, que a nossa história sofreu processo de apagamento, aculturação, catequização e criminalização que se estende até hoje. [...] As sequelas que o movimento preto hoje enfrenta não são só materiais, mas simbólicas e estruturais. Faltam pretos na faculdade, nos órgãos de representação nacional, em cargos de alta representatividade em empresas, grupos e instituições (POLI NEGRA, 2021).

Em outro trecho do texto, o coletivo ainda cita que a presença de estudantes negros na Escola Politécnica incomoda muita gente na instituição, e ressalta que a USP foi uma das duas últimas universidades públicas do estado de São Paulo a aderir às cotas. Foi somente em 2017, junto à UNICAMP, cinco anos após a implantação da Lei de Cotas pelo governo federal, “mesmo com um núcleo ativo para a defesa de cotas desde 1987, mostrando o atraso em 30 anos por parte da USP na discussão racial” (POLI NEGRA, 2021).

A UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro instituiu em 2003 o primeiro vestibular com ações afirmativas étnico-raciais. Das três universidades aqui estudadas, somente a UNESP acatou a lei logo em seguida à sua promulgação, em 2012, aprovando em 2013 a Resolução n. 43, que previa a instauração de cotas no vestibular de 2014.

O texto compartilhado pelo coletivo Poli Negra ainda traz a informação que apenas em 2021 a USP ampliou o número de vagas a cotistas para 50% em cada curso. Em reportagem ao Jornal da UNESP⁴ em 12/01/2022, a Profa. Dra. Adriana Alves, do Instituto de Geociências da USP, afirmou que, apesar da pressão de parte dos docentes, dos alunos e do movimento negro, houve muita resistência da instituição: “Na USP, a reserva de vagas só foi adotada quando a sugestão veio de cima para baixo, do governador”. O Coletivo Poli Negra termina o texto do *post* pedindo uma ação da USP e convidando o professor a repensar sua fala racista:

É importante ressaltar que nossa luta não é individualista e nem persecutória [...]; mas convidamos o professor a repensar sua fala numa universidade onde 2,2% dos professores se declaram pretos ou pardos, inserido num departamento de engenharia onde identificamos que apenas 2 dos 36 docentes são pretos. Você não acha isso estranho, professor? Acreditar que cotas não devem existir e defender esse posicionamento, em última instância, não é igual

⁴ “Após dez anos da lei que instituiu cotas raciais nas universidades federais, país se prepara para optar entre continuidade ou desmonte da política pública”. Jornal da UNESP, 12/01/2022. Disponível em: <https://jornal.unesp.br/2022/01/12/apos-dez-anos-da-lei-que-instituiu-cotas-raciais-na-universidades-federais-pais-se-prepara-para-optimar-entre-continuidade-ou-desmonte-da-politica-publica/#:~:text=A%20lei%20de%202012.711%2C%20que%20instituiu,d%C3%A9cada%20neste%20ano%20de%202022.&text=Desde%20o%20passado%2C%20v%C3%A4m,lei%20como%20para%20revog%C3%A1%20la.> Acesso: 05/02/2022.

defender que esse desbalanço flagrante, que já ocorre no ensino superior, deve permanecer? Entendemos e acolhemos opiniões diversas; contudo, opiniões que visam manter as próprias regalias e privilégios enquanto colaboram com a ideia de que certos locais não são para certas pessoas, têm nome, e por aqui a gente chama de RACISMO (POLI NEGRA, 2021).

A presença de múltiplas identidades raciais, sociais e econômicas advindas da implantação das cotas deveria ser vista como um progresso cultural, pois o contato com a diversidade traz novos saberes e posturas. Porém, a realidade universitária mostra que para muitos ela é uma ameaça à estabilidade identitária e à prioridade das vagas, já que anteriormente às cotas essas instituições de ensino eram compostas de estudantes brancos e de classe média. Inclusive, a universidade foi criada justamente para manter os privilégios da elite, porém esse perfil está em franca mudança.

Postagens dos coletivos nas redes sociais digitais ressaltam a necessidade do acolhimento frente às violências oriundas da chegada dos alunos cotistas. Em *post* de 07/10/2021 em seu perfil no *Instagram*, o coletivo MAE - Manas Acolhedoras da Economia⁵, ligado ao Instituto de Economia da UNICAMP, resalta o assunto na pauta de discussões:

Com a mudança de perfil dos estudantes em espaços universitários, os coletivos possuem um importante papel no acolhimento e segurança desses alunos. Pensando nisso, o MAE preparou esse *post* especial para compreender a importância e relevância dos coletivos dentro do espaço acadêmico. (MAE, 2021).

O MAE inclusive já aponta, na seção “Sobre” de sua página no *Facebook*, que o acolhimento é a principal proposta de atuação do grupo: “Somos um coletivo feminista que promove discussões de temas relacionados ao gênero no Instituto de Economia - Unicamp. Ademais, trabalhamos como frente de apoio e intermédio entre quem sofre algum tipo de violência sexual e o SAVS⁶ – Unicamp” (2021).

Em um carrossel⁷ de imagens o MAE explica mais detidamente a importância dos coletivos universitários como espaços de acolhimento das minorias frente à hierarquia colonial de gênero e raça, a luta pela aprovação de serviços que atendam as demandas de estudantes e as discussões e projetos sobre formas de vida alternativas. Além disso o *post* traz informações sobre como as cotas mudaram o perfil universitário:

⁵ MAE – Manas Acolhedoras da Economia / IE-UNICAMP. Facebook: <https://www.facebook.com/manas.acolhedoras.da.economia.IE>. Acesso: 12/11/2021.

⁶ SAV - Serviço de Atenção à Violência Sexual / UNICAMP. É um espaço criado para denúncias de violência sexual e discriminação de gênero que acontecem dentro da Universidade. E-mail savs@unicamp.br.

⁷ Carrossel é uma publicação interativa característica do *Instagram* que se parece com uma álbum de fotos. Se pode inserir até 10 imagens em um mesmo *post*.

Imagens 2.01, 2.02, 2.03, 2.04, 2.05 e 2.06 – Importância dos coletivos – MAE/UNICAMP



Fonte – Página do coletivo no Facebook⁸

O Coletivo Feminista Enedina Alves Marques, da EEL- Escola de Engenharia de Lorena da USP⁹, postou em 09/11/2020 no *Instagram* o mesmo tipo de conteúdo (Imagens 2.07, 2.08, 2.09, 2.10, 2.11 e 2.12), destacando a importância das discussões sobre a violência sofrida pelas mulheres no espaço universitário e a pressão exercida por elas para conquistar a equidade entre os gêneros, tanto no corpo discente quanto no corpo docente, além do acolhimento, encaminhamento e luta pelo fim das agressões.

Imagens 2.07, 2.08, 2.09, 2.10, 2.11 e 2.12 – Importância dos coletivos – Coletivo Enedina



⁸ MAE – Manas Acolhedoras da Economia / IE-UNICAMP. Facebook: <https://www.facebook.com/manas.acolhedoras.da.economia.ie> Acesso: 12/11/2021.

⁹ Coletivo Feminista Enedina Alves – UNESP/Itupeva. Instagram: <https://www.instagram.com/coletivo.enedina/> Acesso: 08/10/2021



Fonte – Perfil do coletivo no *Instagram*¹⁰

O acolhimento e sua importância na permanência de alunas negras na universidade é uma das principais pautas do Coletivo de Mulheres Negras Sueli Carneiro¹¹, ligado à FFLCH - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. O grupo se coloca como “uma rede de apoio, de respeito, empatia e acolhimento entre mulheres negras” (2021), em texto que acompanha a imagem 2.13, compartilhada em 22/08/2021 em seu perfil no *Instagram*.

Imagem 2.13 – Importância dos coletivos / CMN Sueli Carneiro



Fonte – Perfil do coletivo no *Instagram*¹²

Entre as ações recorrentes dos coletivos universitários aqui analisados está o levantamento das agressões e discriminações relativas ao gênero e interseccionalidades nos *campi*, que, pelo observado, guiam suas lutas na vivência acadêmica. Mapeamento de casos desses tipos de violência são produzidos por muitos grupos, a exemplo do coletivo feminista

¹⁰ Idem

¹¹ CMN Sueli Carneiro FFLCH/USP – Instagram: <https://www.instagram.com/cmnsuelicarneiro/> Acesso: 08/10/2021.

¹² Idem

Núcleo da Farma Maria da Penha¹³, criado por alunas do curso de Ciências Farmacêuticas da USP. Em *post* de 04/04/2019 em sua página no *Facebook* foi disponibilizado um formulário para denúncias de agressões. No texto da postagem as estudantes relatam que são comuns a indisposição e o silêncio das instituições de ensino frente a esse tipo de denúncia:

Meninas, ficamos sabendo de um caso de opressão e violência verbal por parte do monitor de cálculo no curso de farmácia. Ninguém merece passar por esse tipo de situação e estamos abertas caso vocês queiram falar sobre o assunto com a gente. Se vocês se sentirem mais confortáveis deixamos esse formulário para desabafos. Você não precisa passar por isso sozinha, estamos juntas nessa! (NÚCLEO DA FARMA, 2021).

Outro exemplo é o levantamento do Trepadeiras Coletivo¹⁴, ligado ao curso de Biologia da USP. Em 25/10/2016 o grupo compartilhou no *Facebook* um formulário para denúncias de violências sofridas por alunas, alunes e alunos: “Olá, Bio! O Coletivo Trepadeiras possui um formulário de denúncias anônimas de casos de machismo, misoginia, abuso, etc. Para escrever sua denúncia, acesse o link [...] Gratidão.” (TREPADEIRAS COLETIVO, 2016).

Essa ação também foi partilhada pelo Coletivo Feminista Raiz Fulô¹⁵, criado por alunas da ESALQ - Escola Superior de Agricultura da USP, *campus* de Piracicaba/SP, como se vê no *post* de 14/06/2021 no *Instagram*: “Este trabalho é de extrema importância para obtenção de informações sobre possíveis casos de assédio e, a partir da obtenção dos dados, levá-los às autoridades institucionais competentes” (RAIZ FULÔ, 2021).

Imagem 2.14 – Mapeamento de assédios - Raiz Fulô / USP



Fonte – Perfil do coletivo no *Instagram*¹⁶

¹³ Núcleo da Farma Maria da Penha / USP. Facebook:

<https://www.facebook.com/NucleoMariadaPenhafarmaUSP> Acesso: 26/10/2021.

¹⁴ Trepadeiras Coletivo / USP. Facebook: <https://www.facebook.com/coletivotrepadeiras> Acesso: 26/10/2021.

¹⁵ Coletivo Feminista Raiz Fulô – ESALQ/USP. Instagram: <https://www.instagram.com/raizfulo/> Facebook: <https://www.facebook.com/raizfulo> Acesso: 26/10/2021.

¹⁶ Idem

O Coletivo Bertha Lutz¹⁷, da FCAV/UNESP, em *post* de 02 de julho de 2019, diferentemente dos coletivos acima citados, publicou os resultados do mapeamento realizado em 2018, como visto nas imagens 1.20 e 1.21 da página 77, do Capítulo I. Em 2020, mais um formulário foi publicado no *Instagram* do coletivo:

Dando continuidade no formulário de denúncias do ano passado, o Coletivo Feminista Bertha Lutz está disponibilizando um novo formulário, com o objetivo ajudar na denúncia de assédios e trotes que possam ocorrer com as mulheres da FCAV. Através do formulário podemos te ajudar no processo de denúncia para a Ouvidoria e/ou te dar todo o apoio que precisar. Não fiquem caladas! Denunciem qualquer ato vindo de colegas, estudantes, funcionários e professores! (COLETIVO BERTHA LUTZ, 2020).

Imagens 2.15 e 2.16– Formulário FCAV – Bertha Lutz /UNESP



Fonte – Perfil do coletivo no *Instagram*¹⁸

O Coletivo Feminista Enedina Aves Marques¹⁹, da EEL – Escola de Engenharia de Lorena/USP, também relatou, em *post* de 23 de abril de 2021 no *Instagram*, ter desenvolvido um questionário sobre os problemas vividos na universidade e publicou os resultados encontrados:

¹⁷ Coletivo Bertha Lutz – FCAV/UNESP. Facebook:

<https://www.facebook.com/profile.php?id=100028435836051> Acesso: 25/02/2020

¹⁸ Coletivo Bertha Lutz – FCAV/UNESP. Facebook:

<https://www.facebook.com/profile.php?id=100028435836051> Acesso: 25/02/2020.

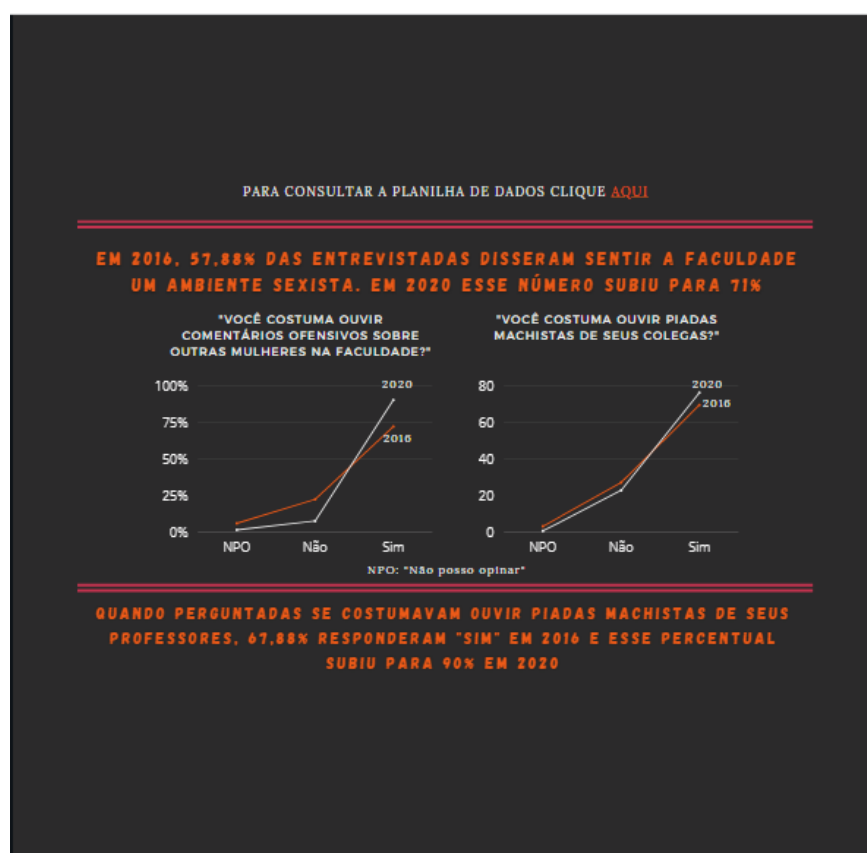
¹⁹ Coletivo Feminista Enedina Aves Marques – EEL/USP. Instagram:

<https://www.instagram.com/coletivofeministaenedina/> Acesso: 25/02/2020.

No segundo semestre de 2020 enviamos um questionário anônimo para ser respondido pelas mulheres da EEL-USP, com o objetivo de colocar em números o que acontece em nossa faculdade, às vezes tão perto de nós e que deixamos (ou nos negamos) de perceber. Agradecemos a todas as 249 mulheres que compartilharam suas histórias conosco! Não estamos sozinhas. É importante salientar também que essa pesquisa não é científica, servindo apenas para termos uma noção geral dos problemas que nos afetam como mulheres estudantes (COLETIVO FEMINISTA ENEDINA, 2021).

O coletivo produziu uma animação com os dados levantamos, porém aqui somente foram reproduzimos *prints* de algumas das telas. A imagem 2.17 mostra que muitas alunas ouvem ou já ouviram comentários ofensivos dentro da universidade, chegando a quase 100% em 2020. As piadas machistas vindas de colegas foram ouvidas por quase 80% das entrevistadas. Quanto às piadas de professores, esse percentual chegou a 90% em 2020. Vale ressaltar que no final da animação o coletivo questiona se o aumento das respostas afirmativas quanto às agressões foi verdadeiramente em maior número ou estava relacionado a uma percepção mais apurada das entrevistadas.

Imagens 2.17– Mapeamento – Coletivo Enedina Alves / EEL/USP

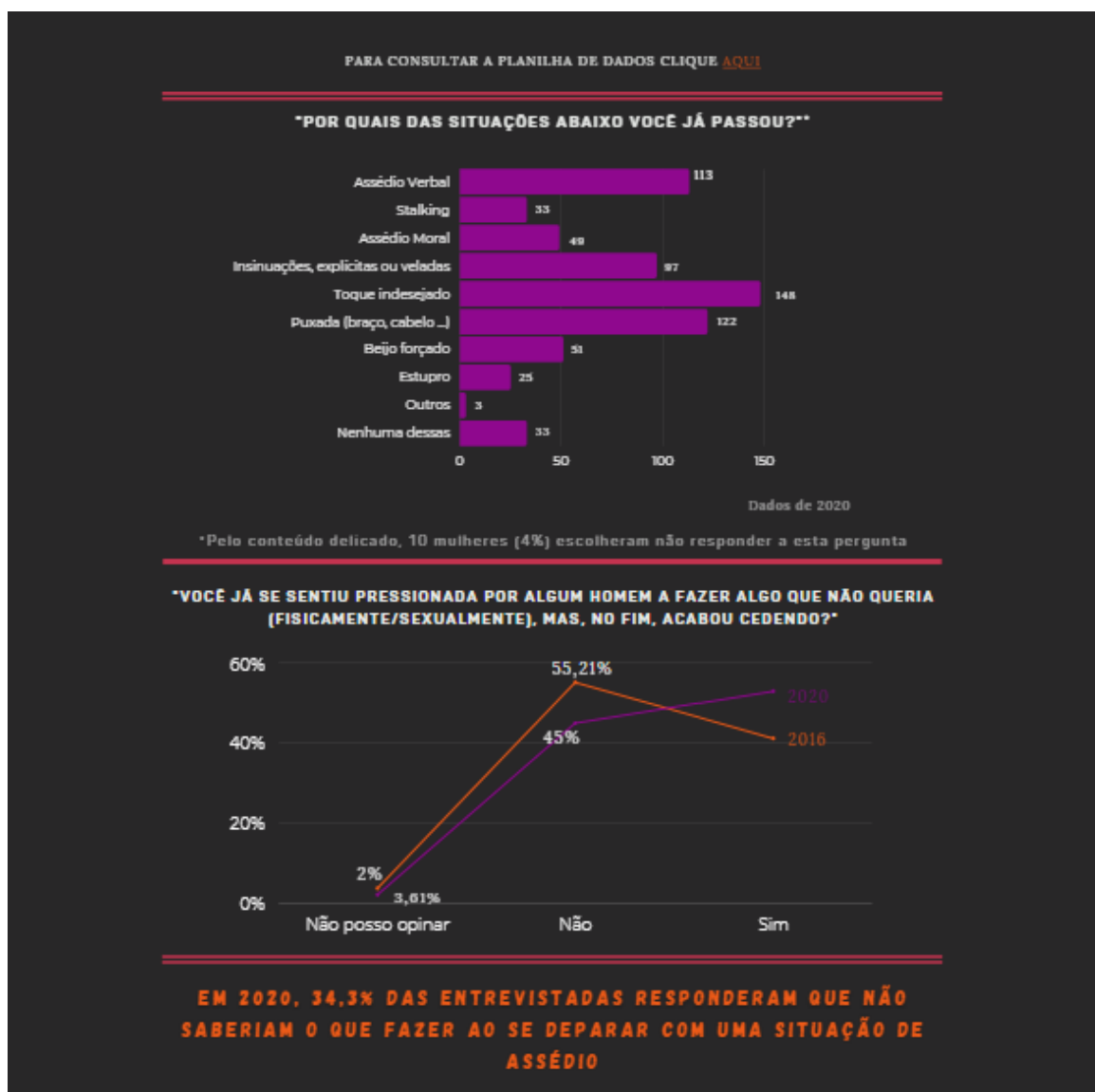


Fonte – Perfil do coletivo no *Instagram*²⁰

²⁰ Idem

Entre as agressões mais vivenciadas na EEL – Escola de Engenharia de Lorena/SP estão toque indesejado (148 relatos), puxões de cabelo ou braço (122 relatos), assédio verbal (113 relatos) e insinuações explícitas ou veladas (97).

Imagens 2.18– Mapeamento – Coletivo Enedina Alves / EEL/USP



Fonte – Perfil do coletivo no *Instagram*²¹

A indignação de alunas, alunes e alunos com o silenciamento dessas violências pelas universidades é constante. O assunto permeia muitos *posts* dos coletivos, como o compartilhado pelo Coletivo Feminista Raiz Fulô em 03/07/2019 em sua página no *Facebook*:

²¹ Idem

Violência de gênero é um dos problemas mais comuns e mais urgentes da nossa sociedade. Por ser algo sistêmico e cultural, ocorre em todos os tipos de ambiente e a universidade não estaria fora dessa lista. Considerando a função da universidade de ser um espaço crítico e que visa transformações sociais, é fundamental que casos de assédio e demais tipos de violência de gênero sejam tratados com sua devida importância. Contudo, diferente de outras universidades, a ESALQ não está considerando esse assunto com a atenção devida, seja com medidas preventivas ou punitivas para os agressores. Os frequentes casos de assédio e violência de gênero são do conhecimento de todos que frequentam a ESALQ. Eles ocorrem diariamente, seja por parte dos estudantes, funcionários ou professores. Compreendendo que é dever da instituição manter o ambiente universitário como um local seguro para todos e que a universidade é responsável pelos profissionais que atuam no campus e que coloca na sociedade, exigimos ações imediatas em relação a isso! Já está sendo discutido um projeto de prevenção e combate a violência de gênero a médio e longo prazo, mas temos coisas urgentes para resolver. Esse ato foi construído de forma coletiva por diversas entidades e coletivos estudantis com o intuito de pressionar a Universidade para que ações sejam tomadas! Contamos com o engajamento de todos que busquem a construção de uma ESALQ não opressora, com segurança, respeito e saúde mental e emocional para todas as mulheres! #chegadeassedionaesalq (COLETIVO FEMINISTA RAIZ FULÔ, 2019).

O coletivo LGBTQIA+ Xica Manicongo/USP²² também fez uma pesquisa sobre violências de gênero no *campus*, compartilhando alguns dos dados tabulados em *post* do dia 30/06/2021, cobrando a adesão de pessoas cis na luta contra a transfobia:

Devido às demandas urgentes por permanência, cotas e combate à transfobia na USP, a Coletiva Xica Manicongo, junto com aliadas do movimento estudantil da Universidade, está lançando grupo de ALIADES, pessoas cis que entendem que a pauta trans e travesti é fundamental para o projeto de Universidade pública, popular e democrática que queremos. Se apenas 0,001% dos alunos da USP são trans, se 60% afirma já ter sofrido transfobia e se a Universidade e a reitoria fecham os olhos para esse grupo tão marginalizado, é dever de TODOS entrar nessa luta (COLETIVA XICA MANICONGO, 2021).

Nos textos que compõem as imagens 2.19, 2.20, 2.21 e 2.22, o coletivo ressalta algumas das demandas levantadas a partir do mapeamento: cotas para pessoas transexuais, auxílio da transição, respeito ao nome social e bolsas específicas para “manter os alunos na universidade, já que muitos abandonam os cursos por discriminação e falta de apoio da instituição para enfrentarem a situação de vulnerabilidade gerada pela expulsão de casa por causa de sua identidade de gênero” (COLETIVO XICA MANICONGO, 2021).

²² Coletivo Intertransvestigênera Xica Manicongo. Facebook: <https://www.facebook.com/itgmanicongo> Acesso: 29/11/2021.

Imagens 2.19, 2.20, 2.21 e 2.22 – Mapeamento - Coletivo Xica Manicongo/USP



Fonte – Página do coletivo no Instagram²³

Os resultados da pesquisa tiveram expressiva cobertura da imprensa, sendo divulgados em grandes veículos regionais e nacionais, a exemplo da Folha de São Paulo e do G1. O ponto que mais chamou a atenção dos jornalistas foi o grande número de agressões relatadas, já que os dados da pesquisa apontaram que 52% dos 88 estudantes que se autodenominam transexuais, travestis e não binários responderam que já foram vítimas de discriminação na universidade.

De acordo com a matéria do G1²⁴, uma das principais queixas dos alunos estão constrangimentos por parte de professores e funcionários que não utilizam os nomes sociais dos alunos, mesmo que seja obrigatório pelo regimento da universidade. Outra é a inexistência de campanhas de conscientização no que tange à utilização dos banheiros: “falta uma campanha

²³ Idem.

²⁴ “Mais da metade de alunos trans da USP denunciam preconceito; Defensoria recomenda ações contra transphobia na universidade”. G1/São Paulo, 08/07/2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/07/08/mais-da-metade-de-alunos-trans-da-usp-denunciam-preconceito-defensoria-recomenda-acoes-contr-transphobia-na-universidade.ghtml> Acesso: 16/07/2021.

de conscientização para que se respeite as pessoas que queiram usar os banheiros de acordo com os gêneros com os quais se identificam” (G1, 2021).

A autodenominada travesti Gabe Teodoro, estudante de Engenharia Ambiental do *campus* São Carlos da USP afirmou na mesma entrevista que além dos problemas já citados, existe negligência da universidade na conscientização dos outros alunos: “A comunidade universitária tem total desconhecimento de direitos e demandas de pessoas trans. É dever dos gestores da universidade conscientizar e combater violências transfóbicas.” (2021).

Ainda na matéria do G1, Victória Dandara, travesti e estudante do curso de Direito da USP, reforça a queixa da colega quanto à indiferença da instituição: “A grande questão que a gente percebe pelos relatos é a invisibilização completa de trans e travestis pela universidade. Precisamos ser vistas e ouvidas pela universidade, pois este espaço também nos pertence” (G1, 2021).

As queixas dos coletivos universitários não se restringem ao descaso das universidades com a discriminação e a violência de que são alvos as minorias estudantis, mas também à desvalorização do assunto por parte dos órgãos de representação discente, como os diretórios e centros acadêmicos. Um caso de notória desconsideração com a luta dos coletivos foi a exclusão de qualquer referência aos grupos no “Manual de Caloures 2021 da FMUSP”, criado pelo CAOC - Centro Acadêmico Oswaldo Cruz.

O Coletivo Feminista Geni²⁵, junto ao coletivo negro Núcleo Ayé²⁶ e ao NEGSS²⁷ – Núcleo de Estudos em Gênero, Saúde e Sexualidade, todos ligados à Faculdade de Medicina da USP, compartilharam em suas páginas do *Facebook* e do *Instagram* em 29/03/2021 uma nota de repúdio contra a omissão do CAOC quanto a divulgação da existência dos coletivos, ação essa que, como descrito no texto do *post*, não permitiria aos ingressantes uma aproximação aos coletivos ligados aos cursos da unidade, e, portanto, prejudicaria sobremaneira o acolhimento das minorias, inclusive em uma época em que os cotistas totalizavam 50% dos alunos das turmas da FMUSP. Segue a nota editada:

Os Coletivos Estudantis Núcleo Ayé, Geni e NEGSS da FMUSP vêm, por meio desta carta, expressar nossa repulsa quanto à divulgação do Manual de Caloures sem as apresentações de nenhum dos Coletivos. [...] Essa prática, sendo ou não um equívoco - como afirma a gestão do CAOC 2021 - resulta no silenciamento dos Coletivos e, por conseguinte, dos grupos por nós representados. Por isso, não se pode deixar de enxergar o nítido descaso com a existência de minorias dentro da faculdade, tratadas como descartáveis e como não essenciais de serem incluídas no Manual dos Caloures. Lembramos,

²⁵ Coletivo Feminista Geni / FMUSP. *Instagram*: <https://www.instagram.com/coletivo.geni/> Acesso: 09/10/2021.

²⁶ Núcleo Ayé / FMUSP. *Instagram*: <https://www.instagram.com/nucleoaye/> Acesso: 09/10/2021.

²⁷ NEGSS / FMUSP – *Facebook*: <https://www.facebook.com/NEGSSFMUSP> Acesso: 09/10/2021.

ainda, o momento em que isso ocorre: a chegada de uma nova turma à FMUSP, agora maculada pelo apagamento - supostamente por engano - dos Coletivos e das pautas por nós defendidas, prejudicando a aproximação entre a nova turma e grupos indispensáveis para o seu efetivo - e tão aludido - acolhimento. [...] É de fato escandalizador que em 2021, ano no qual a FMUSP terá 50% de alunos cotistas em suas turmas, [...] O “esquecimento”, acidental ou deliberado, dos Coletivos neste Manual é sintomático da falta de memória da FMUSP quanto às atrocidades do nosso passado e da negligência com os seus resquícios no presente. Não nos calaremos [...] (GENI, 2021).

Nesse sentido, percebi que, enquanto grupos formados por discentes, se os coletivos não conseguem apoio nem em órgãos criados pelo próprio alunado, a estratégia mais efetiva foi reunir alunas, alunes e alunos em torno dos coletivos a fim de conseguir cooperação entre vivências similares. Como indica Gohn (2013), os coletivos se tornaram relevantes estratégias na atuação dos estudantes no espaço público justamente porque funcionam como redes de compartilhamento de causas ligadas à vivência cotidiana, à múltiplas dimensões dos sujeitos, que se sobrepõem ao suporte de entidades organizadas tradicionalmente.

2.1 Demandas dos coletivos feministas e interseccionalidades

Os coletivos feministas aqui analisados fazem parte do digifeminismo, termo habitualmente utilizado para designar, como afirma De Abreu (2017, p. 134), ações políticas e produções artísticas de jovens mulheres “que usam as ferramentas digitais para expressar opiniões e executar estratégias de oposição às hegemonias e opressões nos ambientes digitais”. O digifeminismo é apontado como a quarta onda feminista, surgida do compartilhamento de afetividades. (BAPTISTA, ORLANDINI E CARRARO, 2020, p. 110).

O digifeminismo foi influenciado pelo ciberfeminismo, movimento que surgiu na década de 1990 quando a *internet* possibilitou a inserção do discurso feminista nas redes, defendendo que o espaço *on-line* possibilitaria a contestação das estruturas políticas, sociais e artísticas que envolviam gênero e tecnologia.

O referencial teórico do digifeminismo tomou como ponto de partida o Manifesto Ciborgue, de Donna Haraway (2007). A autora compreende o ciberespaço como lugar privilegiado para a desestabilização dos conceitos de gênero, identidade e sexualidade. Sua teoria usa a figura do ciborgue – criatura fronteira entre as máquinas e os seres vivos – como símbolo de uma subjetividade não baseada em identificações tradicionais; de um corpo que não é somente definido pelo biológico, mas que também se comporta como “um recipiente de códigos socio-simbólicos que ajudam a entender as novas relações de saber e poder,

produzindo, também, novos sujeitos”. Nesse entendimento, a autora aponta que somos sujeitos atravessados pelo digital em nossa subjetividade e nossa sociabilidade.

O ciborgue é usado pela autora como uma metáfora para os movimentos internacionais de mulheres, que têm construído o que chama de “experiência das mulheres”, fundindo ficção a ações políticas e objetivando a construção de mudanças sociais:

O ciborgue é uma matéria de ficção e, também, de experiência vivida – uma experiência que muda aquilo que conta como experiência feminina no final do século XX. [...] O ciborgue é nossa ontologia; ele determina nossa política. O ciborgue é uma imagem condensada tanto da imaginação quanto da realidade material: esses dois centros, conjugados, estruturam qualquer possibilidade de transformação histórica (HARAWAY, 2017, pp. 36-37).

O digifeminismo é uma reivindicação possibilitada pela facilidade de mobilização propiciada pela tecnologia digital, que permite o imediato compartilhamento e resposta de seus usuários. Integra diversas formas de interação que na década de 1990 o ciberfeminismo ainda não contemplava por limitações tecnológicas: aplicativos, “memes”, *blogs* e *sites* pessoais.

... quando uma mulher cria um meme para ironizar o machismo, isso é digifeminismo. Quando outras mulheres usam seus perfis nas redes sociais para expressar opiniões ou denunciar comportamentos sexistas, isso é digifeminismo. Quando as mulheres se interessam em aprender técnicas para se proteger, como a criptografia e o desenvolvimento de aplicativos e linguagens de programação, por exemplo, isso é digifeminismo. Quando criam blogs e páginas pessoais, para discutir sobre o empoderamento da mulher, isso é digifeminismo. (DE ABREU, 2017, p. 137).

Nas redes sociais digitais *Facebook* e *Instagram*, as ações e resistências dos coletivos universitários feministas que emergiram das demandas de alunas da UNESP, USP e UNICAMP já se apresentam nas imagens de perfil e capa criadas para essas comunidades. Um exemplo é o Coletivo Feminista Lélia Gonzáles²⁸, de designação feminista interseccional a raça:

Imagem 2.23 – Perfil e capa - Coletivo Lélia Gonzáles / USP



Fonte – Montagem a partir de imagens disponíveis no Facebook²⁹

²⁸ Coletivo Lélia Gonzáles. Facebook: <https://www.facebook.com/leliagonzalezcoletivofeminista> e Instagram: @coletivoleliagonzales. Acesso: 02/06/2020

²⁹ Idem

A escolha do nome e da foto de capa do coletivo concebido por alunas do curso de Ciências Sociais da FFLCH/USP é uma homenagem à filósofa e antropóloga Lélia Gonzáles, falecida em 1994, intelectual e ativista pioneira nos estudos interseccionais raça e gênero ao propor uma visão afro-latino-americana do feminismo.

A interseccionalidade é entendida como um entrelaçamento de categorias de análise que, de acordo com Bidaseca (2014), revela “o que não se vê” quando tomadas separadamente, a exemplo de gênero e raça. Mas o sujeito é ao mesmo tempo um e muitos, e muitas também são suas demandas identitárias, como aponta Butler (2013) em relação à mulher:

Se alguém “é” uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços predefinidos de gênero da “pessoa” transcendam a parafernália específica de seu gênero, mas porque o gênero nem sempre se constitui de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. Resulta que se tornou impossível separar a noção de “gênero” das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida. (BUTLER, 2013, p.20)

A interseccionalidade gênero e raça/etnia é uma designação constante nos coletivos feministas analisados, congregando multiplicidades ao sujeito feminino, já que uma mulher não é um sujeito definido somente por seu gênero. Sua identidade é perpassada por outros marcadores sociais e diferentes historicidades.

O Coletivo Lélia Gonzáles associa a luta feminista ao ativismo antirracismo, efeito da vivência de mulheres negras. Trata-se de uma peculiaridade da quarta onda do feminismo, que rejeita a visão eurocentrada da colonialidade de gênero e dá voz às “múltiplas configurações identitárias e lugares de fala” (HOLLANDA, 2020).

Outro coletivo feminista que trabalha com demandas interseccionais é o Coletivo Geni³⁰, ligado à Faculdade de Medicina da USP. Em *post* de 16/08/2020 no *Instagram*, o grupo deixa visível que entre suas demandas se encontra a inclusão das vivências de mulheres negras, historicamente marginalizadas no que tange às conquistas de direitos e espaços na sociedade. Trecho do texto da postagem ressalta a luta por igualdade em diversos momentos históricos e aponta a importância do uso da internet para fazer visível esse esforço:

Hoje, com o alcance potencializado pelas mídias digitais, tem conseguido levantar o debate sobre importantes temas, como a sexualização histórica dos corpos pretos, a solidão das mulheres negras e o processo de empoderamento capilar. Além disso, atuado diretamente para conquistas como as cotas raciais nas universidades públicas brasileiras e os direitos trabalhistas das empregadas domésticas (GENI, 2021).

³⁰ Coletivo Feminista Geni / FEMUSP. Facebook: <https://www.facebook.com/coletivofeministagenidafmusp>
Instagram: <https://www.instagram.com/coletivo.geni/> Acesso: 03/01/2022.

A imagem (2.24), que acompanha o *post* do Coletivo Geni, destaca a importância de se pensar em um recorte específico para mulheres negras no feminismo, pois, mesmo sofrendo as mesmas opressões que outras mulheres, historicamente as desigualdades enfrentadas pelas mulheres negras as colocam em mais situações de risco do que as mulheres brancas.

Imagem 2.24 – Feminismo negro – Coletivo Geni/USP



Fonte – Perfil do coletivo no *Instagram*³¹

O texto do *post* esclarece que nos primórdios do movimento feminista as mulheres negras sofriam racismo, por isso foi necessário repensar essa violência e iniciar uma luta específica, como aponta um trecho do comentário: “foi necessário buscar a compreensão de suas demandas em movimentos particulares”:

Na origem do movimento feminista, por exemplo, as sufragistas jamais pensaram pautar a libertação das escravas negras, mas sim, o seu direito de voto. Mais pra frente, com a organização oficial dos primeiros grupos na Europa e nos Estados Unidos, as mulheres negras foram proibidas de frequentar reuniões que tratavam do empoderamento feminino (GENI, 2020).

O recorte negro no feminismo também foi tema do Coletivo Negro FZEA³² / USP em *post* de 29 de outubro de 2020. O texto que acompanha as imagens compartilhadas (2.25 e 2.26) explica que mesmo dentro do movimento feminista as mulheres negras enfrentaram dificuldades: “do momento em que passaram a ser aceitas no movimento feminista, poucas vezes assumiram papéis de protagonismo e sistematicamente assistiram suas lutas serem colocadas em segundo plano, diante das demandas diferentes das mulheres brancas” COLETIVO NEGRO FZEA (2021).

³¹ Idem

³² Coletivo Negro FZEA/USP. Facebook: <https://www.facebook.com/coletivonegro.fzea> Acesso: 04/03/2021.

Imagens 2.25 e 2.26 – Feminismo negro - Coletivo Negro FZEA/USP



Fonte – Perfil do coletivo no Facebook³³

Outro trecho do texto comenta que o feminismo interseccional é uma demanda urgente, já que muitas mulheres negras acabam se afastando do movimento por falta de acolhimento de suas demandas:

Essas meninas negras se afastam do pensamento feminista porque estão exaustas de serem silenciadas por um feminismo que só lembra de mulheres negras para se comover com histórias de terror racial e de gênero que podem fazer com que as mulheres brancas se sintam menos responsáveis por sua posição no sistema de dominação, sem refletir onde a sua posição de pessoa branca te traz privilégios que produzem as violências com as quais elas se comovem nos relatos de mulheres negras! Nesse sentido há um feminismo interseccional em que mulheres negras são lembradas apenas para mencionar números de violências, o que também é uma prática racista e sexista que se mobiliza a partir nomeação da experiência do outro por aqueles e aquelas que historicamente detém o poder de nomear. O pensamento de mulheres negras é o centro da interseccionalidade, portanto enegrecer o feminismo não é um convite, é uma mudança necessária, que ainda está em curso, e que só é possível a partir do compartilhamento de várias perspectivas do pensamento de mulheres negras! #fzea #USP #pirassununga #coletivonegro #lutacontraoracismo #negros #negras #pretos #pretas #interseccionalidade #racismo #feminismonegro (COLETIVO NEGRO FZEA, 2020)

O Coletivo Enedina Alves Marques³⁴, criado por alunas EEL/USP, teve seu início fundamentado na necessidade de “instigar o debate sobre questões de gênero e de estimular a conscientização e o aprendizado acerca das causas feministas, gerando uma corrente de apoio e sororidade” (2015), como consta na seção Sobre de sua página do *Facebook*³⁵. Segue outro trecho do texto postado:

³³ Idem

³⁴ Coletivo Feminista Enedina Alves Marques – USP/EEL. Facebook: <https://www.facebook.com/coletivofeministaenedina> Acesso: 02/11/2021.

O coletivo pretende quebrar paradigmas dentro da área de exatas, promovendo mais equidade e respeito. Coerentemente, foi homenageada a engenheira Enedina Alves Marques, a primeira mulher negra a se formar em engenharia no Brasil. Dentro de sua realidade, Enedina encontrou muitos obstáculos para a sua formação, sendo alvo de preconceitos por parte de alunos e professores. Porém, sua inteligência e determinação não a fizeram desistir. 70 anos depois de sua graduação, sua história ainda serve de exemplo de garra e empoderamento dentro do contexto feminista (COLETIVO FEMINISTA ENEDINA ALVES MARQUES, 2015).

Vale destacar que a página do Coletivo Enedina no *Facebook* foi iniciada em 14 de agosto de 2015, mas a versão presencial foi criada meses antes, em 06/05/2015, de acordo com comemoração postada em 06/05/2021:

Hoje, o Coletivo Feminista Enedina Alves Marques completa 6 anos de existência! Entre protestos, treinamentos, cursos e rodas de conversa, o que nos move são nossas mulheres, pessoas fortes, corajosas e inspiradas em tornar o mundo um lugar melhor. Agradecemos a todes que de alguma forma tiveram e ainda têm participação na nossa história! Nossa voz nunca será calada (COLETIVO FEMINISTA ENEDINA ALVES MARQUES, 2021).

De acordo com apresentação em sua página no *Facebook*, o Coletivo Negro Cláudia³⁵, ligado a estudantes de Letras da USP, afirma que o curso é o que “conta com o maior número de alunos negros da instituição”. O coletivo negro, assim como outros dessa designação e suas interseccionalidades, posta constantemente textos e imagens que incentivam o acolhimento de alunas, alunos e alunes em uma universidade que há bem pouco tempo era minoritariamente branca, o que, como já citado, se tornou um gatilho para a violência no espaço acadêmico. O nome do coletivo faz homenagem a Cláudia Silva Ferreira, que em 2014 foi baleada em uma troca de tiros por dois policiais no Rio de Janeiro.

Sejam bem vindes, caloures! O Coletivo Negro Cláudia Silva Ferreira gostaria de dar as boas-vindas aos e às mais novas ingressantes do nosso curso. Especialmente aos ingressantes pretos, de escola pública, moradores de periferia, que barraram o filtro social gigantesco que é o vestibular de uma das Universidades mais racistas e elitistas do país, sejam muito bem vindos! Sabemos o quão difícil foi chegar até aqui, e vocês são, sim, merecedores de ocupar esse espaço. A Universidade também é nossa! Estivemos fortemente atuantes na luta por Cotas Raciais e será um grande prazer conhecer e acolher cada um@ d@s alun@s contemplad@s por essa conquista que, para nós, é um passo muito simbólico no processo de reparação histórica devida ao povo negro. [...] Por isso estamos abertos a ouvir e auxiliar tod@ e qualquer alun@ que tenha questões relativas à discussão de raça, ainda que est@ não se autodeclare negr@! Calour@ Negr@, saiba que você não está sozin@ e o Coletivo Cláudia está de braços abertos pra te acolher e auxiliar no que for preciso! SERÁ UM PRAZER RECEBÊ-L@! (COLETIVO NEGRO CLAUDIA, 2020)

³⁵ Coletivo Negro Cláudia – Letras/USP – Facebook:
<https://www.facebook.com/ColetivoNegroClaudiaSilvaFerreiraLetrasUSP> Acesso: 04/01/2022

A afetividade de pessoas negras, principalmente as mulheres, foi tema abordado por diversos coletivos universitários feministas interseccionais e coletivos negros. O Coletivo Abisogum, criado por alunas da UNESP/Araraquara³⁶, compartilhou um *post* (Imagem 2.27) em sua página do *Facebook* no dia 15/10/2017 chamando para uma roda de conversa sobre o tema:

Imagem 2.27 – Mulher negra e afetividade – Coletivo Abisogum / UNESP



Fonte – Página do coletivo no *Facebook*³⁷

Um *post* compartilhado em 29/01/2021 pelo coletivo Tarja Preta³⁸, criado por estudantes do curso de Farmácia da USP, resume a preocupação de alunas, alunes e alunos quanto à falta de identificação entre indivíduos negros e a importância do “amorcentrado”, termo utilizado para designar vínculos amorosos de pessoas negras que preferem manter relações com parceiras e parceiros negros, incluindo-se aí os diferentes gêneros e orientações sexuais. Segue *post* editado:

O amor afrocentrado se reflete de diversas formas em relações afetivas como um todo. Para nós pessoas pretas, é importante ter por perto pessoas com as quais podemos nos identificar, não só pela questão de ser aceito, mas também de ser compreendido e representado dentro do seu círculo social. Quando colocamos em pauta os padrões de estética e classe social, as relações afrocentradas são atos também políticos que vão de encontro antagônico com o que é aceito pela sociedade com racismo estrutural vigente. Homens e mulheres negres entram em relações interraciais como forma de manutenção do sistema racista, considerando que se relacionar com pessoas brancas ainda é uma “ferramenta” de ascensão social quando socialmente pessoas brancas são consideradas superiores [...] Vale lembrar, que ninguém deve ser apontado

³⁶ Coletivo Abisogum – UNESP/Araraquara. Facebook: <https://www.facebook.com/Coletivo-Abisogum-29820539035645> Acesso: 05/03/2021.

³⁷ Idem

³⁸ Coletivo Tarja Preta – Farmácia/USP. Facebook: <https://www.facebook.com/tarjapretausp> Acesso: 05/03/2021.

ou julgado por se relacionar com pessoas brancas, o que fazemos aqui, é questionar a construção e a superestima de relações interraciais. Quando se diz "beije sua preta em praça pública", isso é também um ato político, que representa a aceitação de relações entre pessoas negras. Demonstrar o afeto mais puro e genuíno em público entre homens e mulheres negrxs é a maneira mais genial de resgatar todas as possibilidades que o racismo nos retirou de amar (TARJA PRETA, 2021).

Segundo Gonzaga (2020), o amor e o desejo sexual do povo negro e a afetividade por si próprio ou por outras pessoas da comunidade têm relação estreita com as violências sofridas durante sua história, que deixaram marcas profundas na autoestima do povo negro. A falta de amor-próprio repercute nas relações amorosas e sociais ao incutir o branco como um “ideal de ser no mundo”, segundo o autor:

É difícil querer ser quem somos, pois desde a infância aprendemos a nos odiar, odiar nossos cabelos, nosso nariz, nossa pele, nossa boca, nosso corpo, nossa forma de falar e nossa cultura. O auto ódio é um grande instrumento de perpetuação e retroalimentação do racismo, pois ele violenta nossos corpos e toda nossa comunidade, afetando as construções de cuidados, afeto e amor entre nós e por nós. (GONZAGA, 2020).

Em outro trecho do *post* citado anteriormente, o coletivo Tarja Preta ressalta a hipersexualização do corpo feminino negro, o que mantém mulheres negras constantemente sob ameaça de violências, já que ainda existe a percepção de que elas se prestam a ser objetos sexuais dos homens brancos.

A ideia remonta ao passado escravocrata do país, em que o negro escravizado era avaliado a partir de seus dotes físicos e sua robustez anatômica, úteis nos serviços pesados e no alívio sexual para os dominadores, como explicita o texto compartilhado pelo coletivo:

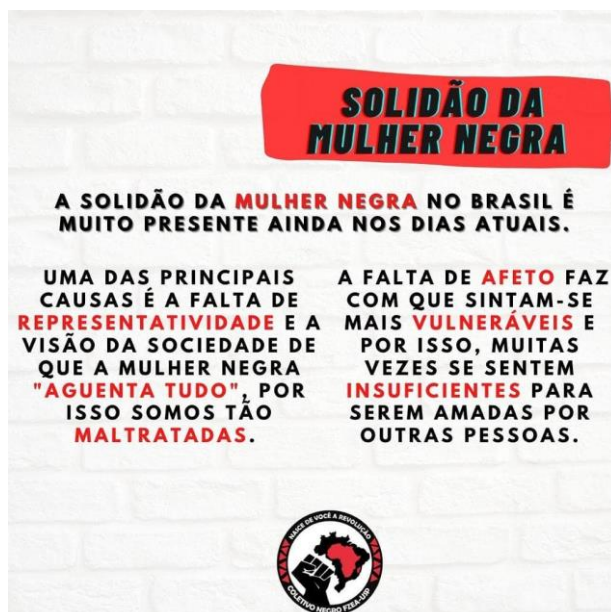
Uma das faces perversas do racismo é a hipersexualização do corpo preto, onde o cargo social que mulheres negras foram colocadas foi o da “mulata”. Mulheres negras durante o período da escravidão possuíam alta vulnerabilidade sexual, onde o estupro e a violação do corpo era uma prática normalizada. De maneira silenciosa o estabelecimento de que mulheres negras são apenas para o “sexo fácil” mas mulheres brancas devem ser conquistadas, daqui entende-se o quão um relacionamento sério com negrx seria um ato abominável. A hipersexualização de corpos pretos continua clara na sociedade e não basta estar em uma relação interracial, pois o racismo é silencioso e perverso. Se relacionar com mulheres e homens negros não torna ninguém menos racista e normalizar relações interraciais revela o quão o racismo ainda reside na sociedade (TARJA PRETA, 2021).

O Coletivo Negro FZEA³⁹ continua o raciocínio acima explicando que outra consequência da hipersexualização do corpo feminino negro é a solidão das mulheres. O texto,

³⁹ Coletivo Negro FZEA/USP. Facebook: <https://www.facebook.com/coletivonegro.fzea> Acesso: 04/03/2021.

postado em 29 de outubro de 2020, e que complementa a imagem 2.28, afirma que as mulheres negras muitas vezes são percebidas pelos homens como meros objetos sexuais, o que faz com que não sejam consideradas como mulheres que podem ser apresentadas à família e levadas ao altar: “essa infeliz situação afeta diretamente a autoestima da mulher e por consequência, gera traumas” (COLETIVO NEGRA FZEA, 2020).

Imagem 2.28 – Solidão da mulher negra – Coletivo Negro FZEA/USP



Fonte – Página do coletivo no *Facebook*⁴⁰

O Coletivo Feminista da ECA - Escola de Comunicação e Artes da USP⁴¹, revela na seção “Sobre” de sua página no *Facebook* umas das pautas mais compartilhadas por outros coletivos universitários feministas: a preocupação com o machismo estrutural em uma sociedade em que não existe equidade entre mulheres e homens. O *post* também traz a preocupação em manter a universidade como um lugar seguro para todas:

Somos o Coletivo Feminista da Escola de Comunicações e Artes da USP. Juntas combatemos o machismo e a opressão dentro e fora da ECA! A ECA, num primeiro momento, parece um lugar em que há muita liberdade para as mulheres, porém logo se percebe que não é bem assim. Infelizmente, “piadinhas”, assédios e até estupros fazem parte da realidade das mulheres da nossa escola. Nós mulheres somos oprimidas historicamente, e a ECA não está fora disso [...]A opressão machista se manifesta em muitos níveis: nas cantadas de rua, nos assédios, no controle de nossas roupas, corpos e sexualidade, nos nossos salários mais baixos, na nossa ausência em espaço historicamente masculinos (na política, por exemplo), na violência doméstica, nos estupros, nos assassinatos. [...]Machismo não será tolerado na nossa

⁴⁰ Idem

⁴¹ Coletivo Feminista da ECA/USP – Facebook: <https://www.facebook.com/feminismoeca> Acesso: 14/04/2021

universidade. Assim, convidamos todas as mulheres da ECA a construírem o Coletivo - denunciando casos de opressão, compartilhando suas experiências, estudando juntas e elaborando propostas e políticas para combater o machismo dentro e fora da universidade. [...] Façamos da ECA um espaço seguro onde todas as mulheres possam estudar, festejar e lutar sem opressão! Façamos uma ECA cada dia mais feminista! (COLETIVO FEMINISTA DA ECA, 2021)

Como citado, o tema também foi abordado pelo coletivo NAAO - Nossa Alcateia Anti-Opressão⁴², criado por alunas dos cursos de Zootecnia e Engenharia de Alimentos USP/Pirassununga. Em publicação do dia 23/06/2021 no *Facebook*, as estudantes chamam para uma roda de conversa sobre o papel do homem no feminismo, com a presença do palestrante Rafa Guessi, influenciador do Papo de Sacada⁴³, comunidade do *Instagram*.

Nas imagens postadas em carrossel (2.29, 2.30, 2.31 e 2.32) as participantes do coletivo NAAO explicam que o objetivo da roda de conversa foi discutir se o feminismo é uma luta somente das mulheres ou se os homens também possuem um papel nessa jornada. O bate-papo foi baseado no conceito de “lugar de fala”, a partir da leitura do livro de mesmo nome de Djamilia Ribeiro (2018).

Imagens 2.29, 2.30, 2.31 e 2.32 – Homem no feminismo – Coletivo NAAO/ZEA-USP



⁴² Coletivo NAAO - Nossa Alcateia Anti-Opressão – Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/NAAOnossaalcateiaantiopressao> Acesso: 15/06/2021

⁴³ Papo de Sacada - página criada pelo engenheiro de produção Rafael Guessi que surgiu no meio digital em meados de 2020, trazendo informações sobre diversidade, masculinidade e outros pautas relacionadas. Instagram: @papodesacada. @papodesacada. Acesso: 15/06/2021.



Fonte – Página do coletivo no Facebook⁴⁴

O conceito “lugar de fala” remete ao lugar de onde cada indivíduo traz suas referências pessoais a partir do entendimento de como seu discurso e sua vivência são negados pela colonialidade. A intenção da utilização do termo, de acordo com Ribeiro (2019, p. 89) é “romper com o silêncio instituído para quem foi subalternizado” pela colonialidade de poder.

Nessa hierarquia de vozes concretizada pelo padrão colonial, não existe somente a primazia de gênero: a voz masculina frente à feminina. A interseccionalidade a outros marcadores sociais contribuem para deixar cada vez mais recuadas as vozes femininas negras, indígenas, idosas, pobres, lésbicas, trans, entre outras.

O raciocínio fica claro no exemplo que Stuart Hall apresenta em sua obra “A identidade cultural na pós-modernidade” (2001). No início do livro, Hall apresenta uma pista sobre a importância da interseccionalidade como instrumento de análise ao expor o jogo de identidades que estava em questão no caso da indicação para a Suprema Corte dos Estados Unidos em 1991 de Clarence Thomas, um juiz negro de visões políticas conservadoras. Logo após a recomendação, Thomas foi acusado de assédio por Anita Hill, uma mulher negra subalterna a ele no Judiciário.

Hall comenta na obra que, ao encaminhar seu pedido para a nomeação de Thomas, o então presidente Bush estava jogando “o jogo das identidades”: os homens brancos votariam em Thomas porque ele era conservador, e os negros também votariam a favor porque ele era negro. As mulheres negras estavam divididas: qual identidade prevalecia? Negra ou mulher?

⁴⁴ Coletivo NAAO - Nossa Alcateia Anti-Opressão – Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/NAAOnossaalcateiaantiopressao> Acesso: 15/06/2021

Já as mulheres brancas conservadoras apoiariam Thomas por sua posição política e oposição ao feminismo. As mulheres brancas feministas eram progressistas quanto à raça, mas se opunham a ele pela questão sexual. Assim, privilegiado por esse jogo de identidades em que os homens têm prerrogativas, Clarence Thomas assumiu o cargo.

Para as participantes do coletivo NAAO, de acordo com outro *post* do grupo, publicado em 07 de junho de 2021⁴⁵, o feminismo não é exclusividade das mulheres. Todos podem ser feministas, mesmo os homens, pois ser feminista é ser uma pessoa que acredita na equidade social dos gêneros. Porém, o grupo aponta que deve ser lembrado qual é seu lugar de fala, ou seja, os privilégios que fazem com que você tenha o poder de se fazer ouvir.

Todos podem e devem trazer essas pautas às conversas do cotidiano, porém, sabendo a diferença entre falar sobre o assunto com o intuito de refletir atitudes e de falar por ter vivenciado aquilo, sentido na pele. Por isso homens devem falar sobre feminismo, sim, mas nunca devem achar que sabem o que é passar por situações que apenas as mulheres vivem e nem questionar o sofrimento delas. (NAAO, 2021)

No texto, as/os participantes destacam que as mulheres são as protagonistas desse movimento, porém “os homens precisam ser colaboradores da causa” e não usar o conceito de “lugar de fala” para se absterem das discussões sobre as violências vivenciadas pelas mulheres. O comentário vai ao encontro do que ressalta Djamila Ribeiro:

Há pessoas que dizem que o importante é a causa, ou uma possível ‘voz de ninguém’, como se não fôssemos corporificados, marcados e deslegitimados pela norma colonizadora. Mas, comumente, só fala na voz de ninguém quem sempre teve voz e nunca precisou reivindicar sua humanidade (RIBEIRO, 2019, p. 89-90).

A utilização do conceito “lugar de fala” é por demais pertinente à luta dos coletivos feministas universitários aqui analisados. Diversos *posts* em suas redes sociais pedem a legitimação da fala das alunas, constantemente desconsideradas no ambiente acadêmico. Como ressaltou Conceição Evaristo (2021), que costuma utilizar o termo “escrevivência” – escrita da vivência a partir de seu local – para designar “lugar de fala”, a busca pelo poder de fala é a “busca pelo poder de se fazer ouvir”.

As demandas de mães e pais estudantes é outra das pautas presentes nos coletivos feministas. Já em 2015, ano da criação da Coletiva Feminista Maria Sem Vergonha⁴⁶, ligada à

⁴⁵ Coletivo NAAO - Nossa Alcateia Anti-Opressão – Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/NAAOnossaalcateiaantiopressao> . Acesso: 07/06/2021.

⁴⁶ Coletiva Feminista Maria Sem Vergonha – EACH/USP. Facebook: <https://www.facebook.com/ColetivaMariaSemVergonhaEACH> Acesso: 13/01/2021

EACH - Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP, foi realizada uma pesquisa sobre quantas/os universitárias/os da EACH são mães ou pais.

O objetivo do levantamento, segundo o *post* compartilhado em 02 de outubro de 2015 na página do *Facebook* do grupo, era lutar por uma creche no *campus*:

Algumas alunas e alunos mães e pais da EACH estão realizando uma pesquisa para saber quantos estudantes tem filhos e estão estudando para pensar algum espaço colaborativo de pais e mães, visto que não temos creche na EACH. Além disso, caso haja uma grande demanda, a pesquisa será encaminhada para a direção da Escola para que tomem conhecimento e providências. Respondam e por favor divulguem por aí (COLETIVA FEMINISTA MARIA SEM VERGONHA, 2015).

A permanência na universidade de mulheres que são mães é um desafio diário e uma das agências dos coletivos femininos aqui analisados. Poucas instituições estão preparadas para acolher as demandas dessas mães - discentes, docentes ou funcionárias -, seja no que se refere a oferecer locais de amamentação e creches para as crianças no período das aulas, quanto a serviços que possam reduzir o impacto da maternidade na saúde mental. Além disso, as universidades não criam mecanismos especiais para prazos de entrega de trabalhos, participação em eventos científicos e manutenção de bolsas de pesquisa.

Acredito que a falta de medidas para facilitar a permanência das mães no espaço acadêmico tenha relação com a mitificação da maternidade a partir de ideias como a dedicação integral aos filhos e a definição do lar como sendo o espaço por excelência das mulheres. Mas a maternidade real tem mais ligação com a solidão, o apagamento da sexualidade, a falta de tempo para as próprias necessidades e interesses trabalhistas e intelectuais.

Como afirma Perrot (2007, p. 16), a vida das mulheres, principalmente as mães, se assemelha a um “continente perdido de vidas submersas no esquecimento no qual se anula a massa da humanidade”.

A dificuldade de ser mãe na universidade também foi tema de roda de conversa dos Coletivo Feminista Bertha Lutz⁴⁷ ICB/USP e Bertha Luz FCAV/UNESP⁴⁸, de acordo com *posts* do *Instagram* de 19/03/2019 e 03/05/2021, respectivamente:

⁴⁷ Coletivo Feminista Bertha Lutz – ICB/USP. *Instagram*: <https://www.instagram.com/coletivofeministaicb/> Acesso: 28/05/2020.

⁴⁸ Coletivo Bertha Lutz – FCAV/UNESP. *Facebook*: <https://www.facebook.com/profile.php?id=100028435836051> Acesso: 18/02/2022

Imagens 2.33 e 2.34 – Maternidade - Bertha Lutz ICB/USP e Bertha Lutz/FCAV/UNESP



Fonte – Página dos coletivos no Instagram⁴⁹

As várias dimensões da maternidade foram objeto de um carrossel do Coletivo NAAO - Nossa Alcateia Anti-Opressão⁵⁰, ligado a estudantes dos cursos de Zootecnia e Eng. Alimentos do *campus* de Pirassununga da USP. Em *post* de 09/05/2021, Dia das Mães naquele ano, o coletivo abordou em sete imagens, a pressão social para as mulheres serem mães, e mães “perfeitas”, e outros temas que perpassam suas vidas: a violência obstétrica e os problemas no trabalho, no esporte e na ciência e no mundo acadêmico.

Imagens 2.35, 2.36, 2.37, 2.38, 2.39, 2.40 e 2.41– Dificuldades de ser mãe – Coletivo NAAO



⁴⁹ Idem notas 45 e 46.

⁵⁰ NAAO - Nossa Alcateia Anti-Opressão – USP/Pirassununga. Facebook: <https://www.facebook.com/NAAOnossaalcateiaantiopressao> Acesso: 18/12/2021.

A maternidade não é a única parte da vida de uma mulher, apesar da sociedade querer anular todos seus desejos, sonhos e ambições. É depositada **toda responsabilidade do filho sobre a mãe**, a qual deve se dedicar integralmente e é cobrada desse cuidado, sendo **julgada** ao fazer uma atividade além dessa, principalmente **trabalhar**.

Esse peso que a sociedade coloca nas mães é capaz até de **parcializar o sistema jurídico**, onde é evidenciado na prática que as genitoras possuem preferência em relação aos pais para ficar com a **guarda dos filhos menores**, em caso de separação do casal. Apesar de o código civil atual estabelecer igualdade entre a mãe e o pai na escolha da guarda, caso não for compartilhada. Em 2011, as mulheres que assumiram legalmente a responsabilidade dos filhos **representaram 87.1%, frente a 5.3% dos homens**.

Fonte: globo.com

ALÉM DA PRESSÃO PSICOLÓGICA

Violência obstétrica

Muitas mulheres sofrem o chamado "violência obstétrica", que são **abusos sofridos por mulheres** quando procuram serviços de saúde no **pré-natal, parto ou pós-parto**. E não se refere apenas ao trabalho de profissionais de saúde, mas a falhas estruturais de hospitais, clínicas, e do sistema de saúde como um todo. A violência pode se apresentar através de:

- Desconsideração das necessidades e dores da mulher;
- Práticas invasivas e coagidas, violência física (como aplicação de soro com ocitocina, uso de fórceps, cesarianas não prescritas);
- Uso desnecessário de medicamentos;
- Detenção em instalações por falta de pagamento;
- Desumanização;
- Discriminação baseada em raça, origem étnica ou econômica, idade, status de HIV, não-conformidade de gênero, entre outros;

Segundo uma pesquisa da Fundação Abramo + SESC, **1 em cada 4 mulheres** no Brasil sofrem algum tipo de violência obstétrica. O diálogo claro e aberto sobre esse tema é importante para que sejam desenvolvidos cada vez melhores mecanismos para a sua prevenção!!

TRABALHO X SER MÃE

Na ciência

O grupo Parent in Science fez uma pesquisa com mulheres cientistas por meio de questionários, obtendo 1.182 respostas. Das mulheres que responderam **77% eram mães** e **59% destas mães** responderam que a maternidade afetou negativamente sua carreira, outras **22%** responderam que o impacto foi "bastante negativo". **45%** das entrevistadas responderam que **não têm tempo para trabalhar em casa**, ou declararam que **muito raramente ou com muita dificuldade têm essa disponibilidade**. Também relataram a **falta de apoio das instituições às quais estão vinculadas em relação à maternidade e impactos em sua saúde mental**.

Fonte: <https://www.ufrgs.br/o/Observatorio%20de%20g%C3%A9nero>

No esporte

Julgamentos, ataques, direitos civis feridos e muitas outras coisas que uma mulher esportista passa quando decide se tornar mãe. Muitas pessoas ainda acreditam que não é possível manter sua carreira e ser mãe. E no meio esportivo isso é ainda pior! **"Como que uma esportista vai manter a alta performance, sendo mãe? A gravidez vai atrapalhar e o filho será uma distração! Não serve mais pra mim esse ano! Tchaul!"** Muitas confederações e times esportivos pensam nesse sentido, desvalorizando totalmente o trabalho das mulheres.

Como é o caso que ocorreu com a jogadora de vôlei **Tandara**, que teve seu salário **reduzido em 99%** quando estava grávida de sua filha. Ela foi a primeira atleta brasileira a entrar na Justiça para brigar pelos direitos na maternidade.

"Quando a mulher decide ter um bebê, a indústria do esporte a expulsa"
Alycia Montano, corredora americana

Outro caso é o da jogadora de tênis **Serena Williams**, que foi punida pelo ranking WTA por ter ficado afastada das quadras por conta da licença maternidade, ela **foi do 1º lugar para o 453º do mundo**. Esse fato a obrigou a voltar mais cedo para as disputas, o que resultou em uma lesão peitoral: fazendo com que ela tivesse que desistir de um campeonato.

Esses casos reafirmam como a sociedade encara uma mulher grávida no trabalho: como um fardo! Apesar de algumas vitórias no tribunal, de as confederações estarem procurando acertar os direitos das atletas que decidem serem mães, ainda há um longo caminho pela frente!

No mundo acadêmico

No mundo acadêmico, com a pandemia da Covid-19, professoras relatam que a **sobrecarga só aumentou**. Além de terem que estar se adaptando ao ensino remoto e realizando os afazeres domésticos, as educadoras também precisam acompanhar os conteúdos dos filhos, pois com as aulas suspensas elas auxiliam estes nas atividades escolares.

Fonte – Página do coletivo no Facebook⁵¹

⁵¹ Idem

O Coletivo Enedina Alves⁵², da EEL-USP, também criou um post no Dia das Mães de 2021(10/05) destacando o fato que no Brasil 37,8% dos lares são chefiados por mulheres. Além disso, a imagem trouxe um manifesto reivindicando, entre outras pautas, o fim da romantização da maternidade e um feminismo que acolha as mães.

Imagens 2.42 e 2.43 – Dia das Mães – Coletivo Feminista Enedina Alves



Fonte – Página do coletivo no Facebook⁵³

O texto que acompanha as imagens acima destaca que 57% das mães-solo vivem abaixo da linha da pobreza e a batalha de mães que estiveram sem o apoio dos pais durante a pandemia:

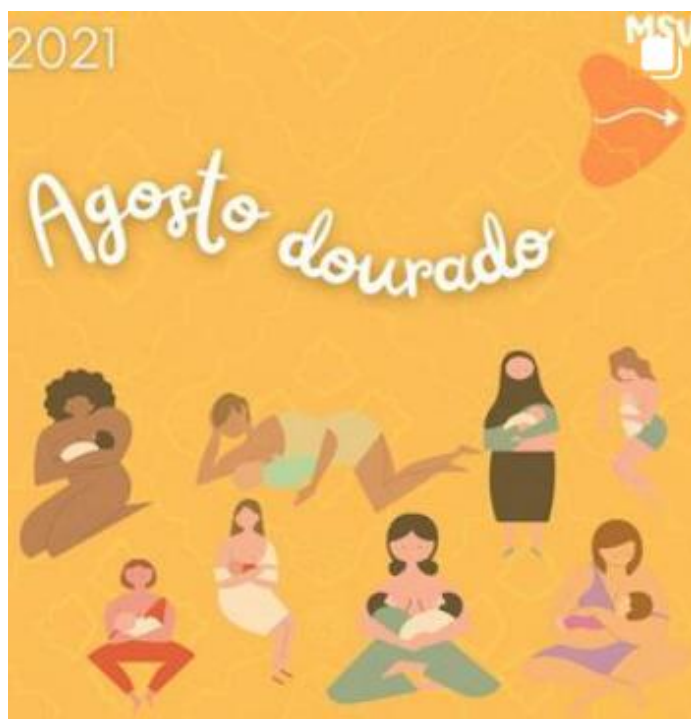
Ser mãe no Brasil, também é um ato político. Para as mães de todas as idades e todas as crenças, nossa profunda admiração... e um carinho especial àquelas que fazem tudo isso sozinha. Segundo uma reportagem do site G1, em 2020 o Brasil contava com 11 milhões de mães solo, que não podem contar com a presença e auxílio dos pais para criarem seus filhos. E segundo o Instituto Locomotiva, 57% das mães solo vivem abaixo da linha da pobreza. Em 31% das casas sustentadas por elas, já faltou dinheiro para comprar produtos de limpeza com a pandemia e em 35% faltou comida. Nesse cenário, o Coletivo Feminista Enedina dedica toda sua atenção a essas mães que são, acima de tudo, verdadeiras super-heroínas. A rotina dessas mulheres é uma batalha. Nosso feliz Dia das Mães, para que nunca se esqueçam, que as mulheres mais fortes merecem o carinho e uma grande rede de apoio. Que esse laço de afeto seja sempre livre, sem restrições e com muito, mas muito apoio. COLETIVO FEMINISTA ENEDINA, 2021).

⁵² Coletivo Feminista Enedina Alves Marques – USP/EEL. Facebook: <https://www.facebook.com/coletivofeministaenedina> Acesso: 02/11/2021

⁵³ Idem

Mães de diversas etnias e corpos - incluindo uma mãe muçulmana, em referência ao marcador religião - foram retratadas na imagem que acompanhou o *post* sobre o aleitamento materno compartilhado em 25/08/2021 no perfil do *Instagram* da Coletiva Maria Sem Vergonha⁵⁴, da EACH-USP:

Imagem 2.44 – Aleitamento - agosto dourado – Coletivo Maria Sem Vergonha



Fonte – Página do coletivo no *Instagram*⁵⁵

O texto do *post* faz alusão à sexualização da amamentação, o que impede que muitas mães evitem o ato em lugares públicos, como a universidade:

Olá, Marias! Hoje vamos falar de um tema muito importante: a proteção do aleitamento materno. O Agosto dourado simboliza a luta pelo incentivo à amamentação – a cor dourada está relacionada ao padrão ouro de qualidade do leite materno [...] Queremos reforçar que a questão da amamentação ainda é um tabu, e mulheres são julgadas por estarem amamentando em público. A sexualização dos seios em nossa sociedade impacta diretamente no processo de amamentar, já que gera toda uma questão de falta de respeito e de desvalorização desse ato tão relevante para a saúde infantil! Apoiar e respeitar a escolha de quem amamenta e partilhar sempre informações baseadas em evidências é dever de todos! #agostodourado #agostodourado #amamentação #amamentar #obstetricia #direitodasmulheres (COLETIVA MARIA SEM VERGONHA, 2021)

⁵⁴ Coletiva Feminista Maria Sem Vergonha, da EACH-USP. *Instagram*: @coletiva_msv Acesso: 07/11/2021.

⁵⁵ *Idem*.

2.2 Demandas dos coletivos LGBTQIA+ e interseccionalidades

Os coletivos universitários LGBTQIA+ aqui analisados buscam enfatizar a multiplicidade e a heterogeneidade de gênero, em oposição a definições fixas como “gay” e “lésbica”, por exemplo. Como afirma Preciado (2011) essa postura deixa visível a recusa a práticas ou identidades baseadas no binarismo sexual homem/mulher e aposta na liberdade das sexualidades que se levantam contra a exclusão dos “anormais” frente aos “normais” definidos pelo padrão eurocêntrico.

Também na universidade a colonialidade de gênero coloca à margem de suas políticas quem não se enquadra no modelo homem/branco/heterossexual, os “normais”. Portanto, não à toa a demanda principal desses coletivos é tornar visível e “normalizado” as diversas vivências que circundam o universo LGBTQIA+ – homossexuais, travestis, transsexuais e bissexuais, entre outros.

O Coletivo Saia Debaixo⁵⁶, ligado à EACH - Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP, expôs em seu primeiro *post* da página no *Facebook* (29 de março de 2017), sua missão de acolhimento à comunidade universitária LGBTQIA+:

Aqui está a página do Saia Debaixo, coletivo LGBT da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (USP)! Estamos aqui com a missão de servir como alicerce para quaisquer LGBT's que precisem de suporte; fomentando debates entre diversos públicos - LGBT's ou não - sobre o pré-conceito na sociedade, a resistência e inserção social mundo afora. Logo, logo, postaremos aqui as atividades e as reuniões do coletivo para que todos possam participar. Com amor e respeito, sejam muito bem-vindos! Quaisquer casos de LGBTfobia ou em caso de dúvidas, sugestões, críticas e elogios, entrem em contato: - saiadebaixocoletivo@gmail.com. (COLETIVO SAIA DEBAIXO, 2017)

Imagem 2.45 – Capa - Coletivo Saia Debaixo / USP



Fonte – Página do coletivo no *Facebook*⁵⁷

⁵⁶ Coletivo Saia Debaixo EACH/USP – Facebook: <https://www.facebook.com/SaiaDebaixoColetivo/> Instagram: <https://www.instagram.com/saiadebaixocoletivo/> Acesso: 03/01/2022.

⁵⁷ Idem

Em outro trecho do texto que acompanha a Imagem 2.45, o coletivo explica o significado de seu nome, referência às identidades que nossa sociedade definiu que devem ficar escondidas:

A saia é uma metáfora para a pele, a personalidade, que os LGBT's muitas vezes possuem debaixo da que realmente mostram à sociedade por conta do medo de não serem aceitos. Além disso, a saia representa, para muitos, a identificação de um novo "eu", principalmente para aqueles que optam pela cirurgia de redesignação sexual; a roupa acaba desempenhando um papel muito importante (COLETIVO SAIA DEBAIXO, 2017).

Em *post* de 17/05/2020, o Coletivo LGBT Aquarela⁵⁸, formado por estudantes da Faculdade de Medicina da UNICAMP, conta a razão de sua criação: a falta de representatividade e de acolhimento na universidade:

Somos o Aquarela, o coletivo LGBTQIA+ da FCM UNICAMP! O coletivo foi criado em 2017 pela turma 55 da Medicina, reformulado em 2018 e ampliado com o intuito de abranger toda a área da saúde em nossa universidade. As ideias e iniciativas surgiram devido às necessidades tanto de representatividade no meio acadêmico quanto de refúgio para todas as pessoas LGBTQIA+ carecidas de qualquer tipo de ajuda. [...] Abordamos temas relevantes na graduação, vida profissional ou vida pessoal, sendo um espaço além de tudo, acolhedor, em que você pode ser você mesmo sem medo de julgamentos, colaborar com suas experiências, sem medo de ser exposto publicamente, aprender com cada indivíduo do coletivo e abrir um colorido leque de amizades. Conte conosco e venha fazer parte do coletivo Aquarela, estamos muito felizes de te receber! (COLETIVO LGBT AQUARELA, 2020)

Assim como o Coletivo Saia Debaixo, citado acima, o Coletivo Intertransvestigênera Xica Manicongo⁵⁹, ligado à USP (sem indicação de curso), também compartilhou, em *post* de 31/07/2021 no *Facebook*, o significado de sua denominação: considerada a primeira travesti brasileira, Xica Manicongo ainda hoje é referência na luta pela livre existência de travestis:

Xica Manicongo, nascida na região do Congo, é considerada a primeira travesti brasileira. Durante décadas a historiografia a tratou como homem, apagando nossa existência e transcestralidade. É com a luta do movimento de travestis, nossa ocupação epistêmica na academia e na luta por construção de outros horizontes de mundo possíveis, que pudemos honrar a memória de Xica. Foi a luta e a coragem das travestis negras que construiu a sangue este país. Assim como Xica foi condenada à fogueira pela inquisição, por sua identidade afrontar o domínio colonial dos senhores, seguimos desordenando a ordem vigente [...]. Nesse julho das pretas, honramos a todas as travestis ancestrais. É nelas que nos amparamos, para então, podermos sustentar as que virão depois de nós. Viva Tereza de Benguela! Vivam as mulheres e travestis negras! (COLETIVO XICA MANICONGO, 2021)

⁵⁸ Coletivo LGBT Aquarela – FCM/UNICAMP. Facebook: <https://www.facebook.com/Aquarela.LGBT> Acesso: 21/10/2021.

⁵⁹ Coletivo Intertransvestigênera Xica Manicongo – USP. Facebook: <https://www.facebook.com/itgmanicongo> Instagram: <https://www.instagram.com/itgmanicongo/> Acesso: 17/12/2021

O coletivo Xica Manicongo é um dos mais ativos dentre os coletivos ligados às três universidades estaduais abordadas nesse estudo. Nas redes sociais digitais *Facebook* e *Instagram* o coletivo faz postagens quase que diariamente, principalmente no período de aulas. O Xica Manicongo também realiza constantemente mesas, rodas de conversa e fóruns, além de criar de projetos de inclusão de pessoas trans.

Em 26/10/2021 o coletivo organizou o Fórum Nacional de Estudantes Trans, Travestis e Intersexo de 2021, junto com entidades como ANTRA⁶⁰ e IBRAT⁶¹, apresentando a mesa “Ações afirmativas, inclusão e permanência no ensino superior”. Segundo informações do texto do *post*, a discussão abordou aspectos da entrada de pessoas transgênero e intersexo na universidade: “a mesa que homenageia Valéria Monteiro⁶² irá tratar do ingresso de nossa população *transvestigênera* e intersexo no ensino superior. Discutiremos sobre cursinhos populares voltados à comunidade trans, cotas trans e muito mais!” (COLETIVO XICA MANICONGO, 2021).

O Xica Manicongo também fundou, de acordo com *post* de 20/09/2021 no *Facebook*, o Núcleo Trans y Travesti Jovanna Baby, um centro de pesquisas e serviços a partir da universidade. Outro projeto criado foi “Corpos Trans e Travesti na Universidade de São Paulo”, que, segundo informações disponíveis no perfil do *Instagram* do coletivo em 22/08/2021, foi aprovado pelo Edital Inclusão Social e Diversidade na USP.

Imagem 2.46 – USP, passa o *aqué!* - Coletivo Xica Manicongo



Fonte – Página do coletivo no *Instagram*⁶³

⁶⁰ ANTRA BRASIL - Associação Nacional de Travestis e Transexuais. Disponível em: <https://antrabrasil.org/> Acesso: 07/01/2022

⁶¹ IBRAT - Instituto Brasileiro de Transmasculinidades. Instagram: <https://www.instagram.com/ibratnacional/> Acesso: 07/01/2022

⁶² Valéria Monteiro é uma mulher trans ativista que foi eleita Rainha Trans do Carnaval 2021 em Guarulhos, cidade onde mora.

⁶³ Coletivo Intertransvestigênera Xica Manicongo – USP. Instagram: <https://www.instagram.com/itgmanicongo/> Acesso: 17/12/2021.

Ainda segundo o *post*, o grupo também conseguiu aprovação para a distribuição de bolsas de estudo do Programa Unificado de Bolsas da USP, cujo objetivo é criar políticas de inclusão e permanência de pessoas trans nas instituições de ensino, assim como desenvolver pesquisas sobre o tema:

[...] conseguimos aprovar 14 bolsas através do Programa Unificado de Bolsas da USP, distribuídas entre 7 projetos que visam pesquisar sobre e intervir em questões como a evasão de pessoas trans do Sistema Único de Saúde (SUS), o combate à transfobia em escolas de ensino básico e na Universidade de São Paulo, o auxílio jurídico a pessoas trans em situação de cárcere, entre outras. Esta conquista indica um avanço na luta pela inclusão e permanência de pessoas trans na Universidade de São Paulo, assim como no desenvolvimento de pesquisas que se voltem para nossas vivências e *corpas* enquanto objeto central. (COLETIVO XICA MANICONGO, 2021)

Assim como os coletivos feministas Núcleo da Farma Maria da Penha, Trepadeiras e Raiz Fulô, citados no item anterior, que criaram mapeamentos sobre violências sofridas nos *campi*, o XicaManicongo também compartilhou, em 24/05/2021 no *Facebook* e no *Instagram*, um formulário sobre violências sofridas contra transsexuais na USP:

Você já passou por alguma situação de transfobia na USP e não sabia a quem recorrer? No intuito de auxiliar *es nossas*, a Coletiva Intertransvestigênera Xica Manicongo criou um formulário para que denúncias dessas situações sejam feitas, a fim de podermos trabalhar no acolhimento da vítima e em eventuais procedimentos legais. Ajudem compartilhando a informação para que atinjamos o maior número de pessoas possível. Estamos todes juntas! (COLETIVO XICA MANICONGO, 2021).

O evento “UNICAMP QUEER - Mês do orgulho LGBTI+ na universidade”, realização do Instituto de Artes (IA) e de outras comissões e órgãos da Universidade de Campinas, tem como objetivo propor discussões e atividades sobre assuntos de interesse da comunidade LGBTIA+. A edição de 2020 teve como tema “A gente não é só LGBTQIA+: ciência, política e permanência universitária sob perspectiva interseccional”, que levantou diversas discussões sobre a inserção das distintas vivências que compõem a sigla na vida acadêmica.

A criação do evento, que teve outra versão em 2021, é exemplar para demonstrar como a comunidade LGBTQIA+ dentro das universidades está se articulando para desconstruir o espaço acadêmico como reprodutor das ações excludentes presentes na sociedade.

O cartaz da programação (Imagem 2.43), divulgado em 22 de junho de 2020 na página UNICAMP Queer⁶⁴ do *Facebook*, traz informações sobre as atividades desenvolvidas: mesas redondas sobre quebra dos padrões heteronormativos e a questão *queer*, saúde da comunidade

⁶⁴ UNICAMP Queer – Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/unicamp.queer> Acesso: 10/08/2020.

LGBTQIA+, a beleza como ativismo, indígenas LGBTQIA+, além de exposições artísticas e mostras de filmes sobre temas que perpassam suas vivências.

Imagem 2.47 – Post Programação - Unicamp Queer

UNICAMP

DE 22 DE JUNHO A 3 JULHO
JUNTOS E ORGULHOSOS!

PROGRAMAÇÃO COMPLETA

ABERTURA
22/06 às 17h30

MESA
A gente não é só LGBTQIA+: ciência, política e permanência universitária sob perspectiva interseccional
22/06 às 18h

MESA
Arte e Pensamento na vanguarda da Diversidade de Gêneros
23/06 às 18h

MESA
Indígenas LGBTQIA+: situações, desafios e mobilizações
25/06 às 18h

MESA
Queer: por que lutar pela quebra dos padrões heteronormativos e resignificação?
26/06 às 10h

MESA
Precisamos falar sobre corpos inquietos
26/06 às 18h

LIVE BICUDA
Música eletrônica, performances e experiência Queer
27/06 às 17h30

MESA
Saúde dos corpos LGBTQIA+ frente o COVID-19: das políticas de acesso até o pertencimento
29/06 às 18h

MESA
A beleza como ativismo político LGBTQIA+, prete e indígena
01/07 às 14h

DEBATE SOBRE FILMES CINEMA QUEER -
A expansão do vocabulário cinematográfico
02/07 às 18h

DEBATE SOBRE A EXPOSIÇÃO VISUALIDADES QUEER
Performance GORDA
Com Geovanni Lima (19h)
Conversa com os artistas (19h30)
03/07

MOSTRA DE FILMES EXPOSIÇÃO VIRTUAL
DISPONÍVEL PARA ACESSO DURANTE TODO O EVENTO

facebook.com/unicamp.queer @unicamp.queer

Logos: CAPER, gênero, ProEC, NEN, PNU, FOU, and others.

Unicamp Queer

Fonte – Página do evento no Facebook⁶⁵

Os coletivos LGBTQIA+, assim como os de designação feminista, se configuram como um espaço de trocas de experiências sobre as vivências de estudantes, tanto acadêmicas quanto nos diversos espaços sociais, a exemplo do evento realizado pelo Coletivo Calisto - Sexualidades Livres⁶⁶, ligado ao IB - Instituto de Biociências da UNESP/Rio Claro. O grupo divulgou em *post* do Facebook de 30 de abril de 2019 a capacitação “Redução de danos na Facul – cuidado dentro e fora da universidade”.

⁶⁵ Idem

⁶⁶ Coletivo Calisto – Sexualidades Livres / UNESP/Rio Claro. Facebook - <https://www.facebook.com/CalistoColetivo> Instagram: @calistocoletivo Acesso: 05/05/2020

O coletivo, inclusive, reservou vagas sociais para quem não poderia pagar as inscrições, como consta do texto do *post*: “Ajeita a peruca que o Coletivo reservou VAGAS SOCIAIS para você! Isso, você mesmo que está com aquela dificuldade de orçamento, mas que quer participar! (COLETIVO CALISTO, 2019).

Assim como visto nos coletivos feministas abordados anteriormente, a masculinidade hegemônica também foi discutida pelo Coletivo Calisto. Em *post* de 30 de junho de 2021, o coletivo divulgou o encontro “Bate papo sobre masculinidades - masculinidade tóxica, hegemônica e dissidentes”, sem indicação de palestrantes. Na imagem (2.44) que acompanha o *post* foi inserida a seguinte advertência: “Lembrando que esse espaço é exclusivo para pessoas com identidades de gênero masculinas, ok?” (COLETIVO CALISTO, 2021). Acredito que a razão tenha sido uma tentativa de não esvaziar a discussão com acusações e ressentimentos de pessoas de gênero feminino.

Imagem 2.48 – Bate papo sobre masculinidades – Coletivo Calisto/UNESP



Fonte – Página do coletivo no *Facebook*⁶⁷

A sexualidade masculina, no sentido do relacionamento de homens com as mulheres, foi definida historicamente sobre um modelo de conduta que expressa comportamentos, ideais, fantasias e desejos sobre o que seria ser masculino. Nesse sentido, o conceito de masculinidade hegemônica critica esse padrão definido pelo eurocentrismo a partir de características hierárquicas como poder, força, virilidade, coragem, sexualidade ativa, dentre outros atributos.

Esse modelo de práticas e expectativas sobre a masculinidade acaba excluindo homens trans, homossexuais, negros e femininos, pois se firma no entendimento do sexo biológico como definidor de comportamentos, emoções e expressões de gênero. Nesse sistema, os dissidentes

⁶⁷ Idem

de gênero têm suas subjetividades invisibilizadas porque descaracterizam a lógica relacional sexo biológico-sexualidades.

De acordo com Connel e Messerschmidt (2013, p. 245), a masculinidade hegemônica é somente uma das maneiras de ser homem, já que nem todos a adotam. Apesar de existir o padrão dominante de homens autoritários, poderosos, corajosos, etc., ainda insistente no imaginário, é fato que nem todos vivem nele. Os autores ainda alertam que o consentimento das mulheres heterossexuais a esse modelo ajuda a reforçá-lo e legitima sua subordinação aos homens.

Porém, o padrão tem força de norma, porque exige que outros homens se posicionem em relação a ela, o que muitas vezes se traduz em conflitos. Connell e Messerschmidt (2013) também destacam que a noção de masculinidade não é fixa, pois a mediação da cultura é essencial para a construção dos padrões de masculinidade hegemônica. Ou seja, a noção do que é ou não masculino vai se alterando com o tempo, de acordo com os movimentos da sociedade.

A masculinidade não é uma entidade fixa encarnada no corpo ou nos traços da personalidade dos indivíduos. As masculinidades são configurações de práticas que são realizadas na ação social e, dessa forma, podem se diferenciar de acordo com as relações de gênero em um cenário social particular. (CONNELL e MESSERSCHMIDT, 2013, p.250).

Outro *post* do Coletivo Calisto⁶⁸, publicado em 03/02/2022 em sua página do *Facebook*, traz um convite à discussão da “machosfera” e dos “movimentos masculinistas”. Entre os tópicos abordados, de acordo com texto que acompanha o *post*, estavam: “História dos movimentos masculinistas”, “Como se compõe e como se comporta a “Machosfera”, “Situação da violência protagonizada por esses grupos no Brasil e no mundo” e “Como podemos lidar com essas questões em nossos cotidianos e na formação de jovens”.

Imagem 2.49 – Machosfera – Coletivo Calisto



Fonte – Página do coletivo no *Facebook*

⁶⁸ Idem

Movimento ameaçador para a população LGBTQIA+, “machosfera” é o termo versão brasileira da *manosphere*, fenômeno comunicacional *online* formado por grupos de homens que pregam o anti-feminismo, o misoginismo, o racismo e a intolerância em relação a sexualidades dissidentes.

A *manosphere* é inspirada no movimento *Alt-right*, ou Direita Alternativa, que, de acordo com Gilroy (2018), surgiu em 2015 como uma aliança internacional da ala populista de direita com acesso aos altos níveis de poder político-econômico nos Estados Unidos. Para o autor, esse grupo é tecnologicamente sofisticado e tem domínio “desconcertante de comunicação política e psicológica, por meio dos aspectos libidinais e afetivos das novas tecnologias, em geral, e das mídias sociais, em particular” (p. 22-23).

A exclusão violenta das/dos transexuais no Brasil é preocupação constante dos coletivos LGBTQIA+ universitários aqui analisados. O Coletivo LGBT Aquarela⁶⁹, da UNICAMP (sem indicação de curso), em *post* de 29/01/2021 no *Facebook*, Dia Nacional da Visibilidade Trans, traz a informação de que o Brasil ocupa o topo do *ranking* dos países com mais mortes de indivíduos LGBTQIA+ pelo 12º ano consecutivo, de acordo com dados da ANTRA - Associação Nacional de Travestis e Transexuais⁷⁰.

Segundo a organização, em 2020 foram assassinadas 175 travestis e mulheres transexuais, uma elevação de 41% em relação ao ano anterior, quando foram registrados 124 homicídios. Em matéria publicada pelo *site* *Universa/UOL*⁷¹, Bruna Benevides, secretária de articulação política da ANTRA e uma das responsáveis pelo levantamento, afirma que a escalada dessa violência tem relação com o atual ambiente político do país: “É uma campanha de ódio que chamam de combate à ideologia de gênero [...] As travestis e mulheres trans enfrentam violências por ousarem reivindicar seu lugar de mulher” (UNIVERSA/UOL 2021).

O Coletivo LGBT Aquarela também alertou, no mesmo *post*, para a importância da luta por direitos e pela vida de pessoas trans. Ainda fez um histórico da data, ressaltando o enfrentamento dos ativistas pela “existência, a vivência e os direitos de pessoas transexuais no país”:

Hoje, dia 29/01, é o Dia Nacional da Visibilidade Trans. A data foi estabelecida em 2004, quando transexuais e travestis foram ao Congresso Nacional, em Brasília, reivindicar e cobrar políticas públicas LGBT+, em consonância com a campanha que era realizada à época, “Travesti e respeito”.

⁶⁹ Coletivo Aquarela – UNICAMP. Facebook: <https://www.facebook.com/Aquarela.LGBT> Instagram: <https://www.instagram.com/coletivo.aquarela/> Acesso: 05/04/2021

⁷⁰ ANTRA Brasil. Disponível em: <https://antrabrasil.org/assassinatos/> Acesso: 05/04/2021

⁷¹ “Brasil é o país que mais mata pessoas trans; 175 foram assassinadas em 2020”. UNIVERSA/UOL, 30/01/2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2021/01/29/brasil-e-o-pais-que-mais-mata-pessoas-trans-175-foram-assassinadas-em-2020.htm> Acesso: 07/05/2021

Desde então, por muito se lutou e muito se conquistou no país. Houve conquistas em políticas públicas e de saúde, e, nas últimas eleições municipais, tivemos um recorde de eleição de pessoas trans. Ainda assim, isso não significa que não existam mais problemas no país: por exemplo, o Brasil ainda é o país que mais mata pessoas trans no mundo. [...] Pessoas trans ainda vivem à margem da sociedade brasileira; dados da União Nacional LGBT apontam que o tempo médio de vida de uma pessoa trans no Brasil é de apenas 35 anos, enquanto a expectativa de vida da população em geral é de 75,5 anos, de acordo com informações divulgadas em dezembro de 2016 pelo IBGE (COLETIVO AQUARELA, 2021).

A violência contra a população LGBTQIA+ também é uma inquietação que atinge os coletivos de designação feminista, como se constata pelos *posts* compartilhados em datas comemorativas relacionadas a movimentos dessa designação. O fato mostra que a partir dos coletivos universitários a luta pela equidade e pela vivência pacífica nos *campi* inclui todas, todos e *todes*.

Um exemplo foi a postagem do MUDA - Coletivo de Mulheres da Faculdade de Ciências Médicas da UNICAMP⁷², que em 28/06/2020, Dia do Orgulho LGBTQIA+, questionou a exclusão dessa população das pautas dos movimentos feministas: “Se o seu feminismo ignora a diversidade de orientação sexual e de gênero, ele serve pra quem?”

Hoje é dia do orgulho LGBTQIA+ e nós do MUDA te convidamos a fazer uma reflexão sobre esse assunto. Quantas vezes suas pautas invisibilizaram pautas desse movimento? Você já pensou que seu feminismo pode ser excludente? Apoio não é apenas dar reconhecimento para a existência de problemáticas, é lutar lado a lado todos os dias. É reconhecer seu local de fala. É, sobretudo dar apoio e VOZ (MUDA, 2020).

A ideia de múltiplos feminismos é reforçada pelo Coletivo Feminista Enedina Alves Marques⁷³, criado por estudantes da Escola de Engenharia de Lorena, da USP, em postagens comemorativas ao “Dia Internacional da Luta contra a LGBTfobia”, ao “Dia do Orgulho Lésbico” e ao “Dia da Visibilidade Bissexual”.

Nossa percepção sobre os *posts* do coletivo Enedina Alves terem relação com os múltiplos feminismo, vem ancorada pelo fato de, além do grupo se autodenominar feminista, apresentar figuras de mulheres na imagem 2.50 e pela ilustração de uma vagina em forma de flor na imagem 2.51.

⁷² Coletivo Feminista Muda / UNICAMP – Instagram: <https://www.instagram.com/mudaunicamp/> Acesso: 21/05/2021.

⁷³ Coletivo Feminista Enedina EEL/USP. Instagram: <https://www.instagram.com/coletivofeministaenedina/> Acesso em: 03/11/2021.

Imagens 2.50 e 2.51 – Múltiplos feminismos - Coletivo Enedina Alves /USP



Fonte - Página do coletivo no Instagram⁷⁴

Trechos de textos dos *posts* confirmam essa compreensão, a exemplo do que acompanha a Imagem 2.50, compartilhada em 17/05/2021:

[...] O feminismo se relaciona com a causa LGBTQIA+ por existirem mulheres dentro da comunidade como lésbicas, bissexuais, mulheres trans e travestis, assexuais, panssexuais e etc. É muito importante reforçar que na luta feminista existem todas essas mulheres, apagá-las da luta é ferir seus direitos e suas vozes! (COLETIVO FEMINISTA ENEDINA, 2021)

A imagem 2.51, compartilhada em 30/06/2021, é seguida pelo seguinte texto: “Quando falamos de saúde sexual é importante também lembrarmos da inclusão e da variabilidade se corpos! Sexo não é igual para todes” (COLETIVO FEMINISTA ENEDINA, 2021).

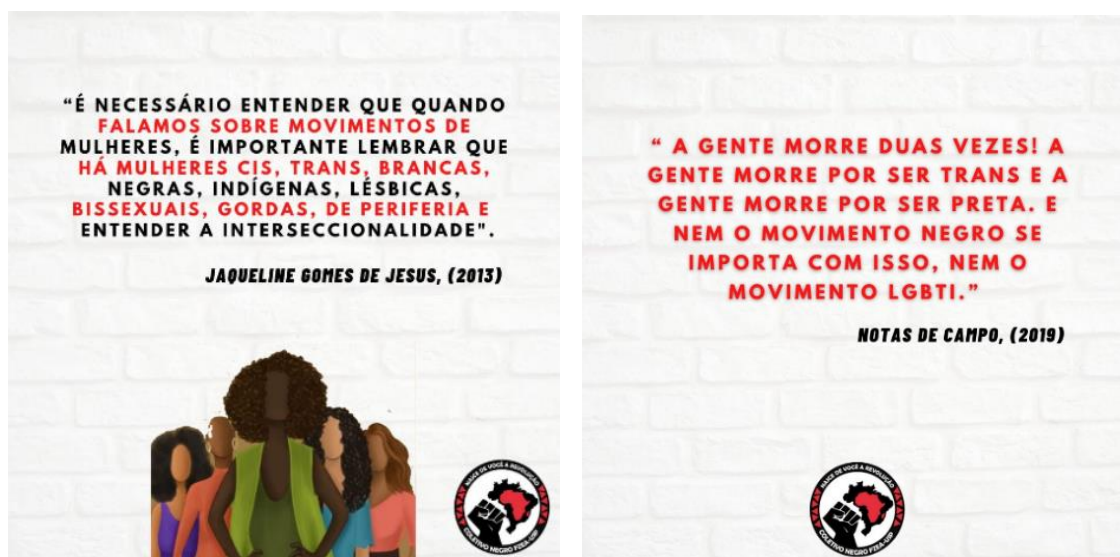
Como afirma Mohanty (2003), as mulheres são constituídas a partir de interações entre os vários marcadores sociais, a exemplo do gênero, da raça, da classe, da cultura, da religião, da idade, entre outros. Portanto, a categoria mulher não se refere a um grupo coerente, como quer o sistema patriarcal colonial, que reuniu indivíduos que nasceram com o sexo feminino em um mesmo conjunto, assim apagando características e especificidades de cada sujeito.

O Coletivo Negro FZEA⁷⁵, criado por estudantes da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da USP, *campus* Pirassununga, também segue o entendimento de um sujeito com múltiplas especificidades. A ideia pode ser percebida pelo *post* compartilhado em 17/10/2020: um carrossel de imagens sobre a interseccionalidade de marcadores sociais, conceito abordado no item anterior, que incluiu duas peças (Imagens 2.52 e 2.53) que abordaram como o movimento feminista exclui mulheres LGBTQIA+.

⁷⁴ Idem

⁷⁵ Coletivo Negro FZEA – USP/Pirassununga. Facebook: <https://www.facebook.com/coletivonegro.fzea> Acesso:03/07/2021.

Imagens 2.52 e 2.53 – Múltiplas mulheres - Coletivo Negro FZEA / USP



Fonte – Página do coletivo no Facebook⁷⁶

3. Especificidades dos coletivos universitários digitais

O que assemelha os coletivos universitários digitais a outros tipos de mobilização a partir das redes sociais *online* são as características proporcionadas pela utilização da tecnologia digital: facilidade de interações instantâneas e possibilidade de acionar rapidamente uma ação quando do surgimento de algum problema ou denúncia, além da utilização de várias ferramentas de ação, a exemplo de textos escritos, áudios, fotos, ilustrações, vídeos, memes, etc., proporcionando rapidez de organização e distribuição de mensagens.

Castells (2008, p. 445) destaca outras características das mobilizações digitais: “transcendem a distância, tem baixo custo, costumam ter natureza assíncrona, combinam a rápida disseminação da comunicação de massa com a penetração da comunicação pessoal, e permitem afiliações múltiplas em comunidades parciais”.

Vale lembrar que, por se identificarem como redes de interações informais com demandas específicas, os coletivos universitários digitais estão em constante transformação, consequência do surgimento de novas proposições e debates no contexto acadêmico. Por isso as especificidades aqui descritas devem ser entendidas como resultado do período em que foi realizada essa pesquisa – 2019 a 2022.

⁷⁶ Idem

3.1 Extensão das atividades presenciais, permanências e descontinuidades

Diversos coletivos universitários aqui analisados surgiram anteriormente ao advento das redes sociais digitais no Brasil, com reuniões e ações presenciais em espaços dentro das universidades. Um exemplo é o Coletivo Feminista Dandara⁷⁷, do curso de Direito da USP/São Paulo, um dos primeiros a debater a violência de gênero no espaço acadêmico. O coletivo atua desde 2006 na versão presencial, de acordo com informações disponíveis na seção “Sobre” de sua página no *Facebook*, criada em março de 2011: “O Coletivo Feminista Dandara existe desde 2006 na Faculdade de Direito da USP e é um espaço de estudo, debate e construção política que busca fortalecer a luta coletiva contra a violência de gênero”.

O Coletivo Genis⁷⁸, também de designação feminista, é considerado o pioneiro na UNESP. Criado em julho de 2013 por alunas da Faculdade de Medicina do *campus* Botucatu/SP, o Genis tem uma atuação tão forte que o grupo ainda conta com a participação de ex-alunas. A escada localizada no *campus* e pintada com as cores da bandeira LGBTQIA+ (Imagem 2.54) se tornou um símbolo de resistência desse coletivo, sendo diversas vezes apagada pela instituição, mas repintada pelas estudantes, inclusive com ajuda de membros de outros coletivos.

Imagem 2.54 – Escada - Coletivo Genis/UNESP



Fonte – Página do coletivo no *Facebook* ⁷⁹.

⁷⁷ Coletivo Feminista Dandara. Facebook: <https://www.facebook.com/groups/118049594936443> Acesso: 21/04/2021.

⁷⁸ Coletivo Genis / Facebook - <https://www.facebook.com/coletivogenis/> / Instagram - @coletivogenis Acesso: 03/02/2019.

⁷⁹ Idem.

Durante seis anos as participantes do coletivo se reuniram presencialmente, e a partir de fevereiro de 2014 o grupo estendeu sua atuação para as redes sociais digitais, primeiro no *Facebook* e em março de 2019 no *Instagram*. O Genis também é um dos coletivos mais ativos nas plataformas digitais, publicando mensagens de maneira recorrente, principalmente no período de aulas.

O Coletivo Feminista Lobas⁸⁰, ligado à Faculdade de Engenharia de Guaratinguetá da UNESP, está presente no *Facebook* desde 2016 e no *Instagram* a partir de 2019, e continua com as reuniões físicas, como consta na postagem inicial da comunidade do *Facebook*: “nos reunimos semanalmente e convidamos todas as manas da FEG a participar, compartilhar dores e entender um pouco mais sobre o universo do Feminismo!”.

Outro exemplo de permanência é o coletivo FFEUSP - Frente Feminista da Faculdade de Educação da USP/São Paulo, como atesta o texto divulgado na seção “Sobre” de sua página no *Facebook*:

A Frente Feminista da Faculdade de Educação da USP surgiu em 2013, em meio a uma greve estudantil, e é composta por estudantes da graduação, licenciatura, pós e demais interessades. Atualmente, nos organizamos através das redes sociais e encontros presenciais para discutir as demandas não só da FE-USP, como também as que atravessam os muros da Universidade de São Paulo. É de extrema importância que todes contribuam para a existência e manutenção desse grupo. Venham somar, contamos com vocês! (FFEUSP, 2021).

Vários coletivos listados no Anexo 01 continuam ativos depois de muitos anos, a exemplo dos citados acima, porém, alguns deixaram de atuar depois de pouco tempo. Não pude inferir os motivos, mas percebi que alguns deles, talvez por terem sido criados em resposta a problemas específicos, se dissolveram em poucos meses.

Acredito que essa seja a situação do coletivo UNESP Bauru Sem Assédio⁸¹, criado em 25 de setembro de 2017 no *Facebook* com o intuito de, como exposto no campo de informações sobre o grupo, denunciar casos de assédio a alunas da FAAC - Faculdade de Artes e Comunicação Social por um professor do *campus* UNESP//Bauru, e cobrar providências da instituição: “O assédio é um velho conhecido do meio universitário, apesar disso pouco se fala sobre o assunto. Para isso mudar precisamos começar a ouvir as vítimas, sejam elas estudantes, professoras ou funcionárias” (UNESP BAURU SEM ASSÉDIO, 2017).

⁸⁰ Coletivo Feminista Lobas/ FE-USP. Facebook - <https://www.facebook.com/coletivofeministalobas/> Instagram: @coletivolobas Acesso: 03/02/2019.

⁸¹ UNESP Bauru Sem Assédio – Facebook. Disponível em: https://www.facebook.com/unespbaurusemassedio/about/?ref=page_internal. Acesso: 17/03/2020.

Em 2018, durante o evento de colação de grau de uma turma do curso de Radialismo, que faz parte da faculdade de Comunicação Social, alunas levantaram cartazes (Imagem 2.55) denunciando os assédios e a pouca atenção da instituição aos casos:

Imagem 2.55 – Cartazes - Unesp Bauru Sem Assédio



Fonte – Montagem a partir de imagens disponíveis na página do grupo no Facebook⁸²

O coletivo UNESP Bauru sem Assédio ganhou grande destaque na imprensa local e regional. Em entrevista ao portal IG/São Paulo em 2018 participantes relataram à repórter que mesmo sabendo das denúncias o assunto foi tratado com indiferença pela instituição, como se observa pela transcrição da fala de uma aluna publicada na matéria: “Dentro do curso de Comunicação há vários casos por parte de professores. Meio que todo mundo sabe, mas pouco se faz para mudar essa situação. É algo muito complicado, porque os canais de denúncia são muito falhos e a gente é desencorajada a todo momento a denunciar”⁸³.

O coletivo se manteve ativo durante alguns meses, impulsionado pelo impacto da postagem das fotos do protesto no *Facebook*, mas presumo que esteja inativo desde 27 de setembro de 2018, por ser a data da última postagem, o que comprova a percepção de que os coletivos universitários algumas vezes são criados por necessidade de visibilidade de uma demanda urgente.

No período relativo ao recorte dessa pesquisa (2010-2020) observei um aumento na criação de coletivos universitários nas redes sociais digitais, especificamente a partir de 2014,

⁸² Idem

⁸³ “Universitárias da UNESP denunciam Assédio” IG/Último Segundo, 13/03/2018. Disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/2018-03-13/universitarias-unesp-denunciam-assedio.html> Acesso: 10/11/2019.

o que credito ao impacto entre as/os estudantes da pesquisa do Instituto Avon/Data Popular (2014) e da CPI do Trote (2015), que foram objeto de inúmeras coberturas jornalísticas.

Muitas vezes os coletivos se mantêm ativos durante a permanência na universidade do grupo de estudantes responsável por sua criação, pois seus membros acabam se desarticulando quando finalizado o período de formação ou mesmo nos anos finais, quando as exigências curriculares são maiores, como aponta Possas (2017):

Suas ações e provocações marcam lugares e, embora suas lideranças pretendam ser representantes de individualidades e especificidades de sujeitos com determinações de discursos identitários seja de classe, de cor e de sexualidade, não conseguem manter-se como tal, por muito tempo. Sua durabilidade é frágil e a evasão dos seus membros é um dos aspectos mais sensíveis do seu desfalecimento constante que queima as energias dispendidas exigindo constante recomeçar, principalmente no ano letivo que é iniciado, com as(os) calouras(os). (POSSAS, 2017, p. 02).

As publicações dos coletivos universitários *online* também não apresentam uma periodicidade estável. Nessa análise foi verificado um aumento da atividade dos grupos nos meses relativos ao início das aulas – fevereiro ou março, dependendo da universidade -, diminuindo no período de férias acadêmicas, especificamente nos meses de julho, dezembro e janeiro.

3.2 Horizontalidade

Os coletivos se diferenciam dos movimentos sociais tradicionais, de acordo com Mesquita (2008), por serem descentralizados, ou seja, não contarem com uma hierarquia rígida, e sim com horizontalidade na tomada de decisões. A escolha dos ativistas pela participação em coletivos e não em movimentos sociais organizados repousa justamente nessa característica positiva: a estruturação.

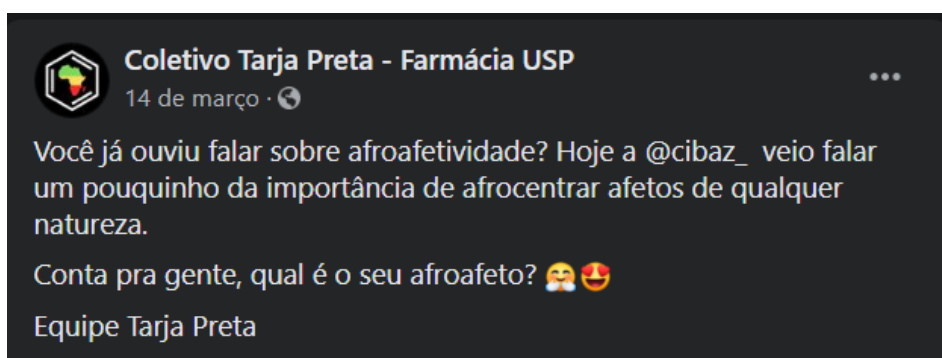
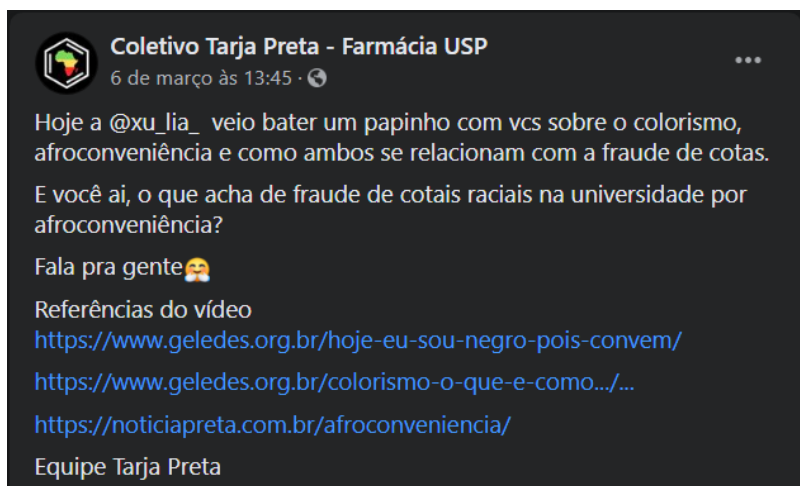
Os jovens, segundo Gohn (2016, p. 02) veem os antigos movimentos como “formas engessadas” pelas estruturas centralizadoras, verticais. Para a autora, os coletivos são preferidos por não terem líderes, por se configurarem como um tipo de organização onde todos podem contribuir igualmente, pelo menos em muitos deles. Como também aponta Greta Maia (2013), essa nova configuração do ativismo representa uma alternativa aos partidos e sindicatos do século XX, “então os canais mais pretensamente representativos das reivindicações de uma comunidade politicamente organizada”.

A proposta dos novos movimentos sociais também contém a necessária afirmação da superação das relações hierarquizadas e autoritárias, que muitas vezes se utilizavam do medo e do terror como elemento agregador de indivíduos. A proposta revolve formas de pensar a própria coexistência humana em comunidade, com igualdade de direitos, integrados e, ao mesmo tempo, reconhecedores de seu pertencimento a grupos culturais diversos. (MAIA, G., 2013, p. 67)

Os coletivos digitais, como percebido nessa análise, se estruturam nesse sentido. Jenkins (2006, p. 48) aponta que a horizontalidade no ativismo *online* leva à construção conjunta de saberes em torno de interesses comuns: “seus membros trabalham juntos para forjar novos conhecimentos, muitas vezes em domínios em que não há especialistas tradicionais.”

A horizontalidade nas decisões é uma proposta que o Coletivo Tarja Preta⁸⁴, ligado a estudantes do curso de Ciências Farmacêuticas da USP, faz questão de ressaltar em seus *posts*. Muitos são assinados como “Equipe Tarja Preta”, como mostram as imagens abaixo:

Imagens 2.56 e 2.57 – Horizontalidade - Tarja Preta / USP



Fonte - Página do coletivo no Facebook⁸⁵

⁸⁴ Coletivo Tarja Preta / USP – Facebook: <https://www.facebook.com/tarjapretausp>. Acesso: 15/02/2021.

⁸⁵ Idem.

Outro exemplo é a Frente Feminista Limeira⁸⁶, coletivo criado por alunas da FCA - Faculdade de Ciências Aplicadas da UNICAMP, *campus* Limeira, que possui uma equipe gestora não-hierárquica, como divulgado no *post* de 23 de outubro de 2020 em suas páginas no *Facebook* e no *Instagram*. As estudantes se autodenominam “matriarcas”, possivelmente porque a designação se contrapõe à ordem patriarcal em que vivemos.

As imagens 2.58, 2.59 e 2.60 trazem as funções de três “matriarcas” no coletivo: representar o coletivo na universidade e participar de reuniões administrativas com o objetivo de repassar as informações obtidas às participantes e demais alunas da faculdade; atender as demandas dos projetos que chegam ao coletivo, sendo uma ligação entre o grupo e a instituição; além de cuidar do relacionamento interno do coletivo, atentando ao bem-estar de cada estudante e promovendo interações.

Imagens 2.58, 2.59 e 2.60 – Matriarcas - Frente Feminista Limeira/ UNICAMP



Fonte - Página do coletivo no Facebook⁸⁷

O Coletivo Caetés, ligado à FAUD - Faculdade de Arquitetura, Urbanismo e Design da USP⁸⁸ postou em seu perfil do *Instagram* em 05/04/2021 um texto sobre como o grupo funciona, ressaltando sua autonomia frente à universidade, como indica o trecho abaixo:

⁸⁶ Frente Feminista Limeira / UNICAMP - Facebook: <https://www.facebook.com/frentefem> / Instagram: @frentefeminista_limeira Acesso: 27/01/2021

⁸⁷ Idem.

⁸⁸ Coletivo Caetés FAUD/USP. Instagram: <https://www.instagram.com/coletivocaetes/> Acesso: 03/01/2022

Nós somos um coletivo da FAUD-USP, AUTOGERIDO e HORIZONTAL. Isso significa que todas as decisões são de responsabilidade dos membros do grupo. Sempre que necessário, nós recorremos a técnicos e professores para orientação, mas nada disso interfere na autonomia dos alunos. Além disso, não existem posições hierárquicas no grupo ou funções pré-definidas. Tudo é definido a partir de muita conversa e debate, pensando sempre no coletivo. (COLETIVO CAETÉS, 2021).

3.3 Redes de apoio

O acolhimento às vítimas de violência de gênero é uma das diligências dos coletivos universitários, visto que muitas/os estudantes preferem não denunciar as agressões, seja por medo de retaliações do abusador ou pelo descrédito ao fluxo moroso da apuração das denúncias. Ou, ainda, por causa da desconfiança da instituição ou dos colegas quanto à veracidade das agressões, como destaca Bandeira (2017, p. 70): “resistir ao descrédito e as suspeitas que os jovens vivenciam quando têm coragem de denunciar publicamente e exigir providências, tem sido outra forma de apoio dado pelos coletivos, uma vez que as denúncias são, na maioria das vezes, pré-julgadas, com a minimização dos fatos”.

No início do ano letivo se percebe uma multiplicação considerável de *posts* dos coletivos universitários sobre acolhimento e discussões sobre violências de gênero e suas interseccionalidades. São direcionados às calouras, calouros e caloures, como esta mensagem do Coletivo LGBT Aquarela⁸⁹ da UNICAMP (sem menção a curso de origem), compartilhada no *Instagram* em 19 de março de 2021:

Imagem 2.61 – Reunião de recepção - Coletivo Aquarela/UNICAMP



Fonte - Perfil do coletivo no *Instagram*⁹⁰

⁸⁹ Coletivo LGBT Aquarela - Instagram: @coletivo.aquarela - Acesso: 30/03/2021

⁹⁰ Idem

Os coletivos Genis/UNESP⁹¹, Lobas/UNESP⁹² e Minas do IQ/UNICAMP⁹³ também utilizam suas comunidades no *Facebook* e no *Instagram* para informar as/os ingressantes sobre a disponibilidade em apoiá-las/os nas situações de violência de gênero dentro do espaço acadêmico. Inclusive as mensagens tiveram destaque nas imagens de perfil e capa dos coletivos utilizadas na época (Imagens 2.62, 2.63 e 2.64).

O Coletivo Genis dá destaque às frases “Veterano não é dono de caloura!”, “Mexeu com uma, mexeu com todas!” e “Caloura, se precisar de algo pode falar comigo!” As imagens utilizadas nessa composição serão analisadas mais detidamente no Capítulo III.

Imagem 2.62 – Perfil e capa - Coletivo Genis/UNESP



Fonte – Montagem sobre imagens disponíveis na página do coletivo no *Facebook*⁹⁴

O Coletivo Feminista Lobas utiliza o mesmo apelo de acolhimento nas frases que compõem a ilustração de capa de sua página no *Facebook* (Imagem 2.63): “Mexeu com uma caloura, mexeu com todas as veteranas” e “A faculdade é pública, o corpo da mulher, não!”.

Imagem 2.63 – Perfil e capa - Coletivo Feminista Lobas



Fonte – Montagem sobre imagens disponíveis na página do grupo no *Facebook*⁹⁵

⁹¹ Coletivo Genis/USP – Facebook: <https://www.facebook.com/coletivogenis> /Instagram: @coletivogenis – Acesso: 21/04/2020

⁹² Coletivo Feminista Lobas – Facebook: <https://www.facebook.com/coletivofeministalobas> / Instagram: @coletivolobas. Acesso: 01/04/2020.

⁹³ Minas do IQ – Instituto de Química/ UNICAMP. Facebook: <https://www.facebook.com/minasdoiq> Acesso: 01/04/2020.

⁹⁴ Coletivo Genis/USP – Facebook: <https://www.facebook.com/coletivogenis> – Acesso: 21/04/2020.

⁹⁵ Coletivo Feminista Lobas – Facebook: <https://www.facebook.com/coletivofeministalobas> Acesso: 01/04/2020.

O COLETIVO Minas do IQ enfatiza a sororidade na frase de capa: “Não mexe com a minha bixete pois ela não anda sozinha”, como visto na Imagem 2.64:

Imagem 2.64 – Não mexe com a minha bixete – Minas do IQ/UNICAMP



Fonte - Página do coletivo no Facebook⁹⁶

Os coletivos Maria Sem Vergonha⁹⁷, Denegrir⁹⁸ e Saia Debaixo⁹⁹, ligados à EACH – Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP, em *post* do dia 13/04/2021 se reuniram com as/os/es ingressantes na Semana de Recepção de 2021 para também discutir o papel dos coletivos na luta contra as desigualdades na universidade:

Imagem 2.65 – Semana de recepção 2021 – EACH/USP



Fonte – Página do coletivo Saia Debaixo no Instagram¹⁰⁰

⁹⁶ Minas do IQ – Instituto de Química/ UNICAMP. Facebook: <https://www.facebook.com/minasdoiq> Acesso: 01/04/2020.

⁹⁷ Coletiva Maria Sem Vergonha- EACH USP. Instagram: @coletiva_msv Acesso: 29/10/2021

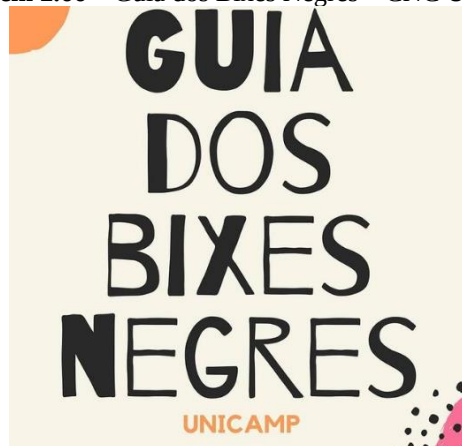
⁹⁸ Coletivo Denegrir - EACH-USP. Instagram: @coletivodenegrir Acesso: 29/10/2021

⁹⁹ Coletivo Saia Debaixo – EACH USP. Instagram: @saiaabaixo coletivo Acesso: 29/10/2021

¹⁰⁰ Idem

No início de 2021, os coletivos negros da UNICAMP - Universidade de Campinas, se uniram de forma remota, por causa da pandemia de coronavírus, e desenvolveram o “Guia dos Bixes Negres”, disponibilizado para calouras, calouros e caloures em *link* privado dos estudantes:

Imagem 2.66 – Guia dos Bixes Negres – CNC Unicamp



Fonte – Página do coletivo no Facebook¹⁰¹

Segundo o texto que acompanha o *post* do NCN - Núcleo de Consciência Negra da Unicamp, compartilhado em 23/03/2021, o objetivo do guia é “apresentar a Unicamp, o processo de conquista das Cotas Raciais, as principais bolsas para estudantes e os coletivos negres da universidade”.

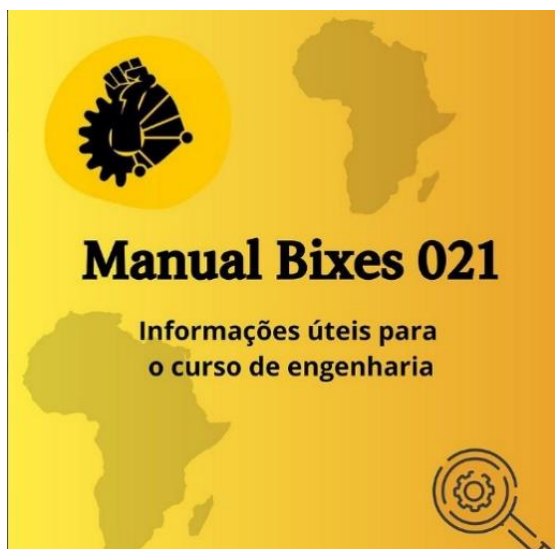
No material "Guia dos Bixes Negres" há descrições sintéticas sobre cada coletivo, contendo informações como a unidade a qual está vinculado, data de criação e uma breve apresentação das entidades. Caso você, caloure, se interesse por alguma, não hesite em entrar em contato e saiba como somar! (NCN, 2021)

Outro manual com instruções para as/os/es ingressantes, principalmente negros, foi criado pelo Coletivo Negro Engenho, ligado aos cursos de Engenharia da UNICAMP. O compartilhamento do material aconteceu em 24/03/2021.

Gostaríamos de parabenizar todes es bixes 021 pela aprovação no vestibular da Unicamp! Nós, enquanto coletivo, entendemos como o acesso às informações sobre oportunidades oferecidas dentro da universidade é mais difícil para alunes negres que muitas vezes chegam nesse ambiente sem uma orientação prévia ou conhecimento sobre a universidade! Então pensamos em organizar um manual com dicas sobre a graduação que gostaríamos de ter ouvido quando chegamos aqui! Esperamos que vocês tenham um ótimo semestre e qualquer dúvida estamos aqui para ajudar! Bem vindes! O manual está disponível na nossa bio #calouros #unicamp #021 #bixosunicamp (COLETIVO NEGRO ENGENHO, 2021).

¹⁰¹ Núcleo de Consciência Negra – UNICAMP. Facebook:
<https://www.facebook.com/NucleoDeConscienciaNegraUnicamp> Acesso: 07/11/2021

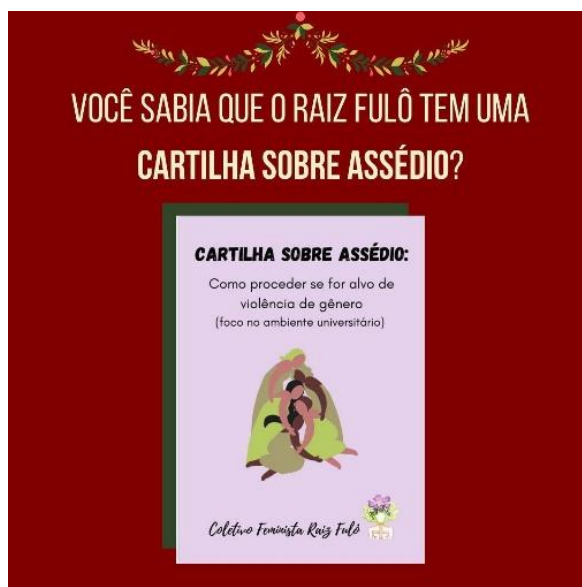
Imagem 2.67 – Manual Bixes 021 – Coletivo Negro Engrenho/ UNICAMP



Fonte – Página do coletivo no Instagram¹⁰²

O Coletivo Feminista Raíz Fulô também criou uma cartilha sobre assédio, com foco no ambiente universitário. Em *post* do *Facebook* e do *Instagram* em 08/12/2020, o grupo compartilhou um *link* para *download* do material.

Imagem 2.68 – Cartilha Assédio – Coletivo Raiz Fulô ESALQ/USP



Fonte – Página do coletivo no *Facebook*¹⁰³

¹⁰² Coletivo Negro Engenho / UNICAMP – Instagram: <https://www.instagram.com/negroengenho/> Acesso: 07/11/2021.

¹⁰³ Coletivo Feminista Raiz Fulô ESALQ/USP. Facebook: <https://www.facebook.com/raizfulo> Acesso: 01/04/2020

3.4 Autoexpressão

Os coletivos universitários se revelam comunidades de autoexpressão, onde os participantes se comunicam de maneira espontânea, provavelmente em consequência do caráter de anonimato das redes, deixando em cada relato expressões de suas subjetividades e experiências. Nos coletivos aqui analisados, de designação feminista e LGBTQIA+ e suas interseccionalidades, se percebe que essa particularidade se torna mais evidente, indo ao encontro da observação feita por Castells (2003, p. 446) de que “mulheres e outros grupos sociais oprimidos parecem tender a se expressar de forma mais aberta devido à proteção do meio eletrônico”.

Como exemplo temos os relatos compartilhados pelas participantes na página da comunidade “Ele é da USP”¹⁰⁴ no *Facebook*. Em sua primeira postagem, em 08 de junho de 2016, o coletivo expressa claramente a que veio: denunciar os abusos cometidos por alunos e professores que se sentem imunes a retaliações porque estão ligados a uma universidade tradicional e bem posicionada nos *rankings* de instituições de ensino superior:

Criada por alunas da USP, a página tem o intuito de expor abusos de quaisquer tipos contra as mulheres da Universidade de São Paulo. O nome foi pensado como uma forma de expor o que a USP realmente é: uma universidade (entre muitas) que tem problemas severos com os abusos provenientes do machismo do dia a dia. (...) TODOS OS RELATOS SERÃO PUBLICADOS ANONIMAMENTE, PARA A SEGURANÇA DE TODAS AS MINAS. Queremos tirar a USP desse pedestal, uma concepção de que as vivências aqui são pacíficas e seguras para as mulheres e para as minorias quando elas NÃO SÃO! Queremos expor tudo o que está por trás dessa frase "ele é da USP". Ser da USP não significa ser é melhor ou mais politizado que ninguém. As meninas dessa universidade estão sujeitas a abusos como em qualquer lugar. Mande seu relato por inbox e nós vamos expor todas as violências que eles praticam contra nós, que normalmente passam despercebidas. TODAS AS MINAS. Não vamos mais nos submeter aos abusos físicos e psicológicos que os "homi" perpetuam. "Mulheres da USP, uni-vos!" (sic) A página não se responsabiliza por eventuais comentários que sejam publicados por terceiros. (ELE É DA USP, 2016)

Nas telas postadas pelo Coletivo Ele é da USP são apresentadas narrativas de alunas de diversos cursos da Universidade de São Paulo sobre as violências de gênero sofridas nos *campi*, e que provavelmente não seriam compartilhadas em uma conversa presencial. Os *posts* (Imagens 2.69, 2.70 e 2.71) trazem relatos de comentários machistas proferidos por colegas e

¹⁰⁴ Ele é da USP. Facebook: https://www.facebook.com/eleedaUSP/?ref=page_internal Acesso: 07/04/2020

professores a respeito do comportamento de alunas ou de suas roupas, além de casos de gordofobia e toques e relações sexuais não consentidas.

Imagens 2.69, 2.70 e 2.71- Relatos – Coletivo Ele é da USP

ELE É DA USP...

e vive soltando comentários machistas sobre as meninas do campus q usam shorts jeans. Quando é um short curto usado por uma gordinha, só diz q está horrível; numa magra, é pq é vadia e depois fica de mimimi reclamando de assédio

ELE É DA USP...

é professor e disse em sala de aula: um estuprador de crianças merece prisão perpétua (que é pior que pena de morte)... Um estuprador de mulher.. aahhhh aí tem que verificar, pq as vzs a mulher só resistiu no começo, mas no fim ela pode acabar gostando

ELE É DA USP...

Fui na casa dele, que me disse que seria uma reunião com alguns amigos dele. Tinha entrado na faculdade fazia pouco tempo, e ele era meu veterano. Depois que as outras pessoas foram embora, ficamos. Queria ficar com ele, mas nada mais, era muito inexperiente sexualmente. Só me lembro de falar não várias e várias vezes, de tentar me livrar e não conseguir. Me lembro depois dele empurrando a minha cabeça, me impedindo de sair, enquanto eu o chupava. Acabei “cedendo”, e transamos. Por muito tempo, pensei que tinha sido consentido.

Fonte - Página do coletivo no Facebook¹⁰⁵

A iniciativa foi recriada por alunas do *campus* de Araraquara da UNESP no coletivo “Ele é da UNESP Araraquara”¹⁰⁶, e por estudantes da UFMG/Universidade Estadual de Minas Gerais - “Ele é da UEMG”¹⁰⁷.

¹⁰⁵ Ele é da USP. Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/eleedaUSP>. Acesso: 26/10/2019.

¹⁰⁶ Ele é da UNESP/Araraquara. Facebook. <https://www.facebook.com/Ele-%C3%A9-da-UNESP-Araraquara-1858976387504410>. Acesso: 26/10/2019.

¹⁰⁷ Ele é da UFMG. Facebook.: <https://www.facebook.com/eleedauemg>. Acesso: 26/10/2019.

O coletivo da UNESP de Araraquara já ressalta na imagem de capa (2.72) criada para sua página no *Facebook* que as agressões não devem ser silenciadas: “Não se calem!”.

Imagem 2.72 – Perfil e capa - Ele é da UNESP/Araraquara



Fonte – Montagem sobre imagens disponíveis na página do grupo no *Facebook*¹⁰⁸

Já o coletivo “Ele é da UFMG” incluiu na capa (Imagem 2.73) de sua página do *Facebook* a frase “Por uma universidade que seja nossa de verdade”, que percebi como uma reivindicação para que a instituição inclua e ouça as demandas das estudantes.

Imagem 2.73 – Capa - Ele é da UFMG



Fonte – Página do grupo no *Facebook*¹⁰⁹

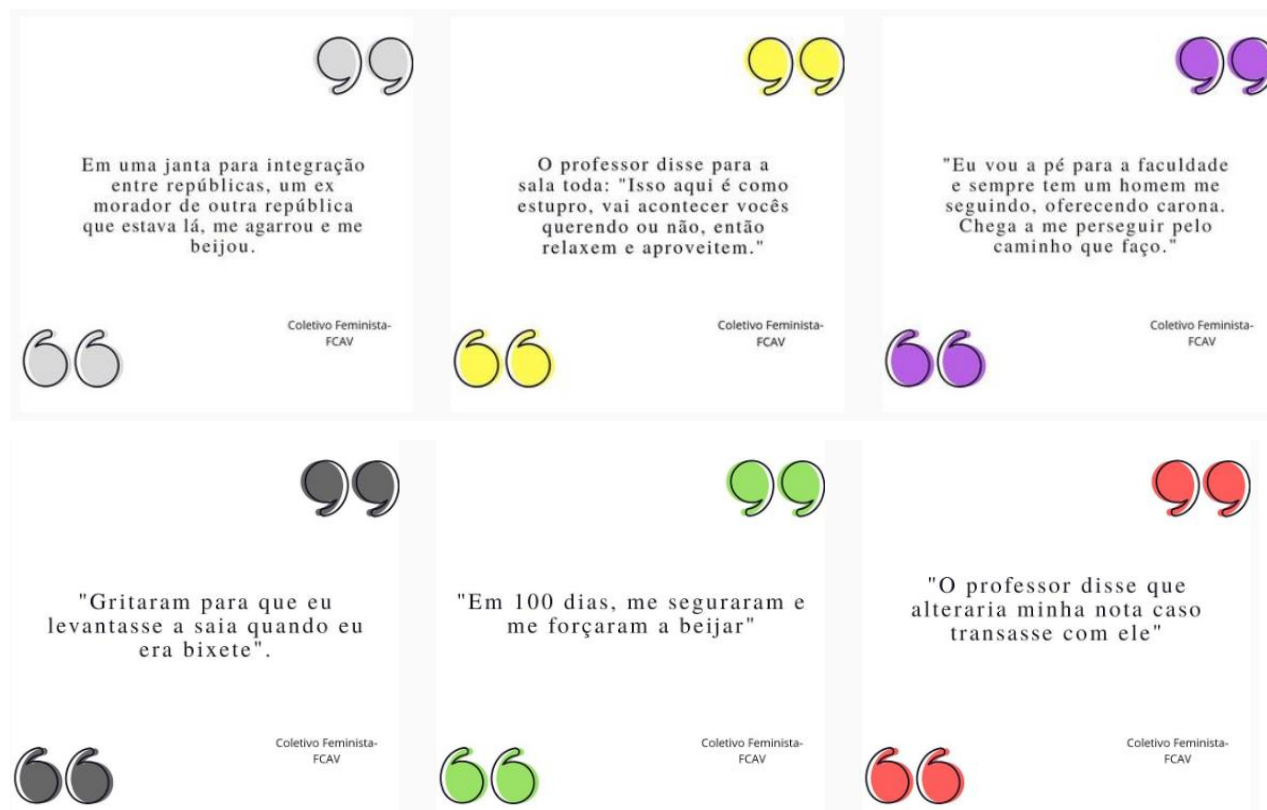
O coletivo Feminista Bertha Lutz, criado por alunas da FCAV – Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinária da UNESP, *campus* Jaboticabal, compartilhou durante os anos de 2018 e 2019, no *Facebook* e no *Instagram*, diversas imagens com relatos de assédio e abusos sexuais envolvendo estudantes do *campus*.

¹⁰⁸ Ele é da UNESP/Araraquara. Facebook: <https://www.facebook.com/Ele-%C3%A9-da-UNESP-Araraquara-1858976387504410>. Acesso: 26/10/2019.

¹⁰⁹ Ele é da UFMG. Facebook: <https://www.facebook.com/eleedaufmg>. Acesso: 26/10/2019.

Como abordado no Capítulo I, infelizmente os agressores são os próprios colegas e professores. Os relatos foram reunidos também na *hashtag* #aconteceunafcav. Alguns desses *posts* compartilho aqui:

Imagens 2.74, 2.75, 2.76, 2.77, 2.78 e 2.79 – Relatos – Coletivo Berta Lutz FCAV/UNESP



Fonte – Página do coletivo no Instagram¹¹⁰

3.5 Espaço de formação alternativa

Assuntos não discutidos em sala de aula – por desconhecimento dos docentes ou engessamento dos currículos - ganham lugar nas reuniões e rodas de conversas promovidas pelos coletivos universitários aqui examinados. Trata-se, principalmente, de reflexões sobre novas perspectivas de temas mais antigos, a exemplo das análises feministas, que ganharam novos vieses a partir dos estudos decoloniais e interseccionais.

¹¹⁰ Coletivo Feminista Bertha Lutz – FCAV/UNESP. Instagram: <https://www.instagram.com/coletivoberthalutz/> / Acesso: 12/12/2021

Discussões que circundam os estudos decoloniais - desigualdade, preconceito e violência de gênero e raça - têm se tornado objeto de preocupação e interesse de participantes dos coletivos universitários, pois trata-se de uma ferramenta para o entendimento das opressões e exclusões vivenciadas no ambiente acadêmico que muitas vezes não têm atenção das instituições.

Mudanças no perfil de estudantes – que hoje dispõem de acesso rápido a novas discussões via material disponibilizado gratuitamente pela *internet* - têm produzido questionamentos sobre a colonialidade, que concretizou o padrão eurocêntrico no imaginário social de todas as regiões dominadas pelo colonizador europeu, e que ainda predomina sobre as referências dos povos colonizados, assim moldando comportamentos, identidades e ideais (QUIJANO, 2005). Nesse sentido, Ribeiro (2019) destaca que o colonialismo, por ser uma estrutura de opressão que privilegia certos grupos em detrimento de outros, além de legitimar a identidade do colonizador também deslegitima as outras, e assim as desigualdades são criadas.

O estudo de questões sobre a colonialidade e a interseccionalidade se torna urgente no contexto universitário, principalmente após a implantação do sistema de cotas, que introduziu indivíduos de classe sociais, gêneros e raças distintas em um ambiente frequentado prioritariamente por pessoas de classe média a alta e brancas. Um lugar que também não poderiam transitar aqueles que porventura assumissem um gênero distinto do binarismo homem/mulher sem ter sua vivência colocada em risco.

Portanto, a inclusão desses estudos nos encontros dos coletivos possibilita uma compreensão mais complexa sobre o sistema de opressão em que se vive na universidade e a discriminação sobreposta que atinge a vivência das/os estudantes. Consequentemente, a iniciativa dos coletivos também ajuda a embasar a luta e as ações dos coletivos pela superação das violências de gênero e interseccionalidades dentro do espaço acadêmico.

Um dos encontros sobre os temas foi organizado pela Coletiva Maria Sem Vergonha¹¹¹, ligada à EACH/ USP, que no dia 28 de julho de 2020 compartilhou em *post* de seu perfil no *Instagram* um texto introdutório sobre o feminismo decolonial:

Durante as próximas postagens selecionaremos conteúdos relacionados a uma perspectiva decolonial. Nesse primeiro post mais introdutório buscamos introduzir vocês ao feminismo decolonial (que será melhor explicado nos próximos posts) uma vertente que busca estudar de forma abrangente todas as relações sociais que permeiam a mulher inserida nessa sociedade extremamente eurocentrada e opressiva. Discutiremos temas como a colonialidade do poder, colonialidade e gênero, a hierarquização racial, e o lugar em que a mulher latina não branca se encontra na sociedade. Vem com a gente!!! (COLETIVA MSV, 2020)

¹¹¹ Coletiva Maria Sem Vergonha EACH/USP. Instagram: @coletiva_msv Acesso: 03/07/2021.

Imagem 2.80 – Feminismo decolonial – Coletiva Maria Sem Vergonha - EACH/USP



Fonte – Página do coletivo no *Instagram*¹¹²

A Frente Feminista Limeira¹¹³ também abordou questões interseccionais em seu grupo de estudos. O conhecimento sobre o tema é importante pois, como abordado anteriormente, a interseccionalidade descortina os efeitos complexos que se colocam quando múltiplos eixos de diferenciação - econômico, político, cultural, psíquico, subjetivo e experiencial - se sobrepõem em determinado contexto histórico (BRAH e PHOENIX, 2010).

Vale ressaltar que as participantes da Frente são alunas do Instituto de Ciências Aplicadas da UNICAMP, que reúne as faculdades de Administração, Gestão, Engenharias, Esporte e Nutrição, cursos que notadamente não incluem disciplinas das Ciências Sociais.

Imagem 2.81 – Grupo de estudos - Frente Feminista Limeira/UNICAMP



Fonte – Página do coletivo no *Facebook*¹¹⁴

¹¹² Idem

¹¹³ Frente Feminista Limeira/UNICAMP - Facebook: <https://www.facebook.com/frentefem> Acesso: 03/07/2021.

¹¹⁴ Idem

O encontro *online* da Frente Feminista Limeira foi divulgado em *post* de 06/05/2021:

Bom dia! Você já sabe do mais novo projeto que a Frente Feminista trouxe para nós? Se não sabe, eu te conto! Acabou de sair do forninho o Grupo de Estudos "Interseccionalizando". [...] O que é o Interseccionalizando? É um espaço criado pela Frente para podermos aprender mais sobre o feminismo pela ótica da mulher negra. Como funciona? Cada semana uma integrante é encarregada de ler um capítulo e discutir sobre ele na reunião. Quem pode participar? Tódes podem participar. É incrível! Coloque nos comentários que tem interesse e iremos te chamar. Quando será? As discussões ocorrerão aos sábados às 14:30. Tem alguma dúvida? Pode me chamar! (FRENTE FEMINISTA LIMEIRA, 2021).

Como se vê na imagem 2.77, a discussão na Frente Feminista Limeira partiu do livro “Quem tem medo do feminismo negro”, de Djamila Ribeiro (2018). A obra parte de 34 artigos escritos pela autora, que tratam de temas que circundam as identidades, os corpos, as vivências e as lutas de mulheres negras, desumanizadas em nossa sociedade. Ribeiro ainda discute a culpa do Estado na exclusão das mulheres negras e traz referências de intelectuais negras para embasar seus argumentos.

A interseccionalidade também foi tema de roda de conversa promovida pelos coletivos Todas as Letras¹¹⁵, Xica Manicongo¹¹⁶ e Coletivo Negro Cláudia¹¹⁷, todos formados por estudantes de Letras da USP. O *post* de 14/04/2021 no *Instagram* explica o conceito a partir da vivência das estudantes, dentro e fora da universidade:

Interseccionalidade (ou teoria interseccional) é o estudo da sobreposição ou intersecção de identidades sociais e sistemas relacionados de opressão, dominação ou discriminação. Uma pauta tão importante e que a cada dia impulsiona a nossa união enquanto indivíduos e movimentos foi o que motivou a calourada independente dos coletivos Todas as Letras (coletivo LGBTQ+ da Letras), Cláudia Silva Ferreira (coletivo negro da Letras) e Xica Manicongo (coletivo intertransvestigênere da USP), para nos conhecermos e falarmos sobre assuntos importantes. O primeiro evento será uma *mesa sobre interseccionalidade*, a fim de discutir sobre as convergências e os desafios dos grupos identitários dentro e fora da universidade. Será neste sábado, dia 17/04, às 19h, pelo Google Meet (COLETIVO NEGRO CLÁUDIA, 2021)

O machismo e suas consequências foi assunto de uma roda de conversa organizada pelas participantes do Coletivo Feminista Marias¹¹⁸, dos cursos de Odontologia e Medicina da USP/Bauru, que discutiram a imposição de trajés específicos para mulheres na sociedade

¹¹⁵ Coletivo Todas as Letras – Letras/USP. Facebook: <https://www.facebook.com/todasasletrascoletivo>. Instagram: @todasasletrascoletivo Acesso: 17/12/2021

¹¹⁶ Coletivo Intertransvestigênere Xica Manicongo – USP. Facebook: <https://www.facebook.com/itgmanicongo> Instagram: <https://www.instagram.com/itgmanicongo/> Acesso: 17/12/2021

¹¹⁷ Coletivo Negro Cláudia – Letras/USP. Instagram: <https://www.instagram.com/coletivonegroclaudia/> Acesso: 24/06/2021.

¹¹⁸ Coletivo Feminista Marias - USP/Bauru. Facebook: <https://www.facebook.com/ColetivoMariasBauru/>. Acesso: 07/03/2021.

patriarcal a partir da leitura de “A dominação masculina”, de Pierre Bourdieu. Possivelmente o tema tem relação com algum tipo de questionamento sobre as roupas das estudantes, já que o *post*, de 19 de dezembro de 2020, traz a seguinte frase: “como quebrar a dominação masculina que está imbricada no nosso inconsciente e nas formas de organização social, como uma normativa de vestimenta para estudantes em aulas teóricas?”. A seguir, o *post* sem edição:

O que há em um código de vestimenta da universidade? No livro "A dominação masculina", o sociólogo Pierre Bourdieu cunha termos como violência simbólica e arbitrário cultural. Neles, o autor discute como a manutenção de um poder se mascara nas relações, se infiltra no nosso pensamento e na nossa concepção de mundo. Assim, posturas são tomadas com base em interesses, preconceitos e opiniões alheias. Então, questionamos: como quebrar a dominação masculina que está imbricada no nosso inconsciente e nas formas de organização social, como uma normativa de vestimenta para estudantes em aulas teóricas? Pensando nisso, o Coletivo Feminista Marias convida a todes para nossa próxima roda de conversa sobre o PREÂMBULO e o capítulo "O SER FEMININO COMO SER-PERCEBIDO" do livro "A dominação masculina" de Pierre Bourdieu. O encontro será no dia 21 de dezembro, às 19 horas. Se interessou? Só mandar um direct pra gente, que no dia mandamos o link da reunião. Nos vemos lá! (COLETIVO FEMINISTA MARIAS, 2020).

Em “A dominação masculina”, escrito em 1998, Pierre Bourdieu (1930-2002) aborda que a diferenciação entre o binarismo homem/mulher, costumeiramente definida como natural entre os sexos, “não é mais que o produto de um trabalho de eternização que compete a instituições interligadas tais como a família, a igreja, a escola”, e que este complexo mecanismo deve ser examinado em sua particularidade histórica.

O autor dá como exemplo uma das características que seriam intrínsecas às mulheres: a intuição. Porém, Bourdieu explica em “A dominação masculina” que a intuição não é uma habilidade natural, mas sim consequência de um comportamento imposto pelos homens: a mulher tornar-se imperceptível. O autor argumenta que a intuição, vista como a habilidade de se prever o que poderá acontecer no futuro, deve-se ao refinamento na observação de sinais não-verbais de outros indivíduos frente à imposição de que as mulheres deveriam se tornar invisíveis na sociedade - não falar, olhar para baixo, não interromper.

Por meio deste exemplo, Bourdieu aponta que a construção da diferença entre o masculino e o feminino se dá através do que denomina “ocultação dos mecanismos básicos de diferenciação”, que naturalizam a dominação masculina sobre a mulher e que é processado através da violência simbólica, um tipo de violência “invisível às suas próprias vítimas e exercida pelas vias mais sutis de dominação” (2018, p. 47).

A violência simbólica se coloca na questão levantada pelo Coletivo Feminista Marias sobre as normas de vestimentas a partir de outra frase contida no *post*: “... o autor discute como

a manutenção de um poder se mascara nas relações, se infiltra no nosso pensamento e na nossa concepção de mundo”. Em outra obra – “O poder simbólico” (1989) – Bourdieu explica que a violência simbólica é construída por sistemas de signos que perpassam as formas de expressão de uma sociedade (sua língua, sua arte, sua religião, etc.), e que carregam as representações da realidade desta determinada sociedade. Portanto, se trata de um instrumento de integração social: “é a partir dos símbolos que uma determinada comunidade linguística, artística, religiosa, entra em consenso acerca dos sentidos e representações que circulam neste meio e que contribuem para a reafirmação e reprodução de ideias e de uma ordem social” (p. 10).

Segundo o autor, os sistemas simbólicos são responsáveis por produções simbólicas que funcionam como instrumentos de dominação, onde o poder se constrói e se revela. Bourdieu parte do princípio de que o sistema simbólico de uma determinada cultura é uma construção social arbitrária, isto é, não é natural. Assim, sua manutenção é fundamental para a perpetuação de uma determinada sociedade, através da interiorização da cultura por todos os membros da mesma. É a ruptura desse processo que, acredito, se fundamenta a roda de conversa do Coletivo Feminista Marias.

Diversos coletivos estudantis baseiam seus encontros de leitura e rodas de conversa em demandas latino-americanas. Em 31 de março de 2021 o Coletivo Feminista Lélia Gonzalez¹¹⁹, criado por alunas do curso de Ciências Sociais da USP, organizou uma mesa de debate a partir da obra “Por um feminismo afrolatinoamericano”, da autora que dá nome ao grupo, como consta do *post*¹²⁰ do *Instagram* compartilhado em 24/03/2021:

SE LIGA NA RESPOSTA dessa mesa de debate! Dia 31/03, às 19h, vamos debater o livro “Por um feminismo afrolatinoamericano”, com a neta de Lélia Gonzalez, a historiadora Melina Lima, representando o projeto Lélia Gonzalez Vive. Além de Melina, também vão compor a mesa a advogada, feminista negra e cofundadora d’A Tenda das Candidatas, Laura Astrolábio, e a graduanda em Saúde Coletiva na UFRJ, articuladora política do Movimento Mulheres Negras Decidem e pesquisadora do Instituto Marielle Franco, Fabiana Pinto. Vocês, simplesmente, não podem perder! Marca aqui o @ da amiga que vai curtir saber de tudo isso! #atendadascandidatas #leliagonzalezvive #nossacausa #mulheresnegrasdecidem #circuitotenda (COLETIVO FEMINISTA LÉLIA GONZALEZ, 2021)

A obra da importante filósofa, antropóloga e política brasileira Lélia Gonzales (1935 - 1994) traz artigos e ensaios onde a autora examina a sexualização da mulher negra, a violência linguística, a mestiçagem e a interseccionalidade. Trata-se de um estudo bastante complexo

¹¹⁹ Coletivo Feminista Lélia Gonzalez – CS/USP <https://www.facebook.com/leliagonzalezcoletivofeminista>
Acesso: 12/03/2021.

¹²⁰ Idem.

sobre a cultura racista brasileira e o papel da população negra em resgatar seus espaços na sociedade, como aponta o objetivo descrito no início do livro:

Nosso empenho, portanto, se dá no sentido de que a sociedade brasileira ao refletir sobre a situação do seguimento negro que dela faz parte (daí a importância de ocupar todos os espaços possíveis para que isso suceda) possa voltar-se sobre si mesma e reconhecer nas suas contradições internas as profundas desigualdades raciais que a caracterizam. Neste sentido, as outras sociedades que também compõem essa região, neste continente chamado América Latina, quase não diferem da sociedade brasileira. E este trabalho, como reflexão de uma das contradições internas do feminismo latino-americano, pretende ser, com suas evidentes limitações, uma modesta contribuição para o seu avanço (depois de tudo, sou feminista) (GONZALES, 2020).

Semanas de estudos que permeiam a questão do gênero são realizadas constantemente pelos coletivos universitários aqui analisados. O Coletivo Feminista Enedina¹²¹, ligado a alunas da EEL - Escola de Engenharia de Lorena da USP, compartilhou em seu perfil no *Instagram* em 08/03/2021 o cronograma de palestras (Imagem 2.78) da “IV Semana Feminista Mulheres de Todos os Tempos”, que trouxe temas como mulheres na história, mulheres e pandemia e perspectivas para o futuro.

Imagem 2.82 – Semana Feminista - Coletivo Feminista Enedina – EEL/USP



Fonte – Perfil do coletivo no *Instagram*¹²²

¹²¹ Coletivo Feminista Enedina – EEL/USP. *Instagram*: <https://www.instagram.com/coletivofeministaenedina/> Acesso: 10/09/2021.

¹²² Idem.

O Coletivo Negro USP/RP¹²³, ligado a estudantes do *campus* de Ribeirão Preto da USP, criou em 31 de março de 2020 a semana acadêmica “III Calourada Preta - É tempo de nos aquilombar”. O evento abordou uma sequência de temas ligados à vivência negra (Imagens 2.83 e 2.84), como “Cuidados com o Cabelo e Ancestralidade”, “Folhas têm Poder! Plantas e os Saberes Ancestrais”, “Masculinidades: Do Homem Africano ao Homem Negro” e “Cosmopercepção Africana”.

Imagens 2.83 e 2.84 – III Calourada Preta - Coletivo Negro USP/RP



Fonte – Perfil do coletivo no *Instagram*¹²⁴

3.6 Apoio a outros coletivos e ações sociais a partir das *hashtags*

Como abordado anteriormente, os coletivos sempre apoiam as lutas uns dos outros e de ativistas de distintas ações sociais, mesmo que não sejam relacionadas às suas universidades. Porém, esse suporte sempre permeia demandas semelhantes. Um exemplo é a ação “Chuva Feminista”, organizada pelo Coletivo Enedina Alves¹²⁵, da EEL/USP, junto ao Coletivo Feminista UFSCar LS¹²⁶ e o Coletivo Feminista Esquadrão das Minas¹²⁷, ambos criados por estudantes do *campus* Lagoa dos Sinos/SP da Universidade Federal de São Carlos/SP.

¹²³ Coletivo Negro USP/RP – Instagram: <https://www.instagram.com/cnegrousprp/> Acesso: 03/01/2022.

¹²⁴ Idem

¹²⁵ Coletivo Enedina Alves - EEL/USP. Facebook: <https://www.facebook.com/coletivofeministaenedina> Acesso: 20/01/2022.

¹²⁶ Coletivo Feminista UFSCar/Lagoa dos Sinos. Facebook: <https://www.facebook.com/feminismoufscarls> Acesso: 20/01/2022.

Imagem 2.85 – Chuva Feminista – Coletivo Enedina A. Marques/USP



Fonte – Perfil do coletivo no Facebook¹²⁸

Em *post* de 04/08/2020, o Coletivo Enedina explica que a proposta da ação foi reunir as demandas e informes de diversos coletivos em um mesmo perfil do *Instagram* a fim de conseguir maior visibilidade e integração:

CHUVA FEMINISTA. O QUE É? O Coletivo Feminista Enedina Alves Marques da EEL-USP quer ampliar e fortalecer a rede de apoio entre coletivos. Queremos aumentar a visibilidade dos coletivos e seu alcance, pra isso queremos fazer a chuva feminina, onde cada coletivo divulga eventos e postagens de outros coletivos, aumentando assim o alcance e divulgação das atividades desenvolvidas por cada coletivo. COMO FUNCIONA? Criaremos um grupo no Instagram com os perfis dos coletivos que desejarem participar, onde cada coletivo poderá enviar seu post que desejar mais engajamento. Os coletivos participantes terão que ajudar curtindo, comentando, compartilhando, salvando e/ou enviando o post. Também criaremos um grupo no *whatsapp* como forma de aproximar os coletivos. REGRAS: Ter respeito e empatia. Seguir todos os coletivos participantes. Ajudar no engajamento sempre que algum coletivo pedir. Os coletivos que tiverem interesse em participar deverão mandar uma mensagem para nós! Podemos contar com vocês nessa corrente? #chuvaefeminista #chuvadesseguidores #sdv #sdvfeminista #feminismo #girlpower #empoderamentofeminino #marketingdigital #trocadelikes #coletivofeminista #coletivolgbt #coletivopreto #coletivouniversitário #usp #unesp #universidade (COLETIVO ENEDINA, 2020)

Para isso, a ação Chuva Feminista utilizou um marcador digital, ou *hashtag*, - #chuvaefeminista - como agregador dos *posts*. Esse recurso é bastante utilizado pelos coletivos universitários aqui analisados quando os *posts* tratam de demandas de interesse de toda a sociedade. As *hashtags* (#), do inglês “tag”, que significa etiqueta, são marcadores digitais

¹²⁸ Coletivo Enedina Alves / EEL/USP. Facebook: <https://www.facebook.com/coletivofeministaenedina>
Acesso: 11/03/2021.

utilizados para a vinculação de uma palavra, frase ou expressão a uma mensagem dirigida a usuários das plataformas digitais que compartilham determinado valor. A tática é direcioná-los a outra página que contenha mais informações relacionadas ao assunto para assim conferir força a uma declaração.

A utilização do símbolo (#) teve início ainda na década de 1980, mas sua utilização nas mobilizações contra a violência de gênero se tornou popular no *Twitter* somente a partir de 2006, quando *#MeToo* foi criada pela ativista de direitos civis Tarana Burke em um *workshop* sobre assédio sexual para meninas negras que viviam em comunidades de baixa renda em Nova Iorque/EUA. A *hashtag* se espalhou pelo país e em 2017 ficou conhecida em todo o mundo depois que a atriz Alyssa Milano pediu em sua conta no *Twitter* que as mulheres usassem o *#MeToo* em 16 de outubro de 2017 como uma manifestação contra as agressões sexuais de Harvey Weinstein, produtor de Hollywood acusado de assédio por várias atrizes.

De acordo com Chandrashekar, Lacroix e Siddiqui (2018, p. 03), até o final do dia mais de 4,7 milhões de usuários das plataformas *Twitter* e *Facebook* usaram a *hashtag* *#MeToo*, em doze milhões de postagens nas primeiras vinte e quatro horas. As autoras afirmam que os comentários das/dos sobreviventes da violência sexual a partir dessa *hashtag* fez com que os problemas relacionados aos assédios sexuais e estupro tomassem outra dimensão:

#MeToo demonstrou muito rapidamente a magnitude do problema da violência sexual (assédio, agressão, estupro, bem como formas mais sutis de abuso de poder) em pessoas de todos os gêneros, classes e idades. Por sua vez, forneceu às sobreviventes de assédio sexual e agressão um espaço para falar e compartilhar suas experiências (2018, pp. 03-04)¹²⁹.

As discussões levantadas pelo *#MeToo* tomaram o mundo e tornaram visível a violência sexual presente em todos os espaços públicos. E, como apontam as autoras, chegou rapidamente aos debates antes submersos sobre a má conduta sexual nas universidades. Nos Estados Unidos, um artigo de uma acadêmica da Universidade de Georgetown escancarou o tema:

Em meio a testemunhos de pessoas que mantiveram o silêncio por vários períodos, o artigo de uma acadêmica sênior da Universidade de Georgetown, Christine Fair, intitulado “*#HimToo: a reckoning* (Buzzfeed, 2017)” marcou uma virada no discurso. Em sua carta aberta aos homens e mulheres que a abusaram, agrediram e / ou assediaram, ela expôs vários conhecidos e poderosos dentro da academia dos Estados Unidos. (CHANDRASHEKAR, LACROIX e SIDDQUI, 2018, p. 05).¹³⁰

¹²⁹ Tradução livre de: “Very quickly *#MeToo* demonstrated the magnitude of the problem of sexual violence (harassment, assault, rape, as well more subtle forms of abuse of power) on people of all genders, classes, and ages. In turn, it provided survivors of sexual harassment and assault a space to speak about and share their experiences”.

¹³⁰ Tradução livre de: “In the midst of testimonies by people who kept their silence for varying periods of time, a senior academic of Georgetown University, Christine Fair’s article titled *#HimToo: A reckoning* (Buzzfeed,

As *hashtags* se configuram como um discurso que já traz em si uma ação, como aponta Santos (2017, p. 68), pois “a descrição e a ação não se separam, isto é, não é só dizer, mas há um fazer nesse dizer, nesse nomear. Trata-se de um ato político que implica consequência”. Um exemplo foi a criação da denominação “feminicídio” para nomear os crimes praticados contra as mulheres pelo fato de serem mulheres.

A palavra - *femicide*, em inglês - foi usada pela primeira vez pela socióloga sul-africana Diana Russel para diferenciar esse tipo de crime dos homicídios em geral. Até então não se tinha um panorama exato sobre as mortes de mulheres, porque ficavam escondidas nas estatísticas junto a todos os outros tipos de homicídios. Na América Latina o termo começou a ser utilizado em 1990, a partir das denúncias de assassinatos de mulheres em Ciudad Juarez, no México (PASINATO, 2011).

Ao mesmo tempo o nomear é uma representação, porque traz em si um significado daquele ato; está carregado de historicidade, deixando visível as subjetividades de quem criou ou utilizou o nome. Para Fairclough (2001, p. 209 apud ARAÚJO e SILVA, 2017), a construção do nome como concretização de uma identidade é reveladora, pois as formas de categorização da subjetividade através da linguagem utilizada por uma sociedade para designar seus membros se mostram aspecto fundamental de seu funcionamento e de como as relações de poder são impostas e exercidas.

Como produtores de textos somos responsáveis pelas escolhas sobre como usar uma palavra e, ainda, como expressar um significado particular por meio de palavras, da mesma forma que como intérpretes é nossa função decidir sobre qual interpretação devemos conferir às escolhas que os produtores fizeram, assim como qual valor atribuir a estas escolhas. (ARAÚJO e SILVA, 2017, p. 96)

Em 2014, depois de uma pesquisa do IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada¹³¹ indicar que grande parte dos homens brasileiros acreditam que mulheres que usam roupas inadequadas merecem ser estupradas, surgiu a *hashtag* #NãoMereçoSerEstuprada. No ano seguinte, #MeuAmigoSecreto chamava mulheres a relatar situações machistas.

Também em 2015, #PrimeiroAssédio convocou mulheres a contarem suas primeiras experiências de assédio. A iniciativa partiu do *blog* feminista *Think Olga*¹³², após uma participante de 12 anos do programa *MasterChef Junior*, da Rede Bandeirantes, ser alvo de

2017) marked a turning point within the discourse. In her open letter to the men and women who abused, assaulted and/or harassed her, she exposed a number of well-known and powerful men within US academia”.

¹³¹ Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=19873 Acesso: 05/04/2020.

¹³² *Think Olga* é uma organização não-governamental de inovação social e sensibilização de direcionamento feminista. Disponível em: <https://thinkolga.com/> Acesso: 05/04/2020.

comentários sexistas nas redes sociais digitais. De acordo com Baptista, Orlandini e Carraro (2020, p. 107),

...o *blog* teve esse episódio como gancho para problematização da temática do assédio, pedindo a suas seguidoras do Twitter que compartilhassem suas experiências utilizando o indexador #PrimeiroAssedio. A campanha chegou aos *trending topics* – lista de assuntos mais comentados na rede social – em apenas um dia após seu lançamento e atingiu a marca de 82 mil postagens em uma semana, inspirando o tema da redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) daquele ano.

Ainda em 2015 o assassinato de Chiara Arroyo, argentina de 14 anos e grávida, por seu namorado de 16 anos, foi o estopim para o movimento #Niunamenos (Nem uma a menos) que se espalhou por toda a América Latina em manifestações contra a violência machista. A *hashtag* foi criada no *Twitter* pela jornalista Marcela Ojeda, ativista do coletivo “Ni una menos”, que atua na promoção de políticas públicas para a igualdade de gênero e justiça para as mulheres argentinas.

#Niunamenos culminou em uma manifestação em frente à Praça do Congresso, em Buenos Aires. De acordo com Lima-Lopes e Gabardo (2018, p. 803) a ação teve repercussão em mais de “200 localidades no país e congregou mais de 200 mil pessoas”, também alcançando Chile, México, Peru, Espanha e Brasil.

Em 2018 foi criada a *hashtag* #casamentoLGBT quando a OAB – Ordem dos Advogados do Brasil recomendou que casais LGBTQIA+ oficializassem sua relação antes de uma possível reviravolta na lei que permite o casamento homoafetivo depois da vitória de Jair Bolsonaro para a presidência. Rapidamente foi formada uma rede de profissionais que trabalhavam com casamentos – produtores de eventos, cabeleireiros, maquiadores, floristas – que se disponibilizaram a atuar gratuitamente para a concretização das cerimônias.

O caso do médico brasileiro que constrangeu uma vendedora no Egito no final de maio de 2021 é exemplar para mostrar como as *hashtags* podem mobilizar grande número de pessoas em uma causa. Em 24 de maio Victor Sorrentino, médico gaúcho então em férias no Egito, postou um vídeo no *Instagram* em que fazia perguntas de duplo sentido a uma vendedora de um bazar turístico. Ela mostrava ao grupo em que estava Sorrentino como é feito o papiro, material usado pelos antigos egípcios para escrever. As imagens do vídeo mostram o brasileiro dizendo à vendedora, entre outras ofensas, que as mulheres “gostam mesmo é do bem duro”, ao que ela fica sem saber o que fazer, pois não entende o idioma.

O vídeo viralizou quando usuários do *Twitter* no Egito e no Brasil iniciaram o compartilhamento da *hashtag* “حاسبوا المتحرش_البرازيلي”, que significa “responsabilize o assediador brasileiro”, criada pela ativista egípcia Gehad Hamdy.

A repercussão começou quando o caso chegou ao conhecimento do ativista LGBT antirracista Antonio Isuperio, morador de Nova Iorque, nos Estados Unidos. Ele recebeu o vídeo de Fabio Iorio, que mora em Londres. A partir daí, Isuperio acionou a rede de mais de 2 mil ativistas mulheres, no Brasil e no Egito, incluindo atrizes e influenciadoras brasileiras. (LIMA, CATTANEO e CHAGAS, 2021)

Logo o movimento chegou ao conhecimento das autoridades policiais do país africano e ao Itamaraty, no Brasil. Sorrentino foi detido pelas autoridades egípcias, e, por se tratar de um estrangeiro, o caso foi analisado duplamente em um tribunal civil e pelas leis religiosas do Egito, por ser a denúncia uma ofensa que pode ser interpretada não só em relação ao gênero da vítima, mas também ao islamismo.

Nos *posts* individuais nas redes sociais digitais muitas vezes vemos o uso aleatório de *hashtags* com a intenção de “entrar na moda”. Porém, nos casos relatados as *hashtags* têm força e relevância na rede: além de congregar indivíduos, também mobilizam grupos sociais que buscam formar redes de ação e acolhimento. Essa é a estratégia dos coletivos universitários contra a violência de gênero aqui examinados, que utilizam as *hashtags* prioritariamente para relacionar o conteúdo dos *posts* a tópicos ou ações relevantes de outros grupos ou organizações.

Em publicação de 18 de maio de 2021 no *Instagram*, o Coletivo Feminista Enedina Alves Marques¹³³, ligado a alunas da Escola de Engenharia de Lorena da USP, utilizou as *hashtags* *#façabonito* e *#dia18demaio* para direcionar os usuários às páginas da Ação Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes:

Desde os anos 2000, 18 de maio é o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescente. Essa data foi escolhida devido ao crime bárbaro conhecido como Caso Araceli, que chocou o país em 1973. Araceli era apenas uma menina de 8 anos, que foi raptada, estuprada e morta por jovens de classe média alta em Vitória (ES). Embora a menina fosse conhecida na região, o caso foi marcado pelo silêncio e falta de aplicação da lei. Se você mesmo perceber ou alguma criança denunciar algum caso a você, tome as providências necessárias. Consulte também a página @Dia18demaio que contém várias informações sobre a campanha Faça Bonito, do combate a esse tipo de violência. Disque 100 e denuncie. Sua ajuda pode mudar a vida de uma pessoa para sempre *#façabonito #dia18demaio* (COLETIVO FEMINISTA ENEDINA ALVES MARQUES, 2021).

O Coletivo Negro Malungo¹³⁴, criado por estudantes da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, em *post* do *Instagram* de 28/06/2021, utilizou *#violenciapolicial* como ferramenta de articulação contra a letalidade da polícia em relação à população negra de bairros

¹³³ Coletivo Enedida Alves Marques. *Instagram*: @coletivofeministaenedina Acesso: 02/07/2021.

¹³⁴ Coletivo Negro Malungo. *Instagram*: @coletivomalungo Acesso: 02/07/2021.

marginalizados. Também foram usadas outras *hashtags*, a exemplo de *#doisestranhos* e *#doisestranhosnetflix*, para levar os usuários à página do curta-metragem “Dois Estranhos”, produzidos pela Netflix, que aborda o tema.

... A população negra e periférica são os principais alvos da brutalidade policial, estruturando o racismo velado que assombra nossa história pela ideia da população negra como pertencente ao crime organizado. A partir disso, as comunidades periféricas são centro de operações policiais facínoras e que são toleradas pela justificativa do combate ao crime e às drogas. O resultado destas são balas perdidas que sempre acertam o alvo. “Oitenta tiros te lembram que existe pele alva e pele alvo” - Ismália, Emicida. Essa truculência não está presente apenas na polícia como instituição, mas também no senso comum de uma sociedade alimentada pelo punitivismo penal e naturalização da violência policial como única forma de controlar o crime. Dessa forma, a polícia acaba servindo como um braço do estado para a estruturação do racismo na sociedade. *#violenciapolicial #doisestranhos #doisestranhosnetflix* (COLETIVO NEGRO MALUNGO, 2021)

A fim de engajar participantes e usuários na luta contra o machismo, o Coletivo Geni¹³⁵, da Faculdade de Medicina/USP, criou as *hashtags* *#TodesContraOMachismo* *#ColetivoFeminista* *#savethedate* *#geni* *#fmusp* *#violenciacontramulher* para a divulgação do curso “Machismo - conhecer para combater” no *Instagram*. O *post* é de 30 de junho de 2021:

... Um evento de diálogo, acolhimento, interpretação e diversidade, em que todos os gêneros, cores, profissões e idades são bem-vindos. Afinal, qual é o limite da violência? Como reconhecer o machismo em mim que precisa de desconstrução? Como reconhecer que sofri um abuso? Que cometi um abuso? A luta contra o machismo e a violência contra a mulher precisa do apoio de todas, todos e TODES! Vem com a gente nessa jornada de empatia e autoconhecimento! Um espaço para homens, mulheres, não bineries e todos os interessados possíveis! Cronograma em breve!! *#TodesContraOMachismo* *#ColetivoFeminista* *#savethedate* *#geni* *#fmusp* *#violenciacontramulher* (COLETIVO GENI, 2021)

Com a mesma estratégia, o Coletivo Feminista Raiz Fulô¹³⁶, ligado à ESALQ/USP, desde 2015 utiliza os marcadores *#AconteceNaESALQ* e *#MasNãoPodeMaisAcontecer* para denunciar atos machistas, homofóbicos, abusos e outras violências no *campus* Piracicaba/SP da Universidade de São Paulo.

As imagens 2.86, 2.87 e 2.88 e o texto abaixo foram compartilhados em *post* de 17/02/2017 na página do coletivo no *Facebook*.

¹³⁵ Coletivo Geni. Disponível em: *Instagram* - @coletivo.geni Acesso: 02/07/2021

¹³⁶ Coletivo Feminista Raiz Fulô - ESALQ/USP. *Facebook*: <https://www.facebook.com/raizfulo> Acesso: 29/03/2022

Imagens 2.86, 2.87 e 2.88 - #AconteceNaESALQ – Raiz Fulô – ESALQ/USP



Fonte – Página do coletivo no Facebook¹³⁷

#AconteceNaESALQ é uma campanha de denúncia de diferentes casos de opressão que acontecem nas festas, nas tradições do trote e no cotidiano, mas que em muitos momentos as pessoas sentem medo de falar. Como forma de dar visibilidade aos acontecimentos e ir contra o silenciamento que estamos sempre propícios a passar, o Coletivo Feminista Raiz Fulô abriu a página para que as denúncias e relatos sejam compartilhados e para que sejam combatidos. Além de escancarar uma realidade muitas vezes naturalizada, a campanha serve para mostrar que estes eventos não são esporádicos e que devemos agir para que essa realidade mude! A campanha não é focada somente no caso de machismo, podendo ter quaisquer tipos de acontecimentos opressores como a LGBTfobia e racismo (COLETIVO RAIZ FULÔ, 2017).

3.7 Agências distintas

Apesar de os coletivos universitários expressarem claramente suas demandas principais em textos e imagens no *Facebook* e no *Instagram*, os grupos são flexíveis em relação às pautas de discussão. Mesmo que não sigam uma agenda permanente e se desloquem dos temas diretamente ligados à vida acadêmica, as discussões dos coletivos também giram em torno de políticas de inclusão, diversidade social, situação política do país e dos contratempos cotidianos que interferem em suas vivências.

¹³⁷ Idem

Exemplos não faltaram na pandemia de Covid-19 entre 2020 e 2021: diversos conteúdos remetiam aos cuidados com a transmissão do vírus, muitos deles abordando o acolhimento emocional àqueles que sofreram com as mudanças comportamentais causadas pelo confinamento. Ainda no início da pandemia, em 20 de maio de 2020, o Coletivo Tarja Preta divulgou em *post* de seu perfil no Instagram chamada para uma roda de conversa sobre o assunto:

A roda tem o intuito de promover apoio emocional para o enfrentamento da COVID-19, não será um atendimento terapêutico, mas sim uma roda de acolhimento. Vai rolar dia 13.06 às 17hs. Um lugar seguro pra se descobrir e conhecer outras pretinhas nesse momento tão difícil. Se inscreve no *forms* para poder participar, corre lá o link tá na *bio*. (COLETIVO TARJA PRETA, 2020)¹³⁸

Em 21 de março de 2021 o coletivo fez um *post* em suas páginas no *Facebook* e no *Instagram* exaltando o trabalho de cientistas e suas rápidas descobertas para conter o vírus, em clara contraposição ao movimento anti-vacina que se espalhou pelo país e o mundo na pandemia de COVID-19:

Máscara feita com substância derivada da casca do camarão que captura e mata o coronavírus presente no ar. Sequenciamento, em apenas 48h depois do primeiro caso no Brasil, do genoma do vírus da COVID-19 que possibilitou o progresso de estudos da vacina. Uma vacina sem agulha, desenvolvida como spray nasal, que é eficaz contra diferentes variantes. Essas descobertas e dezenas de outras pesquisas foram e são realizadas por cientistas brasileiros todos os dias, sendo que 95% da ciência produzida aqui vem das universidades públicas. Tanto no Brasil quanto nos outros países, a ciência tem sido a maior aliada para combater doenças, agindo contra a disseminação delas com estudos que nos auxiliam a entender melhor o mundo que vivemos e o que estamos enfrentando. No *post* de hoje vamos falar sobre como cientistas estão nos ajudando a combater esse momento difícil e o quanto anos de estudos, investimento e valorização são a nossa solução para diversos problemas em nossa sociedade (TARJA PRETA, 2021)

A campanha para a vacinação contra a COVID-19 contou com uma série de seis telas (Imagens 2.89, 2.90, 2.91, 2.92, 2.93 e 2.94) em formato carrossel com informações sobre a importância das vacinas. Os *posts* ressaltavam que esse sistema de imunização é seguro, pois parte de métodos científicos controlados, e que a ciência é o único meio de gerar os conhecimentos que permeiam nosso cotidiano. São utilizadas figuras para ilustrar as telas: um *emoji* para representar a curiosidade causada pelo tema, uma equipe que realiza um experimento, uma aluna que se alegra com as descobertas e um cientista que fala sobre a

¹³⁸ Coletivo Tarja Preta – Facebook: <https://www.facebook.com/tarjapretausp/> / Instagram - @tarjapreta_usp. Acesso: 10/04/2021

confiabilidade que se deve depositar na ciência. A tática torna os *posts* mais lúdicos, permitindo, assim, que o receptor se mantenha atento. Acredito que esse teor didático tenha relação com o descrédito que a vacina foi alvo por parte da população, ideia impulsionada por comentários nesse sentido vindos de parte do governo brasileiro.

Imagens 2.89, 2.90, 2.91, 2.92, 2.93 e 2.94 – Carrossel Ciência - Coletivo Tarja Preta/USP



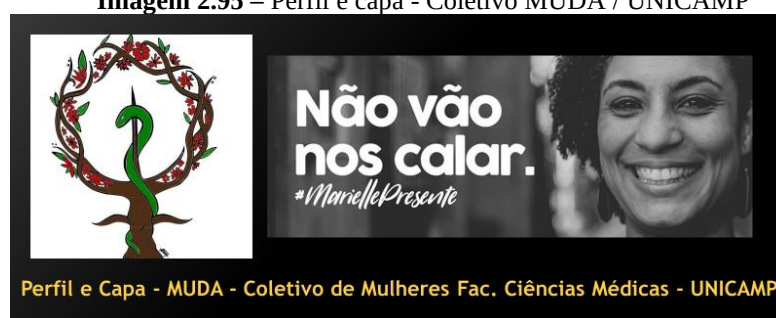
Fonte - Página do Coletivo Tarja Preta no Facebook¹³⁹

¹³⁹ Coletivo Tarja Preta – Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/tarjapretausp> /Acesso: 10/04/2021

Outro exemplo do engajamento às demandas da sociedade é a imagem de capa do Coletivo MUDA – Coletivo de Mulheres da Faculdade de Ciências Médicas da UNICAMP. Trata-se de uma montagem feita com uma fotografia da socióloga, vereadora, feminista e ativista dos direitos humanos Marielle Franco (Marielle Francisco da Silva), assassinada em 14 de março de 2018 na cidade do Rio de Janeiro.

A montagem com a foto de Marielle (Imagem 2.95) foi postada em 18 de março de 2018, quatro dias após seu assassinato, como homenagem à ativista envolvida na luta pelos direitos das mulheres e como uma exigência à solução do caso.

Imagem 2.95 – Perfil e capa - Coletivo MUDA / UNICAMP



Fonte - Página do coletivo no Facebook¹⁴⁰

Desde 2018 a morte de Marielle Franco foi abordada por vários coletivos, principalmente os feministas, que se manifestam pedindo uma rápida apuração do caso, a exemplo do Coletivo Maria Sem Vergonha¹⁴¹, ligado à EACH/USP, em *post* compartilhado em 14/03/2021.

Imagem 2.96 – Marielle – Coletiva MSV - EACH/USP



Fonte – Perfil do coletivo no Instagram¹⁴²

¹⁴⁰ MUDA – Coletivo de Mulheres da Fac. Ciências Médicas da UNICAMP – Facebook: <https://www.facebook.com/MUDAunicamp> Acesso: 27/10/2020.

¹⁴¹ Coletivo Maria Sem Vergonha / EACH-USP. Instagram: @coletiva_msv/ Acesso: 08/11/2021.

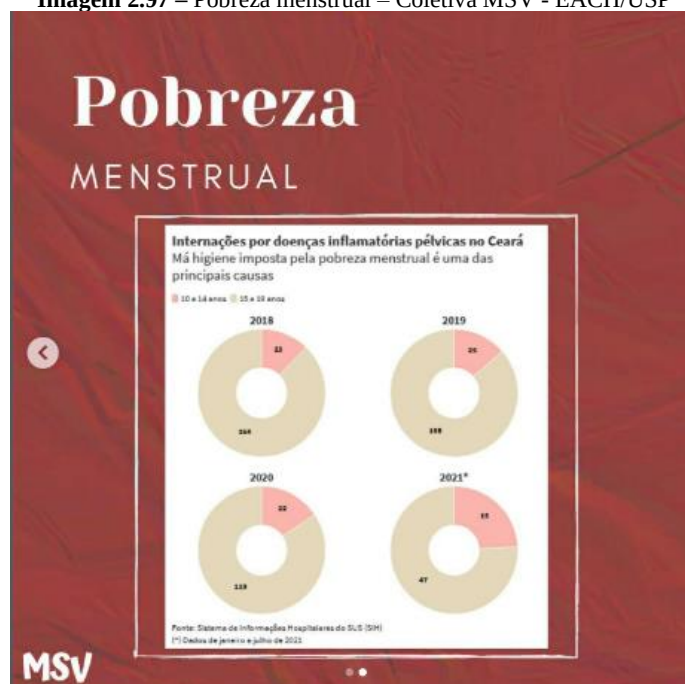
¹⁴² Idem

A pobreza menstrual que atinge mulheres e meninas no país se tornou tema de intenso debate a partir de 2021. A falta de políticas públicas que leva à precarização da vida feminina no Brasil foi assunto de outro *post* da Coletiva Maria Sem Vergonha¹⁴³:

Olá Marias! A pobreza menstrual está relacionada a impossibilidade de acesso à itens básicos de higiene durante o período menstrual, dentre vários motivos, principalmente atrelados à falta de dinheiro e acesso a informação atinge muitas pessoas em todo o Brasil. As políticas públicas inexistentes, revelam a precarização da qualidade de vida e saúde de pessoas que menstruam. [...]Recentemente, mais um retrocesso no que tange os direitos de menstruantes: Bolsonaro vetou o projeto de lei que propunha a distribuição de absorventes para estudantes de baixa renda de escolas públicas e pessoas em situação de rua ou de vulnerabilidade extrema. Nós da coletiva MSV reiteramos a importância de reacender e trazer à tona o debate sobre a garantia de acesso à produtos menstruais, cobrando por mudanças e promoção de políticas nesse sentido. #pobrezamenstrual #direitoshumanos #saudedamulher #menstruação (COLETIVA MSV, 2021)

No mesmo *post* a Coletiva MSV compartilhou uma imagem que traz informações sobre a situação de meninas e mulheres no estado do Ceará, segundo dados de janeiro a julho de 2021 divulgados pelo Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH): "Em 2018, o Ceará somou 187 internações por doenças inflamatórias pélvicas na faixa etária de 10 a 19 anos. Um dos motivos, como alertam ginecologistas, é o uso de alternativas ao absorvente – como papel higiênico, panos e até jornal" (COLETIVA MSV, 2021).

Imagem 2.97 – Pobreza menstrual – Coletiva MSV - EACH/USP



Fonte – Perfil do coletivo no Instagram¹⁴⁴

¹⁴³ Idem

¹⁴⁴ Idem

3.8 Abrangência global

As comunidades virtuais *online*, como as plataformas *Facebook* e *Instagram*, fazem uma dissociação entre localidade e sociabilidade, pois é um modelo de relação social que substitui formas de interação limitadas territorialmente, abrindo, assim, oportunidades de integração e envolvimento ativo a todos, que mesmo distantes podem ter acesso a diferentes experiências.

Apesar de não se tratar de uma característica exclusiva dos coletivos universitários digitais, a possibilidade de obter uma maior amplitude às suas demandas é de especial relevância para a luta contra a violência de gênero e suas interseccionalidades na universidade. Destaco aqui o surgimento do Coletivo Ele é da USP no *Facebook*, que, como abordado anteriormente (Item 3.4 - Autoexpressão, p. 156), impulsionou a criação de outros grupos que perceberam a importância de dar mais visibilidade aos episódios de assédio, abuso sexual e discriminação racial vividos no espaço acadêmico, caso dos coletivos Ele é da UNESP Araraquara e Ele é da UFMG.

Além disso, a abrangência global das redes sociais digitais onde os coletivos fazem suas postagens - *Facebook* e *Instagram* – têm potencial para sensibilizar outros usuários que não somente seus participantes ativos, seja por indicação de um ativista a outro, seja pelo sistema baseado em algoritmos, que leva até os usuários – dos mais variados locais - informações que possam ser úteis a partir do consumo do mesmo tipo de assunto.

Entre eles estão os simpatizantes das causas defendidas pelos coletivos, mas que não têm relação com as universidades. Assim, o maior alcance também proporciona a introdução de novas pautas de discussão, sugeridas por ativistas de outros lugares, o que traz para o grupo experiências de outras vivências. Desse modo, como aponta Gohn (2013), potencializam-se “movimentos de intersubjetividade” a partir de discursos que poderão gerar novas propostas de atuação.

A atuação *online* também pode ampliar a adesão de indivíduos que normalmente não se envolveriam com o ativismo social e político. A relevância da abrangência global repousa, portanto, no sentido de que quanto maior o contingente de debatedores, maior será a diversidade de opiniões e novas ideias para combater a violência nas universidades.

3.9 Uso de diversos formatos de expressão

Os coletivos em redes sociais digitais têm a sua disposição formatos diversos de expressão: textos escritos, ilustrações, fotografias, animações gráficas e vídeos, que podem ser criados por seus próprios membros ou compartilhados de outras fontes. Porém, nos grupos aqui analisados existe a prevalência de ilustrações, já que são fáceis de serem produzidas por aplicativos de *design* gráfico, a exemplo do *Canva*¹⁴⁵ e do *Adobe Spark*¹⁴⁶, e porque garantem mais exposição dos temas. A observação vai ao encontro da afirmação de Lins (2021, p. 98), de que no cenário digital “trocam-se freneticamente fotos, memes, *emojis*”.

Alguns coletivos compartilham vídeos com gravações de debates e seminários, ou, em menor proporção, peças originais gravadas e editadas de forma amadora pelas/os próprias/os participantes. A razão do baixo número é que o vídeo é um formato “pesado”, jargão técnico para denominar peças de áudio e vídeo que ocupam grande espaço em sua faixa de transmissão de sinais eletromagnéticos, o que costuma travar as imagens e/ou os sons.

As ilustrações costumam ser utilizadas pelos coletivos tanto para suas páginas no *Facebook* quanto para seus perfis no *Instagram*. Porém, alguns deles, como o Aquarela/UNICAMP e o Coletiva Maria Sem Vergonha/USP não fazem uso desse recurso: das imagens postadas no *Instagram*, muitas são distintas daquelas postadas no *Facebook*, que tem menos *posts*. Acredito que o ato seja consequência de uma maior afluência de usuários ao *Instagram*, uma plataforma mais atual e mais utilizada pelos jovens que o *Facebook*.

O Coletivo Tarja Preta¹⁴⁷ é um dos únicos que publica vídeos próprios em suas redes sociais. Desde sua criação, em 02 de junho de 2020, até 27 de março de 2021, seis peças foram postadas, além de uma transmissão pela plataforma *Stream Yard*, gravada e disponibilizada nas páginas do coletivo no *Instagram* e no *Facebook*. São vídeos simples, constando apenas de uma edição das falas de um ou mais componentes.

Na postagem de 14 de março de 2021, em vídeo de 1’37”, a participante denominada @cibaz discorre sobre afrofetividade: sobre “a importância de ‘afrocentrar’ afetos de qualquer natureza”, pedindo para que os seguidores da comunidade fizessem comentários.

¹⁴⁵ *Canva* é uma plataforma *online* de design gráfico que permite aos usuários criar layouts para posts, gráficos e infográficos, apresentações e outros conteúdos visuais, a partir de imagens e fontes disponíveis gratuitamente ou pagas.

¹⁴⁶ *Adobe Spark* é uma plataforma *online* de design gráfico desenvolvido para usuários que não dominam as ferramentas mais avançadas. Gratuito, permite a criação de imagens, flyers, posts para redes sociais, layouts para sites e blogs, slideshows e vídeos.

¹⁴⁷ Coletivo Tarja Preta / USP. Facebook: <https://www.facebook.com/tarjapretausp> Acesso: 20/03/2021

Imagem 2.98 - Vídeo Afroafetividade - Tarja Preta/USP



Fonte – Página do coletivo no Facebook¹⁴⁸

De acordo com o psicólogo Paulo Gonzaga (2020), colunista do *site* Negre¹⁴⁹ a afroafetividade é um movimento que visa desconstruir o que o autor denomina “auto-ódio”, a falta de amor-próprio de negros/pretos produzida pela escravidão. Para o autor, a ruptura histórica com os ancestrais produziu diversos traumas e se tornou um instrumento de perpetuação e retroalimentação do racismo, pois violenta os corpos dos indivíduos e afeta as relações de afeto e amor.

Quem é preto e preta sabe como é complexo viver em uma estrutura antipreto/a, branca e violenta. Crescemos com referências brancas e na grande maioria das vezes, queremos ser Paqueta, Barbie, Ken, Super-Homem ou qualquer pessoa branca que vestisse a pele da humanidade. É difícil querer ser quem somos, pois desde a infância aprendemos a nos odiar, odiar nossos cabelos, nosso nariz, nossa pele, nossa boca, nosso corpo, nossa forma de falar e nossa cultura. Na ânsia de encontrar o amor (muitas vezes esse amor idealizado dos contos de fadas e filmes), vemos o branco como um ideal de ser no mundo, a estética valorizada, o símbolo do homem bem-sucedido e poderoso (GONZAGA, 2020)

Gonzaga expõe em seu comentário que a branquitude como modelo de existir anulou, por séculos, a expressividade de ser negro e de sua ancestralidade, porém, o que percebi nessa pesquisa é que ela agora é reclamada por seus descendentes nos coletivos universitários. Em textos e em forma de imagens, como as analisadas no próximo capítulo.

¹⁴⁸ Idem

¹⁴⁹ Negre: <https://negre.com.br> Acesso: 20/03/2021.

CAPÍTULO III

DAS DEMANDAS ÀS IMAGENS – DECOLONIZANDO O OLHAR

Conceituar o termo imagem é tarefa complexa, pois, ao envolver um acúmulo de experiências nas esferas culturais, sociais, imaginárias e técnicas, uma única definição não alcança todas os entendimentos. Para Joly (2012, p. 38), o ponto comum entre as várias definições de imagem é a analogia: “material ou imaterial, visual ou não, natural ou fabricada, uma imagem é, antes de mais nada, algo que se assemelha a outra coisa”. Segundo a autora, ao se colocar nesse denominador comum da analogia, a imagem passa a ser uma representação, pois, não sendo o próprio objeto, som, pessoa ou ideia, sua função é evocar, lembrar, rememorar ou colocar outro em seu lugar, utilizando o processo de semelhança.

1. Imagem como representação social

Utilizando a definição de Hall (2016), uma representação social é o produto em forma de imagens, sons ou textos verbais de um processo de construção de significados de determinada cultura. Trata-se, portanto, de um conjunto de ideias e crenças que representam pessoas, grupos, comunidades ou acontecimentos. Para o autor, mais objetivamente, uma representação é a materialização de uma interpretação.

Nesse sentido, nosso objeto de estudo - as imagens compartilhadas pelos coletivos universitários no *Facebook* e no *Instagram* - podem ser consideradas representações das vivências e demandas desses grupos. Citando Mitchell (2009), Schwarcz aponta que o termo representação envolve concepções políticas, sociológicas, semióticas e estéticas, “incluindo-se em seu escopo cultura política, sistema de intercâmbios e transferência de valores, imaginários utópicos e realidades pragmáticas” (2014, p. 393).

Para a autora, existe uma relação estreita entre imagens e contexto social, “mais ativa do que passiva”, já que, não se restringindo a ser somente registros de um momento, as imagens são capazes de criar, formar e selecionar percepções coletivas. Nesse sentido, compreende-se que imagens devem ser analisadas a partir do contexto social onde ocorreu sua produção, sob o

ponto de vista do momento em que foram criadas. Para Schwarcz (2014, p. 394), “imagens tem autoria, tempo e agência”.

Por esses motivos, nessa pesquisa as representações contidas nas imagens compartilhadas pelos coletivos universitários são analisadas a partir da Teoria das Representações Sociais (TRS), definida pelo psicólogo romeno Sergei Moscovici (2003) em vasta obra que permeia tanto a psicologia quanto o campo da sociologia do conhecimento. A abordagem da TRS parte da ideia de que os saberes construídos socialmente dialogam com a memória e a identidade social de tempos e espaços específicos.

Aqui se parte de uma das vertentes da TRS denominada “grande teoria”, que segue a linha de estudos de Moscovici e atualmente tem como referência a filósofa e cientista social francesa Denise Jodelet (2001). Nessa linha, as representações sociais são entendidas como a materialização das referências de indivíduos assimiladas em suas vivências sociais; e tem função fundamental na constituição da identidade dos sujeitos, orientando seus comportamentos sociais. Moscovici (2003) ressalta esse papel ao afirmar que as representações também têm o poder de controlar o mundo social.

Hall (2016, p. 82) reafirma a representação como um ato político, pois, ao representar algo a alguém se pode dar voz a quem não a tem, e, para o autor, “não ter voz ou não se ver representado pode significar nada menos que opressão existencial”. Por isso, nessa análise a desconstrução das representações a partir das quais a violência de gênero e interseccionalidades na universidade se expressa se torna uma tarefa primordial à medida que pode descortinar sentidos que à primeira vista estão escondidos, mas que se examinados em profundidade podem levar a um conhecimento mais denso sobre as angústias e subjetividades da vivência universitária e a um reposicionamento nas relações de poder.

1.1 Representação e linguagem

O ato de representar é construído e compartilhado em uma sociedade a partir da linguagem, definida como qualquer sistema que emprega signos para produzir sentido, isto é, palavras, sons e imagens, ideias e sensações. Portanto, a linguagem se torna um repositório de valores e significados culturais em que o sentido é produzido e compartilhado.

Os signos que constroem as imagens, objeto dessa pesquisa, são chamados de signos icônicos, ou seja, são representações que carregam em suas formas uma certa semelhança com o objeto, como afirma Hall (2016, p. 40). O autor se refere a “certa semelhança” porque o sentido não está verdadeiramente na imagem em si, mas naquilo que se apreende dela: “o

sentido não é inerente às coisas, ao mundo. Ele é construído, produzido, é o resultado de uma prática significativa – uma prática que produz sentido, que faz os objetos significarem” (HALL, 2016, P. 46).

Como qualquer código, a linguagem visual é um produto social, mediado por ideologias, tecnologias, hábitos e costumes. Assim, ao analisar uma imagem também se deve considerar o contexto histórico-social-tecnológico em que foi construída, pois os discursos refletem a visão de mundo de quem o criou e da sociedade em que está inserido. Portanto, o processo de construção da significação se dá através da vinculação da linguagem com a história.

Para os signos adquirirem significado seu receptor deve compartilhar do mesmo código de quem os criou, ou seja, deve compreender a linguagem em que foram produzidos. Mas mesmo assim o processo de interpretação de uma mensagem, seja ela verbal ou não-verbal, não é fechado, não é totalmente controlado pela fonte produtora, pois também depende das mediações que atravessam o entendimento de seu interlocutor.

Porém, seguimos o entendimento de Hall (2016) de que indivíduos que pertencem a uma mesma cultura compartilham, em grande parte, de um mesmo “mapa conceitual”, como o autor denomina o conjunto de sentidos produzidos por uma denominada cultura. Nessa pesquisa se infere que os coletivos universitários são produtores simbólicos que compartilham um repertório próximo ao de seus seguidores, pois seus membros têm uma vivência social parecida, pois a maioria deles é de uma mesma geração e faz parte de uma mesma cultura, pelo menos durante um período do dia, já que frequentam os mesmos cursos e as mesmas universidades.

Imagens não se revelam somente naquilo que chamamos de “conteúdo”, ou seja, no que podemos apreender de imediato por seu conjunto, pois constroem-se também através da estruturação da “forma”, ou seja, dos diversos elementos significativos que fazem parte da linguagem visual. Notadamente complexa, a linguagem visual é definida a partir de uma rede de relações entre signos de diferentes categorias: signos icônicos (a imagem em si), signos plásticos (cores, formas, composição interna ou textura) e muitas vezes signos linguísticos (linguagem verbal – texto e legendas).

Como comenta Joly (2012, p. 38) é a interação entre esses signos que produz o sentido que aprendemos a decifrar, mas que na maioria das vezes não são percebidos conscientemente. É a partir da escolha de cada um desses elementos, daquilo que se deseja revelar ou esconder, que a construção narrativa visual apresenta a seus receptores concepções ideológicas, por isso a análise das representações construídas pelos coletivos universitários em imagens compartilhadas nas redes sociais deve passar pelo exame minucioso da linguagem visual.

1.2 Imaginário, mídia e tecnologia

As representações visuais que circulam em dada sociedade fazem parte do que chamamos imaginário visual. Para Durand (1999) o imaginário é uma espécie de “museu” de representações, um espaço onde habitam imagens e sentidos que conectam o indivíduo a seu mundo. O imaginário visual não é fixo, e sim dinâmico, pois é influenciado continuamente pelo social, pelas marcas da história, que não é feita somente sobre acontecimentos que envolveram indivíduos, mas também sobre representações visuais compartilhadas pelos grupos sociais aos quais pertencemos, como a família, a igreja, a escola, etc.

Além dessas instituições mediadoras, se deve atentar para a importância da mídia na construção do imaginário visual, pois reiteradamente os meios de comunicação constroem e fazem circular globalmente uma vastidão de representações, que têm tanto ou mais poder de construir identidades que outras mediações. No cenário midiático contemporâneo, as narrativas – sejam elas verbais ou não verbais -, carregam representações que, ao serem veiculadas à exaustão, condicionam comportamentos, formas de falar, pensar e vestir, assim contribuindo para o reforço de preconceitos de raça, gênero, classe social, etc.

Representações midiáticas são discursos que atendem aos interesses do poder econômico, hierarquizando o que deve ser visto ou pensado. Se até anos atrás a mídia ateu-se primordialmente às representações centradas no padrão eurocêntrico branco-heterossexual-classe média, hoje vemos alguma mudança com a inserção de personagens ou pautas dos movimentos negro, indígena, feminista e LGBTQIA+, além de discussões sobre multiculturalidade.

Porém, esses novos olhares não trazem rupturas radicais nas representações, não apresentam verdadeiras ressignificações, já que a motivação da mídia não é o desprendimento ao poder ou a adesão à consciência social, mas sim o interesse em se aproximar do público espectador/consumidor, principalmente jovens, um tanto mais aberto a questões de diversidade e representatividade, por isso menos afeito às representações tradicionais.

Essa “mudança” nas representações podem ser vistas e ouvidas diariamente em todas as plataformas midiáticas e em todos os gêneros narrativos, da ficção ao jornalismo ou à publicidade. No jornalismo temos o exemplo da repórter Maria Julia Coutinho, que em 2019 se tornou a primeira mulher negra a apresentar o Jornal Nacional, da Rede Globo, e que atualmente divide a apresentação do programa dominical Fantástico, da mesma emissora, com Poliana Abritta, uma jornalista branca.

O fato foi aplaudido por parte da sociedade brasileira, mas isso não teria acontecido se alguns grupos, como os movimento negro, não tivesse “pedido” mais diversidade. As mídias alternativas também são importantes fatores de pressão nas pautas da mídia hegemônica. Essa situação vai ao encontro da síntese de Aumont (2012, p. 81): “o espectador constrói a imagem, a imagem constrói o espectador”.

Como ponto positivo, ao construir uma nova representação do repórter, a figura de Maria Julia no telejornal de maior audiência do país ajuda a desconstruir a representação hegemônica – mulher branca. Muitas garotas negras postam em redes sociais digitais que agora têm uma referência profissional, pois antes não se permitiam ver como uma repórter televisiva, já que até pouco tempo somente existiam jornalistas brancas no veículo.

O caso do gênero também é exemplar, pois, de acordo com Joan Scott (1995, p. 86) trata-se de uma forma primária de dar significado a relações de poder e diferenças entre os sexos. Seja na publicidade, no cinema, na televisão, nas redes sociais ou em revistas e jornais, a mídia hegemônica apresenta performances pautadas no padrão binário, assim criando fronteiras de gênero ao separar o que é ser homem do que é ser mulher. Suas representações de comportamentos e emoções adequados ao masculino ou ao feminino fazem com que aqueles que não se encaixam no padrão binário não se sintam seguros em reivindicar sua subjetividade.

O impacto das tecnologias midiáticas também é um elemento que não pode ser desprezado na análise de representações sociais visuais. Culturas, e, conseqüentemente, as representações, são transformadas por técnicas que deixam de ser meramente instrumentais e se convertem em estruturas fundamentais de circulação de sentidos. Como adverte Martin-Barbero (2014, p. 25), a tecnologia não remete somente à novidade dos aparatos, mas também “a novos modos de percepção e de linguagem, a novas sensibilidades e escrituras”.

Nesse sentido também segue Maffesoli (2001, p. 69) ao alertar que o imaginário visual é alimentado por tecnologias: “a construção dos saberes passa por imagens, ópticas, máquinas que veem aquilo que o olho humano nunca verá [...] por isso é fundamental ponderar o modo como os aparelhos de visão orientam a construção dos olhares e, portanto, das ideias”.

Quando Aumont (2012, p. 272) conceitua imagem como “um objeto produzido pela mão do homem, em um determinado dispositivo, e sempre para transmitir a seu espectador, sob forma simbolizada, um discurso sobre o mundo real”, o autor também não deixa escapar a importância da tecnologia na construção do discurso visual, isto é, na interferência dos dispositivos técnicos no modo como as imagens são criadas por seus autores e lidas por seus receptores. O uso de cores e linhas, a composição no quadro, os efeitos visuais, as tendências em materiais, os tipos de iluminação, etc., são intervenções decisivas na produção de sentido,

pois como elementos ligados ao tempo social em que foram feitos os registros visuais, contribuem para qualificar determinadas visões de mundo.

Um exemplo de dispositivo técnico que solidificou os sentidos sobre a primazia da branquitude é o Protocolo Shirley ou Shirley Cards, ferramenta utilizada no balanceamento de cores nas películas fotográficas no período entre 1950 e 1980. Os Shirley Cards se baseavam no tom de pele da modelo Shirley Page, uma mulher branca, para corrigir as cores no acetato.

O “equilíbrio da cor da pele” na impressão de fotografias estáticas refere-se historicamente a um processo em que um cartão de referência de norma mostrando uma mulher “caucasiana” usando um vestido colorido e de alto contraste, é usado como base para medir e calibrar o tons de pele na fotografia que está sendo impressa. Os tons de pele claros dessa mulher - chamada “Shirley” – [...] tem sido o padrão ideal de pele reconhecido para maioria dos laboratórios fotográficos analógicos norte-americanos desde o início do século XX e continuam a funcionar como a norma dominante¹ (ROTH, 2009, p. 112).

Roth (2009) ilustra seu texto com exemplos de Cartões Shirley amplamente utilizados na maioria dos laboratórios fotográficos analógicos norte-americanos até recentemente:

Imagem 3.01 – Cartões Shirley



Fonte – Roth (2009, p. 113)²

¹ Tradução livre de: “Skin-colour balance” in still photography printing refers historically to a process in which a norm reference card showing a “Caucasian” woman wearing a Colourful, high-contrast dress is used as a basis for measuring and calibrating the skin tones on the photograph being printed. The light skin tones of these women - named “Shirley” [...] - have been the recognized skin ideal standard for most North American analogue photo labs since the early part of the twentieth century and they continue to function as the dominant norm”.

² ROTH, Lorna. Looking at Shirley, the Ultimate Norm: Colour Balance, Image Technologies, and Cognitive Equity. Canadian Journal of Communication, v. 34, n. 1, 2009. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/e5e1/3351c49ae30baffe7339d085ed870b022e75.pdf> Acesso: 03/11/2021.

Porém, a aplicação desse padrão apagava ou escurecia os tons marrons, pretos e avermelhados no processo de revelação. Desse modo, em uma imagem que também aparecessem pessoas negras, o protocolo escurecia suas peles a ponto de os rostos deixarem de ser visíveis. Esse processo foi modificado somente na década de 1990, com a inclusão de várias “Shirleys”: a negra, a latina, a oriental e a indígena.

O novo processo digital melhorou o sistema de balanceamento e permitiu a captação e reprodução de diversos tons, aposentando os Shirley Cards. Todavia, a visão do homem branco sobre a cor das diversas etnias que deveriam ser as “reais” se impôs, e as nuances cromáticas dessas peles continuaram a ser descartadas.

O Coletivo Poli Negra³, ligado a estudantes da Escola Politécnica da USP, compartilhou um *post* sobre o assunto em 15/11/2021 a fim de divulgar uma palestra na IV Semana de Consciência Negra, promovida pelos cursos de engenharia que integram a Poli.

Imagem 3.02 - Protocolo Shirley – Poli Negra



Fonte – Página do coletivo no Facebook⁴

Em texto que acompanha a imagem o coletivo alerta que casos de racismo e discriminação são continuamente reforçados pela linguagem verbal, mas também podem ser ressaltados por tecnologias como os Shirley Cards:

Cotidianamente vemos casos e notícias de pessoas reproduzindo comportamentos racistas de nossa sociedade, seja ativamente através da violência verbal ou física, seja passivamente ao contribuir com a manutenção de vocabulários de cunho racista como “denegrir” e “criado-mudo”. No entanto, é possível que, além das pessoas, as tecnologias possam ser racistas de alguma maneira? Com o desenvolvimento da indústria fotográfica, surgiram os “Shirley cards”, que também eram responsáveis pelo balanço de cores nos antigos filmes fotográficos. O principal problema é que eles se baseavam no tom de pele da “Shirley” original para realizar tal balanço: uma mulher branca [...] (POLI NEGRA, 2021)

³ Coletivo Poli Negra / USP. Facebook: <https://www.facebook.com/coletivopolinegra> Acesso: 13/11/2022.

⁴ Idem.

Em outro trecho do texto, o coletivo Poli Negra aborda outras tecnologias visuais que se mostraram discriminatórias ao continuarem a definir ou hierarquizar o que era ser branco, negro, asiático ou indígena. Aí se incluem as câmeras digitais antigas, que não reconheciam rostos de pessoas negras, além de *bots*⁵ e plataformas digitais que aprendem a ser racistas:

[...] Mesmo com os avanços tecnológicos no campo da fotografia, ainda existem casos atuais de tecnologias com comportamentos racistas. Em 2009, uma câmera da HP simplesmente não realizava o reconhecimento facial de pessoas pretas. Em 2016, um *bot* desenvolvido pela Microsoft teve que ser desligado por ter aprendido a ser racista. Ao final de 2020, percebeu-se que um algoritmo do *Twitter*, ao cortar montagens verticalizadas para aparecer no *feed* de notícias, havia uma tendência a preferir pessoas brancas. Assim, vê-se que os comportamentos de uma sociedade racista são encontrados não só nas pessoas em si, mas também nas tecnologias por elas desenvolvidas, afinal, como uma Inteligência Artificial escolhe o que é relevante de fato? Quais dados estão sendo considerados para alimentar os algoritmos? Esses dados têm algum viés racial? Em conjunto com a Poli Negra e com o Diretório, participamos da campanha da Semana de Consciência Negra, que foi criada para lembrar a todos que ainda vivemos em uma sociedade racista e para questionarmos em quais outros aspectos ainda devemos melhorar para garantir uma sociedade igualitária a todos. Para saber mais, acesse o evento da Semana de Consciência Negra! (POLI NEGRA, 2021)

A plataforma *Instagram* também recebeu denúncias em 2020 de que estava praticando atos racistas ao restringir as publicações de usuários negros, ou mesmo aquelas que mostrassem pessoas negras em fotos e vídeos. De acordo com matéria da revista Exame⁶, a rede social estava sendo acusada de praticar *shadowban*, termo em inglês utilizado para denominar o ato de bloquear ou limitar um usuário de comunidade *online*, “tornando suas publicações menos suscetíveis a serem visualizadas por terceiros”.

Os filtros do *Instagram*, aplicativos fáceis de manusear pelo celular como o *Spark AR*, têm capacidade, além de outras modificações corporais, de clarear ou escurecer rostos e afinar narizes, o que estudiosos apontam como uma estratégia de negação, como sugere Fabiana Moraes, colunista do *site* The Intercept Brasil⁷: “Em um país de maioria negra, no qual um fenótipo (características observáveis) muito comum é o de pessoas com narizes arredondados

⁵ *Bot*, termo reduzido da palavra *robot*, é um software de inteligência artificial concebido para simular ações repetitivas e padronizadas como se fossem ações humanas. Os *bots* são utilizados para desempenhar tarefas rotineiras, como os robôs, para realizar buscas automáticas, analisar informações de arquivos e servidores em alta velocidade e aplicados em programas onde se faz necessária uma comunicação com o usuário de *sites* e jogos.

⁶ “Instagram pode mudar algoritmo da rede social após relatos de racismo”. Exame.com, 17/06/2020. Disponível em: <https://exame.com/tecnologia/instagram-pode-mudar-algoritmo-da-rede-social-apos-relatos-de-racismo/>. Acesso: 14/02/2022.

⁷ “Filtros de selfie que afinam nariz e rosto incentivam racismo e cirurgias plásticas entre jovens”. Fabiana Moraes, The Intercept Brasil, 19/04/2022. Disponível em: <https://theintercept.com/2022/04/19/filtros-selfie-cirurgias-plasticas-jovens/>. Acesso: 19/04/2022.

ou chatos, esse fenômeno é bastante revelador. Me parece que passa não somente por questões da dismorfia, mas da própria autonegação” (2022).

Mesmo com impedimentos à construção de representações sociais da diversidade, como os acima citados, a ambiência digital também abre espaço para grupos e indivíduos que produzem discursos e sentidos com potencial para reinventar o imaginário consolidado pela colonialidade de poder. É essa a pretensão de grupos de *designers*, artistas plásticos, fotógrafos e cineastas, principalmente latino-americanos, que, movidos por diferentes causas, partiram para um tipo de produção de imagens diferenciada daquela estabelecida pelo mercado, atrelada ao imaginário visual consolidado pela colonialidade. Essa tendência expressiva é denominada decolonização⁸ da imagem, objeto de estudo do próximo item.

2. Decolonizando imagens

Os coletivos universitários em redes sociais digitais fazem parte do ativismo digital, como já visto no capítulo II. Foi também nesse espaço que surgiu a tendência artística denominada *design*⁹ *activism*. Em revisão bibliográfica sobre a aplicação desse conceito em textos canônicos do *design*, Prado (2021) encontrou definições que chegam ao entendimento comum de *design activism* como “campo que questiona o *status quo* em suas práticas, com a intenção de influenciar políticas públicas e práticas culturais em prol de sociedades mais equânimes”.

Fuadluka (2009 p.27) define *design activism* como ‘o pensamento, a imaginação e a prática de design aplicada de forma intencional ou não intencional para criar uma contra narrativa direcionada a gerar e balancear positivamente mudanças sociais, institucionais, ambientais e/ou econômicas’. Já Thorpe (2012) aponta que *design activism* é uma forma de atuar politicamente, de maneira engajada, com o objetivo de confrontar o sistema econômico vigente influenciando práticas de consumo. Nessa mesma direção, Julier (2013) entende o *design activism* como um movimento que contesta o neoliberalismo e busca por modelos de práticas alternativas (PRADO, 2021, p. 52)

⁹ *Design* – De acordo com Martins e De Campos (2020, p. 116), “trata-se de um sinônimo do termo desenho industrial, que se utiliza nos meios educacional e jurídico como designação técnica, tanto como referência à profissão quanto do tipo de propriedade intelectual por ela gerada.

Designer – Designação do profissional que produz design. O trabalho do designer engloba representar conceitos através de códigos de expressão visual, além de conjugar processos capazes de dar forma a relações e estruturas (MARTINS e DE CAMPOS, 2020).

Esse tipo de mobilização tem raízes no movimento *Arts and Crafts*, do final do século XIX, cujo líder William Morris defendia uma arte feita pelo povo e para o povo, insurgindo-se contra a cultura hegemônica. Teve um aprofundamento na década de 1960, alinhando-se aos movimentos contraculturais *hippie*, pacifista e ecológico, e a partir daí tomou o mundo com suas imagens de protesto e provocação ao *status quo*. (ALBUQUERQUE, 2018)

Nas décadas posteriores artistas de várias frentes de expressão – cinema, fotografia, grafite e artes plásticas – se uniram aos *designers* nesse protesto, posicionando-se principalmente contra os valores hegemônicos embutidos nas imagens publicitárias e a favor de um urgente engajamento à realidade sociopolítica mundial.

No novo século, o conceito emergiu com força na *internet*, que facilitou a reprodução de criações artísticas por sua velocidade de propagação, custo zero de divulgação e, sobretudo, pela independência de pontos de vistas sem a mediação de editores e proprietários das plataformas de comunicação. Esse movimento dissidente levou produtores de imagens a se envolverem cada vez mais em projetos independentes e não lucrativos.

Segundo De Abreu (2010), o conceito de decolonização do olhar surge da proposta do movimento *design* ativista, como necessidade de se pensar estratégias de desconstrução de conceitos e práticas impregnados no imaginário social e cultural, considerados como “legítimos e universais” pelos discursos institucionais e midiáticos postos em circulação em todo o mundo. Outra premência, de acordo com a autora, era dar visibilidade a sociedades marginalizadas.

De acordo com Rugeri (2019), o artista visual Alex Schlenker, também professor da Universidade Andina Simón Bolívar, em Quito/Equador, foi um dos desenvolvedores de uma dimensão estética visual e sonora da crítica decolonial:

Alex Schlenker foi um dos que auxiliou no cada vez mais frutífero debate dentro do giro decolonial sobre arte e decolonialidade, [...] um projeto de estéticas decoloniais que havia surgido com o grupo “Modernidade, colonialidade, decolonialidade”. (RUGERI, 2019, p. 23).

Decolonizar o olhar vem de encontro à colonialidade do ver, conceito derivado da colonialidade de poder descrita por Quijano (2007; 2005), assim como colonialidade do saber e colonialidade do ser. De acordo com Barriandos (2019, p. 41), a colonialidade do ver abre um novo campo de análise no giro decolonial a partir do exame das “maquinarias visuais de racialização que acompanharam o desenvolvimento do capitalismo moderno/colonial”.

Segundo León (2012), a colonialidade do ver designa o entrelaçamento entre os saberes eurocêntricos e a reorganização do olhar inaugurada com a conquista do América, que, quando

conjugados, produzem uma epistemologia que apagou a cultura local e permitiu a universalização do olhar do colonizador.

É assim que a visualidade tem profunda imbricação com hierarquias não apenas geográficas, espirituais, étnicas, linguísticas, mas também raciais, classe, gênero e sexo. A partir do estudo da relação dos dispositivos visuais com a colonialidade do poder, permanentemente negada pelo eurocentrismo e pela ocidentalismo, é possível compreender as diversas hierarquias produzidas na época da reprodutibilidade técnica da imagem¹⁰ (LÉON, 2012, p. 116).

A colonialidade do ver é um dispositivo histórico que, em primeiro lugar, intervém e condiciona a percepção, e logo depois a consciência, priorizando certos aspectos em detrimento de outros. Assim, o olhar colonial se articula ao redor de diferenças visuais como a pigmentação da pele, os órgãos sexuais, etc., para classificar a vida social, como aponta Schlenker (*in* RUGERI e outros, 2019, p. 31):

Esse olhar foi treinado para buscar isso, para marcá-lo, e a partir dessa identificação classificá-lo ao longo de uma escala social. [...] O olhar colonial projetava e projeta o mesmo sujeito colonizador a partir da profundidade de seus maiores temores sobre a diferença, aquilo que o angustia e o assombra, aquilo que quer controlar para prover a si mesmo da sensação de superioridade sobre os outros e o mundo.

León (2012) defende que vivemos uma telecolonialidade, instalada após a invenção de dispositivos técnicos que possibilitaram a fixação da imagem: a câmera fotográfica (1826) e o cinematógrafo dos Irmãos Lumière (1895), e, posteriormente, a consequente criação, circulação e reprodução em grande escala das imagens, dando expressão massiva à colonialidade do ver, principalmente no que tange às representações das diversas etnias.

Para o autor, a telecolonialidade é o processo de atualização da colonialidade do ver a partir da rede de mediações desenvolvida pelos inúmeros dispositivos imagéticos em um momento caracterizado pelo “capitalismo cognitivo”: a era das tecnologias de imagem, da indústria cultural e da incorporação ocidental do outro no contexto da globalização. Trata-se de uma forma de colonização da memória e do imaginário:

A telecolonialidade visual nos coloca de frente a uma rede de dispositivos midiáticos transnacionais que se baseiam na exploração de saberes, representações e imaginários coloniais e cuja finalidade é a reprodução de hierarquias de classe, raça, sexo, gênero, linguística, espiritual e geografia da modernidade-colonialidade euro-americana¹¹ (LEÓN, 2012, p. 116).

¹⁰ Tradução livre de: “Es así como se establece la profunda imbricación que tiene la visualidad con las jerarquías no sólo geográficas, espirituales, étnicas, lingüísticas, sino también raciales, de clase, de género y sexuales. A partir del estudio de la relación de los dispositivos visuales con la colonialidad del poder, permanentemente negada por el eurocentrismo y el occidentalismo, es posible entender las diversas jerarquías producidas en la época de la reproductibilidad técnica de la imagen”.

¹¹ Tradução livre de: “La telecolonialidad visual nos pone de frente a una red de dispositivos mediáticos transnacionales que se basan en la explotación colonial de conocimientos, representaciones e imaginarios y que

Para Hall (2016), a partir do século XX, as práticas do ver constituíram um “regime racializado de representação”, que se embrenhou cada vez mais na cultura visual. Assim, de acordo com o autor, a raça, enquanto construção geopolítica da colonialidade do poder, começa a ser associada à “diferença visível encarnada na pele” (2016, p. 249).

Portanto, ao compreender que na colonialidade do ver a visualidade está atravessada pela colonialidade de poder, decolonizar imagens é ir contra a estética impositiva dos poderes hegemônicos. É construir culturas visuais que não sejam definidas pelo ponto de vista imperialista, como afirma Schlenker (*in* RUGERI e outros, 2019, p. 31). Para o autor, sendo a arte uma expressão da vida, decolonizar a dimensão estética, sendo ela a parte “sensível e sensorial da vida”, implica juntar fragmentos que foram apagados da vida das culturas periféricas pela violência da colonialidade.

De fato, boa parte da colonialidade do poder ingressou por meio de formas estéticas como a pintura colonial, a arquitetura colonial e a música ocidental como referente acústico e sonoro. A norma da matriz colonial do poder em nível visual, sonoro e corporal é aquela que emana de um referente branco, patriarcal e eurocêntrico. (SCHLENKER *in* RUGERI E OUTROS, 2019, p. 29)

O modo decolonial de expressar a vida pela arte, segundo Schlenker, deve estar presente na forma de criar, de fazer, pensar e sentir. Que não seja um tipo de arte validada universalmente, mas sim um tipo de expressão estética que legitime o espaço ocupado pelos indivíduos ao permitir a manifestação de suas imagens, vozes e sons com o objetivo de defender e celebrar vida:

Sanar a ferida colonial que se prolonga até o campo da arte implica, além de transformar as lógicas com as que se produz, transformar as lógicas com as que se circula, implica mudar as lógicas com as que se assiste a arte. A arte é uma condição de possibilidade que permite situar de novo a vida no centro de nossas práticas, de nossos afetos, de nossos saberes (SCHLENKER *in* RUGERI E OUTROS, 2019, p. 34)

Vale destacar o exemplo dado pelo autor sobre como a fotografia é “infectada” pela colonialidade. Discorrendo sobre o enquadramento fotográfico, Schlenker aponta como o olhar colonial define a importância das pessoas no que tange às suas posições na foto: “dentro do enquadramento, o espaço foi adquirindo uma lógica hierárquica, na qual os sujeitos mais importantes ocupavam o centro e, no geral, eram retratados sentados, enquanto os sujeitos da

diferença eram colocados nas bordas da imagem ou inclusive no chão” (SCHLENKER, 2019, p. 31), o que diminuía a visibilidade de seus corpos.

Anteriormente às expressões artísticas, o olhar colonial já havia gravado a hierarquia racial nas imagens científicas, como revela Barradas (2009): “aquilo que o colonizador olhava era interpretado pelo cientista, ou pelo biólogo, ou pelo especialista em raças, ou pelo especialista em comportamento”. Somente depois é que a colonialidade do ver se deslocou para as expressões artísticas, a partir do século XIX, com a invenção da fotografia e do cinema, o que fez circular massivamente essas representações racializadas.

León (2012) destaca que mesmo nas universidades e escolas de arte, cinema e *design*, até hoje existe um apego profundo e um não questionamento sobre a arte colonial, denominada “clássica”, como fixadora de representações opressivas:

Em disciplinas e ramos relacionados com a arte e a imagem existe uma ampla genealogia construída com base nos desenvolvimentos do mundo greco-latino, tradição judaico-cristã, pensamento e crítica iluministas pós-moderno. Esta tradição, transmitida a partir da história universal da arte, estética e as teorias disciplinares da arte, permanece inquestionável até hoje e continua a ser o centro de organização dos programas de Belas Artes e Artes Visuais.¹² León (2012, p. 04).

Porém, o autor reconhece que existe um movimento alavancado pelos próprios artistas em estudar técnicas e tecnologias que se desprendam das referências coloniais. Assim como o fotógrafo e professor universitário Alex Schlenker, diversos cineastas, artistas plásticos, arquitetos e *designers* gráficos, majoritariamente latino-americanos, estão se afastando da “colonialidade do ver”, que promove o silenciamento das tensões, a discriminação e a hierarquização que estigmatizam as diferenças nas sociedades periféricas.

Portanto, imagens decoloniais imediatamente nos forçam a rever o olhar, a repensar posturas sobre determinadas maneiras de ver o outro. Novas representações têm o poder de sugerir e fazer refletir sobre a discriminação e a violência das chamadas minorias ao enfraquecer o discurso visual colonial, muitas vezes sutil e dissimulado.

Um exemplo é a imagem criada em 2021 pelo ilustrador nigeriano Chidiebere Ibe, então com 25 anos, que viralizou em todo o mundo por sua estranheza. O insólito era o fato de que Ibe utilizou um corpo negro para ilustrar uma gestação em um manual médico.

¹² Tradução livre de: “En disciplinas y ramas vinculadas al arte y la imagen existe una amplia genealogia construida sobre la base de los desarrollos del mundo greco-latino, la tradición judeo-cristiana, el pensamiento ilustrado y la crítica posmoderna. Esta tradición, trasmitida a partir de la historia universal del arte, la estética y las teorías disciplinarias del arte, permanece hasta la actualidad incuestionada y sigue siendo el centro de organización de los programas de las carreras de Bellas Artes y Artes Visuales”

A imagem tinha a mesma forma daquelas vistas nos manuais científicos, mas a alteração da cor deslocou o sentido em relação àquelas já impregnadas no imaginário colonial, “validadas” pela colonialidade do ver.

Imagem 3.03 – Feto e mãe negros - Chidiebere Ibe



Fonte – G1¹³

Outro exemplo de tentativa de decolonização do olhar foi a exposição “Histórias afro-atlânticas”, que aconteceu em 2018 no MASP – Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand e no Instituto Tomie Ohtake. Na entrevista concedida a Carneiro e Mesquita (2019), a historiadora e antropóloga Lilia Moritz Schwarcz explica que a exposição onde foi curadora-adjunta teve uma tutoria decolonizada, ou seja, não centrada na arte canônica europeia, e sim privilegiando a iconografia brasileira, com retratos de pessoas negras.

Imagem 3.04 – Exposição Histórias Afro-atlânticas



Fonte – Museu Brasil¹⁴

¹³ G1. Reprodução/Chidiebere Ibe. Disponível em: <https://g1.globo.com/saude/noticia/2021/12/14/ilustracao-de-mae-e-feto-negros-viraliza-conheca-o-estudante-de-medicina-da-nigeria-por-tras-do-desenho.ghtml> Acesso: 20/12/2021.

¹⁴ Museu Brasil. Disponível em: <http://museubrasil.org/pt/exposicao/historias-afro-atlanticas> Acesso: 20/12/2021

Para Schwarcz, essa desconstrução da colonialidade do ver ressalta a importância das histórias negras e obriga os espectadores a se reconhecerem, ou não se reconhecerem, já que a arte é moldada ao padrão branco e, na maior parte do tempo, masculino.

É o que eu chamo de *unspeakable* [não-dito], como diz o historiador haitiano [Michel-Rolph] Trouillot [1949-2012], de quem gosto muito: a pior regra é aquela que você não diz, aquela que é invisível. Ao negar essas relações entre as obras, se assume que o público almejado, o público que nós “queremos”, o público “brasileiro”, entre muitas aspas, é o público branco, gerando, por exemplo, selfies, inclusive de pessoas negras, com personagens brancos. E acho que isso é difícil para todos os lados. [...] E o que mais me emocionou foi ver uma pinacoteca de negros com um público negro. Eu acho que aí, sim, a gente faz uma revolução que não é só no campo das artes, mas uma revolução institucional, que pensa “para quem é o museu na avenida Paulista e como esse museu precisa se abrir para o público que circula na avenida Paulista?”. É um público muito mais amplo do que aquele a que tradicionalmente nos acostumamos a instar. (SCHWARCZ in CARNEIRO E MESQUITA, 2019)

Decolonizar as imagens, portanto, propõe repudiar as lógicas implícitas no olhar que aprendemos a assimilar pelo ponto de vista colonial. O processo de decolonização inclui a representação dos corpos e das situações vividas a partir da desconstrução dos padrões estéticos estabelecidos pela colonialidade: cores, elementos, enquadramentos, modelos de corpos, cabelos e vivências.

O objetivo aqui é examinar se as imagens dos coletivos promovem a desconstrução da visão colonial que favorece discriminações e agressões a partir de padrões de corpos, sexualidades e comportamentos. Ou seja, se as representações visuais postadas pelos universitários podem se tornar comunicações ativas no processo de denúncia e combate à violência de gênero nas universidades a partir de sua estética. Elas estão realmente desconstruindo os padrões de gênero e suas interseccionalidades arraigados na colonialidade de poder? Estão transformando as representações? Ou estão inconscientemente refletindo e reforçando imagens já consolidadas no imaginário?

Relações sociais pedem equidade, por isso a preocupação de que as imagens dos coletivos universitários exponham essa equivalência. Entendo que a dinâmica da representação do outro, da diferença entre indivíduos, ultrapassa a simples criação de uma peça visual e se transforma em uma atitude de questionamento a partir dos componentes utilizados na criação dessa imagem. Nesse sentido, Schlenker (2017) aponta que as imagens devem contar as diversas histórias que estão em nosso entorno; devem convidar o espectador a explorar aspectos de alteridade, convertendo-se em ferramenta política “para denunciar, reivindicar, questionar e criticar”:

A imagem gera possibilidades pedagógicas, culturais e políticas que vão além de sua função referencial como uma história sobre uma fatia de realidade. As imagens nos apontam, ao mesmo tempo, partes (ocultas) da realidade e formas de resistir e estar no mundo. Opor-se e defender a vida não é automático, é um processo complexo que deve ser ensinado e aprendido¹⁵ (SCHLENKER, 2017, p. 405).

Roth (2009, p. 127), ao abordar os *Shirley Cards*, sugere a necessidade urgente do desenvolvimento de uma equidade cognitiva¹⁶, conceito criado pela autora para descrever uma visão de paridade “multicultural e multirracial em tecnologias, produtos e práticas emergentes em seu uso”¹⁷, que resgate, assim, imagens de pertencimento e inclusão, já que as políticas afirmativas raciais, apesar de importantes, não conseguem alterar totalmente a percepção cultural sobre o outro.

Como representações, as imagens postadas pelos coletivos universitários tornam-se referência para seus membros e para usuários que seguem suas páginas e grupos nas plataformas *Facebook* e *Instagram*. A partir da investigação sobre a construção dessas narrativas, o objetivo dessa análise é descobrir como as imagens revelam a violência de gênero e suas interseccionalidades no âmbito universitário e a subjetividade dos participantes dos coletivos: suas ideias, seus ideais, suas vivências, angústias, lutas e esperanças; sem deixar de examinar se a interposição midiática e tecnológica influencia a construção dessas representações.

3. A análise das imagens dos coletivos

Nesse último capítulo a intenção é confrontar se as demandas dos coletivos universitários estão representadas nas imagens criadas para os *posts* de suas páginas e perfis do *Facebook* e do *Instagram*. Para isso, como já citado, utilizo o conceito de decolonização do olhar, a partir de estudos de Schlenker (2019; 2017; 2016; 2012), León (2012) e Barriandos (2019), abordado no item anterior, em diálogo com a semiótica plástica de Greimas, útil para esmiuçar como os elementos gráficos constroem os significados.

¹⁵ Tradução livre de: “La imagen genera posibilidades pedagógicas, culturales y políticas que desbordan su función referencial como relato sobre una porción de la realidad. Las imágenes nos enseñan, al mismo tiempo, partes (ocultas) de la realidad y formas de resistir y estar en el mundo. Oponerse y defender la vida no es automático, es un complejo proceso que debe ser enseñado y aprendido”.

¹⁶ *Cognitive equity* (Roth, 2009, p. 127).

¹⁷ Tradução livre de: “multicultural and multiracial in technologies, products and practices emerging in their use”

3.1 A semiótica visual

A fim de examinar as representações e os modos de produção de sentido das imagens dos coletivos universitários, isto é, a construção da significação dessas peças, foi utilizada a teoria semiótica, método de investigação sobre as origens dos signos – verbais e não-verbais. Analisar fenômenos ou elementos em seu aspecto semiótico é realizar uma abordagem sob o ângulo da significação e da interpretação, e não da técnica ou da fruição estética, como o fazem as teorias ligadas à arte ou à psicanálise.

A semiótica tem o projeto científico de se preocupar de um ponto de vista teórico e analítico com os processos de significação (e por isso de interpretação) não de forma globalizante nem generalizante [...], mas a um nível de rigor aceitável e fiável, destinado a determinar e justificar coletivamente os mecanismos e os limites de interpretação cultural de uma mensagem (JOLY, 2019, p. 37).

A semiótica visual é um procedimento analítico que contribui para responder de maneira abrangente o que um texto significa, visto que sua perspectiva inclui simultaneamente a compreensão de vários níveis da apreensão de uma imagem, do inteligível ao afetivo. Segundo Joly (2019, p. 54), a análise semiótica pode fornecer pistas sobre múltiplas significações, já que mobiliza diversos campos de associações mentais, “como o analógico, o qualitativo, o racional ou o comparativo”.

Mauad (1996) afirma que a análise das mensagens visuais conjuga uma série de disciplinas, sozinhas ou em termos interdisciplinares, mas é a semiótica que melhor permite que se compreenda a produção de sentido de elementos não-verbais nas sociedades humanas. Porém, isso não quer dizer que a análise semiótica tem a pretensão de compreender a totalidade da apreensão de uma imagem. Para a autora, ela não é capaz de dar uma interpretação sistemática e segura, “não explicará a globalidade da experiência”, mas indicará os caminhos mais prováveis da interpretação ao seguir as pistas socioculturais deixadas em sua composição.

Como também aponta Pietroforte (2020, p. 510), fazer uma análise semiótica é realizar um exame histórico, pois, como em qualquer texto, seja ele verbal, visual ou sonoro, nele estão embutidos traços discursivos de seu autor, como sua subjetividade, seu tempo e seu espaço, “cujos revestimentos semânticos podem ser determinados a partir dos discursos históricos que dialogam com o tema”. É sobre essa interação que nos propomos a analisar as ilustrações e fotografias postadas pelos coletivos.

3.1.1 A semiótica plástica de Greimas

O ponto de partida da análise semiótica é a investigação do signo, algo material ou imaterial que, por natureza ou por convenção, substitui ou representa algo e provoca na mente de quem o percebe uma atitude interpretativa (JOLY, 2019). O linguista e filósofo suíço Ferdinand de Saussure (1857-1913) descreveu a estrutura do signo na forma da relação entre significante (face material e perceptível do signo – a exemplo de traço ou sons) e significado, que remete a uma associação cultural, arbitrária e convencional.

O propósito aqui não é historicizar e tampouco aprofundar a teoria semiótica. Porém, convém esclarecer diferenças entre os termos semiótica e semiologia, que diferem quanto ao campo de estudos e formas de análise. O primeiro, de origem norte-americana, tem Charles S. Peirce (1839-1914) como principal teórico e designa a semiótica como filosofia geral das linguagens. O segundo, de linhagem europeia, criado no início do século XIX por Saussure, é entendido como o estudo de linguagens específicas, como a visual e a sonora.

Em meados do século passado é dada ênfase ao estudo de outras linguagens, com predileção pela linguagem das imagens. Em 1964, Roland Barthes, linguista francês que foi influenciado por Saussure, inaugurou essa vertente analítica – denominada semiótica visual – com o artigo “Retórica das imagens”, que tinha como questões centrais a dinâmica e a construção de sentido das imagens: como o sentido “chega” às imagens? Existe uma linguagem especificamente visual? Quais são seus princípios de funcionamento? Como se distingue da linguagem verbal? (BARTHES, 1984).

Um dos seguidores de Barthes foi o linguista A.J. Greimas, que representa a segunda fase da linha francesa. Da matriz linguística que deu origem à semiótica, Greimas se interessou pela semântica, ramo que estuda as significações – ou seja, o sentido dos signos e sua comunicação. Greimas então propôs a teoria da significação, também chamada semiótica do discurso ou semiótica francesa, que considera fundamental a relação entre os elementos do enunciado como responsável pela produção de sentido. Como resume Pietroforte (2020^a, p. 16): “a semiótica de Greimas concebe a geração do sentido fundamentada na relação, e não na referência”.

Na semiótica de matriz semântica, as unidades de sentido (sememas) explicam como os significados se organizam em relação a outros em uma mesma cultura. Esse processo é descrito por Greimas (1973) como o par “conjunção + disjunção” (aproximação e afastamento). Assim, branco opõe-se a preto em nossa cultura, assim como seus significados na mesma cultura estão ligados a bem e mal, respectivamente. Lembrando que essas unidades de significações

circulam, a cada par, em um mesmo eixo semântico: respectivamente a cor (branco e preto) e o valor (bem e mal).

A título de esclarecimento, podemos tomar os conceitos “vida” e “morte”. No domínio da semiótica de Greimas, em nossa cultura o conceito “vida” só adquire sentido se for compreendido na relação com o oposto “morte”. Porém, em outras sociedades o entendimento do conceito “morte” é distinto de como o apreendemos no Brasil, por exemplo. Os japoneses percebem a morte como um renascimento, e os mexicanos cantam e dançam no dia 02 de novembro – Dia dos Mortos – porque para eles se trata de um culto à vida. Assim, nessas culturas o conceito “vida” adquire significados diferentes se colocado em oposição a “morte”.

Nessa pesquisa adoto a semiótica plástica, ou semiótica visual, de referência *greimasiana* como método de análise das imagens dos coletivos a fim de estudar as significações das ilustrações ou fotografias a partir da relação de seu conteúdo às formas de expressão que o constroem, ou seja, a relação do plano de conteúdo com o plano de expressão, no sentido de Greimas.

3.1.1.1 Plano de conteúdo vs Plano de expressão

Dentro de um plano, uma imagem agrupa e distribui diferentes categorias de signos visuais: os icônicos (signos que têm uma relação de semelhança com o objeto somente no nível da aparência), os plásticos (elementos que formam a imagem, a exemplo do ponto, da linha, da cor e do volume) e os linguísticos (os textos verbais que acompanham a imagem). É a interação desses signos que produz o sentido de uma imagem.

Porém, se a intenção é capturar o sentido além de uma primeira impressão, se faz necessário um exame mais detalhado das interações sógnicas. Como explica Joly (2012), se deve atentar para o que se decifra na imagem mais ou menos conscientemente, mas é primordial se aprofundar em uma observação mais sistemática para se chegar a uma melhor compreensão. Na semiótica visual de Greimas, esse exame pede um olhar mais detalhado sobre a relação entre os denominados plano de conteúdo e plano de expressão.

A formatação do conteúdo de uma imagem na semiótica *greimasiana* é denominado “plano de conteúdo”, isto é, o percurso gerativo de sentido, o assunto que ela representa. Como explicita Pietroforte (2020, p.11), “o plano de conteúdo refere-se ao significado do texto, ou seja, (...) ao que o texto diz e como ele faz para dizer o que diz.

Já o chamado “plano de expressão” contém os elementos plásticos - as formas das figuras, suas linhas e cores, etc. -, e os elementos linguísticos - as legendas e textos que

conformam uma imagem. O plano de expressão refere-se à manifestação desse conteúdo em um sistema de significação verbal, não verbal ou sincrético, pois um mesmo sentido pode se manifestar em vários sistemas expressivos. Em uma mesma imagem, por exemplo, um sentido pode ser expressado por um sistema verbal (as legendas) articulado a um sistema visual (a forma das letras ou sua cor).

Assim, para iniciar a análise semiótica de uma imagem deve-se examinar de que forma o sentido (plano de conteúdo) está expresso na imagem (plano de expressão). Seguindo a proposta de Greimas (1984), no plano de conteúdo - a narrativa de um texto é orientada por uma categoria semântica fundamental, ou seja, um tema, formado a partir da contraposição de uma qualidade positiva de um termo à sua negativa.

Nesse sistema, se deve relacionar dois signos opostos, como no exemplo “vida” em oposição a “morte”. Vida vs Morte seria, então, um tema, ou melhor, uma categoria semântica que definiria o plano de conteúdo de uma determinada análise. Para se especificar um tema é preciso atentar para a recorrência de motivos, isto é, de assuntos que percorrem as imagens ou um conjunto de imagens, de modo que, como aponta Pietroforte (2020, p. 67) esses conteúdos sejam “produto de um conjunto de discursos sobre os mesmos tópicos culturais”, como ideologias, crenças políticas, sexualidade, entre outros.

No caso das imagens compartilhadas pelos coletivos universitários aqui analisados o tema partilhado é a opressão vivida por estudantes dentro dos *campi*. Como o oposto de opressão é liberdade, então a categoria semântica fundamental que orienta o plano de conteúdo é “opressão vs liberdade”, já que o objetivo dos membros do coletivo é lutar contra a opressão dentro dos *campi* e conquistar a liberdade de manifestar suas identidades. Assim, defino que a relação entre os termos opostos “opressão” e “liberdade” é responsável pela orientação de sentido das imagens postadas pelos coletivos.

A categoria semântica tem sua expressão formada de acordo com uma categoria plástica. A categoria semântica *opressão vs liberdade* pode ser expressa por cores, como, por exemplo, preto vs branco, de modo que o preto se refira à opressão e o branco à liberdade; levando sempre em consideração o significado dessas cores dentro do grupo ou sociedade onde as imagens analisadas foram construídas.

Na análise do plano de expressão o que se pretende determinar, como orienta Pietroforte (2020a) são os processos que organizam a composição plástica do texto. Na semiótica plástica, o plano de expressão é estudado pela teoria dos sistemas semissimbólicos, que diz que para haver um semissimbolismo é necessário, como já dito, que haja necessariamente uma relação

das categorias de conteúdo com as categorias do plano de expressão, pois, como alerta o autor, nem todos os textos contêm uma relação entre os planos que produza um sentido:

Em muitos textos o plano da expressão funciona apenas para a veiculação do conteúdo, como na conversação, por exemplo. No entanto, em muitos outros, ele passa a ‘fazer sentido’. Quando isso acontece, uma forma da expressão é articulada com uma forma do conteúdo, e essa relação é chamada de semissimbólica (PIETROFORTE, 2020, p. 21).

O plano de expressão de um texto visual é formado por imagens que deixam de ser simples figuras, somente referências a algo ou a um objeto, e passam a ser discursos articulados com valores culturais. Como qualquer tipo de texto, trata-se de um enunciado cuja identidade gera um sentido que parte do conteúdo e se manifesta na expressão, e que depende de sua distribuição no discurso visual.

Para iniciar a análise do plano de expressão se deve determinar a categoria plástica que vai orientar a realização do conteúdo no plano da expressão, isto é, escolher um signo plástico, a exemplo da cor, do tipo de traço, contorno, disposição das figuras, clareza, etc., no caso das ilustrações. Nas fotografias se pode escolher enquadramento, iluminação, definição da imagem, contraste, cor etc. A partir daí, se verifica de que maneira o plano de expressão afirma ou nega o plano de conteúdo.

As categorias plásticas, de acordo com Pietroforte (2020a), podem ser divididas em:

1. Categoria cromática – responsável pela análise das cores utilizadas nas figuras (cor fria vs cor quente, opaca vs brilhante, etc.). A cor é um elemento de composição muito pertinente na construção de sentido, pois em todas as culturas são encontradas mitologias sociais em torno dela, a exemplo da já citada significação em nossa sociedade da cor branca - relacionada à paz - e da cor preta, que simboliza a morte.
2. Categoria topológica – responsável pelo exame da disposição das figuras na imagem (superior vs inferior, direita vs esquerda, etc.). Ex.: uma figura que esteja na parte superior do quadro pode indicar um assunto que tenha maior importância, ao contrário de uma figura que esteja embaixo.
3. Categoria eidética – responsável pela apreciação das formas (linhas curvas vs linhas retas, uniforme vs disforme, grande vs pequeno, etc.). Ex.: uma figura uniforme pode estar ligada à repressão, ao enclausuramento, ao contrário de uma figura disforme, que pode gerar um sentido de liberdade.

Para Greimas (1984), as categorias aqui descritas são apenas as bases sistemáticas capazes de tornar operatória a exploração do plano de expressão, mas existem níveis mais complexos de análise a partir das combinações de categorias mínimas, mais simples, até se

chegar a configurações mais intrincadas. Nessa pesquisa se tomam como método de análise as categorias básicas e somente os elementos que se mostrem importantes para a relação com o plano de conteúdo, a exemplo da cor, da tipologia da fonte e da espessura das linhas.

Sobre o exame das significações contidas no plano de expressão, se deve levar em conta o repertório do sujeito observador, ou seja, o conhecimento do indivíduo a quem a imagem é dirigida sobre as potencialidades significativas dos elementos plásticos, isto é, se esse indivíduo interage com a rede de conotações e valores projetada sobre a imagem.

No caso dos *posts* dos coletivos, objeto desse estudo, o sujeito observador é o usuário das redes sociais digitais que acompanha páginas e perfis desses grupos de universitários, que se presume sejam estudantes do mesmo curso, universidade ou que compartilhem das mesmas vivências. Como *a priori* quem segue um grupo ou página normalmente se identifica com o os assuntos postados, presumimos que seu repertório de informações icônicas e plásticas esteja em consonância com os valores contidos nas imagens dos coletivos universitários.

4. As imagens dos coletivos universitários nas redes sociais *Facebook* e *Instagram*

O ativismo digital fez com que mesmo *design* amadores se empenhassem em criar imagens que refletissem suas lutas. Aplicativos como o já citado *Canva*, permitem que usuários das redes produzam *posts* de forma rápida, com figuras, cores, fontes e feitos gráficos diversos. Ilustrações, *memes*¹⁸ e fotografias são os tipos de imagens mais utilizados pelos usuários nos *posts* em redes sociais digitais, porém, verificamos que entre as imagens dos coletivos aqui analisados, os destaques são as ilustrações, em sua maioria, e algumas fotografias, que normalmente se resumem a documentação de encontros presenciais dos grupos.

As redes sociais *Facebook* e *Instagram* têm como usuário preferencial os nativos digitais, que, como ressalta Prensky (2001) são os jovens de uma geração que tem o consumo de informações e conhecimentos mediado pelas plataformas de distribuição digital de conteúdo. Os nativos digitais absorveram rapidamente as mudanças tecnológicas e os novos formatos de conteúdo, e por viverem nesse universo plural de informações, que chegam a ele continuamente através de *blogs*, *sites*, aplicativos, etc. dedicados a um sem-número de

¹⁸ “Meme” é um termo grego que significa imitação. No espaço da internet, meme se refere a imagens copiadas que são adaptadas a vários contextos e que viralizam nas redes sociais. Normalmente os memes são humorísticos.

assuntos, já se habituaram a utilizar suas diversas ferramentas (BARBOSA, GODINHO e DUMONT, 2019).

As plataformas digitais, em especial as redes sociais, se transformaram em meios cotidianos de socialização dos jovens, sendo mediada por textos escritos e em especial por fotografias e ilustrações. Essas imagens fazem parte do processo denominado hipermídiação, que combina informações de diversos formatos – textos escritos, imagens, áudios e vídeos. A imagem domina o processo por seu apelo sensorial ser mais forte e por sua facilidade de produção. Ao citar Miller *et al* (2016), Lins (2021) destaca que a imagem é priorizada nas redes sociais digitais: o ato de compartilhar “seria uma atividade essencialmente visual, que faz com que o texto, muitas vezes, torne-se periférico” (LINS, 2021, p. 98).

Se com a chegada do cinema e da televisão a imagem se torna central na vida humana, na era digital vemos um aprofundamento dessa centralidade: a imagem passa a ser quase sinônimo de existência. Não estar representado por imagens na *internet* é, para seus usuários, como não existir. Há um vínculo entre a relevância social e a visibilidade do indivíduo nessas mídias, de modo que não estar evidente nas redes se converte automaticamente em inexistência social (KLEIN, 2014).

Assim, no exercício de viver e conviver em redes digitais, as imagens têm função primordial na interação social a partir da circulação de informações, articulações e afetos. É principalmente por meio delas que nos expressamos na maioria das redes sociais e congregamos nossas demandas pessoais e coletivas, nossos sentimentos de aprovação ou reprovação; o que faz da imagem uma testemunha de nossas histórias.

As imagens criadas para as redes sociais digitais também têm o poder de possibilitar a representação de visões particulares, menos padronizadas e “maquiadas”, como o fazem as imagens produzidas pela mídia hegemônica. Porém, podem, inconscientemente, estar impregnadas de padrões e ideologias que circulam e são reforçadas pelos meios de comunicação, com técnicas e artifícios de manipulação e sedução. As representações mediadas pela mídia podem se tornar perigosas ao fazerem circular padrões e modelos de corpos, comportamentos e ideias que, para Hall (2016, p. 20), podem penetrar decisivamente no senso de pertencimento do indivíduo.

Como dito anteriormente, minha tese é a de que, por carregarem traços de quem as produziu ou compartilhou, as imagens postadas pelos coletivos universitários em redes sociais digitais, mesmo que tenham sido produzidas por outrem em tempos passados, podem permitir o conhecimento de ideias, lutas, do momento social da vivência de alunas, alunos e alunes, enfim, de suas subjetividades.

Como afirmam Teixeira e Backes (2020, p. 118), a imagem é uma testemunha do que somos e do que almejamos ser, “é um signo que se relaciona com o seu produtor, narrando um momento de vida e carregando códigos visuais que permitem o conhecimento de nós mesmos, assim como a cultura e a representação que ela retrata”.

Nessa análise, a potencialidade de decolonizar olhares presente nas representações visuais compartilhadas pelos coletivos universitários em seus perfis e páginas do *Instagram* e do *Facebook* foi dividida em itens, a partir da centralidade de alguns dos elementos do plano de expressão, como cores, linhas, formas, figuras, fontes gráficas, sua distribuição na imagem.

Cada um dos itens é composto por temas que se repetiram em pelo menos cinco coletivos universitários, porém, nem todas as imagens fizeram parte dessa análise, já que a escolha das peças partiu da relevância em seguir a proposta de decolonização do olhar ao acionar o tema opressão vs liberdade quanto à relação plano de expressão e plano de conteúdo. Levando em conta que a semiótica não se pretende uma teoria que esgote a leitura de uma imagem, pois, como já abordado, o interlocutor pode ou não seguir a leitura preferencial do autor, essa análise foi orientada pela percepção sobre a vivência na universidade apreendida durante a pesquisa.

Nem todas as categorias plásticas definidas por Greimas no plano de expressão - cromática, topológica e eidética – serão analisadas, somente aquelas que se mostrarem significativas em cada peça. Os textos escritos que acompanham as imagens também foram trazidos para compor o exame, já que algumas vezes desenvolvem de forma mais complexa o que as imagens mostram.

Uma questão a destacar é que as ilustrações e fotografias criadas ou compartilhadas pelos coletivos não podem ser consideradas de grande apuro técnico e estético, pois como seus membros são estudantes, presume-se que não sejam profissionais da área. Esse fator poderia refletir na perda da potencialidade sígnica dos elementos gráficos, porém, durante a análise das imagens percebi que muitas peças trazem um conhecimento instintivo dos sentidos carregados pelos signos plásticos, provavelmente pelo constante contato dos membros dos coletivos com tendências visuais disponíveis nas redes sociais digitais. Outro ponto a ressaltar, é que não foi possível identificar a autoria da maioria das ilustrações e fotografias, pois muitas não trazem referência de criação. Porém, quando houve a designação de autoria essa foi registrada.

As mesmas imagens costumam ser utilizadas pelos coletivos tanto para postagem no *Facebook* quanto no *Instagram*. Mas alguns grupos, a exemplo do Coletivo Aquarela, criado por estudantes da UNICAMP, não faz uso desse recurso: das imagens compartilhadas no

Instagram muitas são distintas daquelas postadas no *Facebook*, que tem menos publicações. Acreditamos que seja consequência da maior afluência de usuários no *Instagram*.

Como última observação, vale destacar que as imagens de perfil e capa dos coletivos aqui analisados se comportam como marcas identitárias, pois são escolhidas ou criadas para que seus seguidores possam reconhecê-los, assim favorecendo uma definição imediata do grupo e sua identidade como comunidade. Como indica Strunck (2003), a identidade visual é uma peça que resume características, ideologias e tipos de atuação de um indivíduo, grupo ou instituição, assim permitindo sua distinção e estabelecendo um nível ideal de comunicação.

4.1 Decolonizando cores

Nas imagens de perfil e capa do Coletivo Lélia Gonzáles¹⁹, ligado a estudantes do curso de Ciências Sociais da USP/São Paulo, o que chama a atenção à primeira vista é sua paleta de cores, centrada na utilização de lilás, verde e branco.

Imagem 3.05 - Perfil e capa - Coletivo Lélia Gonzáles/USP



Fonte – Montagem a partir de imagens disponíveis no *Facebook*²⁰

Além desse coletivo, a cor e seus tons (roxo, violeta, etc.) predominam entre as paletas utilizadas em suas imagens de perfil e capa pelos coletivos de designação feminista aqui analisados, a exemplo do Coletivo Bauru Sem Assédio²¹, ligado à UNESP/Bauru, e do coletivo Frente Feminista Limeira²², criado por estudantes da Faculdade de Ciências Aplicadas (FCA), *campus* Limeira da UNICAMP.

¹⁹ Coletivo Feminista Lélia Gonzales/USP. Facebook: <https://www.facebook.com/leliagonzalezcoletivofeminista> Acesso: 02/06/2020

²⁰ Idem

²¹ Coletivo Unesp Bauru Sem Assédio. Facebook: <https://www.facebook.com/unespbaurusemassedio> Acesso: 03/06/2020

²² Frente Feminista Limeira – UNICAMP/Limeira. Facebook: <https://www.facebook.com/frentefem> Acesso: 03/06/2020.

A feminista Sylvia Pankrust (in GIANOTTI, 2008), aponta que a cor lilás também foi utilizada nas lutas feministas dos anos 1960 como uma alternativa ao vermelho do comunismo, já que para muitos ativistas da época o movimento feminista prejudicava a ação mais ampla, “pois tirava forças da luta principal”.

A inclusão do verde e do branco nas peças de perfil e capa do Coletivo Lélia Gonzales e em diversas artes de outros coletivos feministas, a exemplo da imagem 3.09 da Frente Feminista Limeira, pode ser explicada pela observação de Pankrust (in GIANOTTI, 2008) de que essas cores foram adotadas em 1908 pelo movimento sufragista feminino inglês para simbolizar sua ação: “o branco simbolizava a pureza da luta feminina e o verde a esperança da vitória” (PANKRUST in GIANOTTI, 2008).

Os coletivos de designação LGBTQIA+ também fazem farto uso da cor lilás em seus *posts*. O grupo que recorrentemente utiliza esse tom, em várias gradações, é o Coletivo Xica Manicongo²⁶. As imagens 3.10 e 3.11 fazem parte da divulgação da luta do coletivo pelo uso do nome social, e estão relacionadas a um dos projetos em que o grupo participa, denominado “Me chame pelo meu nome”, cujo objetivo foi a arrecadação de fundos para a realização de um mutirão de retificação de nome da população transgênero da cidade de São Paulo.

Imagens 3.10 e 3.11 – Cores - Coletivo Xica Manicongo / USP



Fonte - Página do coletivo no Facebook²⁷

O coletivo Calisto Sexualidades Livres²⁸, da UNESP, também usa a cor lilás em seus *posts*, inclusive para compor a figura do urso que é sua imagem de perfil (3.12), referência às constelações Ursa Maior e Ursa Menor.

²⁶ Coletivo Xica Manicongo/USP. Facebook: <https://www.facebook.com/itgmanicongo> Acesso: 29/11/2021.

²⁷ Idem

²⁸ Coletivo Calisto Sexualidades Livres /UNESP. Facebook: <https://www.facebook.com/CalistoColetivo> Acesso: 29/11/2021.

De acordo com *post* de 03 de julho de 2021, Calisto é uma deusa da mitologia grega que sofreu “injustiças e injúrias em razão de seu corpo e sexualidade”, e foi transformada por Zeus nessas duas constelações (COLETIVO CALISTO, 2021).

Imagens 3.12 e 3.13 – Lilás – Coletivo Calisto/UNESP



Fonte – Página do coletivo no Facebook²⁹

Quanto à significação da cor lilás e seus tons na esfera LGBTQIA+, de acordo com matéria publicada na CNN³⁰ em 2020, desde a década de 1920 as flores pertencentes à família *violaceae*, comumente denominadas “violetas”, eram utilizadas por membros da comunidade lésbica como presentes que expressavam um interesse romântico ou sexual.

Uma década depois o lilás se intensificou como referência homossexual graças a Carl Sandburg, biógrafo de Abraham Lincoln, que usou a cor para expor um dos amigos do ex-presidente, de acordo com a reportagem:

Os *gays* nos Estados Unidos foram ridicularizados por possuírem uma ‘pitada’ ou ‘mancha’ lilás, grande parte graças a Carl Sandburg, que descreveu uma das primeiras amizades masculinas do presidente como contendo uma ‘mancha de lavanda, e marcas macias como as violetas de maio’ (CNN, 2020).

A partir daí as pessoas começaram a vincular o lilás à homossexualidade. Em 1969, a cor passou a simbolizar o poder *gay* quando faixas e braçadeiras no tom foram usados pelos manifestantes uma marcha do movimento *gay power*, “que foi do Washington Square Park, para o Stonewall Inn, em Nova York, a fim de comemorar os protestos gays de Stonewall ocorridos um mês antes” (CNN, 2020).

²⁹ Idem

³⁰ “Como a cor lilás virou símbolo da luta LGBTQIA+”. CNN/Estilo, 21/06/2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/estilo/como-a-cor-lilas-virou-simbolo-da-resistencia-lgbtqi/>. Acesso: 04/10/2021.

Em consequência de sua ligação com os homossexuais, a reportagem da CNN ainda aponta que a cor foi tema de discórdia entre o movimento feminista de Betty Friedan, presidente da Organização Nacional para as Mulheres nos EUA, e as lésbicas que participavam do movimento, pois Friedan acreditava que elas tornariam o feminismo uma “ameaça lilás” (*lavender menace*, em inglês). A reação veio no Segundo Congresso para Unir Mulheres, em 1970, quando “um grupo de ativistas radicais vestindo camisetas roxas pintadas à mão, impressas com as palavras *lavender menace* (ameaça de alfazema) invadiu o palco e deu início a uma conversa sobre o mesmo tema que Friedan se esforçava para suprimir: o lesbianismo” (CNN, 2020).

Em grande parte das artes do coletivo Calisto o lilás vem junto ao verde, a exemplo das imagens 3.14 e 3.15, provavelmente trazendo o mesmo significado do movimento feminista destacado por Pankrust (*in* GIANOTTI, 2008): a esperança da vitória.

Imagens 3.14 e 3.15 - Verde - Coletivo Calisto/UNESP



Fonte – Página do coletivo no *Facebook*³¹

Nessa análise da categoria cromática do plano de expressão dos coletivos analisados acima - feministas e LGBTQIA+ -, considero que o tema ‘opressão vs liberdade’ do plano de conteúdo vem expresso pela cor lilás no plano de expressão, pois, sendo uma síntese do rosa e do azul, rompe com o padrão que definiu essas duas cores para roupas e acessórios dos sexos feminino e masculino. Portanto, aponta para a liberdade de expressão de todos os gêneros, e não somente ao padrão binário homem/mulher, assim indo ao encontro da decolonização do olhar.

³¹ Idem

No caso dos coletivos feministas, acredito que o lilás também possa representar a inclusão e o acolhimento das lutas LGBTQIA+, como comprovado pelos *posts* analisados no Capítulo II. Além disso, penso que a cor ainda represente o desejo de construir uma ponte entre as lutas dos coletivos universitários e os movimentos precursores do feminismo, que também pediam a equidade, o respeito e a dignidade das mulheres.

4.2 Linhas, formas e figuras reclamam liberdade

A categoria eidética, relativa às formas de linhas e figuras, é a base do exame de imagens do Coletivo Feminista Geni da FMUSP³², do Coletivo Feminista Marias/USP³³ e do Coletivo de Mulheres Sonja Ashauer/USP³⁴, cujas peças visuais refletem sobremaneira a categoria fundamental do plano de conteúdo - “opressão vs liberdade” -, levando à proposta de decolonização do olhar.

Em relação ao Coletivo Geni, vale destacar que o tema opressão vs liberdade, já se mostra em consonância com a descrição dos objetivos desse coletivo, disponível na seção “Informações Adicionais” da página do grupo no *Facebook*³⁵:

Nosso coletivo surgiu em represália aos diversos relatos de violência no meio universitário. A opressão na universidade pode ser expressa sob várias formas, desde o desrespeito a um ‘não’ em uma festa até a impossibilidade de acesso a determinados locais da faculdade devido ao gênero. Nesse contexto, o GENI se dispõe a ser um espaço de proteção às vítimas do machismo, de acolhimento, discussão e luta. Que nada nos defina. Que nada nos sujeite. Que a liberdade seja a nossa própria substância (COLETIVO GENI, 2021).

Na imagem de perfil do Coletivo Geni (3.16), consideramos que o tema é representado no plano de expressão pelo desenho de uma mulher nua dentro de um dirigível, conhecido popularmente como “*zeppelin*”, uma referência a Ferdinand Von Zeppelin, alemão pioneiro no desenvolvimento de dirigíveis rígidos no início do século XX.

³² Coletivo Feminista Geni da FMUSP. Facebook: <https://www.facebook.com/coletivofeministagenidafmusp> Acesso em 03/01/2021.

³³ Coletivo Feminista Marias/ USP. Facebook: <https://www.facebook.com/ColetivoMariasBauru> Acesso: 17/08/2021.

³⁴ Coletivo de Mulheres Sonja Ashauer/USP. Facebook: <https://www.facebook.com/coletivosonjaashauer> Acesso: 17/08/2021.

Imagem 3.16 – Perfil - Coletivo Geni/USP



Fonte – Página do coletivo no Facebook³⁶

O desenho da mulher nua no *zeppelin* remete imediatamente à canção “Geni e o Zepelin” (1978), de Chico Buarque de Holanda, que fez parte do musical Ópera do Malandro. A narrativa se passa no Rio de Janeiro, no início da década de 1940, período que compreende o Estado Novo no Brasil e a Segunda Guerra Mundial. A obra conta a história de Max, envolvido com o contrabando e a prostituição, e tem como um dos personagens principais a prostituta Geni, que é maltratada e ofendida na cidade por causa de sua profissão.

Certo dia, um *zeppelin* ameaça destruir a localidade, vista por seu comandante como um lugar de horror e injustiças, e que por isso merecia ser aniquilada. Mas, ao conhecer Geni o comandante vê na prostituta uma esperança de dignidade, o que o impede de finalizar seu intento. Por sua relação com esse homem importante, durante algum tempo Geni começa a ser bem tratada, revelando o caráter hipócrita da sociedade, que, segundo Murilo C. Araújo (2018, p. 88) é o tema do musical: “o enredo da obra retrata um cenário dividido entre opressores e oprimidos, marcado pela corrupção política, a decadência social e a exploração econômica”.

Vale lembrar que a ilustração baseada na música “Geni e o Zepelim” é uma representação cuja significação só é possível ao grupo que conhece a música. Um estrangeiro, ou, mais estritamente, um brasileiro que não conhece a obra de Chico Buarque, não conseguiriam entender a referência, e assim o significado da imagem do Coletivo Geni estaria esvaziado. As representações nunca são iguais nas diferentes comunidades, e tampouco são fixas em um mesmo grupo de indivíduos. Elas são reelaboradas de acordo com o imaginário

³⁶ Coletivo Feminista Geni / USP. Facebook: https://www.facebook.com/coletivofeministagenidafmusp/photos/?ref=page_internal Acesso: 03/01/2021.

social que circula em determinado grupo durante a época em que foram construídas, e, portanto, são mutáveis.

A análise eidética da figura central da imagem de perfil do Coletivo Geni foi concentrada no exame das formas das linhas que traçam o desenho da mulher nua no *zeppelin*, pois, como adverte Dondis (1997, p. 58), cada uma das formas que compõem uma ilustração carrega em suas características específicas uma diversidade de sentidos atribuídos a ela pelo imaginário social, “alguns por associação, outros por vinculação arbitrária, e outros, ainda, através de nossas próprias percepções psicológicas e fisiológicas”, o que faz dessa figura uma representação social imersa em uma série de significados.

Os elementos que compõem a imagem de perfil do Coletivo Geni foram desenhados somente com linhas curvas (mulher nua) e formas circulares (*zeppelin* e alto-falante) que, em nossa cultura, segundo Dondis, estão relacionadas às formas femininas e a sentimentos de “infinitude, calidez, proteção”, características habitualmente alusivas às mulheres.

As formas curvas são também associadas ao sentimento de liberdade por causa de sua flexibilidade, suavidade e relação com as linhas orgânicas. O cabelo despenteado e disforme da mulher é indício de rebeldia, o que também gera, a meu ver, um sentido de liberdade.

Curvas se opõem ao caráter racional das linhas retas, o que nos faz crer que a figura da mulher nua tenha sido traçada com linhas sinuosas também para se opor ao desenho das letras retas, pesadas, quase quadradas, que compõem a frase com o nome do coletivo na imagem de perfil. De acordo com Dondis (1997, p. 33), a forma quadrada e as linhas retas estão relacionadas a sentimentos de “honestidade, retidão e esmero”, significados que podem representar a força dos membros do coletivo e sua busca por justiça.

Quanto à categoria topológica, que examina o posicionamento das figuras na imagem, percebo que a ilustração da mulher nua dentro do *zeppelin* foi colocada no centro do enquadramento da imagem de perfil, então, ao não ter sido desenhada com molduras ou qualquer outra delimitação, compreendo que a estratégia também pode levar à ideia de liberdade delineada no campo de expressão.

O fato de a figura feminina do *post* do Coletivo Geni estar sem suas roupas, sugere uma decolonização da imagem da mulher, pois o corpo feminino sempre foi apagado pelo pudor eurocêntrico, forçado a passar despercebido na vida social. Nesse sentido, a nudez presente nessa imagem de perfil conduz a um rompimento de padrão. Como afirma Pietroforte (2020^a, p. 77) mostrá-lo configura uma transgressão: “se o corpo vai ser condenado, ele deve ser mostrado, e é aí que ele encontra sua vitória”. Sobre essa questão encontramos reflexos na

afirmação de hooks (2017, p. 253) de que “chamar atenção para o corpo é trair o legado de repressão e negação que nos foi transmitido”.

O alto-falante também é um detalhe do plano de expressão que tem relação direta com o tema “opressão vs liberdade” que baliza o plano de conteúdo. De acordo com Meneses (2001), Chico Buarque costuma retratar em suas músicas indivíduos que estão à margem da sociedade, a exemplo das mulheres e da população negra. Porém, em suas obras esses indivíduos têm vez e voz: “é inegável que a canção de Chico privilegia a fala da mulher, assim como na galeria das suas personagens sobressai o marginal como protagonista, pondo a nu, desta maneira, a negatividade da sociedade” (MENESES, 2001, p. 41).

A presença do objeto na ilustração do perfil do Coletivo Geni reafirma a liberdade buscada pelas estudantes que compõem o grupo: a mulher nua no dirigível grita, com os braços levantados e punhos cerrados, dando a ideia de que sua fala será escutada por todos, quer queiram quer não. Como ressalta Ahmed (2018), o feminismo grita para fazer-se escutar: “gritar para fazer visível a violência; o feminismo como a aquisição de uma voz”.

O grito é lembrado pela autora ao contar sua tática para frear a violência paterna: gritava a plenos pulmões quando ele vinha lhe bater por ser uma menina “voluntariosa”:

Quando ele vinha até mim, me colocava a gritar em plenos pulmões. No que eu gritava, ele parava imediatamente. Por que este truque funcionava para mim? Muitas vezes as pessoas não identificam suas ações como violentas; nós sabemos. Pegar uma menina teimosa, de cabo a cabo, foi justificado como disciplina e ensinamento moral: é para o seu bem. Ao gritar, eu anunciava a violência do meu pai. A fazia audível. E aprendi isso também: fazer-se feminista significa fazer-se audível. (AHMED, 2018, p. 107-108).

A ilustração de um alto-falante também compõe a imagem de perfil do coletivo Ele é da UNESP Araraquara³⁷:

Imagem 3.17 – Alto-falante – Ele é da UNESP Araraquara



Fonte – Página do coletivo no Facebook³⁸

³⁷ Ele é da UNESP Araraquara. Facebook: <https://www.facebook.com/Ele-%C3%A9-da-UNESP-Araraquara-1858976387504410> Acesso: 03/01/2021

³⁸ Idem.

Essa página no *Facebook* foi criada por alunas da UNESP Araraquara com o intuito de, de acordo com texto da seção “Sobre”, “expor casos de machismo, racismo, LGBTfobia, sexismo, e diversos tipos de opressões, preconceitos, assédios, abusos e violência que ocorram na universidade, praticadas por estudantes ou professores” (ELE É DA UNESP ARARAQUARA, 2020).

Nesse sentido, acredito que referência ao alto-falante tem como objetivo reforçar a ideia de denúncia das frases utilizadas no trecho final do texto postado pelo coletivo:

[...] Os relatos serão anônimos e não citaremos nomes enviados, para prevenção de calúnias e falsos relatos, assim como para segurança de todas as minas envolvidas. EXPONHAM, FALEM, FAÇAM BARULHO! NÃO. SE. CALEM. Envie seu relato anônimo pra gente! (ELE É DA UNESP ARARAQUARA 2020).

A imagem de capa (3.18) utilizada pelo coletivo Geni em suas redes sociais digitais traz duas frases: “Mexeu com uma caloura, mexeu com todas as veteranas” e “Sejam bem-vindes”. A primeira denota a sororidade entre as estudantes e a segunda inclui a diversidade de designações de gênero pelo uso da letra “e” na palavra “bem-vindes”.

Imagem 3.18 – Capa – Coletivo Geni/USP³⁹



Fonte – Página do coletivo no *Facebook*⁴⁰

O mesmo uso de linhas finas e curvas se percebe no desenho que ilustra o *post* de 14/07/2019 do Coletivo Feminista Marias⁴¹, criado por alunas de Medicina do *campus* Bauru da USP para a divulgação da Semana Acadêmica do curso em 2019. Trata-se da silhueta de uma mulher nua, com o seio em destaque, o que reforça a ideia de feminilidade.

³⁹ O número 108 sobre a frase faz referência à turma de ingressantes da faculdade de Medicina/USP naquele ano.

⁴⁰ Coletivo Feminista Geni / USP. *Facebook*:

https://www.facebook.com/coletivofeministagenidafmusp/photos/?ref=page_internal Acesso em 03/01/2021.

⁴¹ Coletivo Feminista Marias/ USP. *Facebook*: <https://www.facebook.com/ColetivoMariasBauru> Acesso: 17/08/2021.

As fontes gráficas usadas no cabeçalho do texto do *post* também são sinuosas e delgadas, contrapondo-se às letras do texto que traz informações sobre as conferências, traçado com fontes retas.

Imagem 3.19 – Linhas - Coletivo Marias/USP



Fonte – Página do coletivo no Facebook⁴²

Pietroforte (2020a) aponta que uma legenda ou um elemento verbal que componham uma ilustração ou fotografia podem afirmar a imagem ou contradizê-la. Acredito que a última opção seja a verificada na construção do *post* do Coletivo Marias. As fontes gráficas compostas de linhas retas carregam o sentido de seriedade e força, e têm a intenção de agregar valor aos significados vinculados às linhas curvas, como liberdade, delicadeza e proteção, que constroem a silhueta da mulher nua.

O Coletivo de Mulheres Sonja Ashauer⁴³, criado por alunas do Instituto de Física da USP, ressaltou em *post* de 08/03/2021 (Imagem 3.20), sobre o Dia Internacional das Mulheres, as dificuldades das estudantes de serem respeitadas em cursos considerados masculinos, como a Física.

Imagem 3.20 – Linhas – Coletivo Sonja Ashauer/USP



Fonte – Página do coletivo no Facebook⁴⁴

⁴² Coletivo Feminista Marias. Facebook: <https://www.facebook.com/ColetivoMariasBauru> Acesso: 25/01/2022.

⁴³ Coletivo de Mulheres Sonja Ashauer – Física / USP. Facebook: <https://www.facebook.com/coletivosonjaashauer> Acesso: 09/10/2021.

⁴⁴ Idem

Na seção Sobre de sua página do *Facebook*, o coletivo destaca o preconceito presente em suas vivências: “Esse é um espaço para que haja melhor comunicação entre as alunas do IFUSP com o Coletivo de Mulheres Sonja Ashauer. Machismo e outros tipos de discriminação não serão tolerados” (COLETIVO DE MULHERES SONJA ASHAUER, 2021).

A imagem que abre o *post* traz o Espelho de Vênus como moldura da inscrição “8 de março – Dia Internacional da Mulher”. A ilustração simples, feita com traço preto, alude à seriedade do tema. A fonte da frase “Dia Internacional da Mulher” acompanha o significado. Somente a palavra “março” é grafada com linha curva, o que remete ao feminino.

Acredito que a conjunção de traços curvos e retos na imagem do Coletivo De Mulheres Sonja Ashauer signifique que a delicadeza das mulheres não pode ser confundida com fragilidade, pois lutam fortemente por suas convicções. Essa ideia vem expressa no texto que acompanha a imagem 3.20, que traz um desabafo sobre a provação diária por que passam as alunas que escolheram uma carreira masculina:

Ser mulher no instituto de física é marcar presença. É olhar para o lado e não se reconhecer. É ter tido uma vida de desafios a mais para ter alcançado seus objetivos e, mesmo assim, ser questionada. Questionada pelas escolhas que você fez e que você quer fazer que nunca serão suficientes. É chorar por se sentir impostora, respeitar seus limites quando necessário e continuar tentando. As nossas escolhas, a nossa liberdade, nunca foram só nossas e ainda é uma luta diária para conquistá-las. Mas não é só uma atividade individual, é do coletivo. E por isso é também reconhecer a luta do passado e pensar no presente. Às vezes não tem nada que possamos fazer para mudar essa desigualdade, mas estar presente é resistir, é uma luta e juntas sempre somos mais fortes. Em um contexto em que a situação política, econômica e social ainda escancara essa diferença e em que o futuro nunca pareceu tão incerto. Queremos homenagear as docentes do instituto que por marcar presença já quebraram tantas barreiras: Anne Louise Scarinci, Barbara Lopes Amaral [...]Rosangela Itri⁴⁵. Obrigada por nos inspirarem! (COLETIVO DE MULHERES SONJA ASHAUER, 2021)

Assim, entendo que a severidade das fontes retas denota a força da luta das mulheres que compõem os coletivos Geni, Marias e Sonja Ashauer por uma vida acadêmica livre de violências. Já as linhas sinuosas caracterizariam o sentido de gentileza, respeito e aliança entre elas. Desse modo, as linhas e formas presentes nas ilustrações acima confirmam a categoria semântica fundamental do plano de conteúdo “opressão vs liberdade”, também apontando para a decolonização da imagem da mulher fixada pela colonialidade como um ser frágil e sem a autonomia característica dos homens.

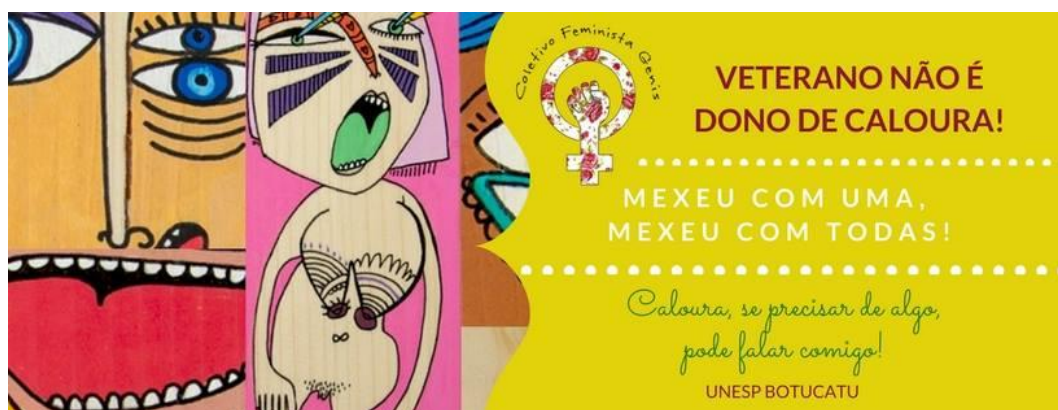
⁴⁵ Nomes de professoras do Instituto de Física da USP e cientistas da área. O trecho foi editado pois o coletivo citou quase vinte mulheres.

4.3 Diversidade e corpos decolonizados marcam a luta das mulheres

Na descrição disponível no campo “Sobre”, da página do *Facebook* do Coletivo Feminista Genis⁴⁶, ligado a alunas da Faculdade de Medicina da UNESP/Botucatu, está escrito “Somos todas Genis!”, mais uma referência à música de Chico Buarque, que trata da opressão às mulheres e seus desejos.

Para a análise da imagem de capa do coletivo parto principalmente da categoria topológica do plano de expressão, que examina o posicionamento das figuras; porém, introduzi ao final dessa análise um comentário sobre elementos da categoria eidética, que examina as formas utilizadas.

Imagem 3.21 – Capa - Coletivo Genis/ UNESP



Fonte – Página do coletivo no *Facebook*⁴⁷

A imagem foi concebida a partir de uma das obras da ilustradora feminista espanhola que se autodenomina *p.nitas*⁴⁸. O desenho remete à pintura cubista “Guernica” (1937), de Pablo Picasso, que representa a dor provocada aos habitantes da cidade que dá nome ao mural, bombardeada pelas forças nacionalistas durante a Guerra Civil Espanhola (1936 a 1939). A obra tornou-se um ícone da luta pela liberdade por sua mensagem de resistência ao autoritarismo fascista que devastou o país.

Na pintura de Picasso as cenas de mulheres sofrendo dominam o quadro. Vemos uma mãe chorando com o filho morto nos braços, outra que assiste sua casa pegar fogo, e, ainda, uma que tem a perna ferida ao tentar fugir do horror. Todas foram representadas com as bocas

⁴⁶ Coletivo Genis – UNESP/ Botucatu. Facebook: <https://www.facebook.com/coletivogenis/> Acesso: 02/11/2020

⁴⁷ Idem

⁴⁸ Pnitas. Instagram: <https://www.instagram.com/pnitas/> Acesso: 02/11/2020.

abertas, gritando, assim como na ilustração de *p.nitas**, que também faz referência a outras características do movimento cubista, como os olhos duplicados.

A capa do Coletivo Genis está dividida em duas partes, o que delimita zonas de sentido de acordo com o posicionamento de figuras ou personagens. À esquerda, as figuras estão ligadas à opressão vivida no cotidiano acadêmico, representadas no plano de expressão pelos desenhos de bocas de mulheres gritando. Gritar é uma reação ao medo, mas também tem valor relativo à liberdade. Na capa do Coletivo, os gritos das mulheres podem ser entendidos como uma representação da suspensão da regra do calar feminino imposto pela estrutura patriarcal vivida nos *campi*.

À direita estão frases ligadas ao domínio da resistência, da liberdade. São três, sendo a de maior destaque “Veterano não é dono de caloura”, posicionada na parte superior, em fonte grossa de cor vermelha, com linhas retas, que imprimem um sentimento de retidão, como visto na análise anterior. Tais características gráficas expressam a importância semântica do enunciado, que define um dos principais objetivos da criação da maioria dos coletivos universitários criados por mulheres: acabar com a violência vivida nos *campi*, principalmente nas festas e eventos de recepção aos calouros.

O propósito é reforçado pelas frases que vêm abaixo da primeira: “Mexeu com uma, mexeu com todas” e “Caloura, se precisar de algo pode falar comigo”, mas desta vez foram utilizadas linhas curvas, que expressam acolhimento, como nas imagens analisadas no item anterior.

Como já citado, as frases ou legendas podem reforçar ou contradizer uma imagem. Na capa do Coletivo Genis os textos verbais amplificam o sentido, já que as bocas abertas como gritos ou reprovações já enfatizam o conteúdo da legenda “Veterano não é dono de caloura”, desfazendo uma possível polissemia da imagem e orientando sua significação (Barthes, 1984). Assim, o plano de expressão em sua relação com o plano de conteúdo, vai em direção à liberdade e não à opressão.

Destaco os corpos disformes das personagens inseridas no lado esquerdo da capa do coletivo. As mulheres têm membros desproporcionais, como braços, olhos e narizes, além de seios caídos. Nesse sentido, a partir da análise da categoria eidética proposta por Greimas, responsável pela apreciação das formas, uma figura disforme pode gerar um sentido de liberdade, ao contrário de uma figura uniforme, mais ligada à repressão e ao enclausuramento, como aponta Pietroforte (2020a).

Assim, os corpos que ilustram a capa do Coletivo Genis também traduzem o tema semântico opressão vs liberdade. Além disso, a recusa a utilizar personagens com corpos simétricos vai ao encontro da decolonização do olhar ao romper com o modelo de corpos perfeitos.

Ilustrações que trazem diversidade de corpos são recorrentes nas representações imagéticas criadas pelos coletivos universitários, principalmente os de designação feminista. As figuras retratadas têm distintos tons de pele, tipos de cabelos, e muitas vezes são de várias etnias, como se percebe nas imagens 3.22 e 3.23, compartilhadas em 2021 pelos coletivos Genis/UNESP⁴⁹ e Bertha Lutz, criado por alunas da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias - FCAV/UNESP⁵⁰:

Imagem 3.22 – Corpos - Genis/UNESP



Fonte – Perfil do coletivo no Instagram⁵¹

Imagem 3.23 – Corpos – Bertha Lutz/UNESP



Fonte – Perfil do coletivo no Instagram⁵²

A imagem 3.22 faz referência ao acolhimento de calouras e veteranas. Já a segunda peça (3.23) é uma chamada de uma roda de conversa para discutir o conceito de sororidade, que expressa a união entre as mulheres. Trecho do texto que acompanha a imagem traz o convite:

⁴⁹ Coletivo Genis – UNESP / Botucatu. Facebook: <https://www.facebook.com/coletivogenis> Acesso: 12/12/2021.

⁵⁰ Bertha Lutz - Coletivo Feminista da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias - FCAV/UNESP. Acesso: 12/12/2021

⁵¹ Coletivo Genis – UNESP / Botucatu. Facebook: <https://www.facebook.com/coletivogenis> Acesso: 25/02/2022.

⁵² Bertha Lutz - Coletivo Feminista da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias - FCAV/UNESP – Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/coletivoberthalutz/> / Acesso: 12/12/2021

O Coletivo Feminista Bertha Lutz convida você para nossa próxima Roda de Conversa, em que vamos nos reunir para entender mais sobre o conceito de Sororidade, sua importância e sua relação com a rivalidade feminina. Vamos juntas conversar sobre apoio, respeito e empatia entre mulheres?! (COLETIVO BERTHA LUTZ, 2021).

O Coletivo Feminista Enedina Alves Marques⁵³, criado por alunas da Escola de Engenharia de Lorena/SP da USP, também trouxe uma ilustração com diversos tipos de figuras femininas (brancas e negras) em *post* comemorativo (Imagem 3.24) ao Dia Internacional das Mulheres na Engenharia, 23/06/2021:

Imagem 3.24 – Corpos - Coletivo Enedina Alves/EEL USP



Fonte – Perfil do coletivo no *Instagram*⁵⁴

No texto que acompanha a imagem, o Coletivo Enedina faz menção ao machismo e à falta de representatividade feminina presentes nas carreiras ligadas à engenharia:

Formalizado pela Women's Engineering Society, o Dia Internacional das Mulheres na Engenharia foi criado para exaltar todas as mulheres que enfrentam essa área ainda tão machista e desigual. Segundo o INEP, apenas 37,3% das pessoas que trabalham com Engenharia, Produção e Construção são mulheres, o que demonstra que ser engenheira no Brasil é uma luta diária, que deve ser celebrada (COLETIVO ENEDINA, 2021).

⁵³ Coletivo Feminista Enedina Alves Marques - EEL/USP. Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/coletivofeministaenedina/> Acesso em: 03/11/2021

⁵⁴ Idem.

A demarcação entre profissões consideradas masculinas e femininas advindas da divisão social do trabalho no sistema patriarcal, gerou a fuga das mulheres de campos considerados masculinos. Como afirmam Ávila e Portes (2009, p. 95), elas também não escolhiam esses cursos de graduação, “dando origem a áreas demarcadas como mais ‘femininas’, como as ciências humanas e a maior parte dos cursos da saúde, ou mais ‘masculinas’, como aqueles da área das ciências exatas e carreiras tecnológicas”. Essa divisão acabou gerando preconceitos que até hoje atingem mulheres que desejam seguir essas profissões.

O Coletivo Minas do IQ⁵⁵, do Instituto de Química da UNICAMP, em *post* de 08 de fevereiro de 2018 no *Facebook* também optou por retratar em sua imagem de capa (3.25), a diversidade de corpos a partir de três mulheres: uma oriental, uma branca e uma negra, que traz no rosto um tipo de pintura étnica:

Imagem 3.25 – Corpos - Minas do IQ/UNICAMP



Fonte – Página do coletivo no *Facebook*⁵⁶

A diversidade também está retratada na imagem criada por @amjulia_ para o *post* do MUDA - Coletivo de Mulheres da Faculdade de Ciências Médicas da UNICAMP⁵⁷. Acreditamos que a figura feminina da ilustração seja uma síntese de mulheres historicamente excluídas, pois traz o cabelo negro e liso da indígena, o desenho com as cores LGBTQIA+ que atravessa seu rosto e o brinco roxo que, como citado anteriormente, remete às lutas pela livre expressão das diversas identidades de gênero.

⁵⁵ Minas do IQ – Instituto de Química / UNICAMP. *Facebook*: <https://www.facebook.com/minasdoiq> Acesso: 30/03/2021.

⁵⁶ Idem

⁵⁷ Coletivo Feminista Muda / FCM UNICAMP – *Instagram*: <https://www.instagram.com/mudaunicamp/> Acesso: 14/05/2020.

Imagem 3.26 – Corpos – Muda/UNICAMP



Fonte – Perfil do coletivo no *Instagram*⁵⁸

A Coletiva Maria Sem Vergonha⁵⁹, da EACH/USP, revela a preocupação com a identidade corporal de mulheres indígenas em *post* de 24/07/2020 no *Instagram*, que criticou a interferência cultural da branquitude na estética de todas as raças e etnias:

Imagem 3.27 – Corpos – Maria Sem Vergonha/USP



Fonte – Perfil do coletivo no *Instagram*⁶⁰

⁵⁸ Idem.

⁵⁹ Coletiva Feminista Maria Sem Vergonha, da EACH-USP. Instagram: @coletiva_msv Acesso: 07/11/2021.

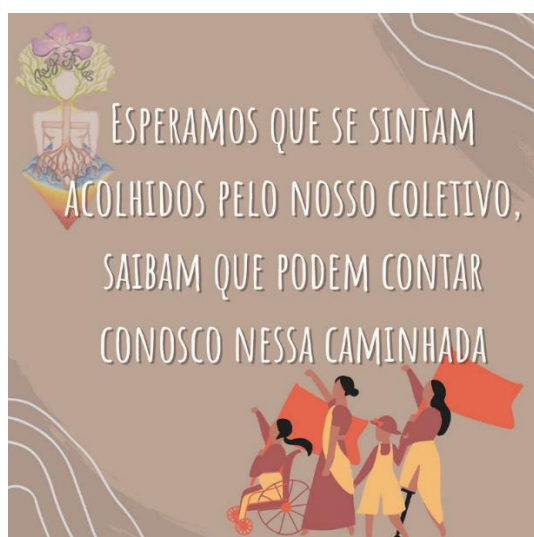
⁶⁰ Idem

O *post* tem relação com um evento realizado por esposas de militares brasileiros no final de junho de 2020. Apresentada como uma “ação social”, mulheres brancas levaram esmaltes, maquiagem e agasalhos para a Terra Indígena Yanomami, na divisa com a Venezuela, como explica o texto compartilhado no *Instagram*:

Que a pressão estética é perigosa em seus diversos desdobramentos nós sabemos. Desta vez, esposas de militares se sentiram no lugar de levar à terras indígenas maquiagens, esmaltes e roupas, causando aglomeração desnecessária em plena pandemia, sem ao menos considerar os costumes e tradições das pessoas que vivem ali. Para além da problemática sanitária trazemos aqui a reflexão sobre como a pressão estética está tão enraizada nos costumes das mulheres brancas que é confundido com cuidado ao ser levado para as mulheres indígenas neste contexto tão delicado. Fiquemos atentas, assim, em relação ao que consideramos cuidado (para conosco e para com as outras) e clamamos por mais respeito e responsabilidade para como os povos indígenas, em especial, às mulheres Yanomamis (COLETIVA MSV, 2020).

Para acolher ingressantes de 2021 e 2022, os coletivos feministas Raiz Fulô⁶¹, da ESALQ/USP, e Leilane Assunção⁶², ligado à pós-graduação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, de designação LGBTQIA+, criaram *posts* em seus perfis no *Instagram* que, além de imagens de diversos tipos de mulheres – negras, brancas, indianas e meninas - também incluíram representações femininas em distintas condições físicas: grávida, deficiente visual e auditivo, além de uma em cadeira de rodas.

Imagem 3.28 – Corpos – Raiz Fulô/USP



Fonte – Perfil do coletivo no *Instagram*⁶³

Imagem 3.29 - Corpos - Leilane Assunção/UNICAMP



Fonte – Perfil do coletivo no *Instagram*⁶⁴

⁶¹ Coletivo Feminista Raiz Fulô ESALQ/USP. *Instagram*: @raizfulo Acesso: 04/02/2022.

⁶² Coletivo Leilane Assunção. *Instagram*: @coletivopgleilaneassuncao/ Acesso: 04/02/2022.

⁶³ Coletivo Feminista Raiz Fulô ESALQ/USP. *Instagram*: @raizfulo Acesso: 04/02/2022.

⁶⁴ Coletivo Leilane Assunção. *Instagram*: @coletivopgleilaneassuncao/ Acesso: 04/02/2022.

Acredito que essas imagens, além de destacar a diversidade, ainda pode gerar discussões sobre o capacitismo, um tipo de discriminação e/ou opressão que atinge pessoas com alguma deficiência física, intelectual ou sensorial. A inclusão dessas mulheres nas ilustrações pode ajudar a quebrar preconceitos, pois muitos consideram esses indivíduos como incapazes de realizar tarefas do cotidiano, o que acaba determinando sua exclusão social.

O Coletivo Alice Canabrava⁶⁵, ligado à FEA – Faculdade de Economia e Administração da USP, compartilhou um *post* em 24/11/2019 sobre a reunião final do grupo naquele ano, em que seriam discutidos os planos para o ano seguinte. A imagem (3.30) mostra três corpos femininos: uma mulher branca de cabelos ruivos e com tatuagens, uma segunda mulher de corpo rosa e cabelos azuis e uma mulher negra com cabelos crespos. As três têm corpos considerados fora do padrão pela nossa sociedade e pela mídia: vão do sobrepeso à obesidade, o que denota que o coletivo também preza por utilizar representações de diversos tipos de corporalidades.



Fonte – Página do coletivo no *Facebook*⁶⁶

Questionamentos sobre o corpo magro ser considerado o perfeito em nossa sociedade, o que acaba violentando quem não se enquadra nesse modelo, foram temas de diversos *posts* dos coletivos universitários aqui analisados. A crítica à gordofobia foi abordada pela Frente Feminista Limeira⁶⁷, ligada a alunas do *campus* Limeira/SP da UNICAMP, em mesa redonda realizada em 15/07/2021 (Imagem 3.31) e pelo Coletivo Bertha Lutz⁶⁸, da FCAV/UNESP (Imagem 3.32) em roda de conversa sobre aceitação corporal, divulgada em 20/10/2020.

⁶⁵ Coletivo Alice Canabrava FEA/USP. Facebook : <https://www.facebook.com/coletivoalicecanabrava> Acesso: 07/03/2021

⁶⁶ Idem

⁶⁷ Frente Feminista Limeira/UNICAMP. Facebook: <https://www.facebook.com/frentefem> Acesso: 02/11/2021

⁶⁸ Bertha Lutz - Coletivo Feminista da FCAV - Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias/UNESP. Acesso: 05/12/2020

Imagem 3.31 - Corpos - Frente Feminista Limeira

Fonte – Página do coletivo no Facebook⁶⁹

Imagem 3.32 – Corpos – Coletivo Bertha Lutz

Fonte – Página do coletivo no Facebook⁷⁰

As duas imagens acima trazem fotografias de mulheres em sobrepeso ou obesas, mesma situação da peça compartilhada pelo coletivo Alice Canabrava (Imagem 3.30), que, todavia, não faz referência à gordofobia. Já o *post* da Frente Feminista Limeira (Imagem 3.31) informava que o tema da mesa redonda era “O despertar gordofóbico”, e que abordaria outras questões relacionadas a esse tipo de discriminação: a pressão estética em estar enquadrado em um padrão de beleza, a atividade física, a nutrição e ações para o combate à gordofobia.

Entendemos que a gordofobia é um tema que ainda precisa ser debatido na sociedade, somos a cada dia envolvidas com a pressão estética, que impõe padrões corporais impossíveis de serem alcançados, adoecendo cada vez mais indivíduos fora desse padrão social. Por isso nós da Frente Feminista convidamos você para um despertar gordofóbico na nossa Mesa Redonda: “Comece sua revolução- O despertar gordofóbico”. Chamaremos convidadas super especiais e ativos em uma militância de combate a gordofobia para conversarmos sobre esse tema. Em breve soltaremos nosso forms de inscrição! Fiquem ligades!ps: Todas as pessoas são bem vindes! (FRENTE FEMINISTA LIMEIRA, 2021)

A roda de conversa “Aceitação corporal”, do Coletivo Feminista Bertha Lutz tangencia o tema da gordofobia ao discutir a pressão estética que recai sobre as mulheres nas redes sociais digitais, como se percebe pelo texto que acompanhava o *post*:

⁶⁹Frente Feminista Limeira. Facebook: <https://www.facebook.com/frentefem> Acesso: 02/11/2021

⁷⁰ Bertha Lutz - Coletivo Feminista da FCAV - Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias/UNESP. Acesso: 05/12/2020

Na próxima reunião do Coletivo Feminista Bertha Lutz, teremos uma roda de conversa para discutirmos sobre aceitação corporal! A pressão estética sobre o corpo feminino vem se tornando cada vez maior, principalmente nas redes sociais. Venham dividir esse momento com a gente e conversar sobre o tema. 24/10 (sábado), 14h30 (COLETIVO BERTHA LUTZ, 2020)

O termo gordofobia, ou *fat-shaming*, designa a discriminação de pessoas com sobrepeso ou obesas por aqueles que julgam que os corpos fora do padrão se referem a pessoas desprezíveis ou repugnantes. O preconceito associa o excesso de peso de um indivíduo a características de personalidade, o que marginaliza pessoas desse grupo e cria gatilhos para problemas de saúde mental relacionados à autoestima.

Esse ódio e pavor é denominado de gordofobia. É uma discriminação que leva à exclusão social e, conseqüentemente, nega acessibilidade às pessoas gordas. Essa estigmatização é estrutural e cultural, transmitida em muitos e diversos espaços e contextos na sociedade contemporânea. O prejulgamento acontece por meio de desvalorização, humilhação, inferiorização, ofensa e restrição dos corpos gordos de modo geral. (JIMENEZ, 2020, p. 147)

A gordofobia é consequência de um sistema de beleza e poder que exclui os corpos considerados fora do padrão. Em seus estudos Foucault (1979) já apontava o corpo como um campo de poder do Estado, e, posteriormente, Deleuze (2002), como ressalta Jimenez, dirigiu seu olhar para o corpo como um alvo de nossa própria ansiedade em se alinhar ao padrão imposto.

Após duas décadas que Foucault anunciava a sociedade disciplinar, Deleuze nos chamou a atenção para uma nova transformação — uma sociedade de controle, e os corpos, antes vigiados, punidos e disciplinados, agora são controlados por nós mesmos, ou seja, somos nossos próprios algozes. O corpo sempre estará no controle capitalístico de ser disciplinado, mas, principalmente, controlado, seguindo as regras estipuladas pelo sistema. Quando isso não acontece, somos punidas socialmente e, assim, rapidamente voltamos ao ciclo do controle (JIMENEZ, 2020, p. 159)

As mulheres de corpos disformes presentes na ilustração de capa do Coletivo Genis, e as negras, orientais, indígenas, obesas, cadeirantes, deficientes visuais e grávidas presentes nas imagens dos outros coletivos analisados nesse item, sintetizam a liberdade perseguida pelas estudantes frente à discriminação dos corpos que não se encaixam no padrão reproduzido à exaustão pela mídia hegemônica, o que confirma o tema semântico opressão vs liberdade. Portanto, ao romper com o modelo de corpo magro, proporcional e branco, as representações gráficas compartilhadas por esses coletivos tornam-se fundamentais para a estratégia de decolonização do olhar.

Jimenez (2020, p. 159) aponta para essa ideia ao ressaltar a importância da luta feminista contra a gordofobia: “A proposta de (re)existir do feminismo gordo tem reverberação direta em uma nova maneira de reconstruir nossas vidas e descolonizar, despatriarcalizar nossos corpos, saberes, desejos e modos de estar e se relacionar, socialmente e intimamente, com o mundo e conosco” (JIMENEZ, 2020, p. 159).

4.4 Sexualidades plurais, formas plurais

Nesse item o exame se dará pela categoria eidética, que examina as formas das figuras utilizadas na composição da imagem, sejam os traços ou os corpos das personagens ilustradas.

O acolhimento à diversidade de gênero e às múltiplas sexualidades é conteúdo regularmente abordado nos *posts* dos coletivos universitários. Os de designação feminista problematizam a inclusão de todas as variantes de feminismos, por isso suas imagens trazem representações de múltiplas dimensões de gênero e sexualidades, como a compartilhada pelo Coletivo Trepadeiras⁷¹, ligado a alunas do Instituto Biológico da USP, em 27/01/2021, sobre relacionamentos abusivos.

Além da utilização das cores verde, branco e lilás, que, como visto, representam os movimentos feminista e LGBTQIA+, a imagem (3.33) traz ilustrações de quatro personagens, que representam tipos distintos de mulheres, com vaginas e com pênis.

Imagem 3.33 – Sexualidades – Coletivo Trepadeiras/USP



Fonte – Página do coletivo no Facebook⁷²

⁷¹ Trepadeiras Coletivo-IB/USP. Facebook: <https://www.facebook.com/coletivotrepadeiras> Acesso: 10/10/2021.

⁷² Idem.

O MUDA - Coletivo de Mulheres da Faculdade de Ciências Médicas da UNICAMP⁷³, também inseriu a vivência das variadas dimensões do ser mulher no questionamento às pautas excludentes do feminismo em *post* de 28/06/2020, Dia do Orgulho LGBTQIA+.

A imagem (3.34) que acompanha o *post* traz o seguinte texto: “Se o seu feminismo ignora a diversidade de orientação sexual e de gênero, ele serve pra quem?” A frase vem centralizada na imagem, em destaque. Ao redor, formas onduladas, que remetem ao feminino, como já citado, em diversas cores – azul, rosa, vermelho, verde e amarelo, que se misturam e dão origem a outras cores. A intenção, em minha opinião, seria a de provocar uma analogia entre as diferentes performances de gênero femininas a partir desses signos cromáticos e suas combinações, que representam o masculino, o feminino e o LGBTQIA+.

Imagem 3.34 – Sexualidades – Muda/UNICAMP



Fonte – Perfil do coletivo no Instagram⁷⁴

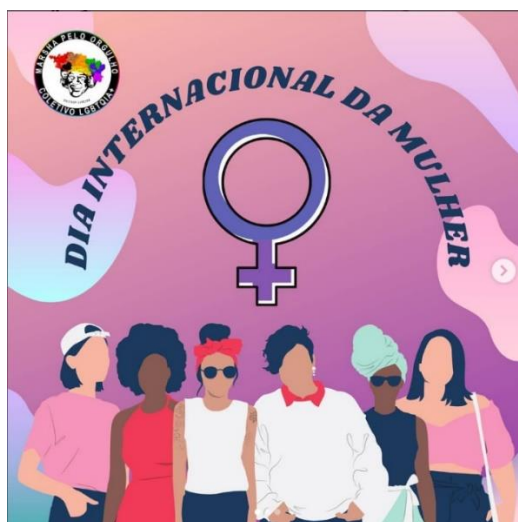
A imagem 3.35 foi criada pelo Coletivo Marsha Pelo Orgulho LGBTQIA⁷⁵+, ligado a estudantes do campus Limeira da UNICAMP (sem menção a curso) em Homenagem ao Dia Internacional da Mulher de 2021. A peça, publicada em 08/03/2021 no perfil no *Instagram* do coletivo, traz seis personagens com vestimentas, cores de pele e penteados distintos, o que reflete a compreensão de que a identidade de gênero é independente do sexo biológico.

⁷³ Coletivo Feminista Muda / UNICAMP – Instagram: <https://www.instagram.com/mudaunicamp/> Acesso: 21/05/2021.

⁷⁴ Idem.

⁷⁵ Coletivo Marsha Pelo Orgulho LGBTQIA – UNICAMP/Limeira. Instagram: @ marshaunicamplimeira Acesso: 21/05/2021.

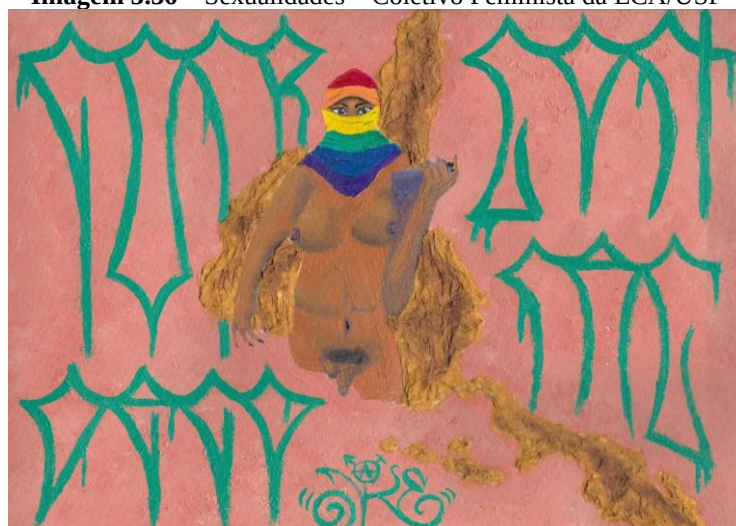
Imagem 3.35 – Sexualidades – Coletivo Marsha/UNICAMP



Fonte – Perfil do coletivo no *Instagram*⁷⁶

O Coletivo Feminista da ECA - Escola de Comunicações e Artes da USP⁷⁷, compartilhou no *Facebook*, em 30 de julho de 2020, uma ilustração de autoria de Níke (insta@transviada_). A personagem central da peça é negra, tem olhos amendoados, seios e pênis. Veste um *hijab*, ou *hijabe*, um tipo de véu que cobre a cabeça e os ombros de mulheres muçulmanas, nas cores do arco-íris, símbolo da bandeira LGBTQIA+. A imagem traduz de forma impactante os múltiplos sujeitos ancorados ao que é ser uma mulher. Tanto em relação ao gênero como a raças/etnias e religiões.

Imagem 3.36 – Sexualidades – Coletivo Feminista da ECA/USP



Fonte – Página do coletivo no *Facebook*⁷⁸

⁷⁶ Idem

⁷⁷ Coletivo Feminista da ECA USP. Facebook: <https://www.facebook.com/feminismoeca> Acesso: 16/04/2021

⁷⁸ Idem

A imagem foi criada para ilustrar um *post* que convidava estudantes para uma reunião sobre o cuir⁷⁹ decolonial. A categoria queer é uma identidade relacionada a indivíduos que não se enquadram no sistema heterocisnormativo. Trata-se de um termo guarda-chuva, que inclui diversas manifestações de gênero e sexualidades, portanto, que visa desconstruir o binarismo homem-mulher.

Ao dar um corpo único aos vários gêneros e sexualidades, entendo a imagem do Coletivo Feminista da ECA como uma peça que promove um olhar decolonial. Trata-se de uma ilustração que provoca enfrentamento à exclusão e à discriminação das múltiplas identidades de gênero nos *campi* universitários. Como aponta Mohanty (2003, p. 195), a produção de imagens pode ser resistência e poder de autodefinição ao tentar interromper as lógicas estabelecidas pela matriz colonial de poder.

4.5 Posicionamento, fontes e cores dão forma à resistência

Em uma análise topológica (que examina a distribuição das figuras) das imagens de perfil e de capa (Imagem 3.37) da página do *Facebook* do Coletivo Negro Carolina Maria de Jesus⁸⁰, da Faculdade de Saúde Pública da USP, percebo que a fotografia da escritora, compositora e poetisa brasileira que dá nome ao grupo, está centralizada na imagem de perfil (à esquerda), o que a coloca como personagem principal da imagem.

Imagem 3.37 – Perfil e capa - Coletivo Negro Carolina Maria de Jesus/USP



Fonte – Montagem a partir de imagens disponíveis na página do coletivo no *Facebook*⁸¹

⁷⁹ Cuir – termo utilizado na América Latina como tradução da palavra em língua inglesa *queer*.

⁸⁰ Coletivo Negro Carolina Maria de Jesus/ USP. Facebook: <https://www.facebook.com/coletivonegrofsp/>
Acesso: 26/10/2019

⁸¹ Idem

O nome dela também está alinhado ao centro da imagem de capa (à direita), o que confere importância à figura, pois é o ponto que mais chama a atenção de quem vê a foto. E as letras grandes utilizadas na grafia também denotam a importância dada à escritora.

Além disso, Carolina é representada mediante sua relação com os livros, que tomam a parte inferior da foto. Vemos a escritora escrevendo ou autografando. Em uma busca rápida na internet verifiquei que existem diversas imagens que revelam seu rosto ou sua casa na favela do Canindé, na cidade de São Paulo, local onde vivia até publicar o livro “Quarto de despejo” (1958), um diário em que escreveu sobre a vida no local.

Poucas fotografias mostram Carolina ao lado de livros, que desde menina eram sua paixão. Porém, uma dessas imagens foi a escolhida pelo Coletivo como imagem de seu perfil no *Facebook*. Acredito que essa opção reflete a preocupação das/os/es estudantes em não reforçar a representação estereotipada da mulher negra como favelada, empregada doméstica ou mulata sexualizada, como sublinha, ironicamente, Gonzales (1984, p. 266): “mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta. Basta a gente ler jornal, ouvir rádio e ver televisão”.

A presença dos livros determina o papel representado pela autora na sociedade a partir das conotações sociais dirigidas a eles em nosso tempo histórico, como aponta Pietroforte (2020^a, p. 160): “todo símbolo necessita de uma ancoragem em seu processo histórico, e a semiótica de cada um deles só pode ser determinada na relação que o discurso ao qual pertence contrai com os demais discursos sociais de sua época”.

Os livros, então, teriam como função diferenciar Carolina dessas representações concretizadas pela colonialidade, indo ao encontro do que afirma Burke (2017, p. 44): “certos objetos simbólicos referem-se a papéis sociais específicos”. Nesse caso, a imagem contém a figurativização do valor inscrito no objeto livro - cultura e sabedoria – decolonizando, desse modo, a imagem recorrente das mulheres negras como incapazes intelectualmente de conquistar empregos melhores que os citados acima por Gonzales.

Também acredito que a presença dos livros junto à escritora na fotografia (plano de expressão) estaria caracterizando a liberdade de não ser o estereótipo da mulher negra, fugindo, assim, da opressão intelectual, o que leva à confirmação do tema semântico opressão vs liberdade proposto para essa análise.

Ressalto, ainda, em um exame da categoria cromática, a utilização das cores branco e preto na composição das imagens de perfil e capa. Acredito que o branco seja utilizado somente como elemento de contraste para o preto, que carregaria os significados mais importantes.

Acredito que a utilização da cor se deva à referência da pele e do cabelo dos membros dos coletivos, denotando a consciência e o orgulho racial.

Além disso, o preto também é relacionado ao luto, à morte, à solidão e à seriedade, o que pode remeter ao sofrimento experimentado pela população negra em sua vida social, incluindo-se aí a vivência universitária, constantemente permeada de violências, discriminações e apagamento histórico.

Outros coletivos negros seguem a estrutura de criação das imagens utilizadas pelo Coletivo Carolina Maria de Jesus: o uso da cor preta, as fontes grandes e figuras centralizadas. Exemplos são o Núcleo de Consciência Negra da UNICAMP⁸² (Imagem 3.38) e o Coletivo Negro Simone Maia - IB Unicamp⁸³ (Imagem 3.39):

Imagem 3.38 – Perfil e capa – NCN/UNICAMP



Fonte – Montagem a partir de imagens disponíveis na página do coletivo no Facebook⁸⁴

Imagem 3.39 – Perfil e capa - Coletivo Negro Simone Maia/ UNICAMP



Fonte – Montagem a partir de imagens disponíveis na página do coletivo no Facebook⁸⁵

⁸² NCN - Núcleo de Consciência Negra da Unicamp. Facebook: <https://www.facebook.com/NucleoDeConscienciaNegraUnicamp> Acesso: 19/01/2022

⁸³ Coletivo Negro Simone Maia – IB UNICAMP. Facebook: <https://www.facebook.com/Coletivonegrosimonemaia> Acesso: 19/01/2022.

⁸⁴ NCN - Núcleo de Consciência Negra da Unicamp. Facebook: <https://www.facebook.com/NucleoDeConscienciaNegraUnicamp> Acesso: 19/01/2022

⁸⁵ Coletivo Negro Simone Maia – IB UNICAMP. Facebook: <https://www.facebook.com/Coletivonegrosimonemaia> Acesso: 19/01/2022.

Quanto às imagens desses dois últimos coletivos, percebo a intenção de decolonizar o olhar no uso da foto de uma manifestação de estudantes (imagem 3.38) e na ilustração do perfil de uma mulher negra com penteado afro (imagem 3.39). A meu ver, essas peças visuais remetem, respectivamente, à não aceitação da discriminação vivida e ao orgulho de seus traços, confirmando o tema opressão vs liberdade.

4.6 Formas e linhas da ancestralidade celebram a identidade negra

Os coletivos negros universitários aqui analisados frequentemente utilizam imagens com formas ancestrais em seus *posts* ou marcas identitárias. Um exemplo é o Coletivo Negro Simone Maia⁸⁶, ligado a estudantes do curso de Ciências Biológicas da UNICAMP, que compartilhou, em 26/12/2021 no *Instagram*, uma ilustração da celebração cultural africana Kwanza, que simboliza a comunidade e luta do povo preto.

Na composição da imagem (3.40) vemos o “kinara”, um castiçal com sete velas que faz parte de uma celebração de origem africana, além de uma família com trajes típicos e alguns alimentos. As cores utilizadas fazem referência à paleta cromática da maioria das bandeiras dos países africanos: preto, amarelo, vermelho e verde, além do marrom, relativo aos tons das peles negras.

Imagem 3.40 – Kwanza – Coletivo Negro Simone Maia/UNICAMP



Fonte – Perfil do coletivo no *Instagram*⁸⁷

⁸⁶ Coletivo Negro Simone Maia – IB/UNICAMP. *Instagram*: <https://www.instagram.com/csimonemaiaib/>
Acesso: 27/12/2021

⁸⁷ Idem.

Em texto que acompanha a imagem, o coletivo explica que a celebração Kwanza, foi criada pelo ativista Maulana Karenga, em 1966, nos Estados Unidos. Trecho do *post* conta qual o objetivo e como é realizada a celebração:

.... é uma manifestação cultural que celebra a vida, comunidade e luta do povo preto. Karenga acredita que antes de uma revolução e total libertação é necessária uma revolução cultural que trará forma e propósito a revolução política. O Kwanzaa dura 7 dias, iniciando-se no dia 26 de dezembro e terminando no dia 1º de janeiro, para cada dia há um princípio. Muitos imaginam que o Kwanzaa é uma espécie de 'Natal negro' mas não é uma celebração religiosa, podendo ser praticada por qualquer pessoa negra independente de sua crença. [...] Na cerimônia diariamente há o uso do kinara que é um candelabro com 7 velas que representa cada dia e princípio, esse candelabro tem inspiração nas velas de Ame-ra que era de Kemet(o verdadeiro nome do Egito) toda a celebração tem origem pensada na África, os princípios e falas são em Swahili a principal língua nativa falada no continente africano. Em 2007, a cidade de Salvador teve a primeira festa de Kwanza registrada, de lá pra cá alguns grupos em capitais brasileiras se organizam para dar vida a essa tradição, adaptando o que foi implementado nos Estados Unidos (COLETIVO NEGRO SIMONE MAIA, 2021)

A cerimônia, como explica o texto acima, não é uma recriação das festividades de Natal e Ano Novo ocidentais, mas sim uma celebração que, a partir de elementos da cultura negra, tem o claro propósito de retomar a identidade ancestral. O texto também faz referência à revolução cultural e política, o que, acredito, se dirige à ruptura da inferiorização cultural e à violência porque passa a comunidade negra em uma sociedade em que a democracia racial é uma utopia, como aponta Hall (2001).

As formas e figuras da imagem compartilhada pelo Coletivo Simone Maia claramente vão ao encontro do tema semântico opressão vs liberdade, pois, ao divulgar uma celebração que retoma as raízes do povo negro aponta para uma libertação cultural após séculos de opressão. Nesse sentido, também acredito que a escolha dessa peça pelo coletivo vá em direção à proposta de decolonização do olhar, pois, ao invés de uma imagem com elementos natalinos ocidentais, o coletivo trouxe uma nova visão dessa celebração a partir dos elementos africanos.

O Coletivo Negro USP Ribeirão Preto⁸⁸, ligado a estudantes do campus Ribeirão Preto/SP, também tenta fortalecer suas raízes na imagem de perfil de suas páginas no *Facebook* e no *Instagram* a partir da utilização do mapa da África com as cores base das bandeiras africanas. Sobre o mapa é sobreposto o punho cerrado, significando resistência à histórica dominação violenta da branquitude vivida no continente.

⁸⁸ Coletivo Negro USP Ribeirão Preto. Facebook: <https://www.facebook.com/ColetivoNegroUSPRP> Acesso: 20/02/2022.

Imagem 3.41- Perfil - Coletivo Negro USP Ribeirão Preto



Fonte – Página do coletivo no *Facebook*⁸⁹

Em 22/11/2021, o Coletivo Simone Maia/UNICAMP usou uma imagem (3.42) com elementos referentes à cultura negra para a divulgação do AquilombaFórum. O evento reuniu coletivos negros universitários para discutir dificuldades e perspectivas da vivência negra no espaço acadêmico.

Imagem 3.42 – Aquilomba Fórum - Coletivo Simone Maia / UNICAMP



Fonte – Página do coletivo no *Facebook*⁹⁰

A tentativa de fortalecer e dar visibilidade à cultura ancestral negra é percebida pelas formas (categoria eidética) e cores (categoria cromática) utilizadas na criação da imagem acima, composta por elementos étnicos africanos, a exemplo das figuras geométricas laterais, folhas e flores que remetem à ligação com a natureza, e, ainda, as cores laranja e marrom, que aludem ao sol do continente africano, à terra e à pele do povo negro.

⁸⁹ Idem.

⁹⁰ Coletivo Negro Simone Maia - IB Unicamp. Facebook: <https://www.facebook.com/Coletivonegrosimonemaia> Acesso: 29/11/2021

O Coletivo de Mulheres Negras Sueli Carneiro⁹¹, ligado à FFLCH/USP também utiliza vários tons da cor marrom nas figuras femininas que compõem o *post* de 05/04/2021 (Imagem 3.43), em que o grupo deseja boas-vindas às calouras de 2021. Compreendo que a intenção do uso dessa cor, assim como a dos coletivos negros citados anteriormente, também seja criar referência às diversas matizes da pele negra. Ainda destaco a presença de penteados e elementos afros nos cabelos das personagens, tema que discuto no próximo item.

A autoria das peças é de @_srsoares e @_arteeaxe.

Imagens 3.43 e 3.44 - Recepção calouras - CMN Sueli Carneiro/USP



Fonte – Perfil do coletivo no *Instagram*⁹²

O texto que acompanha as imagens destaca a experiência coletiva e a união das mulheres negras como elementos decisivos na transformação da realidade violenta entranhada na sociedade e, em especial, em sua vivência na universidade:

Desejamos boas-vindas a todas as calouras pretas de 2021! O Coletivo Sueli Carneiro surgiu em 2019 a partir da proposta e desejo de oferecer um espaço seguro para compartilharmos nossas vivências enquanto mulheres pretas. Para partilhar demandas de diversos espaços, mas, em especial, do universitário. Promovendo trocas que nos afirmam no meio e nos impulsionam a continuar oferecendo diversão, reflexão e afeto. Sabemos a importância e potência de se construir coletivamente, de partir de experiências comuns como ponto transformador da realidade. Há muitas forças dentro de cada uma, mas há outras que só encontramos no conjunto. E é essa união que acreditamos ser importante para passar por todas as barreiras que o meio uspiiano nos apresenta e impõe. Esse espaço também é nosso, então vamos ocupá-lo e permanecer. Juntas. Arte: @_srsoares / @_arteeaxe #usp #calourada2021 #fflchusp #negritude #mulherespretas #resistencianegra (COLETIVO DE MULHERES NEGRAS SUELI CARNEIRO, 2021)

⁹¹ CMN Sueli Carneiro – FFLCH/USP – Instagram: <https://www.instagram.com/cmnsuelicarneiro/> Acesso: 10/01/2022.

⁹² Idem.

O Dandara Coletivo⁹³, criado por estudantes da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP/Assis, postou em 04 de julho de 2017 uma chamada para a II Semana de Visibilidade Negra de Assis. A imagem do *post* (Imagem 3.45) traz a programação do evento e tem como destaque duas máscaras estilizadas, que, de acordo com o *site* do MAFRO⁹⁴ – Museu Afro-Brasileiro da UFBA (Universidade Federal da Bahia), são representações de mitos africanos utilizadas em ritos agrários, funerários ou de iniciação das tribos.

Imagem 3.45 – II Semana de Visibilidade Negra – Dandara Coletivo



Fonte – Post do coletivo no Facebook⁹⁵

Compreendo que o coletivo fez uso dessas figuras que remetem à cultura negra ancestral como um movimento de reapropriação de suas raízes, de redescoberta de sua existência como negros. Reforçam essa ideia o próprio nome do evento - Semana de Visibilidade Negra -, os tons de marrom e laranja utilizados na criação da imagem, as fontes gráficas rústicas, o tamanho das máscaras, além dos temas abordados.

Chama a atenção a realização de oficinas de tranças e brincos, que deixam pistas sobre um movimento de retomada da estética negra. Muitos dos coletivos negros, feministas ou não, estão se manifestando nesse sentido a partir de imagens que trazem referência aos cuidados com a beleza negra, principalmente os cabelos.

⁹³ Dandara Coletivo – UNESP/Assis. Facebook: <https://www.facebook.com/profile.php?id=100011107207692> Acesso: 04/12/2020.

⁹⁴ MAFRO – Museu Afro-Brasileiro da UFBA. Disponível em: <http://www.mafro.ceao.ufba.br/pt-br/colecao-africana/mascaras> Acesso: 04/12/2020.

⁹⁵ Idem

Se lembrarmos que há vinte anos muitos desses jovens tinham vergonha de seus cabelos crespos, alisando-os, hoje percebemos um movimento de descoberta da identidade ancestral, à uma decolonização de sua imagem.

Exemplos não faltam. Em 16/11/2021, o Coletivo Poli Negra⁹⁶, formado por estudantes da Escola Politécnica da USP, compartilhou um carrossel de imagens (3.46, 3.47, 3.48, 3.49, 3.50, 3.51, 3.52 e 3.53) em sua página do *Facebook*, com *posts* de divulgação da IV Semana de Consciência Negra. As imagens trazem fotos e relatos de alunas, alunos e alunas negros sobre a reapropriação do cabelo crespo e as dificuldades de romper as representações de beleza normatizadas pela colonialidade.

Um trecho do texto que acompanha as imagens traz o tom dessa experiência:

Crescemos vendo nossos traços serem desvalorizados, seja implícita ou explicitamente. Protagonistas de filmes e novelas eram diferentes de nós, e quando nossos traços eram exaltados sempre parecia ter algo malicioso por trás. Nossas conquistas sempre eram vistas como exceções à regra, e ver pessoas parecidas sofrendo todos os dias era apenas a violência final. Hoje precisamos de ferramentas para recuperar nossa autoestima, que ainda é continuamente atacada, seja em nosso dia a dia, seja pela mídia. Em comunidade encontramos força para resistir, força para realmente existir de forma plena e contínua. Aqui, lembramos a pretos, pretas e pretes que vocês são lindos, e que o seu melhor é mais do que suficiente (2021).

Imagens 3.46, 3.47, 3.48, 3.49, 3.50, 3.51, 3.52 e 3.53 – Carrossel Autoestima - Coletivo Poli Negra⁹⁷



⁹⁶ Coletivo Poli Negra/USP. *Facebook*: <https://www.facebook.com/coletivopolinegra> Acesso: 29/12/2021.

⁹⁷ Coletivo Poli Negra/ USP – *Facebook*. Disponível em: <https://www.facebook.com/coletivopolinegra> Acesso: 23/12/2022.



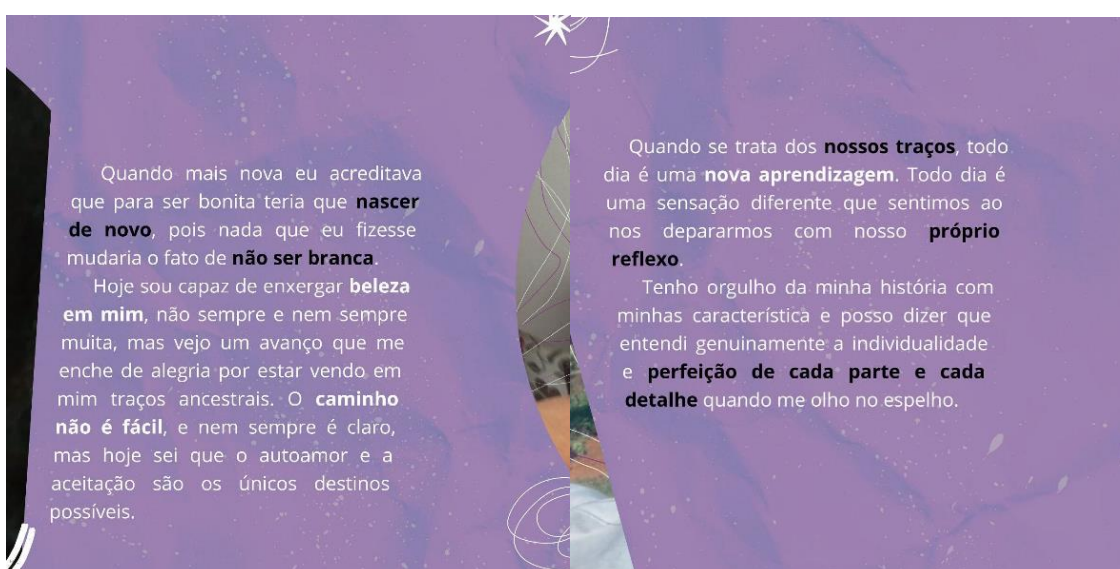
Eu sempre tive **muito problema com meu cabelo** kkk já **alisei** no passado, já tive a **fase careca**, já usei muita **touca e boné** pra tentar esconder ele.

Não sei, nunca parecia estar bom.

Até quando eu arrumava ouvia sempre *'ta igual, continua bagunçado igual todo dia'*

Nunca aprendi a cuidar dele também, usava uma mistura de shampoos da TV que claramente não passavam perto de ser bons para mim e por muito tempo esses meus **cachinhos** sumiram.

Esse cabelo já sofreu muito na minha mão, hoje abraço meus cachinhos com muito carinho e to **aprendendo a gostar deles**.



Quando mais nova eu acreditava que para ser bonita teria que **nascer de novo**, pois nada que eu fizesse mudaria o fato de **não ser branca**.

Hoje sou capaz de enxergar **beleza em mim**, não sempre e nem sempre muita, mas vejo um avanço que me enche de alegria por estar vendo em mim traços ancestrais. O **caminho não é fácil**, e nem sempre é claro, mas hoje sei que o autoamor e a aceitação são os únicos destinos possíveis.

Quando se trata dos **nossos traços**, todo dia é uma **nova aprendizagem**. Todo dia é uma sensação diferente que sentimos ao nos depararmos com nosso **próprio reflexo**.

Tenho orgulho da minha história com minhas característica e posso dizer que entendi genuinamente a individualidade e **perfeição de cada parte e cada detalhe** quando me olho no espelho.



AUTOESTIMA

iv semana da consciência negra

Nosso amor é ferramenta de resistência.

PARTE 2

artista - cassia ronz

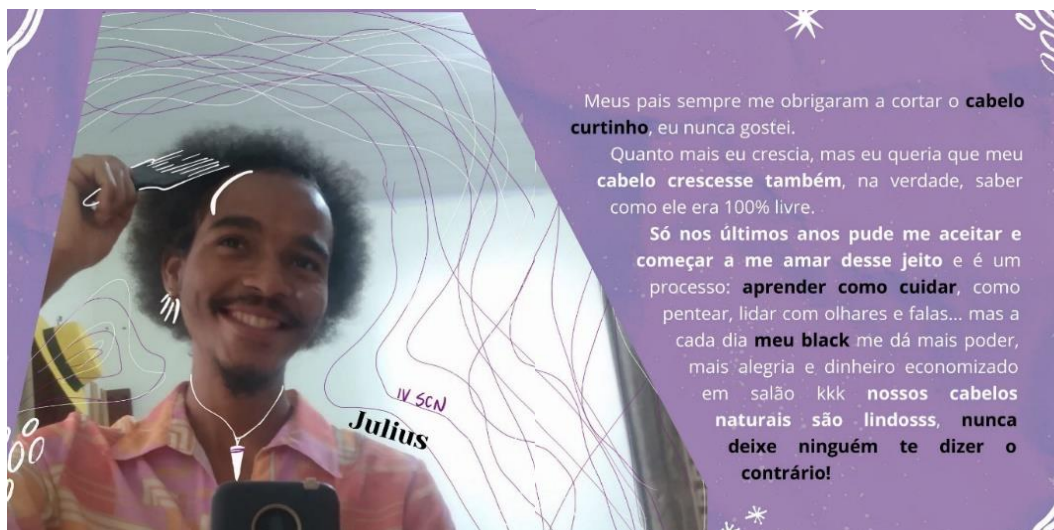
Quando eu deixei meu cabelo natural pela segunda vez em 2019 eu sabia que **perderia parte da minha passabilidade** nos lugares.

Ter **cabelo crespo** é diferente de ter **cabelo cacheado**, e as pessoas me olham de maneira diferente.

Desde o parente que insiste e perguntar porque não passo um creme pra **ficar mais baixo** até o medo constante que isso custe uma **vaga de estágio**.

Mas quando eu olho no espelho e vejo **meu Black** sei que nada paga a paz de espírito de se sentir pertencente a sua ancestralidade.

Eu amo demais meu cabelo, e não mudaria ele por nada.



Fonte – Página do coletivo no Facebook⁹⁸

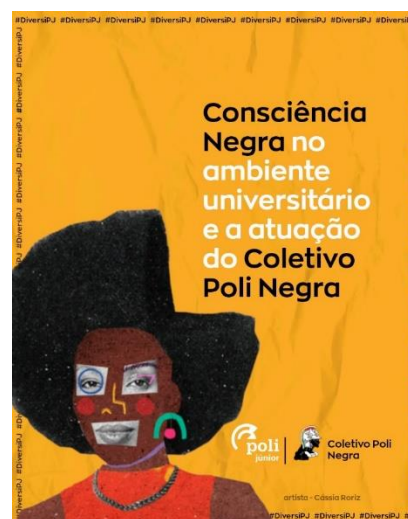
Depois da cor da pele, o cabelo é o item do corpo mais representado nas imagens criadas e compartilhadas pelos coletivos negros em suas páginas no *Facebook* e no *Instagram*. Em diversas publicações, mesmo que não tenham relação com a autoestima, as ilustrações trazem personagens que trazem o penteado denominado *black power*, como se vê nas imagens a seguir:

Imagem 3.54 - Cabelo - Coletivo Negro Claudia/USP⁹⁹



Fonte – Perfil do coletivo no Instagram¹⁰¹

Imagem 3.55 - Cabelo - Poli Negra/USP¹⁰⁰



Fonte – Página do coletivo no Facebook¹⁰²

⁹⁸ Idem

⁹⁹ Coletivo Negro Claudia Silva Ferreira - Letras USP – Instagram:

https://www.instagram.com/p/CWeOpKvPQML/?utm_medium=copy_link Acesso: 03/01/2022

¹⁰⁰ Coletivo Poli Negra/ USP – Facebook: <https://www.facebook.com/coletivopolinegra> Acesso: 23/12/2021

¹⁰¹ Coletivo Negro Claudia Silva Ferreira - Letras USP – Instagram:

https://www.instagram.com/p/CWeOpKvPQML/?utm_medium=copy_link Acesso: 03/01/2022

¹⁰² Coletivo Poli Negra/ USP – Facebook: <https://www.facebook.com/coletivopolinegra> Acesso: 23/12/2021

Imagem 3.56 - Cabelo – Col. Negro USP Rib.Preto¹⁰³

Fonte – Página do coletivo no Facebook¹⁰⁵

Imagem 3.57 - Cabelo – Col. Negro FZEA/USP¹⁰⁴

Fonte – Página do coletivo no Facebook¹⁰⁶

O Coletivo Negro FZEA¹⁰⁷ demonstra em diversos *posts* que seus membros participam ativamente desse movimento de retomada do orgulho afro a partir de adereços e penteados. Oficinas de tranças são realizadas recorrentemente pelo coletivo. Até a finalização dessa pesquisa, a última delas aconteceu em 18/03/2022, como mostra a Imagem 3.58.

Imagem 3.58 – Oficina de tranças – Coletivo FZEA/USP

Fonte – Página do coletivo no Facebook¹⁰⁸.

¹⁰³ Coletivo Negro USP Ribeirão Preto. Facebook: <https://www.facebook.com/ColetivoNegroUSPRP> Acesso: 20/03/2022.

¹⁰⁴ Coletivo Negro FZEA/USP – Facebook: <https://www.facebook.com/coletivonegro.fzea> Acesso: 26/03/2022

¹⁰⁵ Coletivo Negro USP Ribeirão Preto. Facebook: <https://www.facebook.com/ColetivoNegroUSPRP> Acesso: 20/03/2022.

¹⁰⁶ Idem

¹⁰⁷ Idem

¹⁰⁸ Idem

Como explicita o texto que acompanha o *post* de 26/02/2022, que chamou para essa oficina, a confecção de tranças em cabelos negros não é somente um penteado, mas uma herança colonial que deve ser respeitada e assumida. O evento foi preparado para a discussão de um episódio do programa BBB 2022 - Big Brother Brasil, veiculado pela Rede Globo em fevereiro do mesmo ano, onde uma das participantes (Laís) faz um pretense “elogio” à retirada da trança por uma mulher trans negra (Linn), como explicado em trecho do texto:

Em um diálogo após Linn retirar suas tranças, Laís disse: “Não, está linda, você vai ficar desse jeito, está maravilhosa, juro. Não sei por que você veio com essa porra dessa trança, está muito mais bonita assim”. O comentário de Laís veio disfarçado de “elogio”, mas ao falar dessa forma a participante desrespeita e menospreza elementos que são considerados importantes para a cultura negra (FZEA, 2022).

As imagens compartilhadas junto ao texto do Coletivo Negro FZEA/USP¹⁰⁹ traduzem a discussão sobre as tranças como um símbolo de resistência contra o padrão de beleza eurocêntrico:

Imagens 3.59, 3.60, 3.61, 3.62 e 3.63 – Oficina de tranças – Coletivo FZEA/USP



Fonte – Página do coletivo no *Instagram*¹¹⁰

¹⁰⁹ Coletivo Negro FZEA/USP – Instagram: @coletivonegro.fzea Acesso: 26/02/2022

¹¹⁰ Idem

Outro trecho do texto que acompanha a postagem ressalta a importância da representatividade da população negra frente ao modelo eurocentrado de beleza, a branquitude.

Essa formação do padrão europeu, em que o que é considerado bom ou bonito são traços brancos, é demonstrada em diversas áreas do nosso dia a dia. Desde criança, até a vida adulta. Bonecas, modelos, televisão, por onde você olhar verá um reforço de que esse é o modelo, e o resto pode ser menosprezado ou excluído. É necessário estudar e escutar as queixas das pessoas em relação a tipos de situação como esta. Estamos longe de resolver esses comentários negativos, de ver a cultura negra e seus traços deixar de serem sempre colocados como inferior ou em um lugar de humor que menospreza. Mas é necessário aumentar essas discussões, aumentar a representatividade em todas as áreas para caminhar para um futuro em que não tenhamos mais que explicar como o racismo estrutural opera e fere (COLETIVO NEGRO FZEA/USP, 2022).

O padrão de beleza vinculado à branquitude permeia a vivência de estudantes negras/os/es, discriminando e inferiorizando seus traços e suas cores. Esse modelo leva a angústias e tentativas de apagamento de características que remetam à raça negra, a exemplo do alisamento e cabelos, cirurgias de afinamento nasal e outras estratégias de “embranquecimento”.

Esse assunto foi abordado a partir do viés da moda pelo Coletivo Simone Maia¹¹¹, ligado a estudantes do Instituto Biológico da UNICAMP. A discussão sobre a importância de representações da estética negra foi pauta da “Oficina estética preta e corpo preto na moda: quando ele aparece e como aparece?” realizada em março de 2022. As informações do evento foram divulgadas em *post* compartilhado em 03/03/2022 na página do grupo no *Facebook*:

Imagem 3.64 – Oficina Estética Preta – Coletivo Simone Maia/UNICAMP



Fonte – Página do coletivo no *Facebook*¹¹²

¹¹¹ Coletivo Negro Simone Maia - IB Unicamp. Facebook: <https://www.facebook.com/Coletivonegrosimonemaia>
Acesso: 10/03/2022

¹¹² Idem

Vejo essa oficina como uma importante iniciativa do coletivo Simone Maia, pois a moda é utilizada como uma maneira de separar as pessoas por classe ou gênero, assim legitimando determinados grupos em detrimento a outros. Não se trata de um fenômeno frívolo com muitos acreditam. Na verdade, a moda é uma das mais importantes engrenagens econômicas em diversas sociedades, tendo também complexa interferência na vida humana ao transfigurar-se em signo de aprovação e *status*, como aponta Lipovetsky (1987) ao inserir a moda nos mecanismos de controle social: “embora empregando métodos suaves, trata-se sempre, como nas instituições disciplinares, de guiar os comportamentos, de penetrar a sociedade até seus últimos recônditos” (pp. 191-192).

Nesse sentido, destaco que em nossa cultura a moda opera a partir da hierarquização de corpos concretizada pela colonialidade de poder, que marginalizou os corpos negros e tornou-os invisíveis. Como ressaltam Vilela e outros (2021, p. 02) essa hierarquia é historicamente pautada na superioridade branca, “entendendo a branquidade não apenas como cor da pele, mas um lugar de vantagem estrutural de privilégio racial branco [...] Assim, a hipervisibilidade contemporânea do corpo branco domesticado acaba revelando a invisibilidade do corpo negro”.

Um projeto que tem como fim a visibilidade do povo negro a partir de suas vestimentas e adereços é o “Empoderamente”, da UFBA-Universidade Federal da Bahia, que também promove oficinas de tranças e turbantes desde 2016. Junto a essa ação, os estudantes realizam rodas de conversas com moradoras da periferia de Salvador sobre a importância da preservação da cultura negra a partir da moda. Em depoimento ao *site* de notícias G1¹¹³ em 2018, a criadora do projeto, a estudante Joyce Melo, falou sobre a proposta:

O objetivo era trazer para este ambiente acadêmico a discussão racial, então o meu projeto seria um meio não só de vender um produto, que neste caso é um turbante 2 em 1, um adereço extremamente simbólico e representativo para cultura negra, mas promover um impacto real que fugisse aos muros da universidade e chegasse às comunidades (G1, 2018).

O retorno à cultura africana também foi tema do Coletivo de Mulheres Negras Sueli carnerio. Em 19/02/2020, o grupo publicou *post* em que convida para a Oficina de Abayomi, nome de um tipo de boneca que em *iorubá*, língua falada por várias comunidades africanas, significa “encontro precioso”.

¹¹³ “A roupa que habito: vestimentas e adereços reforçam identidade de pessoas negras a partir da estética africana”. G1/Bahia, 21/11/2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2018/11/21/a-roupa-que-habito-vestimentas-e-aderecos-reforcaram-identidade-de-pessoas-negras-a-partir-da-estetica-africana.ghtml> 25/01/2022.

Imagem 3.65 - Oficina Abayomi - CMN Sueli Carneiro – FFLCH/USP



Fonte – Perfil do coletivo no *Facebook*¹¹⁴

Em trecho do texto que acompanha a imagem 3.65, o coletivo conta que a origem desse brinquedo é incerta, mas independentemente disso, a boneca é “símbolo de resistência, tradição e poder feminino” nas comunidades negras de ontem e hoje:

Há uma enorme discussão acerca da origem dessas bonecas: Por um lado, a versão de seu surgimento nos navios negreiros, onde as mães africanas rasgavam suas saias e criavam essas pequenas bonecas como amuleto de proteção para seus filhos. Em contrapartida, há evidências de que a criadora foi Lena Martins, artista de São Luís do Maranhão, que enxergou na arte popular um instrumento para conscientização e socialização. E, portanto, convidamos todas vocês á embarcar nesse grandioso momento que preparamos com tanto carinho! Essa oficina acontecerá amanhã (20/02) no espaço AQUÁRIO, no vão da história e da geografia da FFLCH, às 13h30. Alunxs de todos os cursos serão bem-vindxs. Até mais! Foto: cataventocultural.org.br (CMN SUELI CARNEIRO, 2020)

Compreendo, portanto, que ocupar a universidade e demais espaços sociais com símbolos da estética negra seja crucial para a afirmação e valorização da cultura e da história dessa comunidade, pois vestimentas e acessórios se constituem instrumentos de expressão de subjetividades e valores de indivíduos e grupos. Nesse caso, têm potencial de decolonizar o olhar no que tange à visão da beleza como privilégio da branquitude.

¹¹⁴ CMN Sueli Carneiro – FFLCH/USP – Facebook: <https://www.facebook.com/cmnsuelicarneiro> Acesso: 03/01/2022

4.7 Imagens-referência ligam lutas do passado às do presente

As poucas fotografias postadas pelos coletivos em seus perfis e páginas do *Instagram* e do *Facebook*, são, em sua maioria, registros de eventos e ações dos grupos, como as publicadas pelos coletivos Genis/UNESP¹¹⁵, em 03/03/2020, e Marias/USP¹¹⁶, em 14/03/2019. O Coletivo Genis (Imagem 3.66) registrou uma roda de conversa com calouras/es/os sobre feminismo, e o Coletivo Feminista Marias (Imagem 3.67) um encontro de abertura das atividades do grupo.

Imagem 3.66 - Roda de conversa - Coletivo Genis/UNESP



Fonte – Perfil do coletivo no *Instagram*¹¹⁷

Imagem 3.67 - Encontro de abertura - Coletivo Feminista Marias/USP



Fonte – Página do coletivo no *Facebook*¹¹⁸

Algumas poucas fotografias postadas pelos coletivos me chamaram a atenção pela proposta de decolonização do olhar, apesar de não serem imagens criadas pelos coletivos, e sim compartilhamento de peças produzidas e colocadas em circulação pela mídia. Uma delas é a imagem de capa da página do *Facebook* do Coletivo Opá Negra¹¹⁹, criada por estudantes da ECA/USP. Se trata de uma fotografia retirada da imprensa brasileira que registrou a reunião de abertura do Movimento Negro Unificado (MNU) em 07 de julho de 1978. O evento se realizou nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo.

O texto que acompanha a fotografia (Imagem 3.68) na rede social, postado em 20 de janeiro de 2020, traz um comentário sobre a importância do evento: “A organização negra mais reconhecida na história recente do Brasil, teve a participação e foi o berço de grandes nomes da luta negra antirracista no país”.

¹¹⁵ Coletivo Genis – UNESP/Botucatu. Facebook: <https://www.facebook.com/coletivogenis> Acesso: 06/12/2021.

¹¹⁶ Coletivo Feminista Marias – Facebook: <https://www.facebook.com/ColetivoMariasBauru> Acesso: 06/12/2021.

¹¹⁷ Coletivo Genis – UNESP/Botucatu. Facebook: <https://www.facebook.com/coletivogenis> Acesso: 06/12/2021.

¹¹⁸ Coletivo Feminista Marias – Facebook: <https://www.facebook.com/ColetivoMariasBauru> Acesso: 06/12/2021

¹¹⁹ Coletivo Opá Negra – ECA/USP – Facebook: <https://www.facebook.com/opanegra> Acesso: 05/10/2020.

Imagem 3.68 – Capa – Coletivo Opá Negra ECA/USP



Fonte – Página do coletivo no Facebook¹²⁰

A mesma fotografia foi utilizada em *post* de 22/06/2020 do coletivo Engenho Negro/UNICAMP¹²¹, para divulgar a Mesa André Rebouças: “A organização das pessoas negras nas universidades” (Imagem 3.69).

Imagem 3.69 – Mesa - Coletivo Engenho Negro/UNICAMP



Fonte – Página do coletivo no Facebook¹²²

Assim como a imagem acima, algumas das fotografias postadas pelos coletivos fazem alusão a contextos parecidos com as lutas vivenciadas pelos grupos. Esse tipo de imagem é denominado imagem-referência, em alusão ao entendimento de que imagens são construções que sempre se referenciam a peças anteriores, isto é, apontam para coisas já conhecidas, pois são fruto da memória visual de quem as cria.

Como aponta Neiva Jr (1994, p. 12), já existe um ‘vocabulário’ de formas concretizadas no imaginário de cada cultura, por isso, para cada imagem pensada, já existiu uma referência

¹²⁰ Idem

¹²¹ Engenho Negro / Unicamp – Facebook: <https://www.facebook.com/events/318683676398977?ref=newsfeed>
Acesso: 23/10/2021

¹²² Idem

anterior que a nova imagem evoca. O autor ainda ressalta que a imagem fotográfica é uma representação que têm um poderoso efeito de evidência, de realidade, por isso as utilizamos como legitimação de momentos de nossas vidas.

Por isso, acredito que a fotografia que registrou a abertura do MNU - Movimento Negro Unificado em 1978 tenha sido utilizada pelos coletivos por relacionar esse evento o enfrentamento das violências presentes no ambiente universitário. Vejo essa peça como uma metáfora dessa situação, pois, como aponta Neiva Jr (1994), as fotografias sobrevivem após o desaparecimento físico do referente que as originou, nesse caso o evento de abertura do MNU, se portando como elo documental e afetivo que se perpetuam na memória.

Assim como as fotos postadas pelos coletivos Opá Negra e Engenho Negro (3.68 e 3.69), outro registro fotográfico do passado que foi utilizado como conexão aos enfrentamentos atuais da vida universitária é a imagem de capa do Coletivo Frente Feminista FEUSP¹²³, ligado à Faculdade de Educação da USP.

Trata-se de uma fotografia (Imagem 3.70) de 12 de fevereiro de 1968 que documenta uma manifestação de artistas no Rio de Janeiro contra a censura artística na ditadura militar. Na imagem, atrizes estão de mãos dadas, em passeata. À frente, da esquerda para a direita, vemos Eva Tudor, Tônia Carrero, Eva Wilma, Leila Diniz, Odete Lara e Norma Bengel, conhecidas militantes dos direitos das mulheres.

Imagem 3.70 – Foto de capa - Frente Feminista FEUSP



Fonte – Página do coletivo no Facebook¹²⁴

¹²³ Frente Feminista FEUSP. Facebook: <https://www.facebook.com/FrenteFeministaFeusp> Acesso: 22/03/2021

¹²⁴ Idem

Matéria do *site* O Globo¹²⁵, publicada em 18/05/2021 em homenagem à atriz Eva Wilma, que havia falecido três dias antes do *post*, detalha o evento:

... centenas de artistas partiram do Municipal em passeata até o Monumento aos Mortos na Segunda Guerra Mundial, no Aterro do Flamengo. Eles andavam pela calçada, para não atrapalhar o trânsito, e cantavam o Hino Nacional. No trajeto, foram feitas as históricas fotos de Eva Wilma caminhando ao lado de Eva Todor, Tônia Carreiro, Leila Diniz, Cacilda Becker e Norma Bengell (O GLOBO, 2021).

Nessa foto também está presente um gesto que tem valor universal – as mãos dadas em uma marcha. Ainda que os seguidores do Coletivo Frente Feminista FEUSP desconheçam as personagens da fotografia e o contexto em que foi realizada a passeata, e mesmo sem o apoio de uma legenda, acredito que as ativistas possam entender o simbolismo do gesto e atualizá-lo para as lutas contra a opressão, pois se trata de um embate que se transporta pelo tempo.

O texto de apresentação - seção “Sobre” – do coletivo em sua página no *Facebook* confirma essa opinião, já que a opressão vivida na universidade foi o gatilho para a criação do coletivo: uma greve estudantil em 2013, conforme apresentado no texto:

Somos a Frente Feminista da Faculdade de Educação da USP e nesta página você pode propor, nos acompanhar, tirar dúvidas ou pedir ajuda. Bem-vinde! A Frente Feminista da Faculdade de Educação da USP surgiu em 2013, em meio a uma greve estudantil, e é composta por estudantes da graduação, licenciatura, pós e demais interessades. Atualmente, nos organizamos através das redes sociais e encontros presenciais para discutir as demandas não só da FE-USP, como também as que atravessam os muros da Universidade de São Paulo. É de extrema importância que todos contribuam para a existência e manutenção desse grupo. Venham somar, contamos com vocês! (FRENTE FEMINISTA FEUSP, 2021)

Mesmo que entre as duas manifestações o tempo histórico seja diferente, e a motivação também – censura e demandas universitárias -, a luta por direitos é a mesma. Por isso, acredito que a ideia de enfrentamento da opressão une a foto antiga e o *post* atual. Não pela semelhança visual, mas sim pela significação de enfrentamento presente no gesto das mãos unidas, além de as protagonistas da foto serem mulheres.

Nesse sentido, lembro que Rancière (2009, p. 34) ressalta que na recepção das imagens não opera somente o visível, mas também “o não visível, o dizível e o não dizível”, ou seja, o que não vemos, aquilo que a imagem evoca a partir do imaginário social de uma sociedade. Assim, considero que na fotografia da passeata os seguidores do Coletivo Frente Feminista

¹²⁵ “Eva Wilma: A história real da foto de atrizes em passeata contra a censura, em 1968”. O Globo, 18/05/2021. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/blog-do-acervo/post/eva-wilma-verdadeira-historia-da-foto-de-atrizes-em-passeata-contra-censura-em-1968.html> Acesso: 12/11/2021

FEUSP possam reconhecer no plano de expressão a simbologia do gesto das mãos unidas presente na imagem antiga, e fazer a ligação com o plano de conteúdo sugerido pela imagem.

Porém, alguns autores não concordam que somente a simbologia dê conta de levar o significado ao receptor da imagem, e que há a necessidade de uma legenda que traga a referência histórica e reduza a polissemia da fotografia. Joly (2019, p. 112) afirma que os enunciados visuais são menos fáceis de perceber, ainda que sejam criadas referências contextuais por meio de elementos plásticos como a cor, a composição, a iluminação e outros. Para a autora, mesmo esses elementos ainda não são tão assertivos como a linguagem verbal, principalmente se a imagem for vista em outra cultura.

Barthes (2000, p. 334) já pondera que a necessidade de um texto verbal/legenda que ancore a imagem depende de as significações serem acessíveis ou não em uma fotografia: “na maioria das vezes o texto só faz amplificar um conjunto de conotações já incluídas na fotografia”. Indo ao encontro do que afirma o autor, confio que na fotografia aqui analisada a polissemia seja muito reduzida, pois prevalece a ideia de que o gesto das mãos unidas seja reconhecido mundialmente.

O punho fechado também outro exemplo de imagem referencial utilizada pelos coletivos, sendo recorrentemente usada na composição das imagens dos coletivos negros, como a imagem de perfil (3.71) do coletivo Opá Negra¹²⁶, ligado à ECA - Escola de Comunicação e Artes da USP:

Imagem 3.71 – Perfil - Coletivo Opá Negra - ECA/USP



Fonte – Página do coletivo no Facebook¹²⁷

¹²⁶ Opá Negra – ECA/USP – Facebook: <https://www.facebook.com/opanegra> Acesso: 05/10/2020.

¹²⁷ Idem

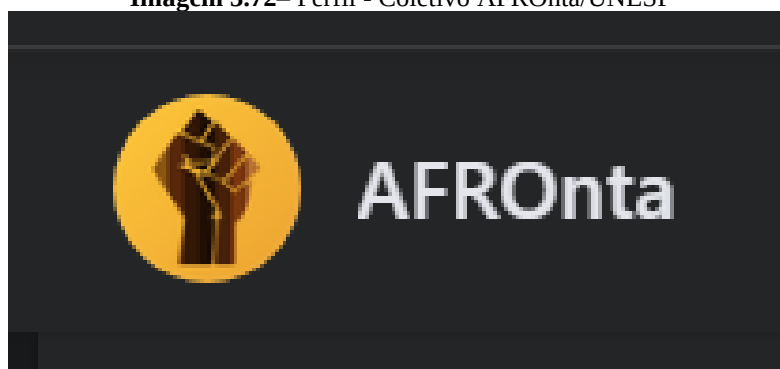
Em texto que acompanha a imagem, o coletivo explica o significado do nome Opá e sua relação com a forma de punho cerrado utilizada na nova identidade gráfica do grupo, criada por Matheus Souza em 11 de agosto de 2020, seis anos depois da instalação do coletivo:

ESTAMOS COM CARINHA NOVA! O coletivo Opá Negra está organizando o seu lar para acolher cada vez mais todes seus integrantes. E chegou a vez de redesenharmos nosso logotipo [...] este novo projeto gráfico ressalta o significado que a mão tem para o nosso coletivo e nossa existência, agarrar o mundo e tudo o que nos é pertencido. “Opá” em Yorubá, significa “Mão” ela nos representa pela força, trabalho braçal e autonomia. O símbolo exprime uma mensagem muito poderosa e forte, de luta e poder, mas também de carinho, união e afeto [...] (COLETIVO OPÁ NEGRA, 2020).

As cores preto, laranja e amarelo, de acordo com outro trecho do texto que acompanha a imagem de perfil do coletivo, remetem à pele, à terra africana e ao sol: “As cores preto e laranja expressam a melanina e o chão das terras vermelhas, já o amarelo remete ao sol, ouro africano e, também, faz referência à ECA - Escola de Comunicações e Artes” (COLETIVO OPÁ NEGRA, 2020).

O punho fechado também é a imagem de perfil (3.72) do Coletivo AFRONTa¹²⁸, formado por estudantes do *campus* de Botucatu da UNESP, que, assim como o Opá Negra, utiliza as cores preto e amarelo. Entendo que o uso de letras maiúsculas no início da palavra “afronta” confere destaque ao orgulho de pertencimento ao continente africano.

Imagem 3.72– Perfil - Coletivo AFRONTa/UNESP



Fonte – Página do coletivo no Facebook¹²⁹

O punho cerrado é uma imagem já consolidada em nosso imaginário coletivo, porém, diferentemente do que muitos pensam, não teve início na comunidade negra. De acordo com Zerwes (2018), o gesto foi criado por alemães para marcar a resistência contra o nazismo logo após o término da Primeira Guerra Mundial. Era um contraponto à saudação do braço estendido

¹²⁸ Coletivo AFRONTa/UNESP. Facebook: <https://www.facebook.com/ColetivoAFRONTa> Acesso: 06/05/2020.

¹²⁹ Idem.

com a mão aberta e se desdobrou nas frentes populares de oposição da França e da Itália durante a Segunda Guerra Mundial, principalmente entre os opositores de Franco na Guerra Civil Espanhola (1936-1939).

Foi nessa batalha, que, segundo a autora, ilustrações e fotos do evento tomaram a cultura visual como símbolo de contestação política, “sendo reproduzido nas páginas da imprensa ilustrada e de folhetos, em cartazes, cartões postais e selos, na forma de fotografias, fotomontagens e ilustrações” (ZERWES, 2018, p. 42).

Daí o gesto passou a ser “um símbolo de agregação, de criação de uma identidade e comunhão de valores”, usado tanto por esquerdistas e comunistas como pelos seguidores da direita, como o fez Anders Breivik em seu julgamento pela morte de 78 pessoas em atentado na Noruega em 2011.

Imagem 3.73 – Gesto de Anders Breivik



Fonte – Uol Notícias¹³⁰

O punho fechado somente se concretizou no imaginário mundial depois das Olimpíadas de 1968, no México, quando os atletas negros Tommie Smith e John Carlos protestaram no pódio contra a discriminação racial fazendo o gesto. De acordo com Juliana Lima (2016), essa edição das Olimpíadas aconteceu em meio à luta pelos direitos civis nos Estados Unidos, e o punho cerrado foi usado pois já era “fortemente identificado no período à saudação *black power* usada pelos Panteras Negras”.

¹³⁰ “Anders Breivik é condenado a 21 anos de prisão pelo massacre de 77 na Noruega”. UOL Notícias, 24/08/2012. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2012/08/24/anders-breivik-e-condenado-a-21-anos-de-prisao-pelo-massacre-de-77-na-noruega.htm?cmpid=copiaecola> Acesso: 05/10/2020.

O símbolo do punho cerrado atravessou o tempo simbolizando resistência em face da violência, por isso sua utilização como saudação para “expressar unidade, força, desafio ou resistência”. A violência em forma de exclusão e discriminação faz parte da vivência cotidiana na universidade, como cita o Coletivo Opá Negra em trecho de seu Manifesto, disponível na abertura da página do coletivo no *Facebook*:

Ser estudante negro na USP evidencia e exacerba as contradições de nossa sociedade. Ao entrarmos numa universidade pública, enfrentamos um espaço majoritariamente branco – e elitista. Um espaço de conhecimento que deveria ser de direito de todos os cidadãos, é negado à margem e não representa nossa origem ou nossa cultura. No relacionamento com esse espaço acadêmico precisamos lidar com novas relações, entre estudantes, professores e funcionárias e tomamos consciência do nosso deslocamento social e cultural nesse ambiente em que nos percebemos minoria. Essa consciência nos leva a questionar o espaço que ocupamos enquanto estudantes negros dentro da universidade. Individualmente somos induzidos a abandonar tudo que nos resta de margem, apagar tudo que existe de Negro em nós, esconder tudo que nos difere do padrão imposto. Com o coletivo queremos criar espaços que fortaleçam a discussão em torno da questão negra, onde possamos refletir sobre nossa identidade e nos representar (COLETIVO OPÁ NEGRA, 2020).

Na imagem de perfil dos coletivos AFROnta e Opá Negra a apropriação do punho fechado remete à comunhão de valores com o movimento de afirmação negra na luta pelo fim da violência racial. Assim, nessa análise, a figura do punho cerrado que forma o plano de expressão constrói uma relação estreita com a ideia de busca pela liberdade e enfrentamento da opressão proposta pelo plano de conteúdo.

Ressalto que gestos, a exemplo do punho cerrado, são códigos que muitas vezes perpassam o tempo e mudam conforme o momento histórico e social. No movimento feminista das décadas de 1960 e 1970 o punho fechado é revisitado em uma combinação com o espelho de Vênus para a criação do símbolo do transfeminismo. De acordo com Richard (1996), o objetivo da utilização da mescla dessas figuras foi a representação da perspectiva feminista transexual de acolhimento a todas as mulheres.

Imagem 3.74 – Símbolo do transfeminismo



Fonte - Pinterest¹³¹

¹³¹ Pinterest. Disponível em: <https://za.pinterest.com/pin/394205773635966816/> Acesso: 05/01/2022

O punho cerrado também marca a luta da comunidade LGBTQIA+ pela permanência na universidade, como se vê nas imagens (3.75 e 3.76) compartilhadas pelos coletivos Leilane Assunção¹³², de designação LGBTQIA+, ligado ao programa de pós-graduação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, e Calisto- Sexualidades Livres¹³³, do *campus* Rio Claro da UNESP (Imagem 3.77).

Imagens 3.75 e 3.76 – Punho - Coletivo Leilane Assunção/UNICAMP



Fonte – Perfil do coletivo no *Instagram*¹³⁴

Imagem 3.77 – Punho - Coletivo Calisto/UNESP



Fonte – Perfil do coletivo no *Facebook*¹³⁵

¹³² Coletivo Leilane Assunção. Instagram: @coletivopgleilaneassuncao. Facebook: Coletivo Pós-Graduação IFCH Unicamp - Leilane Assunção Acesso: 29/10/2020

¹³³ Coletivo Calisto Sexualidades Livres /UNESP. Facebook: <https://www.facebook.com/CalistoColetivo> Acesso: 29/11/2021.

¹³⁴ Coletivo Leilane Assunção. Instagram: @coletivopgleilaneassuncao. Facebook: Coletivo Pós-Graduação IFCH Unicamp - Leilane Assunção Acesso: 29/10/2020

¹³⁵ Coletivo Calisto Sexualidades Livres /UNESP. Facebook: <https://www.facebook.com/CalistoColetivo> Acesso: 29/11/2021.

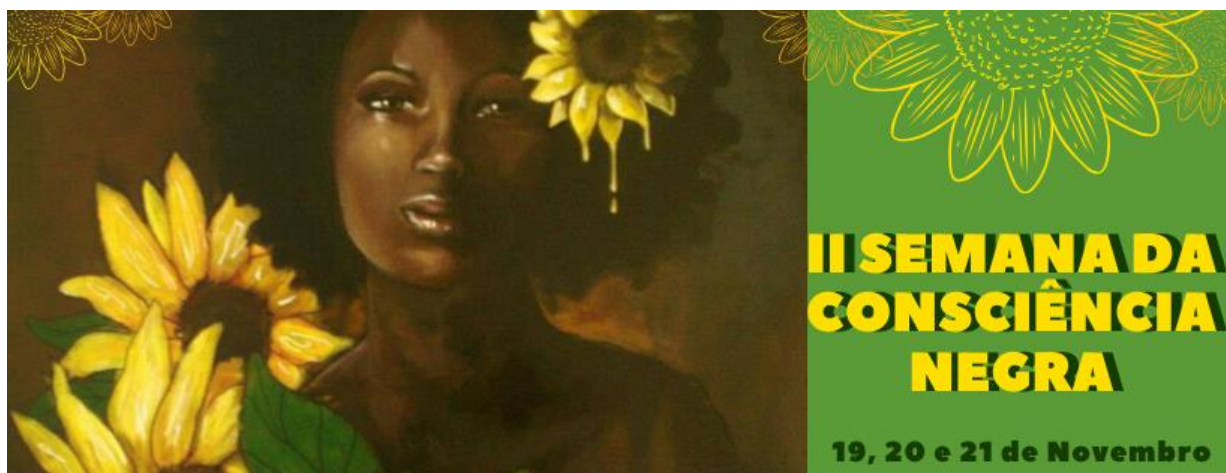
4.8 Quando a colonialidade do ver povoa o imaginário

Dentre as imagens compartilhadas pelos coletivos universitários em suas páginas e perfis do *Facebook* e do *Instagram* muitas não tiveram relevância para essa análise, pois se tratavam apenas de peças simples, compostas de telas coloridas e textos sobrepostos, até porque, como já citado, os membros dos coletivos não são profissionais do design, que têm expertise em criar ou recorrer a imagens que agreguem significados a partir de seus elementos plásticos.

Acredito que essa seja a razão principal do pequeno número de imagens encontradas que seguiram a proposta de decolonização do olhar. Porém, a quantidade desse tipo de peça é numericamente maior que aquelas que reforçam os modelos de ver da colonialidade. Encontrei somente duas imagens desse tipo.

Um dos casos é a capa do coletivo AFRONTa¹³⁶ no *Facebook*, que além de não seguir a proposta de decolonização do olhar, quebra os significados expressados na imagem de perfil analisada anteriormente (Imagem 3.71).

Imagem 3.78– Capa - Coletivo AFRONTa/UNESP



Fonte – Página do coletivo no *Facebook*¹³⁷

Para essa capa foi utilizada a pintura¹³⁸ de uma mulher negra em meio a girassóis, porém se pode notar que ela é representada com traços de mulheres brancas – rosto e nariz alongados -, ao contrário dos traços marcantes das mulheres negras. Esse detalhe acaba fortalecendo a ideologia do branqueamento que persiste em nossa sociedade.

¹³⁶ Coletivo AFRONTa/UNESP. Facebook: <https://www.facebook.com/ColetivoAFRONTa> Acesso: 24/10/2021.

¹³⁷ Coletivo AFRONTa/UNESP. Facebook: <https://www.facebook.com/ColetivoAFRONTa> Acesso: 24/10/2021.

¹³⁸ Não foi encontrada referência de autoria da pintura.

O tráfico de escravos da colonização acabou por “escurecer” a população, e o fato não agradou à elite brasileira da época, alinhada aos padrões europeus, o que, de acordo com Daltro (2019), estruturou a ideologia do branqueamento, “baseada na premissa de que era necessário embranquecer o país uma vez que ser negro era considerado ruim”.

Como ressalta a autora, o ideal de embranquecimento persiste entre pessoas negras devido à “desfragmentação identitária”, uma prática alicerçada na estrutura do racismo, que impõe a branquitude como modelo do que é bom e certo. Para De Miranda (2009), a valorização do biotipo europeu, além de estigmatizar a população negra local, criou um registro “branco de si mesmo”, assim estabelecendo “um modelo de representação no qual os brancos passaram a concentrar todas as características positivas possíveis, enquanto o negro tornava-se a negação de tudo isso” (DE MIRANDA, 2009, p. 25).

O modelo europeu de beleza está arraigado em nossa cultura de tal modo que já não nos damos conta do quão violenta é essa representação, e, assim, continuamos a adotá-lo. Além disso, vivemos em uma sociedade dominada simbolicamente pelas representações visuais da mídia, o que influencia sobremaneira nosso repertório imagético. Basta lembrar das atrizes negras que têm papéis relevantes nas telenovelas brasileiras: Thaís Araújo e Camila Pitanga, ambas com traços finos, que remetem ao ideal da branquitude.

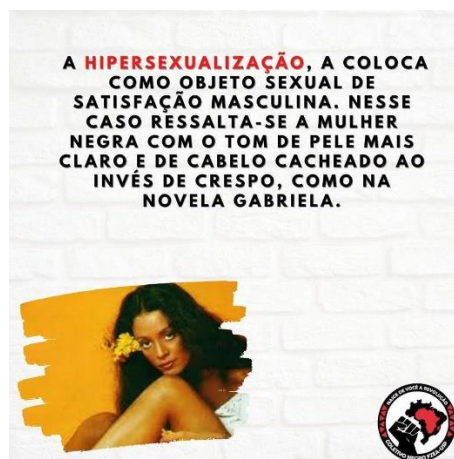
Na história das nossas mídias audiovisuais, o desejo de branqueamento da nação, ideário que já estava consolidado desde o século XIX, acabou por se tornar um peso imagético, uma meta racial que nunca provocou rebeldias. Ao contrário, tornou-se convenção e naturalizou-se como estética audiovisual de todas as mídias, incluindo-se aí especialmente a TV, o cinema e a publicidade (ARAÚJO, J.Z., 2006, p.73).

Acredito que, ao reforçar o padrão de traços brancos a partir de sua imagem de capa, o Coletivo AFRONTa, de forma inconsciente, se rende às imagens domesticadas pela colonialidade do ver, não reconhecendo seus próprios traços. A situação lembra uma fala de Kilomba (2016), que adverte: “Que alienação ser forçado a identificar-se e a performatizar a si mesmo/a partir do roteiro feito pelo sujeito branco. Que decepção sermos forçados/as a olhar para nós mesmos/as como se estivéssemos no lugar deles/as. E que dor se encontrar preso/a nesta ordem colonial”.

O cuidado na construção de imagens deve prevalecer se quisermos quebrar os preconceitos orientados pela colonialidade do ver. Como afirma Ahmed (2018, p. 118), relegar nossa identidade é obedecer “à exigência de que renunciemos ao parentesco, a cultura, a memória, a língua, a terra, enfim à nossa subjetividade”.

A propósito desse tema, o Coletivo Negro ZEA/USP¹³⁹, em *post* de 29 de outubro de 2020, que fala da hiper sexualização da mulher, já abordado anteriormente, fez referência ao apagamento da cor da pele negra em imagens da mídia, citando a personagem Gabriela, da telenovela de mesmo nome veiculada pela rede Globo.

Imagem 3.79 – Gabriela - Coletivo Negro ZEA/USP



Fonte – Página do coletivo no *Facebook*¹⁴⁰

O outro caso de imagem que reforça o ideal de branquitude, é a peça que acompanha o *post* de boas-vindas aos calouros de 2019 do Coletivo Negro Kimpa¹⁴¹, criado por estudantes do *campus* Bauru da UNESP. A imagem (3.78), compartilhada em 19/02/2019 na página do grupo no *Facebook*, é uma colagem de fotografias de personalidades negras.

Imagem 3.80 – Colagem - Coletivo Negro Kimpa/UNESP



Fonte – Página do coletivo no *Facebook*¹⁴²

¹³⁹ Coletivo Negro FZEA /USP. *Facebook*: <https://www.facebook.com/coletivonegro.fzea> Acesso: 04/03/2021.

¹⁴⁰ Idem

¹⁴¹ Coletivo Negro Kimpa. *Facebook*: Disponível em <https://www.facebook.com/ColetivoKimpa> Acesso: 25/10/2021.

¹⁴² Idem

Penso ser acertada a escolha das fotografias das escritoras brasileiras Carolina Maria de Jesus e Lélia Gonzáles para compor a montagem, porém, se olharmos pelo viés da decolonização das imagens, a presença de dois ativistas norte-americanos na peça - Malcom X e Martin Luther King Jr. – acaba reforçando a crença de que os países latino-americanos ainda espelham sua luta na atuação de militantes estrangeiros. Se a ideia do coletivo era retratar homens ativistas, creio que poderiam ter usado fotos de brasileiros que dedicaram sua vida ao movimento afirmativo negro, a exemplo de Zumbi dos Palmares, Milton Santos, José do Patrocínio, André Rebouças, Luiz Gama, Abdias Nascimento, entre muitos outros.

Se assim fosse, considero que seria uma forma de levar aos participantes do coletivo mais informações sobre o ativismo negro brasileiro. No já citado manifesto postado pelo Coletivo Opá Negra na abertura de sua página no *Facebook*, trechos do texto resumem a importância de expor e refletir a cultura negra nos espaços da vivência universitária:

O Coletivo Opá Negra surge como forma de organização dos estudantes negres da ECA, que sentem a necessidade de questionar e refletir o espaço da cultura negra dentro da sociedade. Buscamos é promover espaços de contato com a nossa cultura, onde possamos discuti-la e criá-la. [...] Sentimos a necessidade de estudar e conhecer a cultura e a arte de nossa origem; de dar continuidade a uma criação que represente e se dirija a nós mesmos; de ampliar o debate em torno da criação negra, para além do ambiente universitário e acadêmico, que ainda é inacessível a maior parte da comunidade negra e periférica; de lutar pelo reconhecimento, inclusão, apoio e realização da arte negra; de pensar sobre como utilizar este espaço na universidade para fortalecer a resistência da cultura marginalizada. [...] Que histórias queremos contar? Como contar nossas histórias? Como encenar nossas dores? Alegrias? Nosso cotidiano? Ou extra cotidiano? Cultivar quais ritos? Baco? Exu? Quais são nossas referências? (COLETIVO OPÁ NEGRA 2020)

Entendo que novas representações de identidades devem ser prioridade na gestão das redes sociais digitais dos coletivos universitários aqui analisados, a fim de quebrar padrões hierárquicos de gênero e raça estabelecidos pela colonialidade e reforçados pelos meios de comunicação. Como destaca Burke (2017), as representações podem reforçar estereótipos, como se viu acima, mas também ajudam a mudar padrões, a exemplo das outras imagens criadas pelos coletivos analisadas em itens anteriores, pois são testemunhas de mudanças graduais “pelas quais indivíduos ou grupos vêm o mundo social, incluindo o mundo de sua imaginação” (2017, p. 275), isto é, o mundo que vislumbram para o futuro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão inicial que despertou essa pesquisa foi a dúvida se os coletivos universitários em redes sociais digitais criados por estudantes da USP, UNESP e UNICAMP estariam tentando, a partir das imagens compartilhadas em suas redes sociais digitais, modificar as representações de gênero e suas interseccionalidades moldadas pelo olhar da colonialidade.

O imaginário visual colonial é reprodutor de ideologias que geram violências na medida em que hierarquizam a branquitude frente a outras raças/etnias e o heterossexualismo em favor das múltiplas sexualidades, além de privilegiar o poder masculino e universalizar a cultura das classes dominantes em representações que apagam as diversas identidades que compõem o mundo colonizado.

Como explica Quijano (2005 p. 99), esse imaginário visual implantado pela colonialidade de poder teve início a partir da constatação de que a imagem teria um papel primordial na educação dos colonizados, pois os povos dominados foram impedidos de exercer sua cultura, “de objetivarem autonomamente suas próprias imagens, símbolos e experiências subjetivas; isto é, com seus próprios padrões de expressão visual e plástica”.

Ao moldar e reforçar modos de ser e de se comportar no mundo colonizado, o domínio desses padrões visuais remete à reflexão de Chimamanda Adichie (2019) sobre o perigo de se acreditar em uma história única contada a partir do ponto de vista de quem tem o poder, modelada de acordo com seus próprios interesses. Porém, como aponta a autora, histórias também podem realizar a desconstrução desse imaginário: “as histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada” (p. 23).

Essa é a proposta de decolonização do olhar que vislumbrei estar contida nas imagens criadas pelos coletivos universitários objetos dessa pesquisa. Penso que essas narrativas visuais podem desconstruir representações sociais hierarquizadas, e por isso discriminatórias, de gênero e outros marcadores sociais, e assim minimizar a violência fruto da intolerância à diversidade e à quebra dos papéis definidos pelo eurocentrismo.

Muitas das imagens compartilhadas pelos coletivos não serviram a esse exame, já que se tratavam de peças visuais simples, compostas apenas por um fundo colorido e sobreposição de textos que não alcançavam uma elaboração imagética que fosse ao encontro ou não da

proposta de decolonização do olhar. Porém, dentre as imagens que se ajustavam nessa concepção a partir de seus elementos plásticos ou personagens utilizados, pude identificar que a grande maioria, excetuando-se as duas analisadas ao final do Capítulo III (Imagens 3.78 e 3.80), traziam, sim, novos olhares frente aos significados fixados pela colonialidade do ver.

A opção por realizar essa análise a partir da abordagem exploratória, apesar de não alcançar a complexidade de outros procedimentos, a exemplo da etnografia, deve-se ao fato de que a pesquisa exploratória propiciaria o exame de todos os 120 coletivos universitários ligados à UNESP, USP e UNICAMP encontrados nas plataformas *Facebook* e *Instagram*, além de permitir a comparação entre eles.

Já a análise das imagens pelo viés da semiótica plástica de Greimas, partiu da compreensão de que esse método analítico poderia abrir um acesso às subjetividades das/os/es membros dos inúmeros coletivos que de outro modo não seria estrategicamente possível, pela grande demanda de tempo e recursos financeiros.

Além disso, compreendo que analisar um texto visual é também realizar um exame histórico, pois cada elemento que compõe uma imagem carrega significações que possibilitam conexões com quem as criou: com sua identidade, seu espaço e o contexto social em que vive, pois, como afirma Pietroforte (2020, p. 160) “todo símbolo necessita de uma ancoragem em seu processo histórico, e a semiótica de cada um deles só pode ser determinada na relação que o discurso ao qual pertence contrai com os demais discursos sociais de sua época” (Pietroforte, 2020, p. 160)

Acredito que o tema semântico opressão vs liberdade definido para a análise semiótica foi acertado, pois dentre as novas representações criadas a partir das imagens compartilhadas pelos coletivos universitários, vi personagens com diversas cores de peles e sexualidades, ou com corpos considerados fora do padrão ou anormais, além de linhas, formas, posicionamentos e cores que traduziam necessidades, angústias, identidades e lutas de alunas, alunes e alunos. Resumindo, vi representações que perseguiam a liberdade de vivências dentro de um espaço repleto de opressões.

Identifiquei imagens que traduziram a vontade de reafirmação de culturas, de manifestações contra as violências sexuais contra as mulheres, o machismo presente nas relações com colegas e professores, a discriminação racial e de gênero que domina todos os espaços acadêmicos, as dificuldades de mães em acompanhar o fluxo das atividades, além daquelas que revelaram o empenho de estudantes em entender as causas e as vias de enfrentamento dos problemas que os violentam, a exemplo de vários *posts* que chamavam para rodas de conversa, salas de bate-papos e discussões de obras que abordavam esses temas.

O que mais chamou a atenção nas imagens dos coletivos foi que o olhar decolonizado também foi dirigido ao outro. Diversos coletivos, como visto, uniram-se a lutas que não eram particularmente suas, em um movimento de acolhimento às demandas e opressões vivenciadas pelo outro. Percebi um olhar menos individualista e mais atento àqueles que os cercam no espaço universitário.

Burke (2001, p. 39) traz uma reflexão que confirma essa percepção: uma imagem é um meio de se captar a sensibilidade de como os indivíduos “se veem e como veem os outros”, configurando-se como um testemunho, uma construção textual que parte das subjetividades de quem o produz e sobre o que ou quem ele produz.

Considero também que, ao utilizar a força de distribuição de mensagens propiciada pelas redes sociais *online*, as imagens decoloniais compartilhadas pelos coletivos têm potencial de tornarem visíveis as violências sofridas e interferir no olhar de outros indivíduos, que podem se identificar com as demandas dos coletivos e, assim, abrir possibilidades de reflexão e adesão à luta por vivências livres de violências na universidade. Como argumentam Teixeira e Backes (2020, p. 118), produzir imagem é, antes de tudo, produzir interferência sobre os modos de olhar e sentir que se torna “um ato educativo por excelência, com forte impacto sobre o que já somos e o que ainda podemos vir-a-ser” (p. 118)

A violência relacionada ao gênero e suas interseccionalidades no âmbito universitário é uma questão que pede medidas urgentes das instituições. As agressões físicas, sexuais, emocionais e psicológicas que atinge alunas, alunes e alunos têm como consequências, como já citado, o início ou aprofundamento de problemas emocionais e psicológicos, a exclusão social desses indivíduos dentro dos *campi*, a desistência de participação em atividades e nos próprios cursos, chegando até os suicídios, que não são poucos.

Essas situações têm se mostrado recorrentes em todas as instituições de ensino superior – como microcosmos da sociedade eurocêntrica patriarcal - e são agravadas pelo fato de as universidades terem como padrão se omitir, silenciar, contornar ou apagar as denúncias. Por isso a divulgação dos abusos, assédios e discriminações também podem forçar gestores universitários e as autoridades jurídicas e policiais a tomarem providências, além de promover a implantação de políticas institucionais de prevenção e enfrentamento.

Estudantes de todo o mundo reclamam a implantação urgente de políticas institucionais de prevenção, enfrentamento e alternativas contra a violência de gênero dentro dessas instituições de ensino, que traria, por fim, equidade e respeito à diversidade de gênero e suas interseccionalidades nas universidades. Essa comunidade pede, como afirma Chatterjee (2018),

que a universidade se esforce para que “a inserção das subjetividades seja uma liberdade assegurada” para que alunos não tenham medo ou se sintam acuados.

As universidades aqui analisadas têm se esforçado para mudar esse cenário, a partir de criações de unidades específicas para o acolhimento das queixas, material de divulgação com informações sobre esses serviços e comissões de enfrentamento à violência de gênero. Além disso, têm sido criados diversos grupos de estudos sobre o assunto, que têm papel fundamental para a disseminação de saberes que possam levar à desconstrução da tolerância e à afirmação de valores como alteridade e o respeito ao diferente. Como aponta De Abreu (2010), é importante desenvolver práticas educativas

... que contemplem as distintas modalidades das sexualidades humanas, favorecendo a integração progressiva no *modus vivendus* de nossa sociedade das pessoas que estão à margem dos padrões da heteronormatividade, porque a não-normatividade hoje, não implica na conformidade de amanhã, e terminará por ser vista de uma forma menos marginal, mas sim, apenas como outra forma de ser e de estar no mundo. (DE ABREU, 2010, p. 203)

A meu ver, falta ainda a circulação de informações que desvendem a toda a comunidade acadêmica a razão de existir discriminações no âmbito acadêmico. Acredito que a inclusão de estudos decoloniais no conteúdo curricular de todos os cursos universitários, e até nos níveis anteriores da vida escolar, seja de extrema importância, pois as violências não estão concentradas em determinadas carreiras, e, também, não partem de determinados tipos de indivíduos, alcançando desde colegas até professores, como visto no capítulo I.

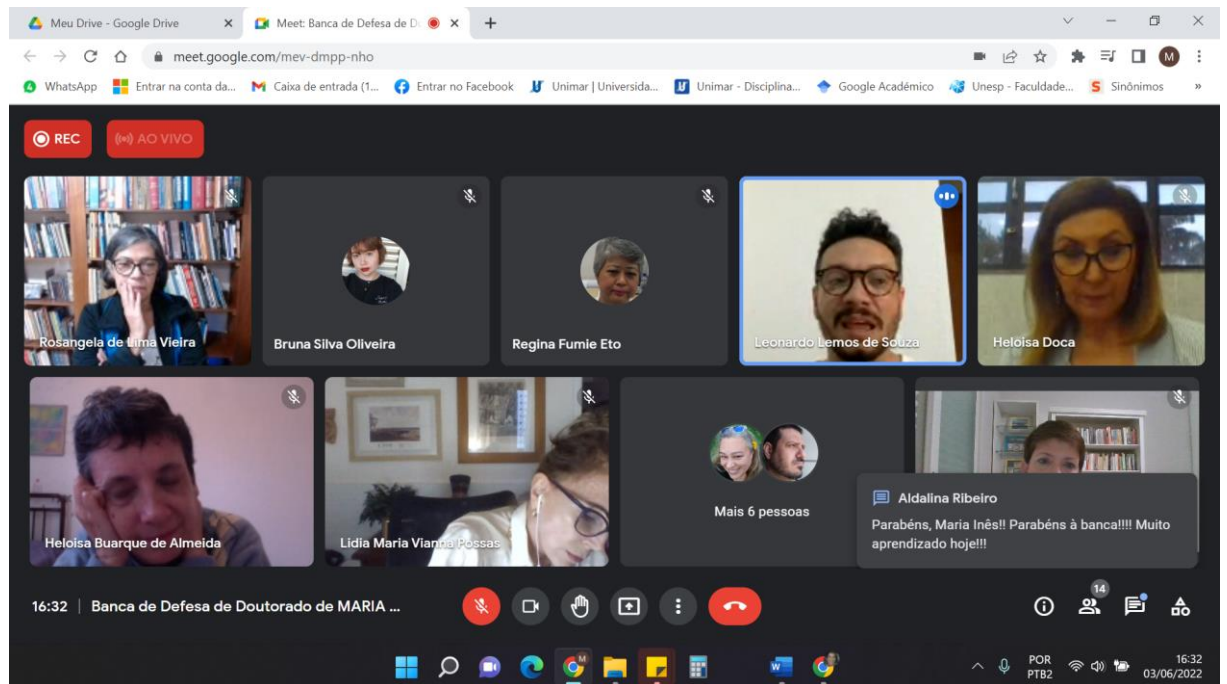
Os estudos sobre a questão de interseccionalidades de marcadores sociais na produção de vários tipos de violências também se mostram essenciais, pois revelam como as opressões estão interligadas pelas práticas de poder e seus discursos, como são as imagens. Como ressaltam Brah e Phoenix (2010), a interseccionalidade aponta que as distintas dimensões que compõem um indivíduo podem alargar potenciais discriminações e violências ao cruzar características de gênero, raça/etnia, classe social, religião e outras.

Acredito que as violências vividas por estudantes só terão fim quando houver a desconstrução da organização e das relações de poder implantadas pela colonialidade, e confio que isso pode ser auxiliado por imagens que tenham força para reparar a dignidade dos povos colonizados, despedaçada por séculos. Essa opinião vai ao encontro do que aponta Roth (2009, p. 127) sobre a necessidade urgente de se desenvolver uma equidade cognitiva - *cognitive equity* - nas imagens, isto é, realizar uma decolonização visual a partir do “investimento numa visão multicultural e multirracial nas tecnologias e nos seus produtos – pois, embora importante, a

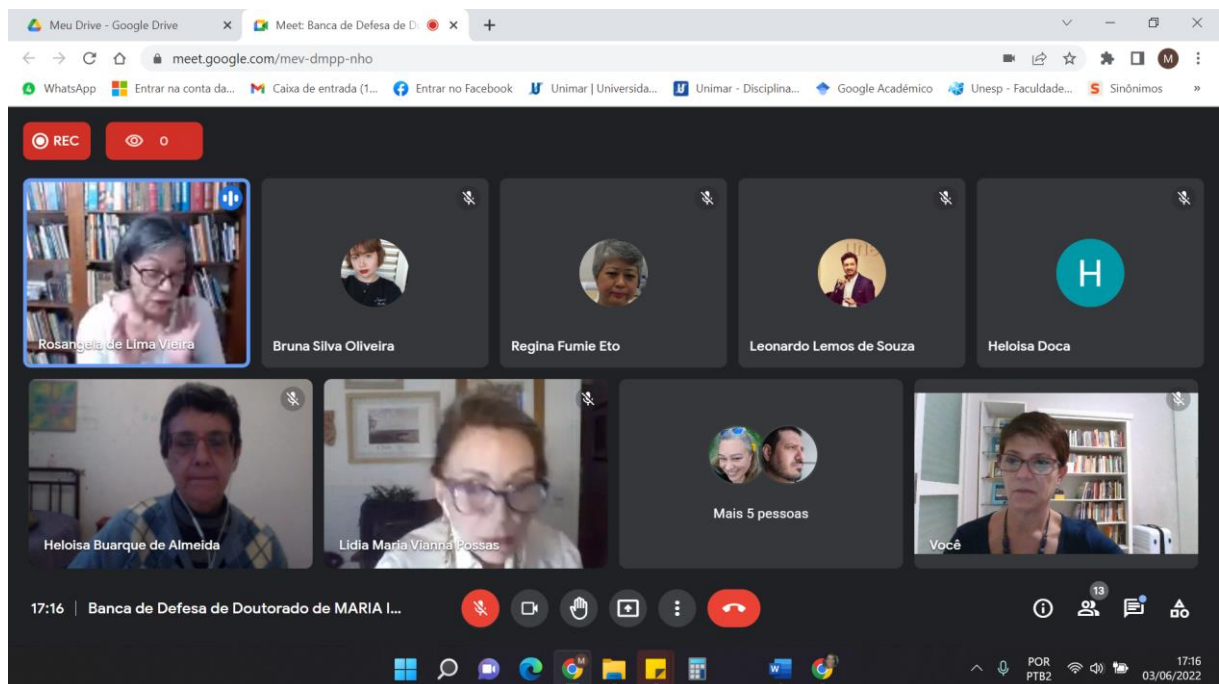
conquista de leis e políticas não são o bastante para instigar mudanças na percepção sociocultural da maioria das pessoas”.

Finalizando, reafirmo que as imagens compartilhadas pelos coletivos universitários, objeto dessa pesquisa, seguiram a proposta de decolonização do olhar ao construírem visualidades que expusessem o processo de invisibilidade das denominadas “minorias” instauradas pela colonialidade do ver, ou seja, produzindo novos modos de representação que trazem “outros modos possíveis de estar no mundo e na vida”, como afirma Schlenker (2012, p. 26).

Assim, acredito que os coletivos universitários estejam conseguindo com suas imagens revelar como e quais forças mantêm as opressões de gênero e suas interseccionalidade no âmbito universitário, e fazer visível suas lutas para construir uma vivência pacífica nesse espaço.



<https://meet.google.com/mev-dmpp-nho>



REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua**. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.
- AHMED, Sara. **Vivir una vida feminista**. Barcelona: Bellaterra, 2018.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. Feminismos Plurais – Coordenação de Djamilia Ribeiro, 2019.
- AKERMAN, Marco; CONCHÃO, Silmara; BOARETTO, Roberta Cristina. **Bulindo com a universidade: um estudo sobre o trope na medicina**. Porto Alegre: Rede Unida, 2014. Disponível em: <http://oldcutsp.cut.org.br/system/uploads/ck/files/migracao/pdfs/bulindo-20com-20a-20universidade.pdf> Acesso: 22/04/2019.
- ALBUQUERQUE, Elisabete Maria de. **Design gráfico em tempos de ativismo**. 2018. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/34595> Acesso: 04/12/2022.
- ALMEIDA, Heloísa Buarque de. Violence sexuelle et de genre à l’université : du secret à la bataille pour la reconnaissance. In: **Brésil(s): Sciences Humaines et Sociales**, 16, 2019. Disponível em: <https://journals.openedition.org/bresils/5348> Acesso: 04/03/2021.
- ALMEIDA, Heloísa Buarque de *et al.* Don’t stay silent: network of female professors against gender violence at University of São Paulo (USP). In: CHANDRASHEKAR, Karuna; LACROIX, Kimberly e SIDDIQUI, Sabah. **Special Issue ‘Sex and Power in the University’ Annual Review of Critical Psychology**, Vol. 15, 2018. Disponível em: <http://www3.eca.usp.br/sites/default/files/form/biblioteca/acervo/producao-academica/002997738.pdf> Acesso: 03/09/2020
- ALMEIDA, Tânia Mara C. de. Violências contra mulheres nos espaços universitários. In: STEVENS, Cristina e outros (org.) **Mulheres e violências: interseccionalidades**. Brasília: Technopolitik, 2017, p. 382-399.
- ARAÚJO, Christiane T. M. e SILVA, Francisca C. O. As funções sociais e discursivas da hashtag em gêneros digitais: uma reflexão. In: SILVA, Kléber *et al.* **Anais da 1ª Jornada Internacional de Linguística Aplicada Crítica** [Recurso Eletrônico. Brasília: UnB, 2017. 628 p. Disponível em: https://gecal-unb.com.br/cielin/wp-content/uploads/2018/04/ANAIS_JILAC_2017.pdf Acesso: 21/10/2020
- ARAUJO, Murillo C. O tempo, o valor e a prostituta: reflexões sobre “Geni e o Zepelim” de Chico Buarque. **Estudos Semióticos**, v. 14, n. 2, p. 87-98, 2018. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6556968> Acesso: 03/01/2020.

ARAÚJO, Joel Zito. A força de um desejo-a persistência da branquitude como padrão estético audiovisual. **Revista USP**, n. 69, p. 72-79, 2006. Disponível em: <http://www.periodicos.usp.br/revusp/article/download/13514/15332> Acesso: 19/01/2020

AUMONT, Jacques. **A imagem**. 16.ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

ÁVILA, Rebeca C. e PORTES, Écio A. Notas sobre a mulher contemporânea no ensino superior. **Mal-estar e Sociedade**, v. 2, n. 2, p. 91-106, 2009. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/gtic-malestar/article/view/13> Acesso: 12/012/2020.

AZEVEDO, Fernanda M. Caldeira de. O conceito de patriarcado nas análises teóricas das ciências sociais: uma contribuição feminista. **Revista Três Pontos**, v.13. n. 01, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistatrespontos/article/view/3386> Acesso: 30/07/2021.

BANDEIRA, Lourdes Maria. Trotes, assédios e violência sexual nos *campi* universitários no Brasil. **Revista Gênero**, v. 17, n. 2, 2017. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/e4ba/2b6617318638db84ff267fcd102d33536fa0.pdf> Acesso: 13/05/2019

BAPTISTA, Érica A.; ORLANDINI, Maiara Garcia; CARRARO, Gabriela. Ativismo feminista online: análise das estratégias discursivas da hashtag# primeiroassédio. **Fronteiras-Estudos midiáticos**, v. 22, n. 3, p. 106-120. Belo Horizonte: UFMG, 2020. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/fem.2020.223.09> Acesso: 13/02/2021.

BARBOSA, Maria Valéria; GODINHO, Maria Inês A. e DUMONT, Tiago Vieira R. Podcast sociológico – uma ciência na rede. **19º Congresso Brasileiro de Sociologia**. Universidade Federal de Santa Catarina – UFCS, Florianópolis. 9 a 12 de julho de 2019. Disponível em: <http://www.sbs2019.sbsociologia.com.br/simposio/anais> Acesso: 22/03/2020.

BARRADAS, Carlos. Poder ver, poder saber. A fotografia nos meandros do colonialismo e pós-colonialismo. **Arquivos da Memória**, n. 5, p. 72-92, 2009. Disponível em: <http://arquivos-da-memoria.fcsh.unl.pt/ArtPDF/CarlosBarradasAM5.pdf> Acesso: 11/02/2022.

BARRETO, Beatriz Jorge. **Violência de gênero e raça na universidade: movimentos estudantis de resistência na UNESP**. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista. Marília, 2021, 87pp.

BARRIENDOS, Joaquín. A colonialidade do ver: rumo a um novo diálogo visual interepistêmico. Trad. Ariane F. Braga e Leo Name. **Revista Epistemologias do Sul**, v. 3, n. 1, p. 38-56, 2019. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/view/2434> Acesso: 03/08/2021.

BARTHES, Roland. Retórica da imagem. In: BARTHES, R. **O óbvio e o obscuro**. Lisboa: Edições 70, 1984.

BELTRÃO, Kaizô I. e ALVES, José E. D. A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX. **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, n. 136, p. 125-156, jan./abr. 2009. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/277> . Acesso em: 20/02/2021

BIDASECA, Karina. Tercer feminismo: nomadismo identitário, mestizaje y travestismo colonial para una genealogía de los feminismos descoloniales. in FUNCK, Susana Bornéo; MINELLA, Luzinete Simões; ASSIS, Gláucia de Oliveira (orgs.) . **Linguagens e narrativas – desafios feministas**. V.01. Tubarão/SC: Copiart, 2014.

BIROLINI, Gustavo. Qual a origem dos símbolos de masculino e feminino? **Super Interessante**, 2017. Disponível em: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/qual-a-origem-dos-simbolos-de-masculino-e-feminino/> Acesso: 01/09/2018

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica**. 6ª. ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2018.

____. **O poder simbólico**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRAH, Avtar; PHOENIX, Ann. Não sou uma mulher? Revisitando a interseccionalidade. In BRANDÃO, Isabel; CAVALCANTI, Ildney; COSTA, Claudia de Lima; LIMA, Ana Cecilia A. **Traduções da Cultura: Perspectivas Críticas Feministas**, 2010.

BRANDÃO, I., CAVALCANTI, I., LIMA, A. C. A. e LIMA COSTA, C. (org.). **Traduções da cultura – perspectiva críticas feministas (1970-2010)**. Maceió: UFAL, 2016.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular: o uso de imagens como evidência histórica**. São Paulo: Editora UNESP, 2017.

BUTLER, Judith. Levante. In: DIDI-HUBERMAN, Georges (org.). **Levantes**. São Paulo: Sesc São Paulo, 2017. p. 23-36.

____. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, 6ª. ed.

CARNEIRO, Amanda; MESQUITA, André. **Entre o visível e o não-dito: uma entrevista sobre histórias e curadoria com Lilia Moritz Schwarcz**. Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand e Afterall. São Paulo, 2019.
Disponível em: <https://masp.org.br/uploads/temp/temp-itvQHku7C75b73oJSTIG.pdf>
Acesso em: 23/12/2021.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v. 01)**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet: reflexões sobre a Internet, negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro, Zahar, 2003, 1ª.ed.

CHANDRASHEKAR, Karuna; LACROIX, Kimberly e SIDDIQUI, Sabah (orgs). **Special Issue ‘Sex and Power in the University’ Annual Review of Critical Psychology**, Vol. 15, 2018. Disponível em: <http://www3.eca.usp.br/sites/default/files/form/biblioteca/acervo/producao-academica/002997738.pdf> Acesso: 03/09/2020

CHATTERJEE, Shraddha. Speculations from the Borderlands of Knowledge and Survival in the Academy. In: CHANDRASHEKAR, Karuna; LACROIX, Kimberly e SIDDIQUI, Sabah. **Special Issue ‘Sex and Power in the University’ Annual Review of Critical Psychology**, Vol. 15, 2018. Disponível em: <http://www3.eca.usp.br/sites/default/files/form/biblioteca/acervo/producao-academica/002997738.pdf> Acesso: 03/09/2020

CONNELL, Robert W. e MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Revista Estudos Feministas**, v. 21, p. 241-282, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/cPBKdXV63LVw75GrVvH39NC/abstract/?lang=pt> Acesso: 15/05/2021

CPI Ato nº 56/ 2014 - **Violações dos Direitos Humanos nas Faculdades Paulistas - Relatório Final**, 10/03/2015, São Paulo, ALESP – Assembleia Legislativa de São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/arquivoWeb/com/com3092.pdf> Acesso: 03/12/2018

CRENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. **Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem, p. 7-16, 2004. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4587063/mod_resource/content/1/Kimberle-Crenshaw.pdf Acesso: 23/06/2019.

_____. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?format=html&lang=pt> Acesso: 02/03/2019.

DALTRO, Luana Mendes. A ideologia do branqueamento: tudo que você precisa saber. **Portal Geledés**, 2019. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/a-ideologia-do-branqueamento-tudo-que-voce-precisa-saber/> . Acesso: 22/12/2020

DE CARLI, Anelise Angeli. De Shirley a Sheila: Apontamentos para uma descolonização do jornalismo a partir da imagem. **Iluminuras**, v. 18, n. 43, 2017. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/iluminuras/article/view/72886> Acesso: 13/10/2021.

DELEUZE, G. **Espinosa: filosofia prática**. São Paulo: Escuta, 2002.

DE ABREU, Carla. Narrativas digifeministas: arte, ativismo e posicionamentos políticos na internet. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto) Biográfica**, v. 2, n. 4, p. 134-152, 2017. Disponível em:

<https://www.revistas.uneb.br/index.php/rbpab/article/view/3603/2320> Acesso: 27/09/2018.

____. Um olhar sobre as construções de identidades de gênero na contemporaneidade. **Visualidades**, v. 8, n. 1, 2010. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=Um+olhar+sobre+as+constru%C3%A7%C3%B5es+de+identidades+de+g%C3%AAnero+na+contemporaneidade&btnG= Acesso: 19/03/2020.

DE MIRANDA, Carlos Augusto et al. Negro, publicidade e o ideal de branqueamento da sociedade brasileira. **RuMoRes**, v. 3, n. 5, pp. 2009. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/Rumores/article/view/51157> Acesso: 15/12/2020.

DI FELICE, Massimo; ROZA, Erick; PEREIRA, Eliete. **Net-ativismo - redes digitais e novas práticas de participação**. Campinas/SP, Papirus Editora, 2019.

DONDIS, Donis A. **Sintaxe da linguagem visual**. 2ª.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

DURAND, Gilbert. **O imaginário**. Rio de Janeiro: Difel, 1999.

EVARISTO, Conceição. **Clamar no deserto: entre o poder falar e o poder de se fazer ouvir**. Florianópolis, SC. Fazendo Gênero 12, 26/07/2021, vídeo (95 min) vídeo [Live]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WimOFw-5gRU> Acesso: 27/07/2021.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora UnB, 2001.

FEMENÍAS, M. Luisa. Esbozo de um feminismo latino-americano. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, 15: 280, Janeiro/Abril, 2007:11-24. <https://www.scielo.br/j/ref/a/ztFT7bfGywbsj48wmzg674B/?lang=es> Acesso: 13/05/2019.

____. Epistemología feminista: la falacia del conocimiento objetivo. **Arpege Réseau Genre**, 2000. Disponível em: https://streaming-canal-u.fms.fr/vod/media/canalu/documents/utm/epistemologia.feminista.la.falacia.del.conocimiento.objetivo.maria.luisa.femenias_34761/texte.conference.epistemologia.feminista.ml.femenias.esp.pdf Acesso: 14/10/2019.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GASPAR, Stephanie. **Violência de gênero no espaço acadêmico: trotes e festas universitárias**. Monografia (Graduação) – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2018

GIANOTTI, Vito. Por que a cor lilás?. **Diálogos Políticos**, 14/11/2008. Disponível em: <https://dialogospoliticos.wordpress.com/2008/11/14/por-que-a-cor-lilas/> Acesso: 26/11/2020

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

GILROY, Paul. Civilizacionismo, a “alt-right” e o futuro política antirracista: um recado da Grã-Bretanha. **Revista ECO-Pós**, v. 21, n. 3, 2018. p. 17-34. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/22525 Acesso: 10/02/2022

GOHN, Maria da Glória M. Mobilização da juventude e redes sociais. In: 68ª Reunião Anual da SBPC, 2016, Porto Seguro - BA. **Anais/Resumos da 68ª Reunião Anual da SBPC**. São Paulo: SBPC, 2016. p. 01-07

____. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 2014.

____. **Movimentos sociais e redes de mobilização cívica no Brasil contemporâneo**. 7ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2013.

GONZAGA, Paulo. A construção afetivo-sexual do povo preto: reflexões sobre feridas coloniais. **Negres**, 11/07/2020. Disponível em: <https://negre.com.br/a-construcao-afetivo-sexual-do-povo-preto-reflexoes-sobre-feridas-coloniais/> Acesso: 07/05/2021.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. São Paulo: Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa**. Editora Filhos da África, 2018. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/470987647/Primavera-para-as-rosas-negras-by-Lelia-Gonzalez-z-lib-org-pdf> Acesso: 23/11/2019

____. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, ANPOCS -Anuário de Antropologia, Política e Sociologia, 1984. p. 223-244. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5757534/mod_resource/content/2/06%20-%20GONZALES%2C%20L%2C%20A9lia%20-%20Racismo%20e%20Sexismo%20na%20Cultura%20Brasileira%20%281%29.pdf Acesso: 23/11/2019

GREIMAS, Algirdas J. **Sobre o sentido II – ensaios semióticos**. São Paulo: Nankin; EDUSP, 2014.

____. Semiótica figurativa e semiótica plástica. **Significação: Revista de Cultura Audiovisual**, n. 4, p. 18-46, 1984. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/276407151_Semiotica_figurativa_e_semiotica_plastica Acesso: 28/11/2020.

____. **Dicionário de semiótica**. São Paulo: Cultrix, 1979.

GUEDES, Moema de Castro. A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a ideia da universidade como espaço masculino. **História, Ciências, Saúde**. Manguinhos, Rio de Janeiro, v.15, supl., p.117-132, jun. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/tPvR4dWz5GzGCgn4c6GCZHp/?lang=pt&format=pdf> Acesso: 27/02/2021.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: PUC-Rio/Apicuri, 2016.

____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HARAWAY, Donna. Manifesto Ciborgue: Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: TADEU, Tomaz (Org.). **Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano**. Belo horizonte: Autêntica Editora, 2007. p. 33-118.

Disponível em:

https://cochabambahotel.noblogs.org/files/2017/03/Manifesto_Ciborgue.pdf Acesso: 14/02/2019.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. Introdução. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 11-34. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ref/a/TSDyZrRZRPMb4whkZ4BmTHM/?lang=pt> Acesso: 18/08/2020.

hooks, bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 16, p. 193-210, 2015. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/mrjHhJLHZtfyHn7Wx4HKm3k/?lang=pt&format=pdf> Acesso: 16/010/2020.

INSTITUTO AVON / DATA POPULAR. **Violência contra a mulher no ambiente universitário**. 2015. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/violencia-contr-a-mulher-no-ambiente-universitario-data-popularinstituto-avon-2015> Acesso: 26/02/2019.

INTERAÇÕES NA USP. Disponível em: <http://uspmulheres.usp.br/textos-e-pesquisas/pesquisa-interacoes-na-usp/> Acesso: 12/01/2019.

JENKINS, Henry e outros. **Cultura da conexão: criando valor e significado por meio da mídia propagável**. São Paulo: Aleph, 2015.

JIMENEZ, Maria Luisa. Gordofobia: injustiça epistemológica sobre corpos gordos. **Revista Epistemologias do Sul**, v. 4, n. 1, p. 144-161, 2020. Disponível em:

<https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/view/2643> Acesso: 28/02/2022.

JODELET, Denise. O encontro dos saberes. In: JESUÍNO, Jorge C.; MENDES, Felismina R.P.; LOPES, Manuel J. **As representações sociais nas sociedades em mudança**. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

____. O movimento de retorno ao sujeito e a abordagem das representações sociais. **Sociedade e estado**, v. 24, n. 3, 2009. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/se/a/bqm4vwYnbPvPy9dDGMWHqZt/?lang=pt> Acesso: 05/06/2019.

____. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (org.) **Representações Sociais**. Rio de Janeiro: EDUERJ. 2001.

JOLY, Martine. **A imagem e os signos**. Lisboa: Edições 70, 2019.

____. **Introdução à análise da imagem**. 14^a. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

____. **A imagem e a sua interpretação**. Lisboa: Edições 70, 2003

KILOMBA, Grada. **Descolonizando o conhecimento: uma palestra-performance de Grada Kilomba**. Tradução: Jessica Oliveira. 2016. Disponível em: <https://joaocamillopenna.files.wordpress.com/2018/05/kilomba-grada-ensinando-a-transgredir.pdf>

KLEIN, Alberto. A dimensão simbólica da imagem e sua sobrevida na sociedade midiática. In: ARAÚJO, Denize Correa; CONTRERA, Malena Segura. **Teorias da imagem e do imaginário**. São Paulo: Compós, 2014.

KRAKAUER, Jon. **Missoula – o estupro e o sistema judicial em uma cidade universitária**. 1^a. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

LEÓN, Christian. Imagen, medios y telecolonialidad: hacia una crítica decolonial de los estudios visuales. **Aisthesis** [online]. 2012, n.51, pp. 109-123. Disponível em: <https://scielo.conicyt.cl/pdf/aisthesis/n51/art07.pdf> Acesso: 23/10/2021.

LIMA, Juliana Domingos de. Qual o significado do gesto de levantar o braço com o punho fechado? **Nexo Jornal**. 24/06/2016. Disponível: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/06/24/Qual-o-significado-do-gesto-de-levantar-o-bra%C3%A7o-com-o-punho-fechado> Acesso: 21/12/2020

LIMA, Lilian; CATTANEO, Carolina e CHAGAS, Gustavo. Grupo de ativistas pelo direito das mulheres denunciou vídeo de médico do RS detido no Egito. **G1 RS**, 31/05/2021, Porto Alegre. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2021/05/31/rede-denuncia-video-medico-rs-egito.ghtml> Acesso: 31/05/2021.

LIMA-LOPES, Rodrigo Esteves de; GABARDO, Maristella. Ni una menos: a luta pelos direitos das mulheres na Argentina e suas representações no Facebook. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 19, p. 801-824, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbla/a/MctpTwdhN6xxrMcsYYHsnfh/abstract/?lang=pt> Acesso: 02/03/2021.

LINS, Beatriz Accioly. **Caiu na net: nudez e exposição de mulheres na internet**. Rio de Janeiro: Telha, 2021.

LIPOVETSKY, Gilles. **O império do efêmero: a moda nas sociedades modernas**. São Paulo: Editora Schwarcz, 1987.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo decolonial. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/QtnBjL64Xvssn9F6FHJqznzb/?lang=pt> Acesso em: 24/05/2019.

____. Colonialidade y género. **Tabula Rasa**. 2008 Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=39600906> Acesso em: 24/05/2019.

MAFFESOLI, Michel. O imaginário é uma realidade. **Revista Famecos**, v. 8, n. 15, p. 74-82, 2001. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/revistafamecos/article/view/3123> Acesso: 15/07/2021.

MAIA, Cláudia. Sobre o (des) valor da vida: feminicídio e biopolítica. **História** (São Paulo), v. 38, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/gGXLf7v7R8kBWLxqX9qV4Xs/abstract/?lang=pt> Acesso: 31/07/2021.

MAIA, Gretha L. A juventude e os coletivos: como se articulam novas formas de expressão política. **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM**, Santa Maria, v. 8, n. 1, p. 58-73, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/index.php/revistadireito/article/view/8630> Acesso: 20/01/2020

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. (Orgs.) **El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidad Central-IESCO, Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 127-167. Disponível em: <http://www.decolonialtranslation.com/espanol/maldonado-colonialidad-del-ser.pdf> Acesso: 11/02/2020.

MARINHO, Nailda *et al.* **História da educação: desafios teóricos e empíricos**. Niterói: EdUFF, 2009. E-book. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/15118> Acesso: 30/07/2021.

MARTÍN-BARBERO, Jesus. Diversidade em convergência. **MATRIZES**, v. 8, n. 2, p. 15-33, 2014. V. 8 - Nº 2 jul./dez. 2014. Acesso em: 22/09/2018.

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história interfaces. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 73-98, 1996. Disponível em: https://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg2-4.pdf Acesso: 02/10/2021.

MCCLINTOCK, Anne. **Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial**. Campinas: UNICAMP, 2010.

MENESES, Adélia B. de. **Figuras do feminino na canção de Chico Buarque**. 2. ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2001.

MESQUITA, Marcos Ribeiro. Cultura e política: a experiência dos coletivos de cultura no movimento estudantil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 81, p. 179-207, 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/660> Acesso: 10/07/2018.

MIGNOLO, Walter. **La idea de América Latina: la herida colonial y la opción decolonial**. Gedisa, 2007. Disponível em: <http://www.ceapedi.com.ar/imagenes/biblioteca/libreria/420.pdf> Acesso: 02/04/2021.

MITCHELL, William J. Thomas. Mostrando el ver: una crítica de la cultura visual. **Estudios Visuales: Ensayo, teoría y crítica de la cultura visual y el arte contemporáneo**, n. 1, p. 17-40, 2009.

MOHANTY, Chandra Talpade. **Feminism without borders**. Duke University Press, 2003. Disponível em: <https://hamtramckfreeschool.files.wordpress.com/2014/05/mohanty-chandra-feminism-without-borders-decolonizing-theory-practicing-solidarity.pdf> Acesso: 05/12/2021.

MOSCOVICI, Sergei. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

_____. Das representações coletivas às representações sociais: Elementos para uma História. In: JODELET, Denise (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EDUERJ. 2001.

MOTTA, Débora. Pesquisa analisa a trajetória de inserção das mulheres no ensino superior. **Arquivo de notícias FAPERJ**, 28/08/2014. Disponível em: <http://www.faperj.br/?id=2748.2.6> Acesso: 30/07/2021.

NEIVA JR, Eduardo. **A imagem**. 2ª. ed. São Paulo: Ática, 1994.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; CANDAU, Vera Maria Ferrão. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. **Educação em revista**, v. 26, n. 1, p. 15-40, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/TXxbbM6FwLJyh9G9tqvQp4v/?lang=pt> Acesso: 07/03/2021.

PASINATO, Wânia. "Femicídios" e as mortes de mulheres no Brasil. **Cadernos Pagu**, n. 37, p. 219-246, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/k9RYCQZhFVgJLhr6sywV7JR/?lang=pt> Acesso: 24/05/2021.

PERES, Maria Fernanda Tourinho *et al.* Projeto QUARA - Prevalência de abusos, maus-tratos e outras agressões durante a formação médica: um estudo de corte transversal em São Paulo. Brasil, 2013. **Revista de Medicina**, v. 94, n. 1, p. 6-14, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revistadc/article/view/103732> Acesso: 16/01/2021.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução por Angel M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2007.

PIETROFORTE, Antonio V. **Semiótica visual – os percursos do olhar**. São Paulo: Contexto, 2020.

_____. **Análise do texto visual – a construção da imagem**. São Paulo: Contexto, 2020a.

POSSAS, Lúcia M.V. **A Universidade e as relações de poder: os coletivos estudantis e as estratégias de sobrevivência**. (2020) Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/359831219_Universidade_e_as_relacoes_de_poder_Coletivos_Estudantis_e_as_Estrategias_de_Sobrevivencia Acesso: 22/03/2020

POSSAS, Lúcia M.V. **A universidade e relações de gênero: novas estratégias de resistências à cultura do estupro**. LASA, 2018. Disponível em:

<https://lasaweb.org/pt/sections/gender-feminist-studies/> Acesso: 02/04/2020.

____. Sobrevivências e violência de gênero no espaço: avanços, ambiguidades e perspectivas. 2017. In: **Revista do Instituto de Políticas Públicas de Marília**, Marília, v.3, n.1, p. 97-106, Jan./Jun., 2017. Disponível em:

<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RIPPMAR/article/view/7392> Acesso: 29/03/2019.

PRADO, Gheysa C. Design ativismo ou design ativista? *Estudos em Design*, v. 29, n. 3, 2021. Disponível em:

<https://estudosemdesign.emnuvens.com.br/design/article/view/1273> Acesso: 06/12/2021.

PRECIADO, Beatriz. Multidões *queer*: notas para uma política dos "anormais". **Revista Estudos Feministas**, v. 19, n. 1, p. 11-20, 2011. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ref/a/yvLQcj4mxkL9kr9RMhxHdwk/?lang=pt> Acesso: 15/06/2021.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGUÉL, R. (Orgs.). **El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidad Central-IESCO, Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 93-126. Disponível em: <https://www.lavaca.org/wp-content/uploads/2016/04/quijano-clasificacion-social.pdf> 02/07/2020.

____. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latinoamericanas**. CLACSO, Buenos Aires: 2005. Disponível em:

<https://ufrb.edu.br/educacaodocampocfp/images/Edgardo-Lander-org-A-Colonialidade-do-Saber-eurocentrismo-e-ci%C3%A2ncias-sociais-perspectivas-latinoamericanas-LIVRO.pdf> Acesso: 06/12/2018.

____. Colonialidade del poder, cultura y conocimiento en

América Latina. In: **Anuário Mariateguiano**. Lima: Amatua, v.9, n.9, 1997.

Disponível em: http://cti.ufpel.edu.br/siepe/arquivos/2017/CH_03005.pdf Acesso: 02/07/2020.

RAGO, Margareth. Descobrimos historicamente o gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 11, p. 89–98, 2013. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634465>. Acesso: 02/02/2021.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**. São Paulo: Editora 34, 2009

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

RICHARD, Nelly. Feminismo, experiencia y representación. **Revista Iberoamericana**, v. 62, n. 176, p. 733-744, 1996. Disponível em: <http://revista-iberoamericana.pitt.edu/ojs/index.php/Iberoamericana/article/viewFile/6256/6432> Acesso: 05/01/2022.

ROTH, Lorna. Looking at Shirley, the Ultimate Norm: Colour Balance, Image Technologies, and Cognitive Equity. **Canadian Journal of Communication**, v. 34, n. 1, 2009. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/e5e1/3351c49ae30baffe7339d085ed870b022e75.pdf> Acesso: 03/11/2021.

RUGERI, M. e outros. Entrevista - Alex Schlenker: descolonizar a arte para retomá-la como expressão da vida. Trad. Lívia S. de Souza. **Revista Epistemologias do Sul**, v. 3, n. 1, p. 22-35, 2019. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/view/2433> Acesso: 03/11/2021.

SANTOS, Fabiene de O. O ato de nomear pela mídia: uma política de poder na construção da identidade da mulher brasileira. In: SILVA, Kléber Ap. *et al* (orgs.). **Anais da 1ª Jornada Internacional de Linguística Aplica Crítica** [Recurso Eletrônico] / 1ª Jornada Internacional de Linguística Aplicada Crítica, 24 a 25 de abril de 2017, Brasília: UnB, 2017. 628 p. Disponível em: https://gecal-unb.com.br/cielin/wp-content/uploads/2018/04/ANAIS_JILAC_2017.pdf Acesso: 21/10/2020

SANTOS, Vívian Matias dos. Notas desobedientes: decolonialidade e a contribuição para a crítica feminista à ciência. **Psicologia & Sociedade**, v. 30, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/FZ3rGJJ7FX6mVyMHkD3PsnK/?format=html&lang=pt> Acesso: 10/02/2021.

SAYURI, Juliana e SICURO, Rodrigo. Abusos no Campus. **The Intercept Brasil**, 10 de dez. de 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/12/10/mais-de-550-mulheres-foram-vitimas-de-violencia-sexual-dentro-de-universidades> Acesso em: 04/03/2020.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes emancipatórias nas lutas contra a exclusão e por direitos humanos**. 1ª. ed. Curitiba: Appris, 2012.

SCHLENKER, Alex. Rumo a uma memória decolonial: breves apontamentos para indagar sobre o acontecimento por trás do acontecimento fotográfico. **Revista Epistemologias do Sul**, v. 3, n. 1, p. 74-91, 2019. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/view/2433> Acesso: 09/11/2021.

_____. Mirar, conocer, actuar - cuando el arte interpela al capital. In: WALSH, Catherine (org.). **Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir,(re) existir y (re) vivir**. Tomo II. Quito/Ecuador: Ediciones Abya-Yala 2017. Disponível em: <http://8.242.217.84:8080/xmlui/handle/123456789/32966> Acesso: 13/12/2021.

____ *et al.* Descolonizar con la minga visual: una placa de vidrio y un retrato de familia. **Calle 14 - Revista de investigación en el campo del arte**, v. 11, n. 18, p. 30-45, 2016. Disponível em: <https://revistas.udistrital.edu.co/index.php/c14/article/view/10870> Acesso: 13/12/2021.

____ *et al.* Miradas alternativas desde la diferencia y las subalternidades. **Repositorio Institucional de la Universidad Politécnica Salesiana**. Editorial ABYA-YALA, 2012. Disponível em: <http://dspace.ups.edu.ec/handle/123456789/6170> Acesso: 15/12/2021.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Lendo e agenciando imagens: o rei, a natureza e seus belos naturais. **Sociologia & Antropologia**, v. 4, p. 39-431, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sant/a/XSKfP5J5QypfvMqdfssR6Jg/abstract/?lang=pt> Acesso: 11/10/2021.

SCOTT, Joan W. Uma categoria útil para análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1210/scott_gender2.pdf Acesso: 21/02/2018.

SOARES, Barbara; BRAGA, Felipe E.L.; PINTO, Felipe N. A. Mulher e Antropóloga: Gênero e trajetórias acadêmicas em debate - Entrevista com Heloísa Buarque de Almeida. **Primeiros Estudos**, n. 7, p. 99-116, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/primeirosestudios/article/download/108632/107058> Acesso: 07/09/2020.

STRUNCK, Gilberto. **Como criar identidades visuais para marcas de sucesso**. Rio de Janeiro: Rio Books, 2003.

TEIXEIRA, Elisabete Freitas; BACKES, Luciana. Redes sociais: a construção do conhecimento por meio de imagens. **Ação Midiática - Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura**, p. 112-135, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/acaomidiatica/article/view/68636> Acesso: 19/10/2021.

TOURAINE, Alain. **O mundo das mulheres**. 2ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

TOURAINE, Alain. Na fronteira dos movimentos sociais. **Dossiê: Movimentos Sociais - Sociedade e Estado**, v. 21, n. 1, p. 17-28, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/3QY76c7QYKM6NjnXV5y7Wk/?lang=pt> Acesso: 05/04/2020

UNESP. Câmpus de Assis conclui processo sobre 'Rodeio das Gordas'. **Assessoria de Comunicação e Imprensa**. São Paulo, 16/12/2010. Disponível em: https://www2.unesp.br/portal#!/aci_ses/notas-e-comunicados/campus-de-assis-conclui-processo-sobre-rodeio-das-gordas/ Acesso: 12/03/2019.

VASCONCELOS, Paulo Denisar. **A violência no escárnio do trote tradicional: um estudo filosófico em antropologia cultural**. Santa Maria: Imprensa Universitária, 1993.

VILAÇA, Gracila; D'ANDRÉA, Carlos. Da manosphere à machosfera: Práticas (sub) culturais masculinistas em plataformas anonimizadas. **Revista ECO-Pós**, v. 24, n. 2, p. 410-440, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/27703 Acesso: 14/02/2022.

VILELA, V. L. A.; NOVELLI, D.; ROSA, L. da; SILVEIRA, I. Zkaya, corpo [negro] e moda ativista em Santa Catarina. **DA Pesquisa**, Florianópolis, v. 16, p. 01-26, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/dapesquisa/article/view/19884> Acesso: 04/01/2022.

WUNENBURGER, Jean-Jacques. **O imaginário**. São Paulo: Loyola, 2007.

ZERWES, Erika. Os punhos fechados e a Guerra Civil espanhola. **Jornal da Unicamp – Edição Web**. 18/06/2018. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2018/06/18/os-punhos-fechados-e-guerra-civil-espanhola> Acesso: 21/12/2020.

ZUIN, Antonio A. S. O trote universitário como violência espetacular. Porto Alegre: **Educação & Realidade**, v. 36, n. 2, 2011, p. 587-604, maio/ago. 2011. Disponível em: http://www.ufrgs.br/edu_realidade Acesso: 20/02/2019.

ANEXO 01 - Coletivos universitários em redes sociais digitais contra a violência de gênero – 2010/2022

UNESP	Orientação	Curso / Campus	Rede social/ Criação	Ativo/ Inativo
1. Coletivo Genis	Feminista	Medicina / Botucatu	Facebook / Instagram	Ativo
2. Coletivo Feminista Lobas	Feminista	Engenharia / Guaratinguetá	Facebook / Instagram	Ativo
3. Coletivo Feminista Abre Alas	Feminista	Campus / Bauru	Facebook	Inativo desde Maio/2017
4. Aya Coletivo Feminista	Feminista	Campus / Bauru	Facebook / Instagram	Ativo – voltou em 2022
5. Bauru sem assédio	Feminista	Campus / Bauru	Facebook	Inativo desde Set/2018
6. Coletivo Mirarte	Feminista	Artes Visuais / Bauru	Facebook	Inativo desde Out/2019
7. Ele é da UNESP	Feminista	Campus / Araraquara	Facebook	Inativo desde Set/2018
8. Coletivo Curie	Feminista	Campus / Sorocaba	Facebook / Instagram	Ativo desde Fev/2021
9. Coletivo Feminista Bertha Lutz	Feminista	Ciências Agrárias e Veterinária/ Jaboticabal	Facebook / Instagram	Ativo
10. Maju - Núcleo Debates sobre gênero	Feminista	Campus / Marília	Facebook / Instagram	Inativo desde Fev/2020
11. Coletivo Enedina Alves	Feminista	Campus / Itapeva	Instagram	Ativo desde Março/2021
12. Coletivo Feminista Guarda Sol	Feminista/ LGBT	Biociências / São Vicente	Facebook / Instagram	Inativo desde Março/2019
13. Coletivo Dandara	Feminista/Negro	Campus / Rio Claro	Facebook	Ativo desde Março/2022

14. Coletivo Negro Dandara	Feminista/Negro	Campus / Assis	Facebook	Ativo
15. Kimpa Coletivo Negro	Feminista/Negro	Campus / Bauru	Facebook / Instagram	Inativo desde Maio/2020
16. Coletivo Negro Sônia Guimarães	Feminista/Negro	Campus / Guaratinguetá	Facebook / Instagram	Ativo desde maio/2021
17. Coletiva Be (Bertha Luz)	LGBTQIA+	Campus / Araraquara	Facebook / Instagram	Ativo desde março/2022
18. Coletivo Calisto - Sexualidades Livres	LGBTQIA+	Campus / Rio Claro	Facebook / Instagram	Ativo
19. Coletivo ELO	LGBTQIA+	Inst. Ciência e Tecnologia / S. J. dos Campos	Facebook / Instagram	Ativo
20. Coletivo Interações	LGBTQIA+	Campus / Botucatu	Facebook	Ativo
21. Coletivo Prisma	LGBTQIA+	Campus / Bauru	Facebook	Inativo desde Jan/2018
22. FEB Pride	LGBTQIA+	Engenharia / Bauru	Facebook	Inativo desde Dez/2016
23. Coletivo AFRONTa	Negro	Campus / Botucatu	Facebook / Instagram	Ativo
24. Coletivo AFRONTAR	Negro	Campus / Franca	Facebook / Instagram	Ativo
25. Coletivo Dandara	Negro	Engenharia Ambiental / Sorocaba	Facebook / Instagram	Ativo
26. Coletivo Kabengele Munanga	Negro	Campus / S.J. do Rio Preto	Facebook / Instagram	Inativo desde Out/2020
27. Coletivo Abisogun	Negro	Campus / Araraquara	Facebook	Inativo desde Julho/2019
28. Coletivo Negra Tinta	Negro	Instituto de Artes/São Paulo	Facebook	Inativo desde outubro/2019

USP	Orientação	Curso /Campus	Rede social / Criação	Ativo/ Inativo
01. Coletivo Geni	Feminista	Medicina /São Paulo	Facebook / Instagram	Ativo
02. Coletivo Feminista da ECA	Feminista	Comunicação e Artes / São Paulo	Facebook /Instagram	Ativo
03. Coletivo Feminista Marias	Feminista	Odontologia / Bauru	Facebook / Instagram	Ativo
04. Coletivo Feminista Bertha Lutz	Feminista	Educação / São Paulo	Facebook / Instagram	Ativo desde Março/2022
05. Coletivo Feminista Bertha Lutz ICB	Feminista	C. Biomédicas / São Paulo	Facebook / Instagram	Ativo
06. Frente Feminista FEUSP	Feminista	São Paulo / Educação	Facebook	Inativo desde Out/2016
07. Coletivo Feminista Macabeas	Feminista	Letras / São Paulo	Facebook	Ativo desde Março/2022
08. Coletiva Fem. Maria Sem Vergonha	Feminista	Artes, Ciências e Humanidades / São Paulo	Facebook/Instagram	Ativo abril/2021
09. Coletivo Não Te Rendas	Feminista	Fonoaudiologia-Odonto-Medicina / Bauru	Facebook / Instagram	Ativo abril/2021
10. Coletivo de Mulheres Sonja Ashauer	Feminista	Física / São Paulo	Facebook / Instagram	Ativo
11. Coletivo Feminista Ana Rosa Kucinski	Feminista	Química / São Paulo	Facebook	Inativo desde Dez/2017
12. Coletivo Feminista Aurora Furtado	Feminista	Psicologia / São Paulo	Facebook	Inativo desde Set/2019
13. Coletivo Feminista Dandara	Feminista	Direito / São Paulo	Facebook / Instagram	Ativo
14. Coletivo Fem. Enedina Alves Marques	Feminista	Engenharia /Lorena	Facebook / Instagram	Ativo

15. Coletivo Feminista Geóloga Dinalva	Feminista	Geociências / São Paulo	Facebook	Ativo
16. Coletivo Feminista Maria Bonita	Feminista	História e Geografia / São Paulo	Facebook/ Instagram	Ativo
17. Ele é da USP	Feminista	São Paulo	Facebook	Inativo desde Out/2017
18. Feminismo na FMUSP	Feminista	Medicina / São Paulo	Facebook	Ativo março/2022
19. Trepadeiras Coletivo	Feminista	Biologia / São Paulo	Facebook	Ativo outubro/2021
20. Núcleo Feminista de RI	Feminista	Rel. Internacionais /São Paulo	Facebook/ Instagram	Ativo
21. Núcleo da Farma Maria da Penha	Feminista	Ciências Farmacêuticas / São Paulo	Facebook	Inativo desde Abril/2019
22. Coletivo de Mulheres do CAASO	Feminista	USP-UFscar	Facebook/ Instagram	Ativo agosto/2021
23. Coletivo Maria Lenk EEFEminista	Feminista	Educação Física / São Paulo	Facebook/ Instagram	Inativo desde Abril/2018
24. Coletivo Feminista Ercília Cobra	Feminista	FMVZ USP	Facebook	Ativo
25. Coletivo Feminista Lou	Feminista	Fonoaudiologia, Fisioterapia /USP	Facebook	Inativo
26. Coletivo Feminista Mayumi Watanabe	Feminista	Arquitetura / FAUSP	Facebook/Instagram	Ativo
27. Coletivo Feminista Raiz Fulô	Feminista	ESALQ – USP	Facebook/ Instagram	Ativo
28. Marias Baderna Coletivo Feminista	Feminista	Letras USP	Facebook	Inativo
29. Coletivo Feminista Alice Canabrava	Feminista	FEA / São Paulo	Facebook/ Instagram	Ativo

30. Coletivo Feminista Capitu	Feminista	Direito / Ribeirão Preto	Facebook/ Instagram	Inativo desde Nov/2020
31. Empower ITeam	Feminista	Relações Públicas / São Paulo	Instagram	Ativo
32. Poligen	Feminista	Escola Politécnica / São Paulo	Facebook/ Instagram	Ativo
33. Politecnicas Resistem	Feminista	Escola Politécnica / São Paulo	Facebook/ Instagram	Ativo
34. Coletivo Fem. Buqué de Espertirina	Feminista	Campus / Ribeirão Preto	Facebook	Inativo desde Maio/2019
35. Coletivo Feminista Lélia Gonzalez	Feminista/Negro	Ciências Sociais / São Paulo	Facebook / Instagram	Ativo
36. Coletivo Negro Carolina Maria de Jesus	Feminista/Negro	Saúde Pública / São Paulo	Facebook/Instagram	Ativo
37. Opá Negra - Eca	Feminista/Negro	Comunicação e Artes / São Paulo	Facebook/Instagram	Ativo
38. Tarja Preta - Farmácia	Feminista/Negro	Farmácia / São Paulo	Facebook/Instagram	Ativo
39. Coletivo Negro FZEA	Feminista/Negro	Zootecnia e Engenharia de Alimentos / Pirassununga	Facebook/Instagram	Ativo
40. Coletivo de Mulheres Negras Sueli Carneiro	Feminista/Negro	FFLCH/ São Paulo	Facebook/Instagram	Ativo
41. Coletivo Angela Davis	Feminista/Negro	Direito / São Paulo	Facebook/Instagram	Ativo
42. Escuta Preta	Feminista/Negro	Psicologia / São Paulo	Facebook / Instagram	Ativo
43. NAAO - Nossa Alcateia Anti-Opressão	Feminista/ LGBTQIA+	Zootecnia e Eng. Alimentos/Pirassununga	Facebook/Instagram	Ativo
44. Godivas FOU SP	LGBTQIA+	Odontologia / São Paulo	Facebook/Instagram	Ativo
45. Camaleoa - Coletivo LGBT da ECA	LGBTQIA+	Comunicação e Artes / São Paulo	Facebook/Instagram	Ativo

46. Coletivo LGBT+ Claudia Wonder	LGBTQIA+	Engenharia / Lorena	Facebook/Instagram	Ativo março 2022
47. Coletivo LGBTQ Espectro EEFEEUSP	LGBTQIA+	Educação Física	Facebook	Inativo desde Nov/2017
48. DiversIME	LGBTQIA+	Matemática e Estatística	Facebook	Ativo 2021
49. Nuances CAASO	LGBTQIA+	Campus São Carlos	Facebook/Instagram	Ativo
50. Frente Poli Pride	LGBTQIA+	Escola Politécnica / São Paulo	Facebook/Instagram	Ativo
51. Coletivo LGBTQ+ Integra ESALQ	LGBTQIA+	Campus Piracicaba	Facebook/Instagram	Ativo
52. Saia Debaixo – Coletivo LGBT+	LGBTQIA+	Artes, Ciências e Humanidades / São Paulo	Facebook/Instagram	Ativo
53. Coletivo Coração FDRP USP	LGBTQIA+	Direito / Ribeirão Preto	Facebook/Instagram	Ativo
54. Coletivo Diversaurus LGBT - IGc USP	LGBTQIA+	Geociências / São Paulo	Facebook / Instagram	Ativo
55. Coletivo Intertransvestigênera Xica Manicongo	LGBTQIA+	Campus / USP	Facebook / Instagram	Ativo
56. Coletivo Philomena	LGBTQIA+	FFCLRP-USP	Facebook / Instagram	Ativo
57. Coletivo Todas as Letras	LGBTQIA+	Letras / São Paulo	Facebook / Instagram	Ativo
58. Coletiva Corpo Aveso	Negro	Direito / São Paulo	Facebook / Instagram	Ativo
59. Coletivo Malungo	Negro	Arquitetura e Urbanismo / São Paulo	Facebook/Instagram	Ativo
60. Coletivo Negro USP	Negro	Campus São Paulo	Facebook	Ativo
61. Poli Negra	Negro	Politécnica / São Paulo	Facebook / Instagram	Ativo

62. Coletivo Denegrir	Negro		Artes, Ciências e Humanidades / São Paulo - Leste	Facebook / Instagram	Ativo	
63. Núcleo Ayé	Negro		Medicina / São Paulo	Facebook / Instagram	Ativo	
64. Coletivo Negro Baobás	Negro		ESALQ / Piracicaba	Instagram	Ativo julho 2021	
65. Coletivo Negro Cláudia Silva Ferreira	Negro		Letras / São Paulo	Facebook / Instagram	Ativo	
66. Coletivo Negro Sônia Guimarães	Negro		Física - IAG / São Paulo	Facebook	Ativo	
67. Coletivo Negro USP Ribeirão Preto	Negro		Campus Ribeirão Preto	Facebook / Instagram	Ativo	
68. Coletivo CCN – Coletivo Com Consciência Negra	Negro		Química / São Paulo	Facebook / Instagram	Ativo	
69. Coletivo Bitita	Negro		Biologia / São Paulo	Instagram	Ativo	
70. Coletivo Dinamene	Oriental		Direito / São Paulo	Facebook / Instagram	Ativo	
71. Movimento Levante Indígena	Indígena		Sem menção a curso	Facebook/Instagram	Ativo	

UNICAMP	Orientação	Curso/Campus	Rede social/ Criação	Ativo / Inativo
01. MUDA - Coletivo de Mulheres	Feminista	Fac. Ciências Médicas / Campinas	Facebook / Instagram	Ativo
02. Coletivo MAE - Manas Acolhedoras	Feminista	Economia / Campinas	Facebook / Instagram	Ativo
03. Coletivo Charlotte Perriand	Feminista	Arquitetura / Campinas	Instagram	Ativo
04. Frente Feminista Limeira	Feminista	Campus / Limeira	Facebook / Instagram	Ativo
05. Coletivo das Minas	Feminista	Eng. Elétrica e da Computação / Campinas	Facebook / Instagram	Ativo
06. Minas do IQ	Feminista	Instituto de Química / Campinas	Facebook / Instagram	Ativo
07. Coletivo MIA - Mulheres do Instituto de Artes	Feminista	Instituto de Artes / Campinas	Instagram	Ativo
08. Coletivo Negro Simone Maia	Feminista/Negro	Biologia / Campinas	Facebook / Instagram	Ativo
09. Coletivo Conexão Preta	Feminista/Negro	Ciências Aplic. Tecnologia / Limeira	Facebook /Instagram	Ativo
10. Marsha Unicamp Limeira	LGBTQIA +	Campus / Limeira	Instagram	Ativo
11. Coletivo LGBT Aquarela	LGBTQIA +	Campus / Campinas	Facebook /Instagram	Ativo
12. NCN - Núcleo de Consciência Negra	Negro	Campus / Campinas	Facebook /Instagram	Ativo
13. UNICAMP Black Network	Negro	Campus / Campinas	Facebook /Instagram	Ativo
14. Coletivo Negro Mandume	Negro	Engenharia de Alimentos /Campinas	Facebook /Instagram	Ativo

15. Coletivo Preto Katemari Rosa	Negro	Física / Campinas	Facebook /Instagram	Ativo
16. Engenho Negro	Negro	Engenharia / Campinas	Facebook /Instagram	Ativo
17. Coletivo Dínamo Engenharia Popular	Negro	Engenharia / Campinas	Facebook /Instagram	Ativo
18. Conexão Afro Unicamp	Negro	Campus / Campinas	Facebook /Instagram	Ativo
19. Acadêmicos Indígenas da Unicamp	Indígena	Campus / Campinas	Facebook	Ativo
20. Coletivo Indígena de Limeira	Indígena	Faculdade de Ciências Aplicadas / Limeira	Instagram	Ativo
21. Coletivo Perséfone	Minorias	Farmácia / Campinas	Instagram	Ativo